

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LEONARDO PATRÍCIO MIGUES VERGÍLIO DE LEÓN

O SISTEMA DE ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR LOCAL: ENTRE MERCADO E
SEGURANÇA ALIMENTAR

CURITIBA
2018

LEONARDO PATRICIO MIGUES VERGILIO DE LEÓN

O SISTEMA DE ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR LOCAL: ENTRE MERCADO E
SEGURANÇA ALIMENTAR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, setor da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em meio Ambiente e Desenvolvimento.

Orientação: Prof^a Dra. Katya Regina Isaguirre-Torres.

Coorientação: Prof Dr. Dimas Floriani

CURITIBA
2018

L579s De León, Leonardo Patricio Miguez Vergilio
O sistema de abastecimento agroalimentar local: entre mercado
e segurança alimentar / Leonardo Patricio Miguez Vergilio De León.
- Curitiba, 2018.
163 p.: il., grafs, tabs.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná. Setor
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Programa de Pós-
Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Orientadora: Katya Regina Isaguirre-Torres
Coorientador: Dimas Floriani

1. Segurança Alimentar. 2. Revolução Verde. 3. Agricultura e
Estado. I. Isaguirre-Torres, Katya Regina. II. Floriani, Dimas. III.
Título. IV. Universidade Federal do Paraná.

CDU 351.778.2



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **LEONARDO PATRÍCIO MIGUES VERGILIO DE LEÓN** intitulada: **O SISTEMA DE ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR LOCAL: ENTRE MERCADO E SEGURANÇA ALIMENTAR**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 27 de Março de 2018.

KATYA REGINA ISAGUIRRE-TORRES
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)

ISLÂNDIA BEZERRA DA COSTA
Avaliador Externo (UFPR/PPGAN)

NILSON MACIEL DE PAULA
Avaliador Externo (UFPR/PPPP)

Agradecimentos

Agradeço a todos aqueles que me incentivaram e apoiaram nestes dois anos de Mestrado.

À minha família e esposa, Cássia Vergilio De León, pelo imenso apoio e paciência nos momentos de ausência e nervosismo. Meus familiares e amigos, a todos aqueles que estiveram presente no dia a dia, mesmo a grandes distâncias desta cidade, Carmen, Natividad, Eugenia e Moria.

Agradeço especialmente aos Professores Dr. Guillermo Foladori e Dr. Carlos Crespo Simioni pela primeira aproximação que tive ao PPGMADE e pelo apoio nesse sentido.

Agradeço ao Sr. Gernote Kirinus por ter me recebido com tanta calidez e pelo seu relatos sobre a história do abastecimento agroalimentar paranaense e brasileiro.

Agradeço ao corpo docente do PPGMADE em especial àqueles que me brindaram apoio e ajudaram a construir as ideias que me trouxeram até aqui, gostaria de agradecer à Prof^a Dra. Katya Isaguirre Torres e a Prof^a Naina Pierri Estades.

Agradeço aos companheiros de turma pela camaradagem e os inesquecíveis momentos juntos de estudo e descontração.

Agradeço a quem colaborou tão cordialmente com este trabalho, à Sra. Elisangeles Baptista de Souza, Sr. Joarez Miranda, Sra. Valéria Nitsche e o Sr. Nilton Agner Júnior, que muito me ajudaram com material para este trabalho.

Se nosso mundo devesse ser compreendido através do modelo dos sistemas dinâmicos estáveis, não teria nada em comum com o mundo que nos cerca: seria um mundo estático e predizível, mas não estaríamos lá para formular as previsões. No mundo que é nosso, descobrimos em todos os níveis flutuações, bifurcações, instabilidades. Os sistemas estáveis que levam a certezas correspondem a idealizações, a aproximações. (PRIGOGINE & STENGERS, 1996).

RESUMO

A dissertação tem como objetivo avaliar as potencialidades e obstáculos de um recorte que pretende ser representativo do Sistema de Abastecimento Agroalimentar Global – SAAG, numa escala regional, limitando-se à cidade de Curitiba e Região Metropolitana. Esquadrinhamos por indícios do SAAG no âmbito local, avaliando seu alcance e interferência no âmbito local/regional. Dita questão se apresenta diante de uma aparente disjuntiva entre Segurança Alimentar enquanto política norteadora do combate à fome, da qualidade alimentar e da defesa da Soberania Alimentar e do Mercado global de alimentos enquanto instituição reguladora dos fluxos e regulamentos nesse marco. Parte-se do pressuposto de que o mencionado Mercado segue as orientações e princípios ditados pela Revolução Verde, o qual institui um modelo global de produção de alimentos. Com esse propósito fazemos uma revisão histórica sobre o global e o local da trajetória desse sistema e como o quadro de crises de abastecimento alimentar brasileiro levam à elaboração da Política Nacional de Segurança Alimentar e de sua convergência com o sistema global. O caráter exploratório e ensaístico do trabalho aponta para conclusões que revelam indícios de uma potencial conformidade entre as entidades examinadas e os interesses globais do Mercado, entendemos que essas escolhas obstaculizam o desígnio de um modelo agroalimentar norteado pela Soberania Alimentar deixando a Segurança Alimentar a mercê de uma apropriação simbólica e material desse sistema.

Palavra-chave: Segurança Alimentar. Sistema Agroalimentar Global. Concentração Corporativa. Soberania Alimentar.

ABSTRACT

The dissertation aims to evaluate the potentialities and obstacles of a report that intends to be representative of the Global Agrifood Supply System – GAAS, within a regional scale, limited to the city of Curitiba and Metropolitan Region. We scanned for GAAS evidences at the local level, assessing its scope and interference at the local / regional level. This subject is presented in the face of an apparent boundary between Food Security as a guiding policy to combat hunger, food quality and the defense of Food Sovereignty and the global food market as an institution regulating the flows and regulations within this framework. It is assumed that the mentioned Market follows the guidelines and principles dictated by the Green Revolution, which establishes a global model of food production. With this purpose we make a historical review about the global and the location of the trajectory of this system and how the framework of crises of Brazilian food supply lead to the elaboration of the National Food Security Policy and its convergence with the global system. The exploratory and essayistic character of the work points to conclusions that show evidences of a potential conformity between the entities examined and the global interests of the Market. We believe that these choices hinder the design of an agrifood model guided by Food Sovereignty, leaving Food Security at the mercy of a symbolic and material appropriation of this system.

Keywords: Food Safety. Global Agro-alimentary System. Corporate Concentration. Food Sovereignty.

RESUMEN

La disertación tiene como objetivo evaluar las potencialidades y obstáculos de un recorte que pretende ser representativo del Sistema de Suministro Agro-alimentar Global – SSAG, en una escala regional, limitándose a la ciudad de Curitiba y Región Metropolitana. Escudriñamos por indicios del SSAG en el ámbito local, evaluando su alcance e interferencia en el ámbito local/regional. Esta cuestión se presenta delante de una aparente disyuntiva entre Seguridad Alimentaria y del Mercado global de alimentos en cuanto institución reguladora de los flujos y reglamentaciones en ese marco. Se parte del presupuesto de que el mencionado Mercado sigue las orientaciones y principios dictados por la Revolución Verde, lo cual instituye un modelo global de producción de alimentos. Con este propósito realizamos una revisión histórica sobre lo global y lo local de la trayectoria de ese sistema y de como el cuadro de crisis de suministro alimentar brasileño llevan a la elaboración de la Política Nacional de Seguridad Alimentaria y de su convergencia con el sistema global. El carácter exploratorio y de ensayo del trabajo apunta para conclusiones que revelan indicios de una potencial conformidad entre las entidades examinadas y los intereses globales de Mercado, entendemos que esas elecciones obstaculizan el designio de un modelo agro-alimentar norteado por la Soberanía Alimentaria dejando la Seguridad Alimentaria a merced de una apropiación simbólica y material de ese sistema.

Palabras clave: Seguridad Alimentaria. Sistema Agro-alimentar Global. Concentración Corporativa. Soberanía Alimentaria.

Lista de ilustrações

FIGURA 1: Esquematização da estrutura do Sistema de Abastecimento Agroalimentar, suas instituições e dimensões principais.....	25
FIGURA 2: <i>Boletín del Centro de Documentación Hegoa – Universidad del País Vasco</i>	32
FIGURA 3: <i>População mundial por países</i>	48
FIGURA 4: Organograma crises de abastecimento alimentar Brasil.....	72
FIGURA 5: Organograma simplificado do sistema de abastecimento agroalimentar no nível local e algumas de suas entidades mais destacadas.....	90
QUADRO 1: Cronograma PNSAN (1985 – 1994).....	18
QUADRO 2: Dados da fome no Mundo.....	33
QUADRO 3: Contestações da Via Campesina.....	41
QUADRO 4: Crise desnutrição e crise ecológica.....	60
QUADRO 5: Definição Soberania Alimentares.....	104
QUADRO 6: Violações à Segurança Alimentar.....	105
QUADRO 7: Identificação Violações ao DHAA.....	111
QUADRO 8: Obrigações e compromissos DHAA.....	113
QUADRO 9: Violações ao DHAA.....	114

Lista de siglas e abreviaturas

ABRACEN	Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CAN	Comissão de Abastecimento do Nordeste
CCGFSUS	<i>Climate Change, Global Food Security, and the U.S. Food System</i>
CEASA	Central de Abastecimento
CEPA	Comissão Estadual de Planejamento Agrícola
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CIBRAZEM	Companhia Brasileira de Armazenamento
CIMMYT	<i>Centro Internacional de Mejoramiento del Maíz y el Trigo</i>
CNAE	Campanha Nacional de Alimentação Escolar
CNC	Conselho Nacional do Café
CNPA	Comissão Nacional de Política Agrária
COAOPA	Cooperativa de Agricultores Orgânicos e de Produção Agroecológica
COBAL	Companhia Brasileira de Alimentos
COFAP	Comissão Federal de Abastecimento e Preços
COMCRED	Comissão Coordenadora de Política de Crédito Rural
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
DITEC	Divisão Técnica e Econômica
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAEP	Federação da Agricultura do Estado do Paraná
FAO	Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura
FMI	Fundo Monetário Internacional
GATT	Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
GEMAB	Grupo Executivo de Modernização de Abastecimento
INAN	Instituto Nacional de Previdência e Assistência Alimentação e Nutrição
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPCC	Grupo Intergovernamental de Expertos sobre a Mudança Climática
IRRI	<i>International Rice Research Institute</i>
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MDA	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário

MMA	Ministério do Meio Ambiente
MST	Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra
NAFTA	Acordo de Livre Comércio da América do Norte
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAT	Programa de Alimentação do Trabalhador
PCA	Programa de Complementação Alimentar
PDESC	Pacto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
PLC	Programa Leite das Crianças
PNE	Programa de Nutrição Escolar
PNS	Programa de Nutrição em Saúde
PNSA	Política Nacional de Segurança Alimentar
PROAB	Projeto de Abastecimento de Alimentos Básicos em Área de Baixa Renda
PROHORT	Programa de Apoio à Produção e Comercialização de Produtos Hortigranjeiros
PRONAN	Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
PRONAZEM	Programa Nacional de Armazenamento
SAAB	Sistema de Abastecimento Agroalimentar Brasileiro
SAAG	Sistema de Abastecimento Agroalimentar Global
SAAL	Sistema de Abastecimento Agroalimentar Local
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SEAB	Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento
SENAR-PR	Serviço Nacional De Aprendizagem Rural
SINAC	Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento
SOBAL	Soberania Alimentar
SUNAB	Superintendência Nacional de Abastecimento
WFP	Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas

Sumário

1. Introdução.....	2
1.1 Formulação do problema.....	3
1.2 Tema problema.....	5
1.3 Procedimentos Metodológicos.....	13
2. O Sistema de Abastecimento Agroalimentar Global e a Segurança Alimentar.....	17
2.1 O Sistema de Abastecimento Agroalimentar Global.....	23
2.2 Indústria da fome: história, globalização e mudanças.....	31
2.3 A Revolução Verde, a fome e a agroindústria.....	44
2.4 Fome, Mudanças Climáticas e Revolução Genética.....	56
3. A escala local do SAAG.....	64
3.1 Perspectivas epistemológicas no nível local.....	64
3.2 Uma breve abordagem da trajetória do Abastecimento Agroalimentar no Brasil.....	70
3.3 Estrutura do SAAL e entidades a serem indagadas.....	88
4. Segurança Alimentar e Mercado agroalimentar.....	97
4.1 Noções e conceitos.....	97
4.2 A Alimentação Adequada.....	108
4.3 Hábitos alimentares e concentração corporativa.....	121
5. Evidências empíricas do SAAG em sua escala local.....	135
5.1 Considerações finais.....	145
REFERÊNCIAS.....	151
Endereços eletrônicos consultados.....	158
Anexo.....	160

1. Introdução

O Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná se propõe abeirar ciências humanas das ciências naturais, nesse sentido o percurso de aprendizado passa por distintas disciplinas que articulam as problemáticas socioambientais no intuito de conduzir o aluno por realidades cujo grau de complexidade se associa à maneira em como tais situações são abordadas.

É por um lado motivador e por outro desafiador o fato de pensar em abordagens que procuram compôr e amalgamar diferentes ciências, a transversalidade com que são tratadas nos colocam diante de uma realidade nova e profunda. Os chamados problemas ambientais, são tirados de determinados planos ou tratamentos disciplinares e trazidos a um campo de complexidade analítica cujo objetivo é a integração, tanto do pensamento como da pesquisa em si.

Pessoalmente é de grande satisfação participar e aprender a partir da visão integradora deste Programa. A nossa formação nas ciências humanas foi amplamente enriquecida, tanto pelas disciplinas naturais, como por aquelas que já partem de uma abordagem complementadora do pensamento e da constituição do conhecimento. As questões ecossistêmicas, culturais, econômicas, legais, até a relação quântica manifesta nas conexões da vida, atravessam constantemente nosso pensamento, obrigando-nos a olhar o todo de maneira distinta.

O tema que nos motivou a realização deste trabalho é um desses assuntos que jamais nos atreveríamos a pensá-lo de maneira fragmentada. A questão alimentar tem sido e é uma importante falha da nossa civilização, durante séculos desde que existe memória da história neste Planeta, os humanos têm tirado sua alimentação, seu sustento da terra. Apesar dessa aproximação natural entre humanos e Natureza, os últimos séculos têm demonstrado e apresentado um cenário totalmente distinto.

O humano “moderno”, “civilizado”, tem-se distanciado paulatinamente dessa relação que constituía seu sustento, mas também sua aliança com uma Natureza que se vira transformada por “necessidades” que ultrapassaram os limites do Ego dos indivíduos. Alcançamos cifras récores de famintos no Planeta neste século, a isso temos que acrescer a quantidade de desnutridos, principalmente vítimas da obesidade e outras disfunções, ao mesmo tempo os impactos negativos na Natureza têm ascendido a um ponto, que falamos hoje em mudanças climáticas por inequívocas razões antropogênicas.

Nossa aproximação e afinidade ao tema da alimentação, das formas de obter o alimento da terra, da vida ao ar livre, de pensar em alimentos saborosos e saudáveis, na fusão dos sabores e dos perfumes, na criatividade associada a essa porção da cultura humana tão essencial que nos acompanha desde a nossa infância e que distingue nossas identidades nos espaços da vida, são nossa motivação inicial para este trabalho.

1.1 Formulação do problema

O presente trabalho propõe abordar e sistematizar o conhecimento relativo àquilo que aqui é definido como Sistema de Abastecimento Agroalimentar Global – SAAG, nele examinaremos o alcance e obstáculos que encerra esse sistema, diante das repercussões que se manifestam no âmbito local, numa perspectiva que coloca marcadas tensões entre Mercado e Segurança Alimentar.

A dimensão teórica e espacial dos fenômenos abordados neste trabalho, a complexidade mesma do sistema, assim como, a elaboração de uma pesquisa exaustiva que procurasse dar conta da totalidade do SAAG, tanto quanto, das suas adjacências no plano econômico, político, social e ambiental, demandariam um tempo que não dispomos neste momento. Por esta razão, é importante esclarecer que a constituição desta produção se situa como um ensaio¹, na medida em que visa promover e nutrir um debate cuja escala e repercussão merece atenção, além de levantar reflexões que reivindicam uma busca maior e mais profunda por respostas.

Partimos do pressuposto que esse SAAG, por sua abrangência e alcance, se manifesta no âmbito local como uma projeção em escala de si próprio, ou seja, sempre levando em consideração as especificidades de cada espaço, o SAAG é capaz de se adequar e se apropriar dos elementos estruturais (simbólicos e materiais) que lhe permitem assentar seus interesses. O que acontece na escala doméstica é o resultado de um fenômeno global (Sistema de Abastecimento Agroalimentar Global – SAAG), que abrange toda a rede mundial de alimentos, desde suas origens no espaço rural, até o pós-consumo. Quando nos referimos à rede global que entrelaça as diferentes ações que compõem o SAAG, surgem milhares de atores sociais dentre os que destacamos os Estados, as organizações internacionais e as corporações.

1 Ortega y Gasset em sua obra “*Meditaciones del Quijote*” define o ensaio como a “*ciencia, menos la prueba explícita*” (ORTEGA y GASSET, 1914, p. 32), este conceito nos aproxima da ideia e dos propósitos deste trabalho, na medida em que, procuramos evidências e não necessariamente provas definitivas, desta maneira ficam abertas questões e reflexões que ganham o direito de serem esquadrihadas.

Os Estados desempenham um papel crucial neste sistema, porque é deles que deriva o elo político, entre a sociedade civil e as empresas, por outra parte, as empresas desenvolvem um rol igualmente importante no SAAG, já que elas determinam os modelos de produção alimentar, os hábitos de consumo de alimentos e as regras praticadas no mercado global² sobre preços e distribuição de alimentos. Estados e empresas representam, portanto, as duas grandes instituições que se colocam como pano de fundo neste trabalho, os Estados e o Mercado.

À luz do estudo e pesquisa aqui levantados, sustenta-se a premissa de que, Estado e Mercado não se apresentam como variáveis excludentes no sistema em questão, muito pelo contrário são complementares, na medida em que as ações, princípios e políticas de ambas as instituições convergem nos interesses de uma racionalidade comum, pautada no crescimento econômico.

Paralelamente a essa sinergia que enxergamos entre Estados e Mercado, lembramos das Nações Unidas do pós-guerra que chegaram ao entendimento de ser necessário instituir políticas que representem os interesses da humanidade como espécie. A Carta Universal dos Direitos Humanos, se coloca como um dos grandes e primeiros pilares em que é representada a humanidade, e nela o direito à alimentação é invocado como uma prioridade.

As políticas de Segurança Alimentar são a resposta dada à sociedade pelas Nações Unidas /FAO, diante da necessidade de garantir uma alimentação que seja de qualidade para todas e todos e de forma permanente, já que a fome tem sido e é um dos maiores problemas sociais que o mundo tem enfrentado. Cabe lembrar que a fome humana, tem acompanhado as sociedades desde sempre, no entanto, historicamente o número de famintos tem aumentado expressivamente desde o século XX.

Por sua vez, a iniciativa privada, também põe de manifesto seu interesse por “acabar com a fome no Planeta” que junto à chamada Revolução Verde, dão os primeiros passos num projeto de dimensões globais³, que neste trabalho denominamos SAAG. Na “moeda” da fome, de um lado estão os governos e as políticas, do outro as empresas e seus interesses.

O combate à fome se coloca como um comum objetivo, assim, governos e empresas “unirão seus esforços” no combate à fome. Essa associação se baseou basicamente no que foi denominado de processo de modernização do campo, em que foram implementadas diversas metodologias de produção rural, cuja base foi a mecanização e também o uso de agroquímicos, de maneira tal que,

2 Mesmo que os governos promovam, também, políticas relativas aos padrões e práticas de produção de alimentos, entendemos que as empresas exercem pressão suficientemente importante sobre os governos em favor de seus interesses.

3 Sobre este argumento veja-se item 2.2.

possibilitou a expansão e dimensão das plantações numa quantidade e extensão jamais vistas na história humana.

No entanto o problema da fome não foi absolutamente solucionado e outros problemas se lhe somaram em proporções semelhantes demonstrando a insustentabilidade do projeto. Desde aproximadamente a década de 1960, o número de famintos segundo dados da ONU mantêm-se constante na casa dos 800 milhões de pessoas no mundo, somando-se a isto uma sistemática perda de soberania sobre os cultivares, deterioro das águas, do ar, da qualidade dos alimentos e paradoxalmente, mesmo que sejam produzidos “alimentos” para “acabar com a fome”, eles não chegam à mesa dos famintos.

Não obstante, o que nós entendemos como insustentável, para muitos se tratou de um enorme sucesso, já que estamos falando de um negócio que movimenta milhares de ativos nos mercados e nas bolsas de valores ao redor do Planeta, todos os dias. Assim, governos criam e recriam políticas de apoio e subsídio à Revolução Verde e por sua vez as empresas criam e recriam modelos de produção e dependência aos alimentos e sementes que elas produzem. Entendemos que neste sentido, as políticas de “combate à fome” não fazem outra coisa, senão reforçar a ampliação desse sistema. Cabe perguntar qual o papel e alcance de uma Segurança Alimentar que a ONU/FAO representam para governos e sociedades diante de um sistema alimentar que centraliza de forma hegemônica praticamente a totalidade da cadeia de produção de alimentos⁴ no mundo.

1.2 Tema problema

No âmbito local (doméstico) os fenômenos do SAAG despontam como já admitimos, numa “projeção em escala” do grande sistema global, não estamos com isso afirmando que deve ser por força sempre assim, ou que não exista margem para a originalidade, pelo contrário, acreditamos que no âmbito local as idiosincrasias próprias dos atores sociais envolvidos promovem roteiros amoldados às suas realidades e necessidades.

4 Perez-Cassarino (2012) utiliza o termo cadeia alimentar em referência a Riechmann (2003) que faz alusão ao espaço em que os processos econômicos do SAAG se entrelaçam outorgando funcionalidade ao sistema: “Um pequeno número de grandes empresas controla grandes fatias de mercado em cada setor produtivo do sistema agroalimentar, desde a semente e os insumos na agricultura, passando pela comercialização dos produtos agrícolas, seu processamento e distribuição.” (Perez-Cassarino, 2012. p. 105). A descrição do processo linear remete ao conceito de cadeia, entretanto, quando fazemos referência a outras instâncias adjacentes aos processos descritos acima, utilizaremos o termo rede, ou seja, introduzir uma noção de abrangência e complexidade para além da linearidade dos processos. Por outra parte o conceito sistema definirá a totalidade dos processos incluindo as redes que por sua vez incluem as cadeias.

Preocupados, então, em como esse global incumbe, pressiona, insinua seus interesses numa escala doméstica, é que procuraremos num perímetro cujas fronteiras não se dilatam para além da cidade de Curitiba e Região Metropolitana, se subsistem respostas, qual o alcance que o SAAG detém e quais suas repercussões no marco dos modelos de produção e distribuição de alimentos, diante das reflexões⁵ que circunscrevem a Soberania e Segurança Alimentar e o Direito Humano à Alimentação no âmbito local.

Retratado⁶ por algumas entidades que adotamos cuidadosamente, esse “local” não exclui o caráter complexo da constituição de seus elementos e suas relações, seja entre as próprias entidades, como com as instituições e dimensões⁷ macro que serão tratadas neste trabalho, entendendo estas últimas como a base estrutural dos sistemas que se entrelaçam nesta realidade social, política, econômica e ambiental. A partir daqui a grande questão que nos colocamos é: **Quais as repercussões do Sistema de Abastecimento Agroalimentar Global – SAAG no âmbito local diante das tensões que subsistem entre Mercado e Segurança Alimentar.**

Cabe neste ponto definir o termo “entidade” que será utilizado ao longo do trabalho, com o objetivo de esclarecer e justificar sua expressão. Segundo Mafra (2005) em referência a Meireles (1999), o termo entidade no marco jurídico se refere a toda “pessoa jurídica, pública ou privada; órgão é elemento despersonalizado ao qual cabe realizar as atividades da entidade de que faz parte, por meio de seus agentes, pessoas físicas investidas em cargos e funções” (MAFRA, 2005. s/p).

Com o propósito de responder à interrogante colocada anteriormente, deve-se em primeiro lugar, considerar a dimensão, alcance, responsabilidade social e ambiental, além do posicionamento estratégico das entidades escolhidas com essa finalidade nesta esfera local. Neste contexto, nosso objetivo geral é o de identificar como uma Segurança Alimentar, que será oportunamente definida, encontra seu lugar num universo em que ainda devem ser delimitadas visões, argumentos e ações sobre combate à fome, alimentação adequada, Direito Humano à Alimentação, etc.

Acreditamos que esta aproximação nos ajudará a responder à nossa questão principal, assim como, entender o papel e as sinergias anteriormente assinaladas para o sistema global em relação àquilo que podemos observar como aparentes disjuntivas entre Segurança Alimentar e SAAG. É neste ponto que intervêm o nosso ponto de partida, diante do sentido que possa adquirir a Segurança Alimentar, enquanto política ou “cartaz” de combate à fome é oportuno salientar que, esta se trata de uma visão unilateral proporcionada principalmente pela retórica incorporada à Revolução Verde,

5 De maneira ainda ampla, essas reflexões se referem ao tratamento que recebe a Segurança Alimentar no âmbito dos vetores políticos e organizacionais do nosso espaço de estudo.

6 Discorreremos sobre essa representação mais adiante.

7 Conceito que será discutido oportunamente.

assim como, das Organizações Internacionais (ONU, FAO, etc.).

A Segurança Alimentar como política no Brasil tem seguido uma trajetória ligada substancialmente à criação de programas que visam combater à fome e a desnutrição, assumindo evidentemente características próprias em relação ao reducionismo das posturas globais sobre esse mesmo assunto, já que, além disso, eles sugerem uma maior atenção a povos e comunidades tradicionais, como também, a necessidade de uma reforma agrária, entre outros aspectos de relevância e de interesse coletivo.

Como anunciamos, é necessário situar o epicentro teórico que assumiremos ao longo do trabalho em relação à Segurança Alimentar, com este objetivo apresentamos em primeiro lugar e a título introdutório dois enfoques distintos, embora não excludentes, que definem a Segurança Alimentar, tanto do seu ponto de vista teórico, como das aplicações práticas que derivam de seus princípios e ideias. Daqui subtraímos aquela visão de Segurança Alimentar que consideramos mais apropriada para assumir ao longo do trabalho.

De um lado identificamos uma Segurança Alimentar histórica, global, trazida pelos ideais da Revolução Verde, cujos princípios motivaram a implementação de um sistema de produção alimentar do qual se propagara um modelo hegemônico a partir dele, sobre isto ampliaremos no segundo capítulo. Por outra parte, devemos fazer referência a uma Segurança Alimentar que foi construída a partir das necessidades alimentares, nutricionais e sociais brasileiras, denominada de Segurança Alimentar e Nutricional. Esta última e de forma sintética é o resultado de uma construção política que teria considerado as demandas alimentares e nutricionais, num contexto em que o Brasil, segundo a ONU, se enquadrava ainda no “Mapa da Fome”⁸.

Com este objetivo iniciaremos o capítulo II, descrevendo de maneira sucinta a constituição da Lei de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil, dita explanação nos permitirá estabelecer diferenças e aproximações entre a “Segurança Alimentar da FAO” e a “brasileira”. Estes contrastes consentem de justificar o marco de referência que assumiremos sobre uma determinada Segurança Alimentar, partindo do pressuposto de que serão encontradas dessemelhanças, tais que, fundamentem nossas escolhas.

Os capítulos II e III têm como finalidade apresentar duas linhas históricas (eixos) que devem ser vislumbradas em paralelo, trata-se da constituição de duas estruturas, uma de caráter ou alcance global e a segunda de caráter ou alcance nacional. Cada uma delas descreve e relaciona

8 Segundo relatório da FAO de 2015, o Brasil se encontraria fora do denominado Mapa da Fome, meta alcançada ou em vias de ser alcançada dentro dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (1990 – 2016) e da Cúpula Mundial sobre a Alimentação propostos pela ONU. Informação disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i4674s.pdf>>.

componentes dimensionais⁹ que se constroem em função das “necessidades” e interesses estruturais que sustentam o sistema de abastecimento agroalimentar, seja no marco global, local, ou em ambos ao mesmo tempo, como veremos seguidamente.

Assim, em seguida de justificar a Segurança Alimentar de referência para este trabalho, passamos para o primeiro eixo histórico mencionado, no que definiremos o Sistema de Abastecimento Agroalimentar de um modo extensivo e entender o modelo e estrutura do Sistema de Abastecimento Agroalimentar Global – SAAG. Esta aproximação conceitual nos permite avançar sobre a composição estrutural, que opera seus objetivos através de uma plataforma histórica e global.

Seguidamente para entendermos o porquê dessa construção, adentramos no que denominamos neste segundo capítulo de “Indústria da fome”, de como ela, enquanto um importante problema global se converteu no marco discursivo e propagandístico da Revolução Verde. Bem como essas ideias são globalizadas e conseguem alcançar as organizações, os Estados e suas populações com grande destreza com o apelo da necessidade do combate à fome.

Por último apresentar algumas das transformações que conduziram a Revolução Verde, da mecanização rural e dos agroquímicos a uma matização do instrumental técnico e discursivo que permitiram a gênese da denominada Revolução Genética. Esta nova etapa tem-se legitimado a partir do reforço, especialmente, de argumentos trazidos por meio da interlocução da ONU, mais especificamente do Grupo Intergovernamental de Expertos sobre a Mudança Climática (IPCC pelas suas siglas em inglês). Trata-se de estudos direcionados a acreditar que as mudanças climáticas podem aumentar, o risco da Segurança Alimentar, principalmente em populações que se encontram em condições de vulnerabilidade socioambiental.

Essa “Revolução Genética” traria o componente biotecnológico necessário para acabar com a fome no Planeta, em resposta às inclemências climáticas que estão colocando em risco a capacidade de produzir alimentos. Baseando-se na manipulação genética de espécies que servem de alimento ou de matéria-prima a diversos ramos da indústria e que poderiam resistir a mudanças como variações de temperatura, diminuição das chuvas, entre outros. Nessa mesma linha, cabe contestar dita postura com as reflexões que defendem a manutenção e construção de uma agrobiodiversidade, ou seja, formas de produzir o alimento que consideram a complexidade dos sistemas naturais (Ecossistemas) e que ao mesmo tempo inclua a soberania dos camponeses, populações nativas e tradicionais únicos capazes de garantir a Segurança Alimentar.

9 Refere-se às dimensões que atribuímos à composição fundamental da realidade do SAAG, dimensão política, econômica, social e ambiental e que abundaremos subsequentemente.

O terceiro capítulo ocupa-se de examinar o Sistema de Abastecimento Agroalimentar na escala Brasil. Para tanto, iniciamos o capítulo com uma aproximação do que denominamos c perspectivas epistemológicas. É fundamental desenharmos um panorama daquilo que estamos olhando e apresentar uma ideia de como esse fenômeno trabalha. Em primeiro lugar, tenha-se presente que a dimensão que se ocupa da Segurança Alimentar (seja do ponto de vista político, social, econômico, nutricional ou ambiental) e a dimensão do Mercado (enquanto instituição que regula as regras e os fluxos globais de mercadorias), não são fenômenos isolados ou que podem ser tomados afastados do sistema que os contém.

Devemos sim considerar, que a partir do momento em que nos referimos à correspondência que envolve Segurança Alimentar e Mercado, olhamos para uma imensa rede (de dimensões globais), que entrelaça governos, empresas, OIs, mercados, sociedade civil e Natureza, cada um com suas especificidades e elementos característicos, além de seus interesses e métodos específicos para se manterem nessa “teia global” que diz respeito ao abastecimento agroalimentar.

É um sistema de grande complexidade para o qual Morin e Pakman (2011) nos fornecem a abstração necessária com o objetivo de distanciar-nos da linearidade típica de quem aborda este tipo de fenômeno. A proposta destes autores é a de considerarmos os fluxos inerentes, neste caso ao sistema de abastecimento agroalimentar, como um todo integrado e *aberto*. No SAAG, Mercado, Natureza, sociedade, governos e empresas, são tomados numa realidade única, e, constituída por elementos materiais e simbólicos, que embora aparentemente ou convenientemente distantes, seu isolamento teórico, conduz o inteiro sistema ao fracasso¹⁰, em especial os segmentos mais expostos e fragilizados pela ação global desse sistema que são Natureza e sociedades. É, portanto, fundamental aproximar-se deste fenômeno na qualidade de um *sistema aberto* (não linear) como veremos subsequentemente.

A segunda parte do terceiro capítulo prevê a elaboração de um fio condutor que nos leva ao momento em que o SAAG se encontra com as estruturas de abastecimento agroalimentares nacionais. Para tanto devemos tomar nosso percurso a partir de algum momento da história, que ao longo da mesma siga uma análoga direção, de tal maneira, que nos seja possível estabelecer uma coerência e paralelo entre as estruturas nacionais e globais de abastecimento agroalimentar.

Trata-se de apresentar uma história refletora da realidade atual e de que maneira esta influi na conformação e motilidade das ideias e interesses do atual sistema de abastecimento agroalimentar nacional. Observamos que não se trata somente de um reflexo em escala do SAAG,

10 Ponto de vista tomado de Morin e Pakman (2011)

como também, um reflexo das contradições históricas plasmadas nas recorrentes *crises de abastecimento alimentar* evidenciadas no país¹¹.

“As crises do Abastecimento Agroalimentar no Brasil”¹², antecipam a condução do perfil político, econômico e social que o país tem adotado em relação ao Abastecimento Alimentar¹³ desde a República Velha até o Neoliberalismo dos anos 1990, este intervalo nos permite situar determinados acontecimentos em paralelo àqueles que ocorrem no plano global. É importante frisar que esta revisão histórica, nos proporciona a base para entendermos o trajeto do modelo de abastecimento agroalimentar que se tem mantido vigorante no Brasil desde os anos 70 do século XIX.

Outro aspecto importante desta revisão, é que nos coloca diante de um modelo histórico (mercantilista), de dependência colonial, que na atualidade amplia seu alcance com a globalização, através, principalmente, das corporações e das organizações internacionais (OIs). Ou seja, o Brasil, vivencia uma relação de poder protagonizada por oligarquias rurais, “dependentes” ao mesmo tempo das metrópoles europeias, que na atualidade se somam a um mercado global de commodities, um mercado financeiro global e corporações com amplos e diversificados capitais.

Na terceira seção deste capítulo procuraremos as ligações e localização de entidades que tomam maior destaque para este trabalho, numa porção do sistema de abastecimento agroalimentar na escala Brasil e, que ao mesmo tempo apresentem um grau importante de representatividade em função da sua atuação e especificidade para este sistema de abastecimento.

Como foi dito em referência à primeira parte desta seção, nos defrontamos com um sistema de grande complexidade, nele se entrelaçam diversos atores de natureza pública e privada, essa variedade certamente nos gera uma enorme dificuldade, pois como procuraremos nessa imensidão evidências que apoiem a hipótese de que a Segurança Alimentar segue um determinado fluxo ou comportamento em conformidade com tão complexo marco de atores e, portanto, de variáveis que possam ser extrapoladas.

Diante desta dificuldade espacial e pela clara insuficiência de tempo para a realização de um trabalho exaustivo que seja capaz de indagar todas e cada uma das entidades e atores deste sistema, delineamos um “mapa” que simultaneamente nos propicie uma ideia do posicionamento e dos vínculos de algumas entidades, que se bem, não dão conta do todo desempenham um papel importante do ponto de vista material e também simbólico.

11 Ampliaremos sobre este argumento no capítulo III.

12 Munaretto et al 2015

13 Lembremos que “abastecimento alimentar” refere-se à alimentação de uma forma mais ampla, incluindo ultra-apressados ou com finalidades industriais alimentares indiretas como o abastecimento da pecuária.

Neste sentido, faremos uma abordagem mais aprofundada em quatro entidades que escolhemos para buscar evidências e que nos forneçam os indícios que necessitamos para responder à nossa questão principal, elas são a Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento (SEAB), a Central de Abastecimento (CEASA), a Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP) e a Cooperativa de Agricultores Orgânicos e de Produção Agroecológica (COAOPA).

Quando se trata da Segurança Alimentar algumas terminologias são obrigatórias no marco das discussões dos dias atuais. Nesse sentido voltaremos à ideia de Segurança Alimentar, mais especificamente à construção simbólica dos sentidos que lhe são atribuídos. Recordemos que no segundo capítulo exploramos o entendimento de que o combate à fome foi um recurso utilizado pela Revolução Verde como forma de legitimarem uma Segurança Alimentar preocupada com a fome humana no Planeta. Os debates atuais, por sua vez, integram aos propósitos de combate à fome atributos à alimentação como saudável e de qualidade, portanto, a Segurança Alimentar, não pode dispensar na sua dimensão de análise estes conceitos.

Estes conceitos não somente procuram definir determinadas peculiaridades alimentares, como também dizem respeito às escolhas que são priorizadas no SAAG ou em parte do mesmo. Assim, com a intenção de alcançar nossos objetivos, nos propomos neste capítulo a definir os conceitos de Segurança e Soberania Alimentar¹⁴, entendendo sua complementariedade e muitas vezes indissociabilidade diante das garantias que oferecem enquanto políticas para as sociedades e o Meio Ambiente. Na literatura acadêmica se reconhece que ambos são conceitos que permanecem em construção, o que nos abre um leque maior de possibilidades e questionamentos em relação à utilização dos mesmos.

Outra leitura que pode ser feita a este respeito afirma que, é importante observar como a ideia de Segurança Alimentar é utilizada pela agroindústria alimentar e pelos Estados por meio do subsídio político e econômico, para a expansão e consolidação do SAAG. Ainda neste capítulo, será abordada a influência do conceito de Soberania Alimentar para a construção das políticas de Segurança Alimentar e o que ele representa para as formas alternativas do modelo hegemônico de produção de alimentos.

Para o mercado, a alimentação adequada, desde que seja possível armazená-la numa definição “padrão” e homogeneizadora, conseguiria determinar quais deveriam ser as “regras” de consumo de alimentos, ou seja, a definição dos hábitos alimentares das populações. Por último

14 Ambos os conceitos estão em construção, desde suas origens e provavelmente serão, por longa data, redefinidos a partir das arenas e interesses distintos em que se assentam. Não pretendemos, portanto, trazer uma definição definitiva sobre os termos, simplesmente uma abordagem que nos permita enquadrá-los em seus contextos, para que nos seja possível entender um pouco melhor como estes são empregados.

pretendemos voltar nossa atenção para aqueles que são definidos como Hábitos Alimentares, mas não somente como o resultado de uma identidade cultural própria e singular e sim como o resultado de uma concentração corporativa que consegue prescrever esses hábitos.

Sabemos que se trata de um assunto bastante complexo e que mereceria uma maior profundidade, no tocante à construção dos hábitos alimentares a partir da cristalização de imaginários que definem a cultura alimentar de determinado grupo pelo constrangimento global. No entanto nos ocuparemos somente em discutir os hábitos alimentares, a partir de um conjunto de argumentos em que a concentração corporativa do mercado e do abastecimento de alimentos consegue sentenciá-los.

Pela natureza exploratória e ensaística deste trabalho, as considerações finais não intencionam ser conclusivas, espera-se que a contribuição desta realização agregue, principalmente, com a função reflexiva e germinativa num tema de grande interesse científico e social.

1.3 Procedimentos Metodológicos

A abordagem desta pesquisa é o resultado de uma construção do conhecimento, cujas características propõem-se a estudar os fenômenos em questão, a partir de um foco interdisciplinar que é o objetivo do Programa de Pós-Graduação em meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná. Parte-se do pressuposto que o estudo das problemáticas socioambientais não pode ser reduzido a abordagens disciplinares, pois a complexidade dos mesmas, não permitem ao pesquisador ter uma visão sistêmica do problema.

O presente trabalho intenciona utilizar um o foco de pesquisa interdisciplinar, neste sentido, tivemos o cuidado de tratar nosso objeto de estudo de forma ampla e aberta, no sentido que Morin e Pakman (2011) se referem aos sistemas abertos em oposição àqueles fechados.

Consideramos em todo momento da pesquisa que o fenômeno ao qual nos aproximamos, deve ser desmembrado, não bastam respostas disciplinares quando os elementos envolvidos, sociedade, mercados, Natureza, entre outros presentes, estão diretamente implicados e se retroalimentam no mesmo sistema. Devemos ter presente que “[...] *se opera necesariamente por la quiebra y la ruptura de sistemas cerrados, que no tienen dentro de ellos mismos la aptitud de la transcendencia*”. (MORIN & PAKMAN, 2011. p. 73-74).

Para este trabalho, em primeiro lugar devemos recortar o universo de exploração, como foi anunciado na introdução se trata de um universo muito amplo e não nos seria possível abordá-lo em sua totalidade neste momento. A aproximação a uma porção representativa do SAAG, pretende ser uma projeção em escala menor do grande sistema global, sabemos que as grandes instituições que dele participam, são o Estado e o Mercado, assim, resta por apontar as entidades que nos interessam.

De modo que nos seja mais acessível a identificação das entidades que compõem o espaço que delimitamos, nos propomos a desenhar um organograma, que nos mostre a relação e papel que as entidades adotadas neste trabalho adotam em conjunto e individualmente. Para tanto dividimos o nosso organograma distinguindo a participação de entidades federais, estaduais e municipais, além de um pequeno espaço histórico que esclarece a origem de algumas delas, fazem parte do recorte na escala doméstica, referindo-nos ao Brasil.

Apesar dos recortes, ainda olhamos para um sistema de grande complexidade, as instituições aqui presentes, as entidades, a sociedade e a Natureza¹⁵ se entrelaçam por meio de relações muitas vezes invisibilizadas por interesses dominantes de caráter hegemônico e acabam excluindo grande parte dos atores envolvidos, prevalecendo, assim, o perfil economicista do sistema. Conscientes de que não é possível aceitar a visão fragmentada e reducionista dos atores e entidades de maneira individual, procuramos em Morin & Pakman (2011) algumas explicações que nos ajudem a entender e justificar a escolha daquelas entidades que representam nosso recorte de análise.

Entende-se que o Abastecimento Agroalimentar¹⁶, envolve praticamente toda a rede alimentar, ou seja, desde as sementes até o que se define como pós-consumo, nesse sentido não é difícil identificar que se trata de um sistema aberto¹⁷, no sentido que, devemos incorporar a Natureza nas equações que envolvem alimentos e mercado.

A escolha da Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento (SEAB), da Central de Abastecimento (CEASA), da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP) e da Cooperativa de Agricultores Orgânicos e de Produção Agroecológica (COAOPA), justifica-se em primeiro lugar pelos volumes de alimentos que passam pelas entidades, seja pela compra direta e/ou subsidiada, pelas pontes de mercado que são criadas, pelos programas de incentivo e promoção rural, pela assistência técnica, entre outros¹⁸. Cabe acrescentar que não se trata de uma delimitação espacial no sentido de delimitar fronteiras inamovíveis ao fenômeno descrito e sim proporcionar um espaço visível a nossa realidade cuja elasticidade dependerá do alcance de cada entidade em particular.

Em segundo lugar, o que nos motiva a realizar esse recorte é a paridade nas entidades em relação à sua participação, não somente em Curitiba, como também na Região Metropolitana, paridade no sentido em que esta participação não está limitada à cidade de Curitiba, ao tempo que envolve agricultores de diversas regiões do estado do Paraná, o que amplifica sua relevância.

Como objetivo geral pretende-se avaliar em que medida existe ou não uma aproximação das entidades delimitadas neste trabalho aos supostos contrastes entre Mercado e Segurança Alimentar que subsistem no SAAG. Essa aproximação pode ser maior ou menor, ou mesmo inexistente,

15 Ao longo do texto diferenciaremos natureza de Natureza, sendo que a primeira se refere, segundo ANGIONI (2010), a “natureza é certo princípio ou causa pela qual aquilo em que primeiramente se encontra muda ou repousa em si mesmo e não por concomitância” (Aristóteles, 192b 20-3 apud Angioni, 2010. p. 540). Diferente de Natureza, entendida como “Todos os seres que constituem o universo”. (FERREIRA, 1986 apud Oliveira, 2012. p. 53).

16 Ampliaremos sobre este conceito no capítulo IV.

17 Morin & Pakman (2011).

18 Adiantamos na introdução o porquê considerar algumas entidades.

procuramos determinar se nesse pequeno espaço cuja intenção é a de representar de forma escalar o SAAG, podemos observar em qual direção se delineiam os compromissos da Segurança Alimentar.

Para podermos avaliar essa questão, partiremos de dois eixos históricos bem definidos. O primeiro deles diz respeito à trajetória que delimitou e consolidou o SAAG. Esta construção proporcionará as ferramentas teóricas necessárias ao entendimento do SAAG, enquanto sistema global, ademais de compreender sua expansão e consolidação. Em segundo lugar, a construção histórica dos elementos que constituem o caminho que conduziu à criação de políticas nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional nacionais. Entendemos que estas ferramentas *histórico-globais*, proporcionam o alicerce fundamental para que nos permita avaliar o conteúdo das interlocuções realizadas para orientar as respostas aos nossos questionamentos.

Esta avaliação, entretanto, não pretende apresentar respostas definitivas sobre os interesses e as escolhas no nível Brasil em relação às aproximações ou eventuais distanciamentos que possam ser identificados no conteúdo das respostas que serão dadas. Intenciona sim levantar questionamentos e aproximar o leitor da realidade na que se insere um sistema que gere os modelos de produção de alimentos, de abastecimento alimentar, de combate à fome, etc.

Com este objetivo, recorreremos a uma visão e não necessariamente um conceito de Segurança Alimentar prefixado, que seja amplo, que seja capaz de enxergar o fenômeno como um sistema aberto e não fechado. A LOSAN carrega parte dessa visão que procuramos, assim como, algumas das definições que apresentamos no seguinte capítulo, as quais abrangem, critérios culturais e de agrobiodiversidade.

Indaga-se nos questionários, a respeito de como a entidade percebe ou define a Segurança Alimentar, a Qualidade Alimentar, o envolvimento da entidade com a produção de alimentos e com o mercado de alimentos. Evidentemente esta avaliação é essencialmente qualitativa, no entanto, nos permite contrastar uma sensibilidade que se traduz em fatos e não somente em discursos. A avaliação do conteúdo das entrevistas submete estas informações, como já dito, a uma visão de Segurança Alimentar e não a um conceito acotado, cuja tendência é a de reduzir tudo a categorias econômicas e de mercado.

O questionário¹⁹ em forma de entrevista semiestruturada, embora permita que o entrevistado discorra com liberdade sobre as questões que lhe são colocadas, temos o cuidado de manter um eixo condutor e ficar atentos às diferenças que possa haver entre as entidades. De uma forma geral²⁰, dividimos a entrevista em quatro categorias de abordagem: sobre a Segurança Alimentar e o

19 Modelo em anexo

20 Instituições privadas não são questionadas em relação à alimentação como um Direito Humano

entendimento e conhecimento que os representantes têm sobre ela, sobre a SA e o apoio que recebe dentro da entidade, seja através de iniciativas, Programas, diretrizes, etc. Em segundo lugar, sobre o entendimento que os agentes possuem a respeito do que é a qualidade alimentar e de como cada entidade desdobra políticas/iniciativas nesse sentido. Também são questionados sobre a visão e atitudes diante da “polêmica” dos agrotóxicos e transgênicos, tecendo uma ponte com o item qualidade. Por último, são levantadas questões em relação aos critérios de compras e/ou aquisição de alimentos por parte das entidades.

Em alguma medida, são questões complementares aos fundamentos de qualidade alimentar, pois contemplam a origem dos alimentos e as relações das entidades com os produtores rurais, desde as modalidades de contrato, até as exigências de fornecimento. Sobre esta última questão, esperamos que revele as preferências sobre os modelos de produção agroalimentar, diante da pressão hegemônica do modelo convencional.

A título de justificativa entendemos que o valor dos resultados desta pesquisa, são importantes na medida em que, a questão alimentar é tratada como um assunto prioritário na agenda dos Estados, das empresas e da sociedade civil. Esteve (2017) em referência à Via Campesina, defende que a alimentação é um ato político, uma maneira de reivindicar o espaço de vida, da diversidade cultural e Natural. O acesso aos alimentos deve ser garantido e ao mesmo tempo reclamado pelas populações.

Assim, acreditamos que é importante avaliar como as entidades que estão representadas no espaço que delimitamos e cujo papel na cadeia alimentar é de grande relevância, se posicionam diante das possíveis contradições entre Mercado e Segurança Alimentar que aprofundaremos nos capítulos seguintes, visto que ditas dimensões se ocupariam em teoria de espaços tão diferentes.

2. O Sistema de Abastecimento Agroalimentar Global e a Segurança Alimentar

Como adiantamos na introdução deste trabalho, a Segurança Alimentar é reconhecida no marco do combate à fome, isto quer dizer que se trata de um conceito que abarcará o interesse de todas as nações do Planeta, não obstante, a especificidade com que cada uma lida com essa questão. No Brasil, por exemplo, a Segurança Alimentar teria adquirido uma dimensão que levou a colocar em pauta como uma prioridade neste assunto, a variável Nutricional. Essa distinção é o resultado de determinadas necessidades decorrentes de uma realidade nacional. Apesar de que a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é o referencial neste tópico e na pauta nacional, não será nela que debruçaremos nossos esforços.

Entretanto, é fundamental que diferenciemos a qual “Segurança Alimentar” apontamos e qual é o marco de referência de cada uma, pois mesmo que similares em sua essência, diferem em seus objetivos e métodos, embora não fique muito claro de que maneira a SAN tencione alcançar suas metas. Com a intenção de demarcar estes contrastes, começamos por apresentar uma de abordar de maneira breve, a trajetória da Lei de Segurança Alimentar no Brasil. Entendemos que parte de uma demanda internacional pelas recomendações de “Combate à Fome”, dadas pela ONU.

A FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura define, no Brasil, a segurança alimentar a partir do **compromisso institucional e político** do Estado brasileiro em garantir que as pessoas tenham acesso a uma alimentação de qualidade:

O maior desafio da segurança alimentar hoje é o **acesso à alimentação adequada e saudável, que seja dada de forma permanente e sustentável**, como articulado claramente pela construção da Política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil. Esse desafio envolve a institucionalização e a gestão do Sistema Nacional de SAN (SISAN) com a missão de fortalecer a noção do direito humano à alimentação adequada vista por meio de programas e ações públicas. No entanto, a consolidação das formas de proteção, respeito, provimento e exigibilidade do direito à alimentação não constitui uma tarefa simples. Fica ainda muito mais complexa se for vista qualitativamente como a promoção de uma alimentação adequada e saudável. (Disponível em: <<http://www.fao.org/brasil/programas-e-projetos/programa/pt/#c356409>> acesso em: 01 dez. 2016 – grifos nossos).

É certamente uma abordagem bem detalhada sobre os propósitos da Lei de SAN no Brasil que a FAO descreve. Reconhece-se ainda, as limitações enquanto à sua efetividade num contexto

fora da redação. Note-se ainda, que se trata de uma publicação recente (2016) e que na trajetória que apresentaremos a continuação, ainda a dimensão Nutricional não seria utilizada.

Em primeiro lugar, cabe destacar que Josué de Castro na década de 1940 publicava “Geografia da Fome”, manifestando uma real preocupação com a situação da miséria e da fome no Brasil, ainda segundo Leão & Maluf (2012), Josué de Castro foi o “primeiro intelectual que denunciou a fome como um produto do subdesenvolvimento e de um modelo econômico que de maneira perversa perpetuava péssimas condições de vida” (LEÃO & MALUF, 2012, p. 14).

Segundo Valente (2002), a Segurança Alimentar tem seus alvares no Brasil no ano de 1985 promovido pelo Ministério da Agricultura, com a Política Nacional de Segurança Alimentar (PNSA), o quadro a seguir descreve a trajetória apontada pelo autor:

1985	Ministério da Agricultura cria a Política Nacional de Segurança Alimentar (PNSA)
1986	I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição – alimentação como direito básico
1991/1993	Revistas a PNSA e cria-se Plano Nacional de Combate à Fome e à Miséria e a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA)
1994	I Conferencia Nacional de Segurança Alimentar promovida pelo CONSEA – determinantes da fome e da miséria, a concentração de renda e terra.

QUADRO 1: Cronograma PNSAN (1985 – 1994).

FONTE: Elaborado a partir de Valente, 2002. p. 10

Dentre as motivações originais que levaram o Brasil a incluir uma política nacional de Segurança Alimentar, explicam Rigon & Bogus (2015), é o fato de que o país mostrava números alarmantes de fome e desnutrição, assim a “(...) publicação do “Mapa da Fome”, registrando um contingente de 32 milhões de brasileiros vivendo em situação de indigência (IPEA, 1993), expressou as consequências das políticas adotadas nas décadas anteriores e gerou uma mobilização nacional em relação a essa situação”. (RIGON E BOGUS, 2015. p. 40).

Mais tarde, para a Cúpula Mundial da Alimentação e em decorrência do histórico que se consolida no Brasil sobre o assunto, é elaborada a seguinte definição que o CONSEA utiliza: “(...) **haverá** Segurança Alimentar **quando** todos os brasileiros tiverem, permanentemente, acesso em quantidade e qualidade aos alimentos requeridos para a saudável reprodução do organismo humano e para uma existência digna”. (CONSEA, 1995. p. 127-128 – grifos nossos).

O Brasil passa a incorporar também, a dimensão nutricional no conceito de Segurança Alimentar, e é importante sublinhar, ademais, que ambos os conceitos, Segurança Alimentar e Nutricional são divididos, pelo campo de atuação, de acordo com Valente (2002):

(...) o conceito de Segurança Alimentar ampliava-se incorporando, às **esferas da produção agrícola e do abastecimento**, as dimensões do acesso aos alimentos, das carências nutricionais e da qualidade dos alimentos. É justamente aqui que se começa a falar de Segurança Alimentar e Nutricional, como duas categorias interdependentes. (VALENTE, 2002. p. 9 – grifos nossos).

Em 2006, surge a Lei Nacional Nº 11.346 de Segurança Alimentar e Nutricional que institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, de acordo com Brasil (2006), o Artigo Nº 3 da presente define que se trata da:

[...] realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

De acordo com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar, a mesma é colocada como um marco de referência, lembrando que o CONSEA é o conselho deliberativo da lei de Segurança Alimentar junto à Presidência da República.

Segurança Alimentar e Nutricional como a estratégia que consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (art. 3º, Lei no 11.346/2006 – Losan apud CONSEA, 2014. p. 4 – grifos nossos).

Para 2009 é anunciada a implementação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em resposta a uma crise mundial de alimentos que vinha sendo midiaticizada.

A recente crise mundial dos alimentos, cujos desdobramentos ainda se fazem sentir, assim como as crises econômica, energética e ambiental que a ela se superpuseram, tornaram a implementação da PNSAN inadiável em face dos seus impactos sobre a capacidade de acesso aos alimentos e sobre a produção de alimentos sustentável e de base familiar" (Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA, agosto 2009. p. 1 – Disponível em:

<<http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/plenarias/documentos/2009/propoes-do-conselho-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-para-elaboracao-da-politica-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>>
Acessado em 09/12/16).

Em 2010 com o Decreto 7.272 o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, regulamenta a Lei 11.346 de 2006, sobre a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, tomando uma dimensão mais ampla sobre as diversas problemáticas que tangem a SAN, em seu Artigo N° 3 encontramos as seguintes diretrizes:

Art. 3º A PNSAN tem como base as seguintes diretrizes, que orientarão a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: [...] II – promoção do **abastecimento** e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de **base agroecológica**, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos; III – instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do **direito humano à alimentação adequada**; IV – promoção, universalização e coordenação das ações de segurança alimentar e nutricional voltadas para **quilombolas** e demais **povos e comunidades tradicionais** de que trata o art. 3º, inciso I, do Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, povos **indígenas** e **assentados** da reforma agrária; VII – apoio a iniciativas de promoção da **soberania** alimentar, segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada em âmbito internacional e a negociações internacionais baseadas nos princípios e diretrizes da Lei nº 11.346, de 2006; Art. 4º Constituem objetivos específicos da PNSAN: II – articular programas e ações de diversos setores que respeitem, protejam, promovam e provejam o direito humano à alimentação adequada, observando as **diversidades** social, cultural, ambiental, étnico-racial, a equidade de gênero e a orientação sexual, bem como disponibilizar instrumentos para sua **exigibilidade**; III – promover sistemas sustentáveis de base agroecológica, de **produção e distribuição de alimentos que respeitem a biodiversidade** e fortaleçam a agricultura familiar, os povos indígenas e as comunidades tradicionais e que assegurem o consumo e o acesso à alimentação adequada e saudável, respeitada a diversidade da cultura alimentar nacional; (BRASIL, 2010 – grifos nossos).

De acordo com o presente artigo da Lei 11.346/2006, fica determinada a criação de um Plano nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que é um significativo avanço na própria Lei, uma vez que o Plano prevê a criação de Secretarias nos Estados, para que possa ser levada a cabo com maior eficácia a Lei de SAN. No Paraná quem representa a Lei e os Programas a ela

vinculados é a Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento (SEAB) como veremos oportunamente.

Ainda sobre a Lei Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, cabe lembrar que, “a Lei no 11.346/2006, denominada “Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN)”, foi criada sob inspiração e recomendação da ONU, a qual sugeriu que cada país pensasse a sua lei de segurança alimentar e nutricional”. (BEZERRA & ISAGUIRRE, 2014. p. 679 – aspas no original).

Por último, sobre o Sistema de Abastecimento Alimentar no Brasil, o relatório do CONSEA (2014) deixa bem clara a importância e o papel essencial na regulação da produção e venda de alimentos, levada a cabo, principalmente, pelo Estado, numa arena de disputa bem conflituosa com o setor privado, argumento que será aprofundado oportunamente.

Nessa concepção, o abastecimento alimentar engloba o conjunto diverso de atividades que **medeiam a produção e o consumo de alimentos**, constituindo campo de ação estratégico que **permite articular a promoção de modelos de produção** socialmente equitativos, ambientalmente sustentáveis e culturalmente adequados, e a ampliação do acesso a uma alimentação adequada e saudável. Após o abandono de uma política ativa com desmonte parcial dos instrumentos desde a década de 1980, resultando no predomínio quase absoluto da regulação privada dos modos de produção e consumo, a retomada do papel do Estado em várias e fundamentais frentes [...] (CONSEA, 2014. p. 21-22 – grifos nossos).

Como havíamos avançado, tanto a ideia, como a política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil são edificadas sobre acentuadas problemáticas ligadas a agravados quadros de fome e desnutrição. Nesse sentido a Lei 11.346/2006, procura ser ampla e inclusiva daqueles que não somente padecem o flagelo da fome, como ademais, daqueles que muitas vezes são empurrados para fora de suas terras e da sua segurança pela contínua expansão do agronegócio e da indústria de alimentos.

Assim, em vez de verificar em que medida estas orientações ganham espaço na sociedade, a sugestão é de examinar em que medida uma Segurança Alimentar desenhada a partir de interesses globais de mercado, das Organizações Internacionais e de Estados que apoiam uma racionalidade econômica hegemônica e de sistemas fechados, travam tensões, ou não, por espaços estratégicos e de ação numa escala local.

Por esta razão nos concerne explorar uma Segurança Alimentar do global, da Revolução Verde (como será visto nas seguintes seções), buscar por evidências de uma Segurança Alimentar transformada pelas necessidades locais (exemplo, SAN), ao mesmo tempo em que é tencionada

pelos interesses do Mercado em favor da sociedade e da Soberania Alimentar, conceito que será tratado oportunamente.

A escolha de tomar como marco fundamental para este trabalho a Segurança Alimentar sem sua componente Nutricional, ou seja, a visão de referência que é utilizada preferencialmente pelos Estados, pelas Organizações Internacionais e pelos mercados, está dada, justamente pela pretensão de representar a perspectiva e o instrumento hegemônico nesse marco.

Por esta razão se parte da que identificamos como Segurança Alimentar e não da construção nacional, a SAN, buscamos evidências de uma ação global cujos interesses, como veremos, apresentam importantes diferenças em seus objetivos e métodos como sinalizamos. Evidências negativas, ou bem, um distanciamento significativo de uma Segurança Alimentar na visão hegemônica em nosso palco de análise, demonstrariam avanços numa direção, que pela redação da Lei 11.346/2006, valorizariam e contemplariam um engajamento com a soberania nas práticas de produção de alimentos, o reconhecimento de uma essencial agrobiodiversidade, de espaços destinados à reprodução material e cultural de povos e comunidades que preservam suas identidades e fortalecem uma produção alimentar voltada para o local, entre outros propósitos listados na Lei.

2.1 O Sistema de Abastecimento Agroalimentar Global

A proposta inicial do capítulo é a de apresentar um panorama conceitual e contextual daquilo que será identificado como o Sistema de Abastecimento Agroalimentar Global (SAAG). Não pretendemos realizar uma abordagem exaustiva sobre todos os elementos (atores, instituições, entidades, etc.), que compõem esse sistema já que isso demandaria um tempo de estudo e profundidade que não dispomos neste momento. O SAAG é uma estrutura muito complexa, atravessada por uma dimensão política, uma econômica, uma social e ambiental, que se entrelaçam reforçando as relações de poder e dependência que são criadas no sistema diante da sociedade humana e da Natureza²¹.

Neste sentido, nos interessa apresentar algumas noções de conceito e de contexto, de tal maneira que o leitor possa refletir sobre o que o SAAG representa para as sociedades humanas e para a Natureza. Cabe ainda destacar que as dimensões política, econômica, social e ambiental serão tratadas, por momentos de forma conjunta, a menos que mereça alguma atenção específica necessária à nossa reflexão. Assim, entender o papel, composição, relação com sociedades e Natureza do SAAG, serão nossa prioridade neste capítulo.

A definição, ou bem, noção que propomos para o SAAG, é colocada a partir da leitura do economista espanhol Cabeza (2010) e do economista brasileiro De Paula (2017), ambos convergem na ideia de que o sistema agroalimentar ou como preferimos denominar SAAG apresenta forte relação com cadeias de produção alimentar e, portanto, envolvem processos desde a extração/produção, até o consumo final (consumidores), nesse marco, instituições²² como Mercado, Estados, Organizações Internacionais (OIs) e Natureza, terão grande protagonismo na construção e alcance da estrutura desse sistema.

21 Natureza com maiúscula se refere à totalidade dos ecossistemas da biosfera terrestre.

22 De acordo com (ZUNINO, 2002), “*Guiddens (1984) define institución como un conjunto de reglas y recursos reproducidos a través de lapsos prolongados de espacio-tiempo, lo cual equivale a conceptualizar una institución como una estructura que ha alcanzado cierta estabilidad a través del espacio y a lo largo del tiempo*”. Nesta mesma linha (ZUNINO, 2002) afirma evitar reducionismos conceituais afirmando que uma instituição é sobretudo, “*un conjunto de reglas reproducidas en el devenir de la vida diaria por agentes operando en distintos niveles funcionales. Estos agentes no son inherentemente libres, enfrentan una serie de posibilidades y restricciones provenientes de sistemas sociales más o menos permanentes en el espacio y tiempo (agentes estructurados)*”. Por último a instituição possui a particularidade de operar como explica (ZUNINO, 2002), em diferentes níveis funcionais, mas não necessariamente num desenho *top-down*, mas em todo caso, sempre como uma relação de poder. “*En efecto, al considerar una institución como un conjunto de reglas operando a través de distintos niveles funcionales, se permite relacionar el nivel local con procesos más generales, lo que facilita comprender la manera en la cual regiones y lugares responden diferenciadamente ante circunstancias generales*”. Com o objetivo de diferenciar instituições de demais agentes ou entidades, escreveremos sempre com maiúscula (Estado, Mercado, Natureza, etc.).

Ditas instituições mantêm relação entre elas por meio de dimensões que, por sua vez se entrelaçam e complementam, nos referimos à dimensão econômica, política, social e ambiental, desenhamos, assim, uma estrutura em que as mencionadas instituições são funcionais a interesses e características próprias, não obstante, há dependência entre elas, por esta razão, preferimos olhar para o SAAG como um todo complexo, capaz de estruturar-se a partir destas convergências.

Uma forma didática de visualizar a estrutura do SAAG pode ser por meio das dimensões que a envolvem e sua relação com as instituições mais relevantes no sistema, reforçamos ainda, que nossa intenção não é o aprofundamento nessas dimensões neste momento, nem sequer das instituições representadas, se trata simplesmente de ilustrar a “localização” e de que maneira as mesmas poderiam interagir. Entendemos que o SAAG depende de cada uma das dimensões exemplificadas na figura Nº 1, assim como, das interações que são mantidas com as instituições.

Na figura abaixo mostramos que a estrutura do SAAG não pode estar limitada, ou bem, reduzida às dimensões econômicas e políticas, embora tomem um maior destaque e visibilidade na sociedade. A dimensão ambiental em indissociável relação com a dimensão econômica é o centro das disputas por recursos, matérias-primas e terras para uso das corporações. Por sua vez a dimensão social coparticipa junto às demais dimensões, já que é nela que acontece o consumo e a demanda por alimentos. Cada uma dessas dimensões envolve-se mais diretamente com uma instituição em particular, por exemplo, a dimensão social encontra-se mais próxima do Estado como instituição, não obstante essa proximidade, não deixa de não se aproximar das demais instituições, justamente pela inclusão em todos os elementos da estrutura do SAAG.

A dimensão política, pela sua correspondência com regulamentos e orientações no marco da constituição de políticas e recomendações, mais abeirada às Organizações Internacionais (FAO, FMI, OMC, etc.), por se tratar de um sistema global, mantêm, ademais, seu laços de influência e vizinhança com as outras dimensões, no marco, principalmente, da organização e recomendações sobre o funcionamento geral do SAAG. A instituição Mercado representa para o SAAG a realização “legítima” da racionalidade econômica que se impõe no mundo, junto às suas aspirações de modernidade e crescimento econômico.

Em suma, o SAAG depende e está ligado a diversas dimensões que por sua vez são interferidas pelas instituições representadas na figura. Acreditamos importante, entretanto, que sejam aprofundadas as mencionadas relações, o que elas representam, o alcance individual e coletivo da totalidade da estrutura. A breve explicação da estrutura macro do SAAG apresentada, foi possível graças às leituras de Cabeza (2010), De Paula (2017), Esteve (2017), entre outros.

A partir da exposição da estrutura macro do SAAG, podemos em seguida nos aproximar de algumas especificidades próprias ao sistema, que se avizinham mais do fenômeno que pretendemos observar, descrever e avançar resultados. A partir deste ponto em diante falaremos de Abastecimento Alimentar quando nos referimos de forma ampla à alimentação, seja ela de origem rural (diretamente da agricultura), sejam os ultra-processados (indústria de alimentos)²³, por outra parte quando falamos em Abastecimento Agroalimentar, não estamos considerando o marco industrial, somente àqueles alimentos de origem rural.

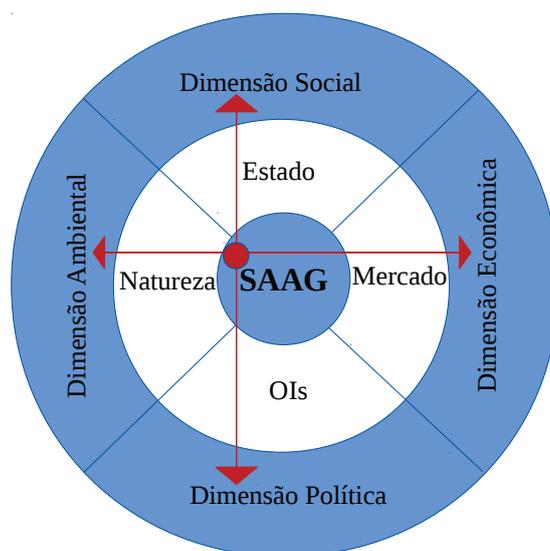


FIGURA 1: Esquemática da estrutura do Sistema de Abastecimento Agroalimentar, suas instituições e dimensões principais.

FONTE: Elaboração do autor, 2018.

Para entendermos, o papel do Abastecimento Alimentar e seus processos, Cabeza, (2010) explica que o mesmo: “[...] *tiene como hilo conductor su progresiva integración en la organización industrial de la producción, la distribución y el consumo de alimentos*”. (CABEZA, 2010. p. 33). Quando nos referimos ao Abastecimento Alimentar, portanto, falamos de um sistema integrado, e não como muitas vezes se interpreta esse conceito, pela simples disponibilidade de alimentos.

A economia, por exemplo, teria uma visão *unidimensional* sobre as relações dos mercados com a alimentação, descartando o caráter *biocultural complexo*, afirma Cabeza (2010). De Paula

²³ É conveniente observar que determinadas commodities não são diferenciadas como “não-alimentos” como, por exemplo, “alimentos” que são produzidos para a indústria de biocombustíveis, para nós, no entanto, é importante fazer essa diferenciação.

(2017) também argumenta sobre as limitações da economia, enquanto disciplina e ferramenta dos fenômenos globais que envolvem o sistema agroalimentar, para este autor, “[...] **não se podem ser captadas pela lógica maximizadora** dos agentes econômicos em suas relações mercantis como demonstrado em livros de texto de economia rural e comércio agrícola”. (DE PAULA, 2017. p. 37 – grifos nossos).

Outro aspecto que deve ser levado em consideração quando nos referimos ao SAAG e, portanto, aos modelos de produção alimentar, à indústria de alimentos, ao comércio e ao consumo dos mesmos, diz respeito à intervenção do SAAG nos ecossistemas naturais, ou seja, de como esse sistema dispõe dos “recursos naturais”, ou seja, devemos olhar para o sistema alimentar dependente de uma relação saudável e construtiva com a Natureza. Sobre estas implicações discorreremos mais adiante.

O SAAG seria capaz de gerir os processos de *concentração, expansão e reorganização*, afirma Cabeza (2010), isto colocaria o SAAG no centro de muitas atenções, da política, da indústria, da sociedade de um modo geral, por conta das ações muitas vezes visíveis e evidentes sobre o SAAG.

[...] *un capital que a la vez que hace posible la **concentración, expansión, y reorganización** de las corporaciones agroalimentarias, **modula el funcionamiento del sector** desde criterios de “racionalización” construidos bajo el imperativo de la “creación de valor” financiero; desde esta lógica se ve estimulada la eliminación de restricciones para la localización, el aprovisionamiento, la producción, la distribución y el consumo agroalimentario.* (CABEZA, 2010. p. 34 – grifos nossos).

Para De Paula (2017), o SAAG estaria, ainda, pautado no complexo da *Agroindústria Alimentar*, esta “estrutura compreende a indústria fornecedora de meios de produção para a agricultura, as atividades rurais, a indústria processadora, a esfera da distribuição e o consumo final”. (DE PAULA, 2017. p. 24). Ou seja, a Agroindústria Alimentar em vários pontos da cadeia alimentar é capaz de representar o próprio SAAG e a sua abrangência.

O “centro de gravidade” do SAAG estaria deslocado, segundo Cabeza (2010), de maneira concentrada na etapa distributiva dos alimentos, devido ao imenso acúmulo de mercadorias colocadas à disposição pela indústria de alimentos. Esse fenômeno pode representar uma vantagem competitiva para essa indústria, na medida em que sua inserção pode ser identificada inclusive como uma concorrência desleal diante de um mercado local que não alcance seus preços e quantidades de oferta. “*El predominio de estos oligopolios globales de compra está, pues,*

determinando de manera creciente el tipo y la calidad de los alimentos que consumimos, su coste monetario, y cómo y dónde se producen o elaboran". (CABEZA, 2010. p. 35 – grifos nossos).

O SAAG é guiado pelos interesses e regras das organizações empresariais, que tendem a alijar ou “[...] *eliminar los límites que los condicionantes sociales y ecológicos imponen al crecimiento y la acumulación*”. (CABEZA, 2010. p. 36). Para esse sistema, como afirma o economista espanhol, a Natureza e os problemas sociais, se colocam como barreiras, ao seu “crescimento”. Por essa razão são guiados por determinados princípios, que fornecem garantias ao seu funcionamento e interesses, através da concentração do poder de mercado, do subsídio, por parte dos países “desenvolvidos” e da usurpação de espaços naturais, como por exemplo:

➤ ***“La financiarización de lo alimentario”***

- Refere-se à utilização de capital financeiro de forma “ilimitada” e em detrimento do acúmulo físico de capital e mercadorias, permitindo maior flexibilidade nas transações e aquisições, principalmente de terras. *“después de identificar propiedades rurales con alto potencial de revalorización”* (Cosan web apud CABEZA, 2010. p. 36)²⁴.

➤ ***“El control de las reglas del juego alimentarias”***

- Diz respeito à centralização de regras, recomendações e em muitos casos a determinação daquilo que constitui “violação” à constituição do Mercado²⁵, ou seja, “[...] *busca controlar la dimensión institucional del mercado mundial*”. (CABEZA, 2010. p. 38).
- Deste controle participa, também, a OMC, na gestão desigual do comércio de mercadorias, entre elas é claro o mercado de alimentos.
- Farm Bill; Pac União Europeia – são exemplos do chamado “suporte à competitividade”, políticas que se ajustam a necessidades locais e não necessariamente de natureza global.

Sob um ponto de vista socioeconômico, cabe lembrar que no *controle do trabalho, dos recursos e dos produtos, encontra-se a empresa capitalista*, afirma Anibal Quijano (2010). Neste sentido, a concentração dos processos ligados ao SAAG, como sistema regulador e direcionador das regras do “jogo”, respondem à racionalidade dos mercados²⁶. *“Para los controladores del poder, el control del capital y del mercado eran y son los que deciden los fines, los medios y los límites del*

24 Sugere-se neste marco de análise aprofundar em como a alimentação se transforma em ativo financeiro, isto nos abriria um panorama muito profícuo para entendermos o comportamento dos preços e da oferta de alimentos nos mercados globais e locais.

25 “Mercado” com maiúscula representa neste trabalho a instituição, o marco em que se definem as regras globais do jogo.

26 Referimos-nos principalmente, aos processos de acumulação no marco dos mercados, cujos objetivos são guiados preferencialmente pelos princípios de eficiência e maximização de lucros.

proceso” (QUIJANO, 2010. p. 217 – grifos nossos). É interessante observar que na leitura *decolonial* como a do autor citado, que esse controle do capital não se é uma “novidade”, não é por acaso que a constituição da estrutura do SAAG é possível remontá-la ao século XVIII, como veremos posteriormente.

Sobre o SAAG, Cabeza (2010) explica que este sistema possui uma espécie de autorregulação, que através de suas regulamentações é capaz de gerir de maneira automática seus agentes, suas condições, seus custos, etc. De tal maneira que esse “Império” possa tecer suas redes para além de suas fronteiras físicas. “[...] *las normas deciden quiénes podrán ser los proveedores, dónde se localizarán y cuáles serán sus condiciones, permitiendo a las grandes corporaciones desplazar costes y riesgos hacia otros agentes, áreas y territorios. De modo que el Imperio corporativo funciona “como control remoto”.*” (CABEZA, 2010. p. 39).

Sobre a conformação estrutural, em rede, em que o sistema corporativo agroalimentar baseia e dispõe seu funcionamento, o mesmo estaria disposto hierarquicamente, de maneira tal que a administração dos recursos à disposição do *Império Alimentário*²⁷ é bem padronizada. Seria esta centralização aquela capaz, não somente de gerir, como também de se apropriar do capital do sistema. O imediato antagonismo do sistema do Império Agroalimentar verifica-se na exclusão e marginalização do que se apresenta como alternativa a esse sistema seja em políticas, práticas e/ou saberes.

El centro neurálgico de la red, -la gran corporación-, basa, por tanto, su crecimiento, no en la creación de riqueza, sino en la atracción, -apropiación-, de la ya creada. De tal manera que el “valor” en este nivel consiste en que “organiza la conquista: el traspaso y la subsecuente dominación de partes del mundo social y natural cada vez mayores. (Ploeg, 2010:147 apud CABEZA, 2010. p. 43 – grifos nossos).

O SAAG é, portanto, um sistema global, em rede, que envolve os processos de produção, fabricação e distribuição, de alimentos *ultraprocessados*²⁸ e não processados, e ao mesmo tempo ligados a uma ampla rede, também global, de insumos agrícolas²⁹, cujos interesses e objetivos são doutrinados pelo *mito da modernidade*³⁰, e do crescimento econômico infinito. A concentração

27 A influência das grandes corporações sobre governos locais, a fim de atender a seus interesses de expansão se sobrepõe à garantia do alimento como direito à população, impondo uma nova forma de 'fascismo alimentar', na qual **as grandes corporações se constituem** no que Jan Dowe van der Ploeg (2008) **denomina Impérios Alimentares**. (PEREZ-CASSARINO, 2012. p. 69 – grifos nossos).

28 Termo utilizado pelo Guia Alimentar para a população brasileira, 2014.

29 Lembrando que se trata de agroquímicos e maquinário agrícola

30 *“el mito fundacional de la versión eurocéntrica de la modernidad es la idea del estado de naturaleza como punto de partida del curso civilizatorio cuya culminación es la civilización europea u occidental. De ese mito se origina la*

ideológica e funcional do SAAG faz com que o mesmo, seja replicado³¹ em escala, no nível doméstico de cada Estado sujeito aos mesmos propósitos e interesses.

Em especial nos interessa caracterizar o conceito de *projeção em escala*, que trata especificamente da magnitude e alcance nesse sistema global. Quando nos referimos à projeção em escala, advertimos semelhanças estruturais e comportamentais nos chamados sistemas locais que tendem a reproduzir interesses e seu próprio *laissez faire*. Como exemplo disto, “[...] as transformações ocorridas no interior dos mercados agroindustriais são **manifestações locais de uma ordem mundial** em permanente mutação”. (DE PAULA, 2017. p. 31 – grifos nossos), afirma o economista. Ou seja, o SAAG se coloca como marco de referência (regras, ideologia, comportamento) para tudo aquilo que será, em alguma medida, reproduzido no nível local de cada nação e ao mesmo tempo de cada região.

A “onda expansiva” do SAAG, acredita-se repercute, não somente, na constituição dos modelos de produção de alimentos, como também, nas políticas e conceitos de Soberania Alimentar (SA) e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) como veremos ulteriormente. Do SAAG, nos interessa, portanto, analisar uma porção da sua projeção em escala naquele que definiremos como Sistema de Abastecimento Agroalimentar Local (SAAL), que para este trabalho se limita à análise de um fenômeno que envolve agentes que “representam”, ou bem reproduzem (um dos nossos pressupostos), em escala, o grande sistema, numa “versão” local.

Questionamos o papel de alguns agentes que fazem parte dessa estrutura em escala local, levando em consideração, sobretudo, a sua representatividade no sistema e as posturas que são defendidas em torno da ideia e as políticas de SAN. Não obstante, a relevância em volta de a Soberania Alimentar, não a pretendemos trazer à tona do sistema, aquilo que pressupomos se encontra na sua “forma latente”, ou em alguma medida, eclipsada por interesses distintos. Deve-se considerar, ainda, que “Os efeitos disso são manifestações locais de um fenômeno universal resultante da internacionalização da indústria alimentar”. (DE PAULA, 2017. p. 140).

O SAAG, assim como, sua projeção em escala, o SAAL, pertencem a uma estrutura que há tempos pauta sua consolidação e legitimidade, ao examinarmos seus antecedentes nos deparamos com um conceito muito importante nesta temática que é o de *Regime Alimentar*, que segundo o economista De Paula (2017), desde 1870, fomenta suas determinações no SAAG. “Há uma ordem

especificamente eurocêntrica perspectiva evolucionista, de movimento y de cambio unilineal y unidireccional de la historia humana” (QUIJANO, 2010. p. 220 – grifos nossos).

31 Este termo está sendo utilizado no sentido da sua capacidade reprodutiva, capaz de se adequar aos mais variados arranjos econômicos e sociais.

internacional em cada período histórico, governando as relações comerciais e disseminam técnicas e modelos de produção”. (DE PAULA, 2017. p. 32).

De acordo com o mesmo autor, cada período de Regime Alimentar é caracterizado por crises específicas, que envolvem os elementos estruturantes do SAAG (dimensões e instituições) que por sua vez repercutem sistematicamente nas subestruturas locais. Isto se deve a que:

Tal dinâmica se formou na esfera internacional, tanto em termos do comércio como dos movimentos populacionais desde os tempos coloniais, quando alimentos e sistemas produtivos foram transportados para novos espaços e povos imigrantes se adaptaram a novos produtos assim como os nativos incorporaram culturas e hábitos alimentares trazidos do exterior. (DE PAULA, 2017. p. 134).

Nossa atenção sobre a esfera nacional é também preocupação de instituições locais, como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), que atento à prioridade que representa o SAAG em nível local, afirma que, “[...] o abastecimento alimentar é uma preocupação para o Brasil, não apenas quanto à disponibilidade física de bens, mas também pela composição da oferta e o encarecimento da alimentação frente aos demais gastos que compõem o custo de vida.” (CONSEA, 2014. p. 54).

Com a intenção de outorgar sentido aos argumentos que foram expostos nesta seção do primeiro capítulo, propomos enriquecer o entendimento dos elementos estruturantes do SAAG, a partir da constituição de seu marco histórico, bem como, dos atores que reafirmam os valores e interesses contidos nesse sistema. Isto nos proporcionará uma plataforma de referência, capaz de situar nossas principais questões de pesquisa, enunciadas já na introdução deste trabalho, no complexo das relações do SAAG que se pretendem responder.

2.2 Indústria da fome: história, globalização e mudanças

Como colocado anteriormente, a partir da presente seção, tem-se como objetivo apresentar para o leitor dois eixos em paralelo que servirão de guia, a fim de alcançarmos com maior placidez a análise dos resultados deste trabalho. Parte-se como visto na seção anterior, da apresentação de um panorama mais amplo, que procurou definir e explicar – de maneira sucinta – o que é e como está estruturado o Sistema de Abastecimento Agroalimentar Global – SAAG. Nesse momento explicamos que se trata de um sistema globalizado e apontamos para uma estreita relação entre produção de alimentos mercados alimentares e consumidores.

Cabe ainda lembrar, que “Em seu conjunto, o sistema agroalimentar é dominado pela lógica concorrencial inerente à indústria, em termos da estrutura de mercado, das estratégias competitivas e da inovação tecnológica **transformando processos, produtos e formas de organização**”. (DE PAULA, 2017. p. 27 – grifos nossos). *Processos, produtos e formas de organização*, podemos facilmente congregá-los na realidade camponesa, da sociedade consumidora e da Natureza, diante de dinâmicas globais que exercem grande pressão nos “recursos” e nas identidades culturais.

Também fizemos referência a uma escala local do SAAG e que entendemos faz parte de uma complexa rede que alia igual que sua “versão” global, governos, Natureza e sociedade e é nesta porção que pretendemos focar nossa pesquisa. Para alcançarmos este SAAL, desenhamos dois eixos cuja constituição abrange, sobretudo, dimensões política, econômica e social, à luz de fatos históricos que possibilitaram a consolidação e “legitimidade” do SAAG.

O primeiro eixo³² refere-se ao presente capítulo e pretende aproximar-se do processo que teria delineado aquela indústria que De Paula (2017) anunciava. A indústria agroalimentar enquanto um processo complexo e global tece seus interesses desde uma Revolução Verde das máquinas agrícolas e dos agroquímicos, até uma Revolução Verde das mudanças climáticas e dos transgênicos. Não obstante a dimensão e força desse processo, devastador³³, para a Natureza e para as sociedades humanas, tem ganhado muita força e apoio de governos, organizações internacionais e empresas, em parte por alegarem possuir a capacidade de acabar com a fome no Planeta.

O problema da fome humana no mundo já foi abordado, mesmo que indiretamente, por Thomas Malthus, em 1798, quem argumentava que a qualidade de vida dos indivíduos estava

32 Falaremos do “segundo eixo” no capítulo II.

33 Vários autores, entre eles, Perez-Cassarino (2012), Santilli (2009), Esteve (2017) atribuem ao desenho da Revolução Verde a devastação, por um lado dos ecossistemas naturais e por outro das identidades e da Soberania Alimentar das sociedades humanas, conceito que será tratado neste trabalho.

diretamente relacionada ao crescimento, estabilidade ou decrescimento da população (MALTHUS, 1798. p. 64), ou seja, o bem-estar e a fome estariam ambos condicionados pela quantidade de recursos disponíveis e que pudessem ser suficientes (em termos de “felicidade”) para as pessoas.

Em 1974, a Cúpula Mundial da Fome, foi o marco representativo do interesse global por tratar o problema da fome nas nações. Nesse então, os números de subnutridos no mundo estavam estimados na casa dos 850 milhões de pessoas, como mostra o gráfico abaixo.

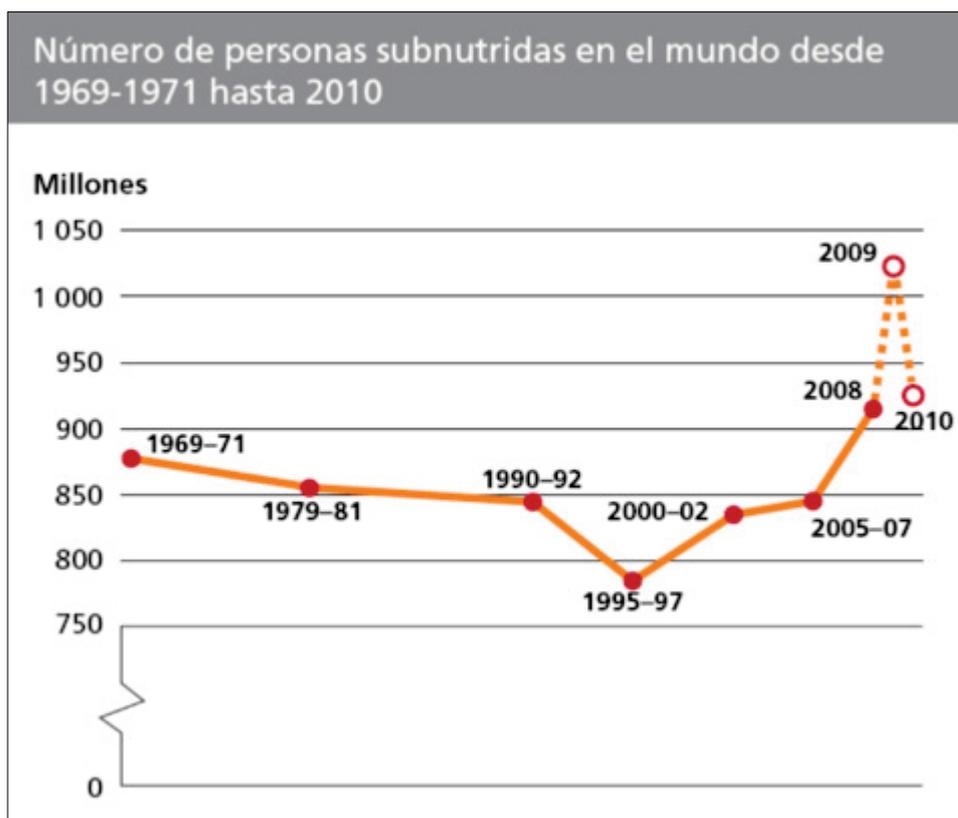


FIGURA 2: *Boletín del Centro de Documentación Hegoa – Universidad del País Vasco*

FONTE: <<http://boletin.hegoa.ehu.es/mail/28>>.

Dados mais recentes do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (WFP, por suas siglas em inglês), levantam que muitos dos problemas ligados à fome e o acesso aos alimentos, mantêm cifras praticamente constantes como descreve o quadro abaixo. Curiosamente os dados, no entanto, não incluem dados sobre a desnutrição no “mundo desenvolvido”, argumento examinado por Esteve (2017).

*Alrededor de **795 millones de personas en el mundo** no tienen suficientes alimentos para llevar una vida saludable y activa. Eso es casi uno de cada nueve personas en la tierra.*

*La gran mayoría de personas que padecen hambre en el mundo **viven en países en desarrollo**, donde el **12.9%** de la población presenta desnutrición.*

*La **nutrición** deficiente es la causa de **casi la mitad (45%) de las muertes en niños menores de cinco** – 3,1 millones de niños cada año.*

*Si **las mujeres** agricultoras tuvieran el mismo acceso que los hombres a los recursos, el número de personas con hambre del mundo podría **reducirse hasta en 150 millones**.*

QUADRO 2: Dados da fome no Mundo.

Fonte: <<http://es.wfp.org/hambre/datos-del-hambre>>, acesso em: 02/2018 – grifos no original.

Dessa cúpula surgiu o seguinte objetivo, a meta era alcançá-la no tempo de uma década a partir do encontro, que “*todos los hombres, mujeres y niños tienen derecho inalienable a no padecer de hambre y malnutrición a fin de poder desarrollarse plenamente y conservar sus facultades físicas y mentales.*” <http://www.fao.org/wfs/index_es.htm>.

Apesar da iniciativa da cúpula, como se observa no gráfico, o número de famintos só aumentou, lembrando que a FAO estima, em 2016 aproximadamente 795 milhões de subnutridos no mundo, cifra que demonstra uma continuidade do panorama mundial da Fome desde a cúpula de 1974.

A confiança depositada nas estruturas da Revolução Verde (discorreremos sobre ela mais adiante), nas Organizações Internacionais e no comércio internacional, como resposta aos problemas globais da fome, acabaram empurrando os países a um sistema governado pelo endividamento com grandes bancos como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM), e regulados por organizações ligadas aos mercados e à produção dos países que é o caso do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT pelas suas siglas em inglês) e mais tarde pela Organização Mundial do Comércio (OMC) e pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), no caso da América Latina³⁴.

³⁴ Apesar de existam semelhanças no campo de atuação das organizações acima elencadas, estamos atentos as suas diferenças e temos consciência das suas particularidades. Por este motivo não pretendemos uniformizar responsabilidades, simplesmente exemplificar dando destaque àquelas que consideramos dentre as mais sobressalientes organizações nesse âmbito.

Neste contexto de globalização, em que os países concedem parte da sua soberania em favor de projetos de modernidade, desenvolvimento e crescimento econômico, prevalecem políticas liberais de mercado que fragilizando a autonomia e soberania sobre a produção de alimentos, que é o assunto que nos interessa neste trabalho. Neste sentido, gostaríamos de salientar alguns aspectos do marco global, em que o poder das corporações, consegue colocar os Estados numa posição de dependência dos interesses das mesmas, o economista Furtado (1998) já alertava:

Essa debilidade do Estado, como instrumento de direção e coordenação das atividades econômicas, em função de algo que possa definir como o interesse da coletividade local, passa a ser um fator significativo no processo evolutivo. [...] O crescimento do aparelho estatal é inevitável, e a necessidade de aperfeiçoamento de seus quadros superiores passa a ser uma exigência das grandes empresas que investem no país. (FURTADO, 1998. p. 68).

Entendemos, ainda que as mencionadas relações de poder, não são mera obra do acaso, no sentido que encontrarão um marco histórico que as corrobore enquanto modelo global, pois assistimos hoje a um controle não somente sobre os recursos naturais e dos meios de produção, mas também a partir os mercados financeiros, sujeitos à especulação, à flutuação e ao desbarato. Furtado (1998), lembra também, que essa capacidade de subordinar aos Estados, começa por ações políticas dentro dos próprios Estados.

O crescente controle “internacional” das atividades econômicas dos países periféricos acarreta uma precoce autonomia do aparelho burocrático estatal. Frequentemente, esse aparelho é controlado de fora do país, mas por toda parte ele está sujeito a ser empolgado por grupos surgidos do processo político local. Não obstante, prevalece o sentimento de impotência que resulta da dependência em que se encontram as atividades econômicas fundamentais de centros de decisão externos ao país. (FURTADO, 1998. p. 69)³⁵.

Mas, como dizíamos as relações de poder global, foram influenciadas pelas ideias da modernidade, do desenvolvimento e do crescimento econômico, pensamentos estes, que foram capazes se propagarem pelo Planeta, com apoio de governos e empresas.

Um grande marco destes eventos é encontrado nas políticas de modernização e desenvolvimento do plano Marshall que Walt Witman Rostow propõe em 1959, as etapas do

35 Acreditamos que é de grande valia o aprofundamento na questão das relações internacionais entre os países numa conjuntura de dependência, principalmente econômica, entretanto, esquadrihar nesta temática está fora do nosso alcance neste momento. Por este motivo, deixamos esta questão em aberto reconhecendo sua relevância.

crescimento econômico em sua obra que leva o mesmo nome “*The stages of economic growth*”. De forma geral, sua proposta consistia em que os governos dos Estados seguissem suas etapas, com o escopo final do desenvolvimento, da civilização moderna e próspera, a exemplo das “grandes nações”. Para Arturo Escobar, este modelo se apresenta da seguinte forma: “[...] *planteaba que todos los países atravesaban por una sucesión lineal de estadios en su transición a la modernidad, siendo uno de ellos el ‘despegue’ hacia el crecimiento autosostenido*” (ESCOBAR, 2007. p. 135).

Entretanto, o modelo *etapista* do “desenvolvimento”, do “crescimento”, da “modernidade”, recebe fortes críticas, como as apontadas por Queiroz (2011) em referência ao economista Celso Furtado (1974):

[...] as ideias de Celso Furtado, que já apontava o caráter predatório do processo de civilização em seu livro *O mito do desenvolvimento econômico* (FURTADO, 1974), no qual ele afirma que **a criação de valor econômico e a busca individual por lucros geram danos irreversíveis no mundo físico**. (QUEIROZ, 2011. p. 163 – grifos nossos).

Fica claro para o autor, que não há uma previsibilidade, de caráter responsável em função das repercussões que possam ocorrer na sociedade e na Natureza. É por esta razão que, Anibal Quijano (2010), se refere aos objetivos ligados à ideologia do crescimento como,

*"el mito fundacional de la versión eurocéntrica de la modernidad es la idea del estado de naturaleza como **punto de partida del curso civilizatorio** cuya culminación es la civilización europea u occidental. De ese mito se origina la específicamente **eurocéntrica perspectiva evolucionista**, de movimiento y de cambio unilineal y unidireccional de la historia humana"* (QUIJANO, 2010. p. 220 – grifos nossos).

Esse movimento *etapista* ou *unilinear* descrito por Quijano (2010), sobrepassa os Estados, suas culturas, economias e modos de subsistência, empurrando a Soberania Alimentar, para fora de metas políticas e sociais, capazes de assegurarem uma real Segurança Alimentar, fora do modelo econômico hegemônico.

Na América Latina a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), tem sido o representante e reproduzidor do seguimento unidimensional e unidirecional proposto por Rostow, visto que, mesmo que seus objetivos visassem o “crescimento econômico” deste continente, redundaram e obedeceram às mesmas regras impostas pelo sistema hegemônico explica Gudynas (2011).

Algunos se manejan dentro de la ortodoxia macro-económica (fue el caso de las administraciones de Lula da Silva o Tabaré Vázquez), y otros intentan intervenciones mayores, como es el caso venezolano. Pero todos defienden el crecimiento económico como sinónimo de desarrollo, y conciben que éste se logra aumentando las exportaciones y maximizando las inversiones. Esos son justamente los componentes claves del “mito” del desarrollo destacados en la alerta de Celso Furtado. La idea del desarrollo propia de las décadas de 1960 y 1970, reaparece bajo un nuevo ropaje. (GUDYNAS, 2011. p. 35 – grifos nossos).

Outro exemplo colocado pelo uruguaio trata sobre uma iniciativa da CEPAL, denominada “*Transformación Productiva con Equidad (TPE)*” e afirma que: “*Si bien resiste el fundamentalismo neoliberal, por otro lado apoya la expansión del mercado a los campos sociales y ambientales*” (GUDYNAS, 2011. p. 32).

O que deve ser extraído destas afirmações é que existe grande relação entre o modelo de crescimento econômico e o modelo hegemônico de produção de alimentos, ou seja, o SAAG. Não é o caso de apresentar dados que vinculem esta relação neste momento, entretanto, gostaríamos de chamar a atenção para o fato que, tanto o modelo econômico com seus ideais de modernidade e desenvolvimento propostos por Rostow, como os elementos materiais e simbólicos que representam a Revolução Verde, exteriorizam aspectos em comum. A difusão global deste pensamento *etapista* e referenciado no modelo norte-americano, difundiu muito mais do que uma “preocupação” pelo combate à fome.

É o caso, também, do papel atribuído à Organização Mundial do Comércio (OMC) e suas políticas voltadas à produção de alimentos³⁶ e de como os Estados poderiam promover a Segurança Alimentar em seus territórios, vejamos o que nos diz Valente (2002),

O desfecho da rodada de negociações que criou a Organização Mundial do Comércio acabou por refletir a total hegemonia dos Estados Unidos e do pequeno grupo de países mais ricos. **A cláusula que autorizava os governos a desenvolverem iniciativas nacionais de proteção à agricultura com base na**

36 **O Acordo sobre Agricultura da OMC** estabelece redução dos volumes em: 1. Garantias de Acesso aos Mercados (redução de Direitos aduaneiros de fronteira, acesso mínimo a objetos não tarifados, o “acesso corrente” manutenção das concessões pautais, Obstáculos Técnicos ao Comércio); 2. Apoio Interno (a Medida Global de Apoio permite apoio de até 5% da produção agrícola total e 10% para os países em desenvolvimento, ademais retira o apoio em até 20% aos preços e ajudas à produção, isenção de compromisso de redução em ajudas ao controle da oferta, sobre os Programas de Serviços Públicos que incluam a Segurança Alimentar, ajuda alimentar interna, entre outros e sobre Programas de Garantia de Rendimentos agrícolas); 3. Subsídios às exportações.

Fonte: <http://www.europarl.europa.eu/atyourservice/pt/displayFtu.html?ftuId=FTU_5.2.7.html>. Acessado em: 22/06/2017.

garantia da segurança alimentar de sua população é retirada do novo acordo. E o compromisso de apoio aos países, cuja segurança alimentar nacional fosse afetada pela liberalização do comércio agrícola internacional, nunca foi cumprido. (VALENTE, 2002. p. 7 – grifos do autor).

Sobre este assunto, Perez-Cassarino (2012), argumenta que, os países europeus e os EUA, não deram e não dão cumprimento às regulamentações da OMC, subsidiando seus mercados de alimentos desde a sua produção até a sua distribuição, mas impuseram sobre o restante do mundo a sua lógica e racionalidade, estruturada num sistema centralizador, da gestão da Natureza e seus recursos, assim como, do sistema agroalimentar.

Portanto, o que se pode observar é um evidente processo de concentração das atividades produtivas, favorecido pela lógica imposta pelo pensamento hegemônico da globalização neoliberal, do livre mercado e da regulação das relações sociais e econômicas por meio deste mercado capitalista. Da mesma forma, a natureza e o acesso aos recursos naturais se veem reguladas por esta lógica. (PEREZ-CASSARINO, 2012, p.29).

De acordo com Perez-Cassarino (2012), a Segurança Alimentar é governada, pela concentração corporativa do mercado global, quem também impõe o modelo de administração dos recursos naturais, já tínhamos antevisto esta afirmação na parte anterior quando definimos o conceito e origens da Segurança Alimentar.

Outro aspecto que queremos tratar nesta parte do trabalho é sobre os arranjos globais que dizem respeito à Segurança Alimentar e à Soberania Alimentar, e o poder exercido sobre a soberania dos Estados e de suas populações. Por um lado vimos que a Segurança Alimentar tem como pressuposto que os Estados garantam a disponibilidade e acesso de alimentos de maneira constante a suas populações por meio do pacote da Revolução Verde.

Também frisamos que, a Soberania Alimentar, argumenta da importância que essas populações devem ser capazes de produzir seus próprios alimentos, com a garantia de reprodução e utilização de seus meios e modelos de produção nos territórios que ocupam e de quanto era importante pensar numa Soberania Alimentar antes de pretender alcançar um estado de Segurança Alimentar.

Por um lado a Segurança Alimentar, enquanto projeto modernizador e de alcance global é apoiado pelos Estados, nos moldes da Revolução Verde, a garantia da Soberania Alimentar no âmbito global e, evidentemente local, é alijada pelas políticas de mercado impostas pelas instituições (Estado e Mercado) e pelas corporações, pois delimitam a atuação dos Estados (e suas

populações), assim como, seus próprios meios de subsistência e autossuficiência alimentar, por outro lado, uma Segurança Alimentar que como foi visto no início deste capítulo, procura ser ampla e inclusiva das necessidades alimentares de populações invisibilizadas e da sociedade de um modo geral, além de contemplarem aspectos de ordem ambiental. Neste último caso, fizemos referência à SAN da Lei 11.346, cuja proposta aparentemente não parece convergir com a Segurança Alimentar que estamos tratando na dimensão global.

A procura pela uniformização dos mercados alimentares coloca de manifesto, paradoxalmente, as assimetrias que nele existem e as desvantagens, em relação àquelas economias que dominam pelas relações de poder já mencionadas. Aquelas nações que são “forçadas” a importarem alimentos, que procura “[...] qualificar o peso econômico do sistema agroalimentar, que tende a ser tanto maior quanto for menor a diversificação da estrutura produtiva do país”. (MALUF, 1995. p. 137), com o escopo de garantirem sua Segurança Alimentar, acabam sacrificando a sua Soberania Alimentar, a partir do momento em que, perdem a capacidade da autossuficiência, explica Valente (2002).

E também, aquelas nações que são “forçadas” a participarem dos mercados alimentares globais, num contexto em que “O dinamismo do sistema agroalimentar reflete, também, o êxito nas exportações, tanto mais importante quanto menos diversificada a economia ou mais ampla a crise recessiva interna”. (MALUF, 1995. p. 137). Da mesma maneira sacrificam, não somente, sua Soberania Alimentar, como também seus ecossistemas, como o caso narrado numa publicação do *Le Monde Diplomatique Brasil*:

O caso da Arábia Saudita é emblemático. No intento de se tornar um grande exportador de trigo, o país esgotou um importante aquífero que proveu segurança hídrica para sua população durante milênios. Entre 1987 e 2015, o país entrou numa viagem sem retorno, chegou a ser o sexto maior exportador mundial de trigo e em 2016 não plantou um pé de trigo. Como resultado, elevou ainda mais sua dependência da importação de alimentos e iniciou a dessalinização da água do mar para garantir o consumo humano. (ALY JUNIOR, 2017).

Em ambos os casos, persiste o sacrifício da Soberania Alimentar das populações, de seus territórios, e, portanto, da sua sobrevivência, levando em consideração que o deterioro, não é somente dos mercados alimentares, como também, da capacidade de criá-los.

O mais interessante é que o SAAG é atravessado por numerosas entidades e que não se ocupam, como fim último, somente e diretamente, da produção de alimento, isto evidencia seu

caráter sistêmico e globalizante, somente por citar alguns exemplos: a indústria de alimentos processados e ultra-apressados, a indústria de maquinaria agrícola, a extração de ferro, a transformação em aço, a indústria química de fertilizantes, adubos e a indústria petroleira e de combustíveis, indústrias e serviços ligados ao transporte, por navios, ferroviários e rodoviários, a indústria do desmatamento e da pecuária, os grandes atacadistas, o mercado do varejo, etc. a lista ainda é muito extensa, sem falar ainda, do capital econômico que elas possuem, a representatividade no nível global e o poder que exercem sobre os Estados.

Os enormes contingentes de commodities ligados à agroindústria são mais uma demonstração das preferências globais e dos apoios institucionais, que buscam, sobretudo favorecer/obedecer às grandes corporações.

A crescente pressão em favor da agricultura industrial e da globalização, com ênfase nos **cultivos de exportação**, mais recentemente os cultivos transgênicos, e a rápida expansão dos agrocombustíveis (cana-de-açúcar, milho, soja, palma, eucalipto etc.), cada vez mais transformam a agricultura do mundo e o fornecimento de alimentos com impactos e **riscos** econômicos, sociais e ecológicos **potencialmente severos**. (ALTIERI, 2010. p. 23 – grifos nossos).

Embora, os volumes de commodities e produtos alimentares tenham um enorme fluxo nos mercados mundiais, subjaz a maior das contradições, que aponta um quadro estável no número de famintos no Planeta. A crise mundial de alimentos teria seu pior momento, entre 2006 e 2008, como explicam Rigon e Bogus (2015), passando de 840 milhões de famintos para 950 milhões. Enfatiza-se, assim, o problema da (in) segurança alimentar e ainda reafirma as contradições, conforme já referido.

A existência da crise de alimentos a partir de 2006 revela uma questão estrutural, uma **crise do modelo de produção e consumo de alimentos**, que se fundamenta na sua mercadorização. A protelação do enfrentamento de problemas crônicos como a não realização da reforma agrária, a ausência de apoio governamental para a agricultura familiar e camponesa, a crise ambiental manifestada no aquecimento global, as dinâmicas do sistema agroalimentar mundial focadas na acumulação do capital e com circulação de alimentos de baixa qualidade, contribuíram para esse processo, gerando repercussões sociais, ambientais e na saúde pública, que demonstraram a **sua insustentabilidade**. (RIGON E BOGUS, 2015. p. 38 – grifos nossos).

Ainda, cabe observar, que embora possa parecer que estamos lidando com uma problemática estritamente rural, afirma Valente (2015), tratar-se-ia de um julgamento precipitado, já que as

próprias ferramentas globalizantes empurrariam à totalidade da sociedade no mesmo caminho da Insegurança Alimentar. “estamos enfrentando uma realidade em que a fome e as violações ao DHAA perdem seu habitual” “caráter rural” e “conjuntural” para passarem a ser “generalizadas”, “estruturais” e “transgeracionais””. (VALENTE, 2015. p. 89 – grifos do autor).

Isto significa que, o **modelo hegemônico agroalimentar, pautado no domínio corporativo global** consegue tecer suas teias de influência e interesses, motivando os Estados a que sigam e /ou modifiquem suas políticas sociais desfavoráveis à mesma e à Natureza, assim, a Segurança Alimentar, com essa natureza corporativa e global, redireciona funções e conceitos. “Em função da situação verificada, a segurança alimentar adquire importância destacada na agenda dos países, mas com o foco ainda na **garantia de uma produção intensiva de alimentos**, com a manutenção de estoques de gêneros alimentícios, que pudessem ser utilizados em situações de emergência”. (RIGON E BOGUS, 2015. p. 35 – grifos nossos).

Ainda, sobre o caráter estrutural que envolve a Segurança e Soberania Alimentar, nas relações de poder, que identificamos entre Estados, corporações, sociedades e Natureza, entendemos que pela dimensão – global – e vínculo às referências de desenvolvimento, modernidade e crescimento econômico, as Corporações oriundas das nações colonizadoras, mantêm sempre vivificado o *mito* – em referência a Anibal Quijano, (2010) – que procuram uniformizar por meio de seus mecanismos nas sociedades.

Para Maluf (1995) esse padrão de desenvolvimento reconhece estar definido, entre outras questões, pela temática alimentar e note-se que os países colonizadores a diferença dos colonizados traçam estratégias à margem das regulamentações internacionais do comércio, de acordo com este autor se trata de problemas já superados como a autossuficiência produtiva alimentar, geração de excedentes, disponibilidade de alimentos obtida via importações, o acesso da população aos mesmos, além de programas destinados às populações mais vulneráveis. (MALUF, 1995).

Como exemplo do citado, considere-se “[...] à dimensão do consumo dos alimentos, em especial no caso do Brasil que, desde os anos 70, constitui-se em espaço privilegiado do processo de internacionalização do sistema agroalimentar mundial – com reflexos na reestruturação da produção e distribuição dos alimentos e nos padrões de consumo”. (MALUF, 1995. p. 139).

Por último, queremos abordar um dos aspectos mais importantes desta seção, a partir do momento que entendemos que essa *Colonialidade do Poder*³⁷, é imposta através das Corporações e

37 Refere-se em essência as relações de poder históricas do período colonial (Metrópole – Colônia), essas relações de poder dizem respeito, principalmente, a uma premissa exploratória e segregadora, ou seja, à exploração da terra, à extração de riqueza e recursos naturais, à mão de obra escrava, à segregação racial, etc. O Poder que exerciam as Metrópoles nas Colônias, no entanto, não era somente, sobre a riqueza material, como também, nas culturas nativas

dos Estados colonizadores, alterando modos *tradicionais de subsistência harmonizados com a Natureza*³⁸, ecossistemas, Direitos como o DHAA e as políticas de SSAN.

Diante disso, a *Colonialidade do Poder*, se coloca como um dos discursos motivadores em relação à defesa da Soberania Alimentar, entendendo que não somente é um direito, como também é um resgate e um respeito às culturas locais, sejam nativas ou não. Reivindicar o direito de produzir o próprio alimento é um posicionamento válido, na medida em que ademais, se procura proteger a agrobiodiversidade, argumento defendido na Soberania Alimentar. Como exemplo de movimentos contra-hegemônicos, cujo pensamento nasce a partir da própria luta de direitos são os Movimentos da Via Campesina e do Movimento dos Sem-Terra, que inspiraram as reflexões de Altieri (2010).

Como exemplo destas reivindicações, a quem são dirigidas e de que maneira, Valente (2002), lista uma dessas aproximações discursivas da Via Campesina, diante da OMC:

- A introdução de produtos alimentícios **transgênicos**, tanto em países desenvolvidos como em desenvolvimento, com suas conseqüências sociais, ambientais, econômicas e de saúde;
- A questão das **patentes** de organismos vivos e dos direitos de propriedade intelectual dos produtores e comunidades agrícolas tradicionais;
- A questão da utilização do **CODEX Alimentarius** como barreira não tarifária ao comércio internacional, especialmente para produtos oriundos de países do sul;
- A questão da **industrialização** da agricultura versus a **agricultura sustentável** e a **agricultura familiar**;
- A questão da **reforma agrária** e do acesso aos recursos naturais;
- E a questão da **migração** das **grandes indústrias** e grandes produtoras de alimentos para o Sul, com perdas de emprego no Norte

QUADRO 3: Contestações da Via Campesina

FONTE: A partir de Valente, 2002. p. 7-8 – grifos nossos.

Em relação à atuação das Organizações Internacionais, além de apresentar-lhes demandas, a Via Campesina faz denúncias ao “desrespeito” das mesmas, por acreditar que não somente há

e nas que se desenvolviam nas Colônias. O controle sobre a cultura determinaria um padrão hegemônico centralizado na cultura europeia, relegando às demais culturas as margens e à incapacidade de expressão, invisibilizando-as e subjugando-as. Sobre isto Anibal Quijano (2010) sintetiza as relações de poder mencionadas e que denomina Colonialidade do Poder: "*en el control del trabajo, de sus recursos y de sus productos, está la empresa capitalista; en el control del sexo, de sus recursos y productos, la familia burguesa; en el control de la autoridad, sus recursos y productos, el Estado-nación; en el control de la intersubjetividad, el eurocentrismo*" (QUIJANO, 2010. p. 214). Trata-se ainda de um termo vigente, atrelado ao pensamento decolonial que procura através do diálogo de saberes dar voz às culturas locais, por meio da emergência de epistemes contra-hegemônicas.

38 Explicaremos o conceito na parte 8º deste capítulo.

ineficácia como também contribuição negativa à humanidade e à Natureza, uma vez que favorecem os mercados, as corporações e a hegemonia do sistema. De um modo geral, Perez-Cassarino (2012) denomina esta situação de **concentração corporativa** da produção e distribuição agroalimentar, a Via Campesina se posiciona da seguinte maneira:

*Instituciones internacionales como el FMI (Fondo Monetario Internacional), el Banco Mundial y la OMC (Organización Mundial del Comercio) han aplicado estas políticas **dictadas por los intereses de las empresas transnacionales y de las grandes potencias**. Unos acuerdos internacionales (OMC), regionales (Acuerdo de Libre Comercio para las Américas-ALCA) o bilaterales de "libre" cambio de productos agrícolas permiten a dichas empresas controlar el mercado globalizado de la alimentación. **La OMC es una institución totalmente inadecuada para tratar los temas relativos a la alimentación y a la agricultura** por lo tanto Via Campesina quiere OMC fuera la agricultura (VIA CAMPESINA, 2003. Disponível em: <<https://viacampesina.org/es/index.php/temas-principales-mainmenu-27/soberanalimentary-comercio-mainmenu-38/314-que-es-la-soberania-alimentaria>>. Acessado em 17/01/2017 – grifos nossos).*

Devemos ressaltar que, embora, dê a impressão de que a Via Campesina se posiciona contra o comércio internacional, muito pelo contrário, pois não coloca o mercado, como se fosse o grande “vilão da história”, e sim, seus protagonistas, como por exemplo, as grandes corporações, os bancos e as Organizações Internacionais, que são atravessados, por uma racionalidade econômica corporativista e globalizante, sem abrir o espaço ao diálogo e à inclusão, para a Soberania Alimentar e, conseqüentemente, à Segurança Alimentar, pois:

*La soberanía alimentaria incluye un **comercio internacional justo** La Soberanía Alimentaria no está en contra de los intercambios, sino de la prioridad dada a las exportaciones: permite garantizar a los pueblos la seguridad alimentaria, **a la vez que intercambian** con otras regiones unas producciones específicas que constituyen la diversidad (VIA CAMPESINA, 2003. Disponível em <<https://viacampesina.org/es/index.php/temas-principales-mainmenu-27/soberanalimentary-comercio-mainmenu-38/314-que-es-la-soberania-alimentaria>>. Acessado em 17/01/2017 – grifos nossos).*

Estes seriam os encontros e reflexões que virão a definir o que é e de que se trata a Soberania Alimentar, no marco das populações mundiais e das nações que procurem defender seu Direito à produção e abastecimento de *alimentos saudáveis e de qualidade*³⁹.

39 Definiremos estes conceitos de qualidade alimentar e alimentos saudáveis no capítulo seguinte.

O Sociólogo e Historiador Mike Davis (2006), relata em sua obra “*Los Holocaustos de la era victoriana tardía: el niño, las hambrunas y la formación del Tercer Mundo*”, de como a China da Dinastia Quin no século XVIII, dominava estratégias de Abastecimento Agroalimentar (produção e distribuição), tais que, eram capazes de enfrentar “catástrofes naturais” semelhantes à do “*El Niño*”. Tal capacidade estava ligada a um aparelho burocrático muito competente (confucionista) e a sempre presente figura do Imperador. Davis (2006) relata que numa catástrofe, das dimensões descritas, aconteceu no século XVIII, mas a China, graças aos seus estoques, modelo de produção, canais de transporte e rigor administrativo, foi capaz de alimentar dois milhões de pessoas durante oito meses. Para esse autor, a Europa desse século teria sido incapaz de atingir semelhante façanha, até mesmo porque, o que era mais frequente na Europa dessa época eram a fome e as doenças.

Este breve relato, nos mostra de forma paralela realidades que os séculos XX e XXI, mudarão, pelo menos em números, em favor daquilo que reconheceremos como primeiro mundo. As relações de poder impostas por esse novo primeiro mundo, agora ocidental, irão se propagar através das suas colônias ao redor do Planeta.

A fome, no entanto, não deixou de ser um problema no novo primeiro mundo ocidental, desde a fome de 1795 (HOBSBAWN, 2010), até o período das 1ª e 2ª Guerras Mundiais, em que o historiador Eric Hobsbawn (1995), nos relata sobre a “Marcha da fome” entre outros acontecimentos relacionados, em que se utilizava a fome como arma de guerra. As duas grandes guerras do século XX, as crises econômicas e políticas, fizeram desse século, segundo este autor:

Não apenas porque sem dúvida ele foi o século mais assassino de que temos registro, tanto na escala, frequência e extensão da guerra que o preencheu, mal cessando por um momento na década de 1920, como também pelo volume único das catástrofes humanas que produziu, desde as maiores fomes da história até o genocídio sistemático (HOBSBAWN, 1995. p. 22).

Como vemos, a Fome representa um dos maiores problemas para as sociedades do mundo “moderno”, mesmo para uma Europa do pós-guerra, que viria a substituir boa parte das importações de alimentos básicos, por uma total autossuficiência (lições da guerra), os fantasmas da fome estariam sempre presentes.

Tecendo uma ponte entre esta seção do capítulo e a anterior é possível notar um fio condutor, que continuará na próxima seção também. Referimos-nos a um marco em disputa entre uma Segurança Alimentar ancorada numa Revolução Verde do Sistema de Abastecimento

Agroalimentar Global, que se pauta essencialmente na concentração corporativa da Natureza, dos meios de produção, dos mercados de commodities e mercados financeiros, além de uma infinidade de entidades associadas e que participam mais ou menos diretamente deste sistema. É uma Soberania Alimentar que procura seus espaços através da luta de direitos, da terra, das sementes, das escolhas pessoas sobre o que plantar e como se alimentarem.

Na próxima seção deste capítulo, faremos uma breve visita à história da Revolução Verde, para entendermos sua associação com a fome e a agroindústria, estas entradas nos ajudam no reforço de argumentos necessários ao entendimento do SAAL que pretendemos colocar à prova nossas questões.

2.3 A Revolução Verde, a fome e a agroindústria

Para esta seção do capítulo, faremos uma breve passagem pela história da Revolução Verde⁴⁰, seus atores principais, de onde recebeu financiamento e apoio, onde foram suas primeiras incursões e finalmente como acabou se convertendo, no que nós definimos como o modelo de agricultura convencional ou modelo de produção de alimentos convencional.

Um dos marcos temporais de referência é quando o biólogo norte-americano Norman Borlaug, se aproxima da equipe do Programa Cooperativo para a Agricultura Mexicana, sob o patrocínio da Fundação Rockefeller. Essa aproximação segundo o Herbert *Hoover Presidential Library-Museum* (2002), deveu-se à visita do Presidente Henry Wallace ao México, por um pedido de assistência para melhoria e pesquisa na agricultura mexicana.

Em seguida, o Presidente Wallace, vai de encontro à Fundação Rockefeller para lhes encomendar a tarefa de estudar os problemas agrícolas no México⁴¹. Como resposta, a Fundação Rockefeller, reuniu uma equipe de cientistas, entre eles o Dr. Borlaug, com o objetivo de capacitar

40 Para este trabalho a Revolução Verde além de ser o movimento que representa os processos de “modernização” na agricultura e na produção de alimentos como um todo, também é apresentado como o lugar de onde provêm o discurso e as ideias nesse contexto. Podemos a partir da leitura de Bourdieu (2004), tomar a Revolução Verde como a instituição de origem dos discursos que abordaremos a continuação. “É a *estrutura das relações objetivas* entre os agentes que determina o que eles podem e não podem fazer” (BOURDIEU, 2004. p. 23 – grifos no original). Ou seja, a origem da fala, neste caso, nos permitimos de “personificar” a Revolução Verde já que supre uma necessidade didática para o trabalho.

41 Segundo o Herbert Hoover Presidential Library-Museum (2002), a Fundação Rockefeller tinha ampla experiência em trabalhos humanitários.

cientistas agrícolas e estabelecer um laboratório de pesquisa para melhorar a produção do trigo mexicano.

Segundo Burlaug, quando sua equipe chegou ao México, relata o *Herbert Hoover Presidential Library-Museum* (2002), a produção de trigo bastava somente para metade da população que a demandava, por conta de um fungo que teria “atacado” as colheitas de grão no país. Somente treze anos mais tarde, a equipe do Dr. Burlaug consegue disponibilizar um repelente contra o fungo do trigo mexicano.

A Revolução Verde enquanto programa dotado com o objetivo de combater a fome no mundo, não teria sido possível sem o protagonismo do Dr. Norman Burlaug, por esta razão, e para entender melhor os objetivos, motivações e interesses da Revolução Verde. De acordo com o *Herbert Hoover Presidential Library-Museum* (2002), Burlaug em seguida de sua atuação no México, defendeu pelo mundo a educação e extensão agrícolas, aplicadas às ciências da agricultura, além do mais, foi consultor das Nações Unidas e em 1970 lhe outorgaram o Prêmio Nobel pelo combate à Fome.

Dentre as atuações de Burlaug que tiveram maior destaque, a implantação de seu programa, na Índia, Paquistão e China, foram considerados pelo biólogo como um sucesso, ao trabalhar com a variedade de semente de trigo anã. Um exemplo dos resultados do seu trabalho é o de 1984 na China, em que, “*Chinese farmers produced 87 million tons of wheat for an increase of 46 million tons since the adoption of Borlaug's recommended varieties and methods*”. (HERBERT HOOVER PRESIDENTIAL LIBRARY-MUSEUM, 2002).

Os altos rendimentos fizeram de Borlaug e seu programa, uma referência global pela sua capacidade em multiplicar as plantações de cereais, principalmente nos chamados países do 3º mundo, e seu reconhecimento foi visto da seguinte maneira:

Norman Borlaug's success breeding wheat and disseminating technical information to under-developed, poverty-stricken, hungry nations assured him a place in history as a benefactor of mankind. Without question, he was a skillful geneticist and plant breeder whose work ethic and commitment to applied research helped prevent famine, eliminated hunger in many countries, and revolutionized world agriculture. Yet, Borlaug should be remembered equally for advocating government attention on an international scale regarding a host of issues that related to agricultural and food problems. Borlaug realized that increased wheat and rice production required an "integrated" technological or systems approach to fighting world hunger, that is, a technological package that included improved seed varieties, fertilizers, pest and weed control practices, and irrigation. (HERBERT HOOVER PRESIDENTIAL LIBRARY-MUSEUM, 2002).

Ainda, segundo o *Herbert Hoover Presidential Library-Museum* (2002) em referência a Burlaug, a agricultura tradicional não daria conta da futura e bem provável crise alimentar agravada – principalmente em países subdesenvolvidos – **pelas suas limitações ambientais e genéticas**.

Gostaríamos de trazer um contraponto às asseverações do autor citado, a leitura de Juliana Santilli (2009), proporciona um revelador relato sobre a construção do *Paradigma Fixista*, que por seu discurso, entendemos que se trate de uma linha de pensamento associada àquela que mais tarde será adotada por Burlaug e sua equipe, e conseqüentemente pela denominada Revolução Verde. No relato de Santilli, 2009 diz assim:

O biólogo e historiador da ciência Christophe Bonneuil chama a tenção para o papel desempenhado, neste modelo agrícola industrial, do que chama de “paradigma fixista (ou estático) da variedade”, por meio do qual a variedade agrícola (geneticamente) homogênea e estável e concebida como a “forma mais perfeita de variedade”. Bonneuil cita como exemplo de tal concepção “fixista” um artigo publicado em 1944 pelo influente biólogo francês Jean Bustarret, em que esse considera que a **homogeneidade genética é a garantia da previsibilidade e da estabilidade do valor agrônômico e tecnológico de uma variedade agrícola. As variedades locais teriam dois inconvenientes**, segundo Jean Bustarret: por serem **geneticamente heterogêneas**, seriam “muito mais difíceis de descrever e caracterizar” do que as linhagens puras e homogêneas, e seriam ainda **suscetíveis de variar no tempo e no espaço**”. Bustarret desconsidera o papel dos agricultores no desenvolvimento das variedades locais, vendo-as apenas como resultado da “seleção natural”, e o seu conceito de variedade (homogênea e estável) serve também para delimitar o campo de especialização profissional do “fitogeneticista” e para operar uma divisão de trabalho entre o cientista “inovador” e o agricultor “usuário” da ciência. Bustarret introduziu os critérios de homogeneidade, estabilidade e “características distintivas”, que passaram a ser exigidos para a inscrição obrigatória das variedades agrícolas em um catálogo oficial, a fim de que pudessem ser comercializadas, o que exclui grande parte das variedades locais. O paradigma fixista da variedade **ignora a evolução das variedades agrícolas no tempo e no espaço e os contextos socioculturais e ambientais** em que elas se desenvolvem. Atendem principalmente a um padrão de produção agrícola intensivo e de escala. Além disso, os critérios de homogeneidade e estabilidade, exigidos para o registro oficial, reduzem a diversidade de variedades disponíveis para os agricultores. (SANTILLI, 2009. p. 134-135-136 – grifos nossos).

Santilli (2009) coloca um importante marco de reflexão histórica sobre as origens de algo que a Soberania Alimentar defende e a Segurança Alimentar tem a tendência em passar por alto, se trata da agrobiodiversidade. O *Paradigma Fixista*, ele passa a ser o modelo dominante na agricultura global, os programas levados a cabo por Burlaug, se baseiam na eficiência na produção de alimentos, ou seja, a produtividade em grande escala de um tipo de cultura, pois evidentemente, seria muito mais simples lidar com um tipo de cultura que com várias ao mesmo tempo.

Uma das “justificativas” em relação à substituição das sementes e dos modelos de produção agroalimentar que a Revolução Verde coloca, falam sobre variedades de alto rendimento, não levando em consideração, no entanto, os impactos ambientais/ecossistêmicos de suas atividades. Em publicação do *The Wall Street Journal*, Barta (2007) outorga valiosa informação sobre as consequências, que já mostram seus reflexos na Natureza e nos próprios mercados, “*Overproduction has exhausted the soil that once supported the larger crops. Water shortages abound. And the price of the world's most eaten food is rising steeply, up about 70% since 2001, according to U.S. agencies*”. (BARTA, 2007).

Sobre a agricultura tradicional, Burlaug (2001) argumenta que se trata de um sistema *obsoleto e estagnado*, porque não teria a “capacidade” de produzir alimentos suficientes para os milhões de famintos no mundo. Perceba-se como as argumentações defendidas pela Revolução Verde sobre a sua capacidade de acabar com a fome no Planeta, procuram ao mesmo tempo desprestigiar a agricultura tradicional. Assim, a Soberania Alimentar não encontraria espaço neste sistema e modelo de produção. Para levar a cabo um modelo capaz de representar “vantagens econômicas” em curto prazo e se diferenciar, então, do modelo tradicional, a Revolução Verde, utilizará agroquímicos, como aqueles utilizados no México, variedades de sementes selecionadas (raças específicas) como as utilizadas na Índia, além é claro da mecanização rural, dos sistemas de irrigação, entre outros.

A Revolução Verde, diante do problema da “superpopulação” planetária assume uma postura malthusiana, ou seja, é necessário produzir mais, plantar mais, pois a população cresce e devemos alimentá-la. O relatório do Banco Mundial *Beyond Economic Growth: An Introduction to Sustainable Development, Second Edition* de 2004, apresenta um gráfico bem interessante sobre o crescimento populacional desde 1750 até uma prospecção em 2050.

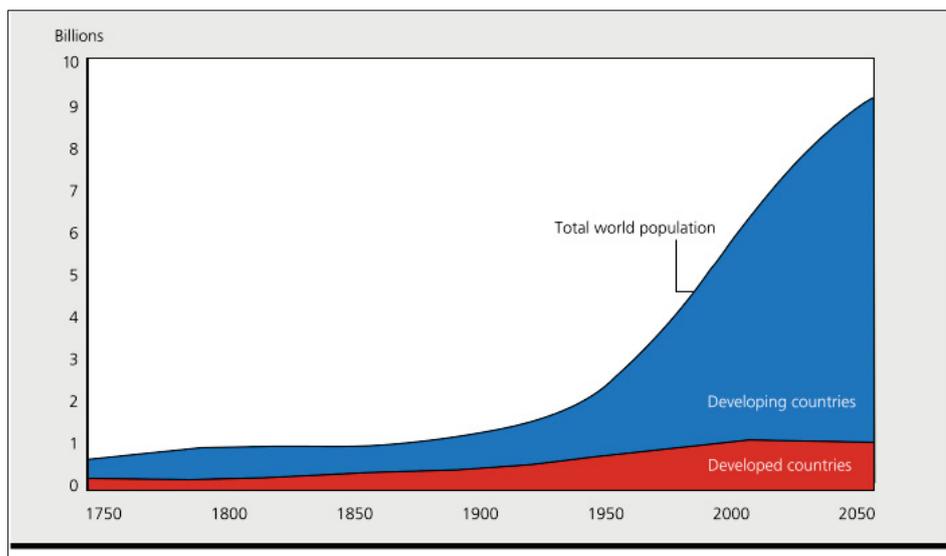


FIGURA 3: População mundial por países

Fonte: Soubbotina, 2004. p. 17.

Segundo o gráfico, entre os anos de 1750 e 1950 a população manteve-se numa relativa constante, entre os 900 e 1,2 bilhões de pessoas. Curiosamente, a partir do momento em que a Revolução Verde começa a protagonizar as mudanças nos modelos de produção de alimentos e países “subdesenvolvidos” - na época (pós-guerra) – como Índia, Paquistão e China – principalmente – adotam esse Programa, a população mundial cresce exponencialmente, enquanto que as populações dos países “desenvolvidos” mantêm-se relativamente constantes.

Coincidência, ou não, parece ser que, a Revolução Verde trouxe consigo um paradoxo, pois se propunha acabar com o número de famintos no Planeta e depois de sua implantação e ampliação, também o número de famintos se proliferam, pois como vimos anteriormente, esse número não diminui em relação ao crescimento populacional. A contrarresposta dada aos ambientalistas é que a Revolução Verde vai na *direção certa*, mas que não se propõe a *transformar o mundo em uma utopia*. Nesta linha, acreditam ainda que:

[...] *la Revolución Verde había obtenido un éxito temporal en la guerra del hombre contra el hambre y que, de ser completamente implementada, podría proveer alimento suficiente para la humanidad hasta fines del siglo XX. Pero advertía que, a menos que se frenase el atemorizante poder de la reproducción*

humana, el éxito del la Revolución Verde sería efímero. (BORLAUG E DOWSWELL, 2001. s/p).

Para a Revolução Verde, as grandes monoculturas – visto acima como *Paradigma Fixista* – não representam um problema, muito pelo contrário, acreditam que “mais é melhor”⁴² como na seguinte citação: “‘*The wheat plant is pretty apolitical. It doesn't care whether it is growing on a big farm or a small farm.*’ **More food was better than no food, no matter who raised it.**” (HERBERT HOOVER PRESIDENTIAL LIBRARY-MUSEUM, 2002 – grifos nossos).

De forma similar à crítica de Santilli (2009) sobre o *Paradigma Fixista*, Shiva & Azevedo (2003), argumenta sobre as problemáticas advindas nos processos de monoculturas, especialmente aqueles que pretendem

A característica crucial das monoculturas é que, além de substituir as alternativas, destroem até mesmo a sua base. Não toleram outros sistemas e não são capazes de se reproduzir de maneira sustentável. [...] O aumento da produtividade do ponto de vista comercial destrói a produtividade do ponto de vista das comunidades locais. A uniformidade [...] tem por objetivo gerar “safras sustentáveis”. No entanto, a uniformidade destrói as condições de renovação dos ecossistemas [...] e é ecologicamente insustentável. (SHIVA & AZEVEDO, 2003. p. 68 – aspas no original).

A Revolução Verde defende, também, que a forma de superar os “ultrapassados” e “estagnados” modelos de produção de alimentos *convencionais*⁴³, é por meio da tecnologia, se trate das técnicas, como das suas ferramentas (químicas, bioquímicas, maquinarias, etc.). Quanto à alimentação orgânica (*natural methods*), a Revolução Verde, argumenta que se trata de um privilégio das elites e que por esse motivo é inviável pensá-la para a população faminta do Mundo⁴⁴.

A Revolução Verde responsabiliza, ademais, os Governos, por não criarem programas adequados, para a prevenção da pobreza e da natalidade, já que evitando esses problemas, a Revolução Verde seria mais eficiente⁴⁵, [...] “*that despite the success of the Green Revolution, ‘Mushrooming populations, changing demographics, and inadequate poverty-prevention programs*

42 “Mais é melhor” é outra das frases que encontramos nos dados levantados pela pesquisa de campo em relação às políticas de promoção rural e de produção de alimentos.

43 Diferente da conceituação de convencional, atribuído ao modelo trazido pela Revolução Verde – pelos ambientalistas – a Revolução Verde chama de convencional aos modelos Tradicionais de produção.

44 É interessante a afirmação de que a alimentação orgânica é um *privilégio das elites*, pois é exatamente o que identificamos através da pesquisa de campo, em que essa produção alimentar é dirigida, principalmente, a satisfazer um nicho de mercado específico e de um poder aquisitivo maior. Não consideramos evidentemente as compras públicas de orgânicos que são enviados a escolas, por exemplo, ainda porque, segundo a SEAB acabam se misturando aos não orgânicos.

45 É sempre presente a visão malthusiana nos discursos da Revolução Verde

[had] eroded many of the gains of the Green Revolution.” (HERBERT HOOVER PRESIDENTIAL LIBRARY-MUSEUM, 2002). Uma questão interessante é que na definição de Segurança Alimentar apresentada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO pelas suas siglas em inglês)⁴⁶, essa condição socioeconômica prévia que deveria ser alcançada para que seja possível um estado de Segurança Alimentar é muito similar às recomendações que a Revolução Verde faz aos Estados.

Diante disso, o movimento denominado *World Plan for Agricultural Development*, que teve seu início em 1963, projeto patrocinado pela FAO, impulsiona o “[...] desenvolvimento e a expansão de sementes e técnicas agrícolas de alta produtividade no Terceiro Mundo durante os anos 60 e 70” (GUTIÉRREZ s/d – tradução livre). Esta iniciativa tem sua origem em projetos, e, portanto, associação, a empreendimentos de Burlaug como o “*Centro Internacional de Mejoramiento del Maíz y el Trigo (CIMMYT) de México, y al del International Rice Research Institute (IRRI) de Filipinas*”. (Gutiérrez, s/d), ambos patrocinados pela Fundação Rockeler e pela Fundação Ford⁴⁷.

Sobre os efeitos negativos no ambiente e nas populações, Burlaug sempre se volta à visão malthusiana, que acredita lhe justifica os propósitos e métodos empregados pela Revolução Verde, o biólogo afirma, que “*La intensificación agrícola no ha estado exenta de efectos negativos sobre el ambiente o sobre las estructuras sociales. Sin embargo, pienso que el valor de la tecnología moderna debe ser juzgado en el contexto más amplio del crecimiento poblacional*”. (BORLAUG; DOWSWELL, 2001, s/p).

A Revolução Verde, não somente, defende a tecnologia para fins da intensificação do uso dos solos e que constituem, o alicerce discursivo do modelo. Dentre os discursos que procuram validar e legitimar o modelo é que, segundo seus protagonistas, ela tem ajudado a melhorar o Meio Ambiente, como segue no exemplo:

46 Existe segurança alimentar quando todas as pessoas têm, em todo momento, acesso físico e econômico a alimentos suficientes, inócuos e nutritivos para satisfazer suas necessidades alimentares e suas preferências em quanto aos alimentos, a fim de levar uma vida ativa e saudável. (Gordillo & Jerónimo, 2013 apud FAO, 2006 – tradução livre).

47 *En los países en desarrollo las cosechas de cereales crecieron a un ritmo del 2% anual entre 1961 y 1980 (trigo 2'7%, arroz 1'6%). En casos como el de Filipinas el incremento superó el 3% anual. Lo cierto es que el alcance y generalización de semillas y técnicas fue muy diferente en cada país y, así, puede decirse que afectó notablemente a algunos países de América Latina y el Sudeste asiático, mientras su incidencia en África fue casi nula. Se calcula que en 1980 el 27% de las semillas en el conjunto de países en desarrollo correspondían a esas variedades, pero mientras en América Latina ese porcentaje era del 44%, en África era de sólo del 9%.* (Crump, 1998 apud Gutiérrez, s/d).

*A pesar de problemas tales como la salinización, causada por sistemas de irrigación pobremente diseñados y manejados, y la contaminación parcial de tierras y recursos hídricos, causados en parte por el uso de fertilizantes y protectores químicos de los cultivos, **la intensificación agrícola ha ayudado también a proteger los recursos ambientales.** Al incrementar las cosechas en las mejores tierras agrícolas, los agricultores del mundo han dejado vastas tierras libres para poder ser dedicadas a otros propósitos. (Borlaug; Dowsnell, 2001 – grifos nossos).*

Não obstante há “otimismo” nas palavras de Burlaug, são muitas as controvérsias que surgem a partir, das próprias situações, que em algum momento foram ou aparentaram ser positivas para as populações famintas do Planeta. A Revolução Verde trouxe consigo um expressivo aumento da produção de alimentos⁴⁸, no entanto, as consequências, sociais, econômicas e ambientais em muitos lugares se manifestam de forma negativa. Por exemplo, *“In China, where higher food costs have contributed to a troubling rise in inflation over the past year, 63-year-old grain vendor Meng Qingyu said he recently hiked the price of rice by 11% to about 25 cents a pound. “I can't stop the price from rising,” he said. “People always complain.” (BARTA, 2007).*

Mesmo em se tratando de um exemplo, que pode parecer banal ou pontual, o aumento dos preços dos alimentos é uma das consequências globais que tem sido apontada à Revolução Verde e não pela falta de alimentos, mas sim pela especulação nos mercados financeiros globais⁴⁹. A especulação no mercado financeiro de commodities/alimentos, revela quão nefastos podem ser o Mercado Global e o Sistema de Abastecimento Agroalimentar global. Esta informação sobre a especulação dos preços em função da oferta em Bolsa, desde a década de 1930 propiciava problemas econômicos, fome e escassez, como foi visto no segundo capítulo.

As consequências demarcadas pelo agravamento da fome, resultado este, do aumento dos preços dos alimentos entre 2007/08, explica Perez-Cassarino (2012), antepõem os atuais cenários de fome mundial. As promessas, portanto, atreladas aos discursos de Segurança Alimentar pelo combate à fome, deveriam no mínimo ser pensadas fora do âmbito dos mercados, mas como pensar uma agricultura sem mercado?

É possível constatar – além do exemplo chinês citado anteriormente –, ademais, que flutuações e especulações nos mercados financeiros, também, exercem grande influência no nível doméstico, como explica o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA):

48 Como nos exemplos citados de México, China, Índia e Paquistão.

49 O tratamento dado aos alimentos para além da mercadoria (física), ou seja, a referência que fazemos aos alimentos como ativos no mercado financeiro, como já frisamos, é um dos pontos que merecem aprofundamento, embora, não no presente trabalho.

A transmissão das variações dos preços internacionais para os preços internos agrícolas e dos alimentos adquiridos pelos consumidores é uma das causas da **inflação de alimentos** no Brasil, apesar de essa relação não ser direta ou imediata. A inflação doméstica reflete não só fatores internos, tais como eventos climáticos, mas também o comportamento dos **agentes econômicos formadores de preços e as opções de política adotadas pelo País**. O comportamento dos preços é também bastante diferenciado conforme o tipo de produto (Maluf e Speranza, 2013 apud CONSEA, 2014. p. 54 – grifos nossos).

Somam-se aos problemas econômicos, problemas ambientais e climáticos, que repercutem nas decisões tomadas pela Revolução Verde, segundo Barta (2007), a Revolução Verde tem reorientado algumas práticas, no que diz respeito, à escolha de terras para plantio de alimentos e/ou commodities, acontece que em muitos casos as terras escolhidas são áridas e não aptas para aqueles vegetais que fazem parte dos interesses do mercado global (soja, milho, trigo, etc.), empurrando, desta maneira ao plantio de Organismos Geneticamente Modificados⁵⁰, supostamente resistentes aos climas em questão.

As demandas por alimentos – principalmente da agroindústria e da indústria de alimentos – acrescentam-se, como já salientamos as demandas por commodities, como é o caso, bem presente, da matéria-prima para a fabricação de etanol, [...] “*because farmers are dedicating more land to alternative-energy crops*” (Barta, 2007). O caso do arroz na Índia, também, é bem emblemático, principalmente em relação aos impactos negativos no Meio Ambiente, “[...] *annual yield increases began to **slow over the past decade**. Farmers cranked up fertilizer and water use, **draining the water table**. Many began planting two crops a year, **taxing the soil**. Punjabi area officials discouraged farmers from planting two crops and in some places outlawed it*”. (BARTA, 2007 – grifos nossos).

De maneira similar, o *Le Monde Diplomatique Brazil* (2017) publica uma interessante matéria sobre o problema com a água na Índia, que inclusive, fora um dos berços da Revolução Verde, e já vinha se constatando perdas significativas desse recurso, além da dependência de seus

50 Segundo BRASIL (2018), **Organismos Geneticamente Modificados** é sinônimo de **Transgênicos**, ou seja, *microrganismos, plantas ou animais* que sofreram algum tipo de alteração em laboratório no Ácido Desoxirribonucleico (DNA – por suas siglas em inglês), “visando à obtenção de processos e produtos de interesses diversos”. Fonte: <<http://www.mma.gov.br/biodiversidade/biosseguranca/organismos-geneticamente-modificados>>. Acesso em 01/2018.

insumos, como consequência das plantações mecanizadas. O seguinte depoimento descreve um caso do acontecido nesse país:

*“I’m doing mischief against the government,” concedes Kanwar Singh, a 32-year-old farmer, as he surveyed his second rice crop recently on a stretch of flooded land near the northern India city of Karnal. He says he now has to pump water from 300 feet below the surface, compared with 70 feet 10 years ago. “In a year or two, **maybe it will be finished**,” he says. Some rural-development experts have criticized IRRI sharply over the years for promoting rice varieties like IR8 that require heavy doses of water, fertilizer and other chemicals. They believe those methods contributed to the same environmental problems that the IRRI worries about now. They also fear that IRRI’s tech-heavy slant could **leave farmers dependent** on expensive new seeds that require special care or costly chemicals to generate good results. (BARTA, 2007).*

Outro dos problemas recorrentes onde a Revolução Verde é implantada como modelo de produção de alimentos, tem seus impactos diretamente nas sociedades camponesas tradicionais e nos espaços em que são habitados por comunidades tradicionais e nativas. Lembremos que ela passou a ser uma ferramenta do Sistema de Abastecimento Agroalimentar Global somando-se a, corporações, Bancos e mercados, uma força ainda maior com interesses econômicos maiores, acabam empurrando para as margens do sistema, os camponeses tradicionais, mas de um modo geral, os mais pobres da sociedade. Sobre isto Altieri (2010) explica:

Globalmente, a Revolução Verde, ainda que tenha melhorado a produção de certos cultivos, mostrou não ser sustentável ao causar danos ao ambiente, provocou perdas dramáticas de biodiversidade e do conhecimento tradicional associado, favoreceu aos agricultores mais ricos e deixou muitos agricultores pobres mais endividados. (ALTIERI, 2010. p. 23).

Diante desta situação a Revolução Verde procurou se defender da seguinte maneira: “A pesar de que la mecanización agrícola desplazó a los trabajadores del campo, sostengo que los beneficios de un incremento en la provisión de alimentos y la disminución sostenida del precio de los cereales significaron beneficios mucho mayores para la sociedad”. (BORLAUG & DOWSWELL, 2001. s/p). Mas, a verdade é que a migração do campo para a cidade, de acordo com Rigon e Bogus (2015), é que, estes êxodos piorarão o quadro da pobreza e da marginalização

social⁵¹, ao tempo que conseguem piorar as condições de acesso a alimentos saudáveis e de qualidade.

A crença na mecanização renova-se na convicção aos Geneticamente Modificados, que a pesar das críticas, a Revolução Verde replica afirmando que “*without scientific evidence that genetically modified foods harmed human health or the environment, he saw no reason for consumers to reject them*”. (HERBERT HOOVER PRESIDENTIAL LIBRARY-MUSEUM, 2002). É claro que se trata de uma argumentação sem responsabilidade, e que não considera o Princípio da Precaução⁵², como uma ferramenta importante na condução desses métodos.

Segundo Gutiérrez (s/d) assistimos a uma nova Revolução Verde, ou melhor, a uma Revolução Genética, defendida pelos seus mentores, como a “nova” solução para os problemas da fome no Mundo, que como já vimos, os números da fome mantêm-se constantes e a estes se somam os da desnutrição que, inclusive alcança os países desenvolvidos (ESTEVE, 2017).

Sobre os transgênicos, a Revolução Verde se defende das acusações de que estes seriam os causantes de novas alergias, argumentando que: “*Las alergias producidas por alimentos naturales han estado con nosotros por mucho tiempo. Entonces, ¿por qué no pueden existir en los alimentos GM?* (BORLAUG, 2002).

Outro posicionamento interessante sobre e em defesa dos GM, coloca a Revolução Genética como um símbolo de “progresso” e “modernidade”, diante da “estagnada” e “ineficaz” produção de alimentos tradicional. Sustentam, ainda, que são capazes de acelerar os processos naturais de recombinação gênica (evolutivos), mas não levam em conta a complexidade sistêmica dos ecossistemas e que esse tipo de “adaptação” muitas vezes leva milhares de anos. As pressões ambientais são tidas como um obstáculo para a Revolução Genética e que pode ser superado pela “adaptação” em laboratório com o “[...] *fin de acelerar el proceso de combinación del alto potencial genético de las cosechas con una mayor dependencia de aquéllas que se encuentran bajo un amplio rango de tensiones bióticas y abióticas*”. (BORLAUG & DOWSWELL, 2001. s/p).

51 As condições de alimentação e nutrição das famílias são afetadas por esses processos. Somados a essa situação de precarização das condições de vida outros aspectos presentes nas áreas periféricas ocupadas e sem infraestrutura interferem na saúde e na situação nutricional dos grupos mais vulneráveis: falta de água potável, de luz elétrica e de tratamento dos dejetos, moradias precárias, acessibilidade deficiente aos serviços de saúde e de educação (VALLA, STOTZ, ALGEBAILLE, 2005 *apud* RIGON E BOGUS em Bezerra e Perez-Cassarino, 2015. p. 35-36).

52 Sobre o Princípio da Precaução, a Revolução Verde pensa da seguinte forma: Pero debemos ser conscientes de que no existe algo como un "riesgo biológico cero". *Simplemente no existe, lo cual, en mi opinión, hace de la consagración del "principio precautorio" simplemente otra estrategia de los fanáticos anti-biotecnología para impedir el avance de la ciencia y la tecnología.* (BORLAUG & DOWSWELL, 2001. s/p).

A avaliação do “valor agrônômico e tecnológico” das variedades sem a participação dos agricultores e sem considerar os contextos socioambientais tende a excluir qualquer variedade não adaptada ao modelo agrícola industrial, reduzindo a agrobiodiversidade. O modelo agrícola industrial promoveu a concepção de que tanto o melhoramento “genético” das variedades agrícolas como a produção das sementes deveriam ser atividades desenvolvidas apenas por setores profissionais específicos (fitogeneticistas, agrônomos etc.). Os agricultores passaram a ser tratados como simples produtores agrícolas e consumidores de sementes e de outros insumos agrícolas industrialmente produzidos. Passaram a ser vistos, portanto, como meros usuários finais do trabalho desenvolvido pelos técnicos do melhoramento vegetal. Trata-se de uma concepção que negou o papel dos agricultores como inovadores e detentores de saberes e práticas fundamentais para os sistemas agrícolas e para a manutenção da agrobiodiversidade. As sementes e variedades desenvolvidas e produzidas pelos agricultores, adaptadas às condições locais, começaram a ser substituídas por variedades estáticas e homogêneas, e os saberes agrícolas a ser produzidos fora do campo, longe dos agricultores, pelas instituições de pesquisa. (SANTILLI, 2009. p. 136-137).

A fome que a Revolução Verde não tem conseguido mitigar, desde suas origens, tem como principais causas, a substituição de culturas de alto rendimento, voltadas, principalmente aos mercados de exportação, pelo plantio de alimentos propriamente ditos, além disso, o quadro da fome se agrava pela já constatada alta dos preços globais dos alimentos⁵³ e como veremos em seguida pelas mudanças climáticas. Deveras, mais do que nunca, assistimos a um cenário de grande complexidade e interdependência global, cujas repercussões ecoam nas mais diversas situações de desgaste natural e principalmente humano, deteriorando o Ambiente e o acesso aos alimentos.

“De fato, cada vez mais, seja pela urbanização, seja pela manipulação genética e artificialização dos alimentos, o ser humano vem desconstruindo sua relação com o alimento como forma de mediação entre a sociedade e a natureza”. (Rigon *et al*, 2006 *apud* PEREZ-CASSARINO, 2012 p. 34). Esta afirmação se torna muito importante para a compreensão dos processos sociais ligados ao significado das relações *humano/natureza* a partir do eixo subjetivo das racionalidades constituídas em sociedade, a alimentação representa esse eixo, pois dela, todos dependemos.

Com a definição do bloco dos países capitalistas e o bloco dos países socialistas, intensifica-se o debate internacional sobre as causas da pobreza no mundo e a fome passa a ser identificada como um de seus principais aspectos determinantes. Nesse enfoque, ao contrário de ser uma consequência, a fome é utilizada para explicar a pobreza e a sua existência é atribuída ao problema da **produção insuficiente de alimentos**, ocorrendo, sobretudo, nos “países do terceiro mundo”. Com base nessa perspectiva, os governos envolvidos, órgãos internacionais como a FAO, assim como empresas detentoras de tecnologias do setor agropecuário, procuraram justificar a introdução de um processo de

53 Inclui evidentemente a “concentração corporativa” apontada por Perez-Cassarino (2012).

modernização da agricultura em vários dos países do Hemisfério Sul, nas décadas de 1950, 1960 e 1970. Tal processo, que recebeu a denominação de **Revolução Verde**, virá posteriormente a se consolidar num campo extremamente lucrativo para as multinacionais detentoras dos insumos utilizados (Galbraith, 1997; Lang, Barling, Caraher, 2009 *apud* RIGON e BOGUS, 2015. p. 34-35 – grifos nossos).

É importante, em princípio, descrever o papel das grandes corporações no Sistema de Abastecimento Agroalimentar Global, pois se entende que dele derivam, também, de forma entrelaçada as estruturas dos sistemas locais, como o de Curitiba, por exemplo. Isto acontece pelo poder centralizador que detêm as corporações ligadas ao abastecimento alimentar e à agroindústria, se trata de que, poucas dessas corporações e cada vez menos, “[...] *controlan desde los genes hasta las estanterías en los establecimientos de distribución*”. (CABEZA, 2010. p. 34).

Segundo Cabeza, 2010, o “Império Corporativo” da imensa rede global da produção e da indústria de alimentos, é conduzido, pelo denominado “Regime de Acumulação Flexível”, “[...] *caracterizado por la eliminación de trabas y rigideces que puedan obstaculizar los procesos de crecimiento y acumulación asociados a los negocios relacionados con el aprovisionamiento alimentario*”. (CABEZA, 2010. p. 34).

2.4 Fome, Mudanças Climáticas e Revolução Genética

Discorreremos até aqui, sobre as relações entre as origens da Segurança Alimentar enquanto conceito, ou bem, propaganda, a Revolução Verde e o combate à fome, não podemos, portanto, dissociar o envolvimento e as implicações comuns às três situações. De maneira sintética podemos argumentar que o combate à fome utiliza as ferramentas da Revolução Verde, no âmbito discursivo da Segurança Alimentar⁵⁴, dessa maneira, existe uma reconhecida legitimidade por parte das ações e associações da Revolução Verde, com Estados e empresas.

Nesta seção discorreremos sobre um “novo” elemento que se agrega, colocando novos desafios, à Segurança Alimentar, dentro do SAAG e à Soberania Alimentar, fragilizando ainda mais os já acentuados problemas descritos anteriormente. Referimo-nos às mudanças climáticas e de como esta repercute, segundo vários estudos, na produção de alimentos em nível global, e, portanto, na Segurança Alimentar do modelo hegemônico e suas políticas de combate à fome e,

⁵⁴ Lembrando para esta seção que a expressão Soberania Alimentar não possui em absoluto, alguma concordância prática ou discursiva no âmbito da Revolução Verde.

evidentemente, na Soberania Alimentar das populações que se encontram, principalmente à margem do grande sistema.

Pesquisas como a do Programa de Pesquisa da Mudança Global dos Estados Unidos (*U.S. Global Change Research Program*) apontam para significativos aumentos dos gases do efeito estufa (CO₂, CH₄, entre outros), na atmosfera o que resulta no aumento das temperaturas médias globais em terra e oceanos. O mesmo resulta ser verdadeiro para a ONU/IPCC – Painel Intergovernamental das Mudanças Climáticas, "*La influencia humana en el sistema climático es clara, y las emisiones antropógenas recientes de gases de efecto invernadero son las más altas de la historia. Los cambios climáticos recientes han tenido impactos generalizados en los sistemas humanos y naturales*" (IPCC, 2014, p. 2).

Esses aumentos trazem consigo inúmeras consequências, também monitoradas, cuja mais evidente repercussão é observada nos fenômenos climáticos extremos e na perda de biodiversidade nos ecossistemas, além de acentuados problemas socioambientais sobre muitas populações o que inclui a perda na capacidade de produzir alimentos. Devemos lembrar, ademais, que as repercussões somadas da agroindústria, da especulação financeira sobre os alimentos e as mudanças climáticas, principalmente sobre as populações mais vulneráveis do Planeta, ou seja, as mais pobres limitam ou eliminam o acesso, tanto ao mercado de alimentos, como à possibilidade de produzi-los. O relatório *Climate Change, Global Food Security, and the U.S. Food System* (CCGFSUS), aponta para os riscos globais sobre ditas populações: *Climate risks to food security are greatest for poor populations and in tropical regions* (BROWN *et al.* 2015, p.2).

A agroindústria alimentar tem seguido uma lógica duvidosa, sujeita a uma racionalidade econômica em que o objetivo principal é a maximização dos lucros, e, portanto, atender a interesses privados de mercado. O relatório (CCGFSUS) reforça o argumento da expansão negativa do agronegócio, e sua corresponsabilidade na mudança climática, como exemplo: *Increased risk can also result from agricultural expansion into less optimal lands in response to climate trends* (BROWN *et al.*, 2015, p. 7).

De forma similar a Deputada holandesa Marianne Thieme em seu documentário "*Meat the truth*" de 2007, argumenta sobre os impactos socioambientais negativos globais, resultado do consumo excessivo de carne. Isto aconteceria afirma Thieme (2007), por que a produção de CH₄ proveniente da indústria pecuária teria um efeito muito mais acentuado nas mudanças climáticas que o CO₂, diante disso os já consolidados "hábitos" alimentares e as determinações de oferta

global desses produtos alimentares teriam grande responsabilidade, não somente na mudança climática, como ademais, na saúde das populações e nos impactos sobre os ecossistemas. A Deputada (2007) nos lembra também, que a indústria pecuária depende fortemente do agronegócio, pela produção de commodities, o que amplificaria ainda mais os problemas socioambientais e de alimentação, uma vez que essa agroindústria é responsável pela perda de biodiversidade – em regiões como a Amazônia –, desmatamento em grande escala, além da utilização desses solos também para a pecuária de exportação.

O relatório CCGFSUS (2015), reforça que, a Revolução Verde detêm grande responsabilidade, pelos impactos e mudanças que causou e ainda provoca: [...] *“green revolution of the 1960s resulted in the intensification of management, agrichemical, and technical inputs; growth in trade and economic output; changes in land use; and increased yields”* (Roberts 2008 apud BROWN *et al*, 2015. p. 54).

O mesmo relatório constata, inclusive, resultado estes dos primeiros efeitos visíveis e mensuráveis das mudanças climáticas sobre a produção mundial de alimentos que *“Changes in climate may be diminishing rates of yield growth by up to 2.5% per decade, globally”* (Porter *et al*. 2014 apud BROWN *et al*, 2015. p. 55). No entanto, considere-se que não se trata de uma regra, pois depende da latitude e, portanto, das condições climáticas específicas associadas ao solo de cada região.

O documento cita exemplos que em algumas culturas, com o aumento da temperatura nos Estados Unidos, vem-se favorecidas, enquanto que na China o efeito é o inverso. Mas podemos interpretar dos dados proporcionados, que as regiões mais afetadas, são aquelas, situadas por debaixo da linha do equador, que coincide mais amplamente com a fome e a miséria⁵⁵.

Se associarmos as mencionadas causas e efeitos a alguns dados recentes, podemos observar como mudanças aparentemente pequenas podem fazer muita diferença, como o caso citado a continuação:

Por otro lado, el número de personas desnutridas en 30 países de Asia y África ha aumentado de 398 a 422 millones desde 1990. Se espera que el cambio climático tenga un impacto en la producción de cultivos: un aumento de 1 °C en las temperatura global se asocia a una disminución del 6% en rendimientos mundiales de trigo y de un 10% en el rendimiento de granos de arroz. (The Lancet Countdown on Health and Climate Change apud SINC, 2017.

55 Uma vez que nos referimos a um Sistema Global, não podemos absolutamente negligenciar que o espectro das violações, bem como das explorações e expropriações desse modelo hegemônico segue dizimando populações em todos os continentes da Terra.

Disponível em: <<http://www.agenciasinc.es/Noticias/El-cambio-climatico-ya-perjudica-la-salud-de-todos-los-paises-del-mundo>>. Acessado em: 11/17).

Neste sentido, podemos afirmar que a crise alimentar é global, as causas que a provocam e intensificam, os danos que originam nas populações e na Natureza e as ferramentas, “soluções” e políticas, parecem ser muito similares em todo o Planeta. Quando nos referimos a um SAAG é porque suas causas são globais e os efeitos produzidos também o são. Ainda que conscientes da relevância do fator *mudança climática*, sobre a produção alimentar, assim como, sobre a biodiversidade, não é nossa intenção aprofundar, não obstante as inúmeras questões que podem surgir a raiz desta breve abordagem.

Outra causa atrelada à crise alimentar global, assim como as mudanças climáticas, diz respeito aos preços praticados nos mercados mundiais, e como esse fenômeno repercute na Segurança Alimentar⁵⁶ das populações. O economista espanhol Cabeza (2010), alerta sobre o problema da alta dos preços praticados nos mercados nos últimos anos. Afirma, ainda, que se deve ao caráter estrutural e que se relaciona com o deterioro social e ecológico, resultante da consolidação do agronegócio sob o regime agroalimentar corporativo.

Embora o panorama da fome no Planeta possa resultar penoso para milhares de pessoas, para outros, os reflexos negativos de uma economia que violenta os sistemas agroalimentares tradicionais e o Direito Humano à Alimentação é uma fonte de riqueza imensa. Cabeza (2010), discorre sobre a alta dos preços dos alimentos nos mercados, aponta quais são as causas mais comumente aceitas, como por exemplo, a alta do petróleo, a reorientação de algumas culturas vegetais para o agrocombustível, a transição chinesa e indiana a uma “dieta mais globalizada” e pela própria especulação do mercado de alimentos sobre o preço dos mesmos. E de como todo este cenário beneficia, diretamente às grandes agroindústrias e agroquímicas, os grandes comerciantes de sementes, além das indústrias de alimentos *ultraprocessados* e as grandes distribuidoras, entre outros.

Sobre o aumento do preço dos alimentos, em boa parte devida a especulação financeira, além das já mencionadas mudanças climáticas e da vontade política, podemos observar que “*En el*

56 Defendemos que, de qualquer maneira a Segurança Alimentar encontra-se muito fragilizada e a disposição da concentração corporativa e dos mercados, assim, na melhor das hipóteses o acesso aos alimentos nas prateleiras, representa uma pequena e pueril vantagem.

período 2003-2005 se rompe la tendencia a la baja de los precios de los alimentos, que en el 2005 ya suben un 8,5%; en 2006 el aumento es de un 23,6%, y en 2008 del 57,1% (Índices de la FAO para los precios de los alimentos)” (Patel, 2008 apud CABEZA, 2010. p. 48).

Lembremos que, a insegurança alimentar, também está associada à capacidade das famílias em chegarem ao final do mês com “recursos necessários para a alimentação”. Ademais, “A distribuição dos gastos com alimentos sugere que a compra desses itens sofre influência dos hábitos regionais e de seus custos.” (CONSEA, 2014. p. 51).

Ainda segundo o economista, é possível, realizar uma divisão global em função da distribuição e origem dos alimentos, “*Hay que elegir entre desnutrición y envenenamiento*” (CABEZA, 2010. p. 45 – grifos nossos), afirma o economista.

Países do sul	Países do norte
Malnutrição, fome e exclusão	Transtornos e doenças alimentares, riscos nutricionais, etc.
Crise ecológica	

QUADRO 4: Crise desnutrição e crise ecológica

FONTE: Elaborado a partir de Cabeza, 2010.

Segundo o quadro, Cabeza (2010) visualiza uma crise ecológica vinculada à produção global de alimentos, provenientes da agroindústria – similar aos argumentos da Deputada Marianne Thiem (2007) – e seus efeitos, sem importar se se trata de países ricos ou pobres, à sua maneira, resultados negativos são vislumbrados em todas partes.

Em concordância com o quadro acima, Esteve (2017) argumenta que a obesidade é somente a outra “cara da moeda” do sistema agroalimentar global e que a malnutrição, ou bem, fome, não está somente associada à escassez ou não-acesso aos alimentos e sim, também, à falta de nutrientes nos “alimentos” industriais, que acabam sendo mais populares nas famílias de baixa renda, “A posição de classe determina, em grande medida, o que comer” (ESTEVE, 2017. p. 37).

Embora sejam várias as causas que nos levam a apontar a uma crise mundial de alimentos, por razões já citadas, a FAO em 2001, escreve Cabeza (2010), teria reconhecido que a crise global alimentar, não se deve a uma questão relacionada à produção e sim a uma questão vinculada ao

abastecimento⁵⁷, ou seja, a como os alimentos são colocados nos mercados (disponibilidade) e o alcance às populações (acessibilidade e renda).

Pela insistência em apontar o problema, à capacidade e eficiência produtiva, continua-se alimentando a ideia de que é necessário ampliar o volume de alimentos. Em outras palavras, significa afirmar que, o império corporativo agroalimentar deve ser ampliado, mesmo que os dados apontem a um constante aumento de famintos no Planeta, mesmo que signifique aumentar cada vez mais o risco de colapso da capacidade de suporte do Planeta.

Diante destes problemas, históricos e atuais, urgem as demandas por soluções, desde que sejamos capazes de revertê-las, a Revolução Verde já apresentou suas “cartas” em relação ao SAAG e ao que ela poderia fazer em favor de combater a fome no mundo. Lembremos, no entanto, que a fome como tal, poderia ser entendida muito além da simples ausência de alimento e a Revolução Verde acoplado ao SAAG, não tem, por um lado cumprido suas promessas de acabar com a fome (desde a década de 1960).

A Revolução Verde 2ª parte, conhecida também como Revolução Genética, procura mais uma vez, ampliar e ressignificar seus horizontes, através de mecanismos e pressões políticas e de mercado, capazes de justificarem suas ações. Esta nova abordagem é colocada pelos seus autores como uma necessidade diante, como sempre, do combate à fome, lembrando que segundo eles, os processos de mecanização e modernização não foram suficientes para o combate à fome (desde a década de 1960), por conta da inflação populacional das últimas décadas. E afirmam: “*Necesitamos utilizar tanto la agricultura convencional como los métodos de la biotecnología para poder enfrentar a los retos de este siglo*”. (BORLAUG, 2002).

E reforçam a continuidade conjunta, de ambos os métodos, pois de outra forma não haveria como levar adiante a pretensão de acabar com a fome no mundo e garantir a própria existência humana, “[...] *necesitaremos una "Doblemente Revolución Verde" en el siglo XXI si queremos asegurar una existencia más humana a todos los que lleguen a este mundo*”. (BORLAUG & DOWSWELL, 2001. s/p).

Entretanto, como explica Cabeza (2010), a dupla proposta da Revolução Verde, no sentido de proporcionarem novos “avanços” na produção global de alimentos, pode muito bem não ser a solução, sim parte do problema como afirma o economista:

57 Lembrando que abastecimento se refere não somente ao acesso aos alimentos, mas sim a um conjunto orquestrado de situações, desde a produção rural, a sua distribuição, industrialização (se tiver), disponibilidade, acesso, bolsas de valores, indústrias e mercados adjacentes.

De modo que esta biotecnología, que se presenta desde lo instituido como un avance fundamental, panacea tecnológica para aumentar la producción de alimentos y resolver el problema del hambre en el mundo, solución al cambio climático, e incluso a la crisis del petróleo, resulta ser parte del problema y no la solución; un mecanismo para socializar los daños y riesgos y privatizar los beneficios, entre los que destaca la apropiación de valor a partir del control corporativo de la biodiversidad, en un mundo en el que la mayoría de los procesos de elaboración de mercancías tendrán, de manera creciente, su fundamento en la utilización de materiales bióticos. (CABEZA, 2010. p. 42).

O economista espanhol, também adverte sobre consequências e retrocessos que se amplificam, na medida em que esses processos combinados de “modernização rural” e biotecnologia ganham mais espaço e simpatizantes, entre governos e empresas, inclusive aceitação da sociedade civil. Algumas das pontualizações de Cabeza (2010) são:

De modo que, a medida que la soja avanza, el campesinado y los cultivos para la subsistencia local retroceden. El resultado del proceso es un importante desplazamiento de la población del medio rural, un empobrecimiento progresivo del mismo, intensificación de los movimientos migratorios hacia las grandes áreas metropolitanas o al exterior, y extensión de la pobreza, la desnutrición y el hambre en territorios y países paradójicamente especializados en la producción agroalimentaria. (CABEZA, 2010. p. 56).

No entanto as consequências da expansão do modelo de abastecimento agroalimentar, nos moldes que discorremos acima, não se limitam somente – o que não é pouco – a movimentos migratórios forçados, com aumento da pobreza e da fome, sabemos que o sistema agroalimentar global age, sobre os Estados, sobre suas economias e sobre a capacidade de produção de alimentos (soberania alimentar) e isso acontece principalmente (não exclusivamente), nos países ditos periféricos. Essas práticas incluem, ademais, como explica Cabeza (2010), a liberalização dos mercados, o desmantelamento dos sistemas de apoio às agriculturas locais – exemplo nacional é o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA – e a privatização de recursos: “[...] *se obliga a los territorios periféricos a **liberalizar** el comercio y los precios de los alimentos a la vez que se **desmantelan** los sistemas de apoyo a las agriculturas locales, reduciéndose el tamaño y los gastos del sector público, y **privatizándose** recursos, bienes públicos y servicios*” (Areskurrinaga, 2008 apud CABEZA, 2010. p. 46 – grifos nossos).

A abordagem que fizemos sobre a fome nos séculos XX e XXI, que inclui compreender a visão malthusiana da mesma, nos permitiu visualizar as origens políticas e econômicas que mais tarde iriam se desdobrar na Revolução Verde e na propagação de políticas de Segurança Alimentar. Sob a bandeira da modernização e do desenvolvimento, amarrado aos slogans de combate à fome, a Revolução Verde conquistou os Estados e a opinião pública, já que se falava em melhorar e aumentar a produção de alimentos. Porém, como vimos essa produção de alimentos, não se voltou necessariamente ao combate à fome, e sim aos mercados globais e junto à especulação financeira se encarregaram de criar esses paradoxos de abundância e miséria.

Desde a década de 1960 os números da fome no mundo tem se mantido praticamente constantes, segundo dados da ONU/FAO, o que demonstra o fracasso do sistema, como já muitos autores colocaram. Pôr a culpa no crescimento populacional foi a saída que a Revolução Verde encontrou para justificar o seu fracasso. Mas os sistemas agroalimentar e alimentar global, seguem sua própria lógica e objetivos para eles muito bem definidos, e de fato, tanto a produção como toda a rede global que participa direta ou indiretamente desse sistema – fábricas, governos, produtores, consumidores, etc. - tem crescido e expandido significativamente. As taxas de produção de “alimentos” e commodities mostram uma tendência sempre positiva, da mesma forma que a fome, a miséria e a desigualdade crescem em um ritmo semelhante.

A dominação dos mercados, das corporações, a dependência imposta aos governos, consumidores e produtores ao redor do mundo acentuam a insegurança alimentar, e recrudescem, não somente os problemas sociais, como também, impactos ambientais negativos com alcance global. Mais tarde, mudanças em biotecnologia – alimentos transgênicos – procuram e conseguem ressignificar o escopo da Revolução Verde junto aos mercados, que também se renova com o apoio incondicional dos Estados, que por meio de interesses políticos alavancam e projetam suas economias em função de um sistema agroalimentar global centralizado no poder corporativo. A crise alimentar, não é, portanto, um assunto somente do passado, mais do que nunca está presente e cada vez mais, na vida das sociedades e da Natureza, pois a escassez de alimento e água não é só humana.

A primeira parte deste trabalho apresentou as preocupações e trajetória daquele que identificamos como primeiro eixo, delimitando características históricas próprias do SAAG, que são a Revolução Verde e as empresas que se representam nos mercados globais de alimentos, desde sua produção até o pós-consumo.

3. A escala local do SAAG

3.1 Perspectivas epistemológicas no nível local

O Sistema de Abastecimento Agroalimentar mesmo na sua escala, é um complexo de situações, processos; entidades públicas, ligadas ao Governo Federal, Estadual e Municipal, mas também em relação com governos de Estados nacionais estrangeiros; organizações privadas, como mercados, supermercados, multinacionais e fábricas de alimentos que transformam os produtos primários, agregando valor através da adição de substâncias químicas; indústrias agroquímicas, como as de fertilizantes e pesticidas derivados dos mais variados recursos, sejam eles considerados naturais ou sintéticos como o petróleo; fábricas de biocombustíveis, como é o caso do etanol; indústrias de ração que alimentam o mercado da pecuária, entre outros; Bancos, para crédito, financiamento, transações comerciais, etc.; postos e entrepostos de venda no atacado e no varejo; pequenos e grandes armazéns para estocagem e distribuição; refinarias de combustíveis para os sistemas logísticos de transporte e distribuição; empresas de marketing, logística, transporte, tecnologia da informação, direito, serviços contábeis, entre outras; organizações não governamentais; feirantes e atravessadores; indústria farmacêutica, seja para procurar combater os próprios males do sistema, seja na esperança de prolongar a vida humana, o engorde dos demais animais e a “beleza” humana; a indústria da água, para a própria indústria, para o consumo humano, dos demais animais e dos sistemas de irrigação; a indústria da genética, do “melhoramento” animal e vegetal, para o controle das “pragas”, para “acabar com a fome”; a indústria das máquinas agrícolas, da irrigação e do desmatamento; as imensas plantações de grãos que servem as mais variadas indústrias no país e fora dele; as culturas de alimentos, daqueles que alimentam, mas também daqueles que envenenam e daqueles que ainda não se sabe o que podem causar.

Nem de perto, ainda, conseguimos detalhar todas as atividades, associações, relações, protagonismos e entradas, que fazem parte das dinâmicas, atores e ações na escala local. Em capítulos anteriores, discorreremos sobre as implicações históricas, políticas e econômicas que teriam conduzido o Sistema de Abastecimento Agroalimentar Global (SAAG) ao que ele é hoje, uma instituição global⁵⁸ centralizadora e corporativista. Este sistema global, reforçado pela Revolução Verde, tem disseminado suas ideias ao redor do Planeta, principalmente, naqueles lugares em que a

58 Neste ponto do trabalho, poderíamos pensar o SAAG como uma organização parte de uma superestrutura conduzida por forças dominantes que prevalecem e dão a direção de sua trajetória.

miséria, as doenças e as guerras têm tirado toda esperança e criado situações que nos envergonham como espécie.

Embora a Revolução Verde tenha se apresentado como o “salva vidas” da fome no mundo, temos a suspeita de que o remédio tenha agravado a doença, já que a última explosão demográfica (década de 1960), coincide com a expansão do modelo e ferramentas de uma “revolução”, que até hoje mantêm suas promessas na Revolução Genética.

Junto a esse processo global, o poder corporativo, das sementes, dos insumos agrícolas e dos próprios mercados – que prometem “desenvolvimento econômico” - têm aumentado a dependência numa relação *top-down*, que coloca em risco e em muitos casos, já foi além do risco, a Segurança Alimentar⁵⁹ das populações, além de impactos ambientais negativos, que já são irreversíveis em boa parte do Planeta. A perda de espécies (fala-se em dois terços até 2100), a contaminação das águas, a degradação dos solos, a poluição do ar, são de modo geral, algumas das consequências que o atual modelo do SAAG carrega como um paradoxo, diante dos discursos de acabar com a fome (combater a insegurança alimentar), e de trazer prosperidade econômica de maneira “sustentável”.

Este sistema é uma gigantesca rede global, como já vimos são múltiplas as entradas e entrelaçamentos que acontecem. Uma questão fundamental que devemos ter presente sobre o funcionamento dessa teia global e globalizadora é sua dissociação com a Natureza e com a humanidade como sujeitos pertencentes a um único ecossistema chamado Terra. No sentido em que, os interesses que são colocados pelo SAAG perseguem objetivos que não ficam bem claros, quanto a uma finalidade última, distante no tempo, como projeto comum à humanidade enquanto espécie no Planeta e no Universo, e que para isso, parece não importar o quanto a Natureza se afasta da nossa natureza e prevalece neste caso uma racionalidade econômica pouco atenta a essa realidade.

É um sistema desintegrador, pautado na linearidade dos fenômenos, um sistema entrópico, ou que de alguma maneira, facilita/favorece os processos físicos de degradação naturais, ao tempo que se revela desagregador dos vínculos que possa haver entre a consciência humana e o sentido de sua existência com a “organização” ecossistêmica à que pertence.

O SAAG, procura organizar sistematicamente a ordem social, por meio de hábitos, crenças e fetiches – quando necessário à força – ao tempo que, também, organiza e classifica à Natureza, e seus “produtos”, aquilo de que nos alimentamos, em fim, todas as espécies vivas e “não vivas” que

59 Não questionamos ainda o risco à Soberania Alimentar, por entender que é algo que deveria ser alcançado antes da Segurança Alimentar. Em nossa opinião a soberania está se perdendo há tempos, e provavelmente poucos eram detentores dela no país. Tal vez deveríamos falar em recuperar a soberania para pensarmos numa segurança.

aparentam seguir uma harmoniosa e ordenada relação. Essa visão é trazida para dentro da sociedade e do Mercado, criando expectativas de que é possível entender o funcionamento da Natureza pelas suas “partes” e assim é cabível dentro desse argumento, acreditar que essas “partes” podem ser substituídas ou reintegradas sem maiores problemas, ou seja, prevalece a ideia de linearidade sobre aquela da complexidade e essa linearidade tende a fragmentar os sistemas como explicam Shiva & Azevedo (2003), “A linearidade fragmentada do saber dominante rompe as integrações entre os sistemas” (SHIVA & AZEVEDO, 2003. p. 25).

Neste mesmo sentido, segundo Morin e Pakman (2011)⁶⁰, haveria uma visão “romântica” a respeito da Natureza e sua suposta organização, capaz de brindar características estruturais, tais que, serviriam como modelo para a organização social humana, ou seja, um sistema organizado, fechado e linear. No entanto, os mesmos autores diferenciam, *organizacionismo* de *organicismo* – outra maneira de explicar a fragmentação do complexo – sendo que o primeiro estaria preocupado com “princípios de organização que sejam comuns aos fenômenos”, enquanto que a segunda é a que procura adotar a “organização” biológica à “organização” social. A interferência humana na Natureza, sua racionalidade econômica e capitalista, tem determinado uma superposição organizacional das sociedades humanas sobre a Natureza.

Mas, acontece que para Morin e Pakman (2011), a Natureza não é organizada – da maneira em como o mercado gostaria que fosse – e as sociedades humanas, conscientes ou não, participam de forma integrada em um grande sistema aberto, em que a Natureza não existe fechada em si mesma, como tende a indicar a “razão” humana, e sim, em constante troca com a totalidade do sistema. Segundo Morin & Pakman (2011), o que levaria aos homens, às sociedades, a estabelecerem os limites, do que no seio do seu Ego entendem como racional e, portanto, distante da Natureza é uma *sobre-naturalidade do Homem*. Essa *sobre-naturalidade*, direciona os direitos de posse, virtualiza fronteiras físicas e epistemológicas e acaba produzindo sistemas fechados, dotados de discursos ilusórios e herméticos.

Questionam-se os discursos, as retóricas, os “saberes disciplinários” como afirma Morin e Pakman (2011), esses discursos que refletem a construção de um conhecimento fechado, que imprimem na vida humana e na Natureza um desejo desconhecido que procura expressar um tipo de sobrevivência soberba, acima das sobrevivências das demais espécies no Planeta. Assim se

60 Embora estas reflexões forneçam ferramentas metodológicas, o nosso intuito não é o de assumir a teoria da complexidade de Morin como marco teórico-metodológico e consequentemente aplicá-lo a este trabalho, nos interessa sim aproveitar, de momento, o enfoque explicativo do fenômeno.

constroem os modelos de produção de alimentos, assim se constitui o SAAG. Tudo isso se legitima numa epistemologia própria, do mercado e para o mercado, “[...] *la ciencia se ha vuelto ciega por su incapacidad de controlar, prever, incluso concebir su rol social, por su incapacidad de integrar, articular, reflexionar sus propios conocimientos*”. (MORIN & PAKMAN, 2011. p. 79)⁶¹. Ou seja, para Morin & Pakman (2011), “*Todo progreso importante del conocimiento, como lo ha señalado Kuhn, se opera necesariamente por la quiebra y la ruptura de sistemas cerrados, que no tienen dentro de ellos mismos la aptitud de la transcendencia*”. (MORIN & PAKMAN, 2011. p. 73-74 – grifos nossos).

Morin e Pakman (2011) nos ajudam a entender que o SAAG, assim como sua dimensão no plano local é guiado por paradigmas fechados e excludentes, de maneira tal que a própria Natureza fica fora da pauta econômica, numa perspectiva que levasse a um entendimento capaz de integrar a humanidade e seus objetivos, aos do “mundo natural”. A proposta destes autores (2011), traz consigo, o grande desafio de rever epistemologias e paradigmas, que como já explicitamos, não tem o propósito de refletir sobre as ações e comportamento que leva a humanidade a um destino que já está sendo narrado pela Natureza, na forma de desastres ecológicos, extinções de espécies e da degradação dos meios de produção e subsistência alimentares humana e não humanas.

O que a hegemonia faz e trata, segundo Morin e Pakman (2011), é de “[...] reverter as perspectivas epistemológicas do sujeito, ou seja, o observador científico, o propriamente científico era, até o presente, eliminar a impressão, a ambiguidade, a contradição” (MORIN & PAKMAN, 2011. p. 60 – tradução livre), isto acontece, quando a ciência ou bem, as epistemes do mercado, as estruturas do sistema capitalista e, portanto também, em nosso plano local⁶², opõe-se duramente a observar, ou aceitar a condição humana no Planeta, como sujeitos pertencentes, não, a um sistema econômico e sim, a um ecossistema, dotado de complexidade.

Morin e Pakman (2011) consideram os sistemas vivos como *organizadores da sua clausura* e não sistemas fechados, coisas bem diferentes. São, portanto, sistemas abertos que se auto-organizam em constantes trocas com o ambiente. Trazendo esta visão da organização dos seres vivos para os sistemas de organização social e a indissolúvel/dependência que estes têm com o meio – a Natureza – poderíamos afirmar, que o modelo hegemônico é de fato um sistema fechado e

61 A perspectiva de Morin & Pakman sobre a complexidade dos sistemas (abertos e fechados) nos trazem um marco de referência conceitual que nos facilita a observação e análise do fenômeno em si, no entanto, e por não dispormos do tempo que gostaríamos para este trabalho, não nos será possível aprofundar na teoria da complexidade, entendemos que seria muito gratificante e enriquecedor, mas deverá ser esquadrihado em outro momento.

62 Aplicamos estes conceitos ao SAAL, mas lembrando que se trata de uma projeção escalar do SAAG, também seria aplicável no grande sistema.

linear, pois segue o direcionamento de uma racionalidade que desconsidera a dimensão natural, quer dizer que nada além do tratamento de *commoditie* deveríamos esperar dessa realidade. No que nos concerne essa forma de pautar a realidade econômica da produção de alimentos e, conseqüentemente, toda a integração do sistema agroalimentar, referencia uma situação que Santilli (2009) aborda com grande lucidez, a tensão entre um paradigma fixista e a promoção da agrobiodiversidade, colocam-se, portanto, no campo compreensivo das preferências globais que acabam se delineando em favor do que Morin & Pakman (2011) definem como sistema fechado.

Em substância, Morin e Pakman (2011), se referem a uma *interação entre Sistema e Ecossistema* (a nossa ideia de agrobiodiversidade), de tal maneira que as interações entre os fenômenos têm de ocorrer dessa maneira, para resolver a situação Morin apresenta a “*Teoría de Sistemas auto-eco-organizadores*” (MORIN & PAKMAN, 2011. p. 45).

O real para estes autores é a relação do universo biológico com o universo físico e a comunicação que possa existir entre eles, assim como, o sujeito e o objeto são constituintes um do outro, e esse entendimento é possível porque fazem parte, ou se resolvem num sistema aberto e não fechado. A partir da *Virtude Sistêmica* de Morin e Pakman (2011), podemos estabelecer e sistematizar as unidades que fazem parte do fenômeno que queremos estudar, de modo tal que seja possível eliminar reducionismos que nos limitem o entendimento do todo, ao tempo que possamos adotar uma metodologia diferente da que já está pautada na natureza mesma do sistema, pelas suas entidades vivas, embora não conscientes de onde se encontrem.

Em primeiro lugar, este enfoque nos permite, ou bem, nos adverte de olhar para o fenômeno, neste caso uma projeção em escala do SAAG, em sua totalidade, integrado se possível à Natureza e a uma ampla gama de atores dos mais diversos setores. Reduzir a questão agroalimentar à dimensão social, econômica, política ou ambiental seria um reducionismo condizente com uma postura linear e de exclusão. Entendemos relevante realizar estas considerações tendo em não somente a ideia de sistema aberto, como também abordá-lo dentro de um marco de alternativas à hegemonia do sistema.

Morin e Pakman (2011) recomendam que em segundo lugar, tomemos o sistema, não como uma realidade ou uma formalidade e sim como uma noção de ambigüidade, ou seja, que nos permita direcionar mais de uma possibilidade, ou até mesmo, várias para explicar a relação fenomênica do sistema na sua totalidade. Por último, estes especialistas nos sugerem adotar uma

abordagem transdisciplinar, de tal maneira que, seja possível diferenciar as ciências, as unidades, como também a associação e organização dos fenômenos.

Seguindo estas recomendações, certamente olharemos para nosso entorno, a nossa realidade local, de forma distinta, pois, não se trata somente de entender a “organização”, ou bem, o papel dos atores e entidades envolvidos, mas devemos também avaliar as direções, as escolhas, os interesses, o que materialmente representa dizer que existe ou não uma sensibilidade, moral e responsiva em relação à Segurança Alimentar e/ou ao Mercado.

Realizamos já uma discussão histórica, da prevalência hegemônica do modelo que por um lado, ambiciona acabar com a fome no planeta, orientado pelo desejo de cada vez mais perseguir o *mito fundacional* da “modernidade” e do “progresso”, o que é contraditório. Mas não somente contraditório, para Morin e Pakman (2011), os sistemas fechados estariam fadados à degradação. Se pensarmos a respeito da Segurança Alimentar e no combate à fome, percebemos que as decisões e os caminhos até agora tomados, perseguem na Natureza uma disponibilidade de recursos que está se esgotando, seja pela extração, seja pela degradação, cabe perguntar como é possível atender uma demanda de Segurança Alimentar pautada num sistema fechado, ou seja, linear e exclusivo, orientado somente por uma racionalidade econômica.

Acreditamos que a resposta se encontra naquele momento prévio que a Via Campesina aponta, assim como outros autores que defendem a agrobiodiversidade e uma relação, aberta com a Natureza. A Soberania Alimentar é provavelmente esse caminho se pudéssemos pensar num sistema aberto e não fadado ao colapso como explicam Morin e Pakman (2011).

Se mudássemos o centro de referência, a hierarquização do sistema, Morin (2007) explicam que somos capazes de realizar estas mudanças em função daquele “poder oculto” que se propaga em nós e na sociedade, na forma de paradigmas, e que de alguma maneira dita a direção do sistema como um todo, “[...] conforme as operações de centralismo, de hierarquização, de disjunção ou de identificação” (MORIN, 2007. p. 11). Trata-se de pensar o fenômeno da complexidade sistêmica do Abastecimento Agroalimentar a partir de abordagens que procurem alternativas e que incluam de maneira aberta as atividades humanas e a Natureza.

Na próxima seção nos aproximaremos de uma construção histórica que encerra uma trajetória com claras características lineares e cuja evolução demonstra uma forte relação com demandas internacionais em detrimento daquelas de ordem nacional. A constituição do sistema de abastecimento agroalimentar nacional prosseguirá sempre à sombra das políticas agroexportadoras,

das suas elites, e de interesses e demandas fora do Brasil. Entrevemos nesta trajetória a preferência pelo *paradigma fixista* e a incorporação do modelo hegemônico de crescimento, desenvolvimento e modernidade marcado pela exclusão de populações camponesas e nativas dos territórios e por recorrentes crises de abastecimento agroalimentares, que reforçam o caráter de dependência às exigências internacionais.

3.2 Uma breve abordagem da trajetória do Abastecimento Agroalimentar no Brasil

Nesta parte do trabalho, serão abordados de forma breve momentos da história brasileira em que tomam destaque as mais importantes mudanças estratégicas (de ordem econômica, política, social e ambiental), em relação ao Sistema de Abastecimento Alimentar⁶³ Brasileiro (SAAB). Devemos considerar, sobretudo, os atores envolvidos, seus interesses, políticas e repercussões na sociedade e no Meio Ambiente.

O SAAB tem seguido, ao longo de sua história, uma direção, relativamente única no que diz respeito ao modelo e às relações de poder que pautavam os interesses e objetivos do mesmo. Para o escopo deste trabalho é imprescindível olhar, para as questões sociais, políticas e econômicas que conduzirão o SAAB, ao que ele é hoje.

Um sobrevoo no diagrama histórico abaixo, ajuda a visualizar, uma continuidade no principal objetivo da produção agrícola (modelo agroexportador) e da mesma maneira, uma permanência no poder e gestão (sempre exercendo pressão ao Estado), por uma oligarquia rural, como é definida por Menezes et al (2015), mas também poderíamos nos referir a ela como uma burguesia rural (MARX & ENGELS, 1999).

Sob a ótica da dialética marxista, entende-se que os processos que determinam as mudanças nas estruturas sociais, dependerão de fatores econômicos, políticos e sociais, neste sentido, construímos o diagrama abaixo, com base na relação estrutural dessa lógica e em concordância com as transformações dos meios de produção e a dominação exercida pelos grupos de poder que subordina o restante da sociedade. E não representa uma novidade, pois lembremos que “Todas as

63 Quando nos referimos ao Sistema Alimentar, o termo alimentar procura ser abrangente, no sentido de abarcar todo tipo de alimentação, seja ela procedente das plantações, seja da indústria alimentar, a qual modifica (agrega valor) às commodities. Por outra parte, se nos referimos ao termo Agroalimentar, queremos abarcar somente àquele grupo de alimentos, provindos diretamente do campo, sem ter passado por nenhum processo industrial.

classes que no passado conquistaram o poder trataram de consolidar a situação adquirida submetendo a sociedade às suas condições de apropriação”. (MARX & ENGELS, 1999. p.25).

Um aspecto curioso é que se pensamos nas condições que levaram à revolução burguesa na Europa, e que colocaram a mesma no poder, segundo Marx e Engels (1999), haveria a partir desse momento uma subordinação do campo às cidades industrializadas (como de fato aconteceu lá), no entanto, aqui no Brasil, o que se vê é uma *subordinação* das cidades ao campo, num sentido amplo em que, como estas últimas dependem dos alimentos provenientes do campo, esse será grande parte do argumento das crises de abastecimento nas que discorreremos mais adiante, inclusive do Estado às oligarquias que dominam o campo⁶⁴.

Assistimos a uma *autolegitimação*, política e moral da “burguesia rural” brasileira, justificam sua própria *existência como classe*, por meio do poder exercido, conquista-se e perpetua-se, é o quadro desde a República Velha, e isso tem somado à atual situação de insegurança alimentar, pela incrementada perda de Soberania Alimentar.

Portanto, sob o modelo agroexportador, fica difícil pensar numa subordinação do campo à cidade, uma vez que é o no campo onde é estabelecido o modelo do SAAB, que atende interesses de uma classe em que não há indícios de contemplar o restante da sociedade. Sem lugar a dúvidas se trata do, “[...] poder político é o poder organizado de uma classe para a opressão de outra” (MARX & ENGELS, 1999. p. 43).

As transformações, ao longo da história econômica e política do Brasil, não provocam o mesmo tipo de mudança na classe dominante do SAAB, no sentido que, sim ela participa, mas ela permanece no Poder. A apropriação dos meios de produção, e de subsistência, também tem permanecido assim, a disposição do Poder das oligarquias rurais.

Dividiremos o diagrama e a explicação em quatro períodos, que consideramos chave na história do SAAB, embora, como já salientamos, exista uma continuidade nas relações de poder, cuja origem colonial, ainda hoje persiste, sutis mudanças nos meios de produção – não na apropriação dos mesmos – determinaram e determinam os diferentes desdobramentos sociais, políticos e econômicos ligados ao SAAB, e, por conseguinte, às políticas de Segurança Alimentar, e do Direito à Alimentação e os fantasmas da fome sempre presentes na sociedade brasileira.

A leitura de Menezes et al (2015) trará os elementos necessários para que seja possível abordar as Crises do SAAB na história brasileira, que por certo, é outro dos aspectos comuns a

64 Propomos com a intenção de enriquecer os argumentos que defendem essa *subordinação* das cidades ao campo, se a dependência de alimentos seria a única (embora bastasse para defender o argumento) variável, ou bem, o modelo agroexportador pudesse ter alguma repercussão na constituição das cidades desde tempos coloniais.

todos os períodos que visitaremos, e procuraremos, através do pensamento dialético marxista ao tempo que atravessado pela visão decolonial de Anibal Qijano (2010), da Colonialidade do Poder, tentar explicar a recorrência dos acontecimentos e as relações de poder coloniais presentes até hoje.

Com esta finalidade, utilizaremos o diagrama abaixo como referencial cronológico das crises, relações de poder, e objetivos do Estado e das oligarquias no SAAB:

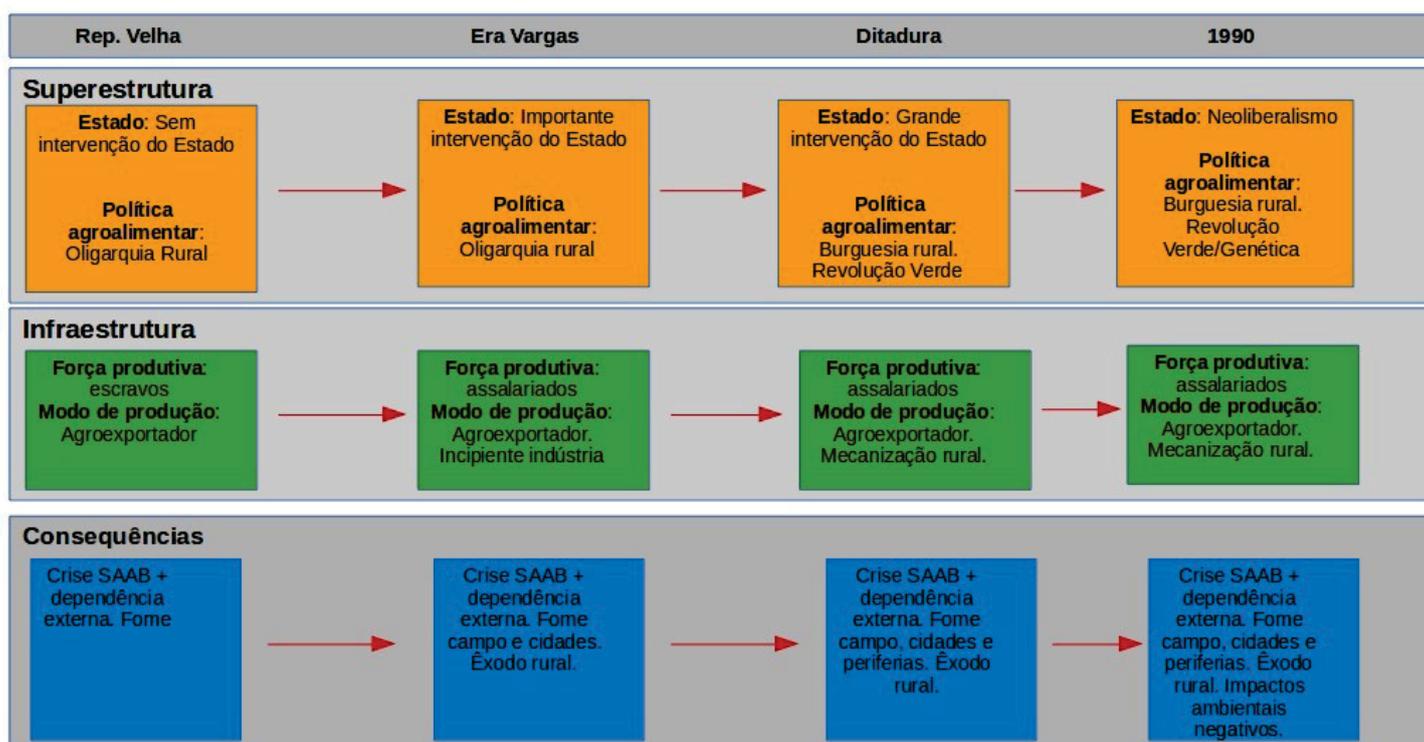


FIGURA 4: Organograma crises de abastecimento alimentar Brasil.

FONTE: Elaborado a partir de Menezes et al (2015).

O ponto de partida que nos interessa é a República Velha, pois se trataria de uma gestão “independente de Portugal”. O modelo agroexportador, era já bem presente, nesse período, como relatam Menezes et al (2015). Nesse sentido, o foco de Anibal Quijano (2010) quando olhamos para a realidade atual do Brasil, é condizente, com uma realidade histórica, bem consolidada, que se

remonta a um passado colonial, de relações de poder, direcionadas, também, por um mercado que alimentava as elites europeias, assim como, mais tarde, os famintos da primeira grande guerra (sempre na Europa). Os famintos encontravam-se também, aqui no Brasil, mas a decisão de não intervenção do Estado no assunto do Abastecimento Alimentar deixou que as oligarquias rurais nacionais dominassem o setor e levassem a cabo o que lhes era mais conveniente.

O foco de Anibal Quijano (2010), sobre a Colonialidade do Poder, nos ajuda a vislumbrar a continuidade das relações coloniais, pautadas pela dominação do mercado e dos meios de produção. Mesmo que se trate de uma dominação pautada na segregação racial, Quijano (2010) aponta para uma “[...] *distribución racista del trabajo y de las formas de explotación del capitalismo colonial*”. (QUIJANO, 2010. p. 205 – grifos nossos). Ou seja, a maneira pela qual, o trabalho era executado, no caso da república velha, escravos, determinaria o futuro das relações de Poder, pautadas naquele momento, pois como já dissemos, nunca houve uma revolução que mudasse esse quadro, nem mesmo quanto à apropriação dos meios de produção e subsistência.

Utilizaremos uma imagem mental tridimensional, com o objetivo de visualizar a disposição espacial do SAAB. Nele dispomos os principais atores envolvidos no sistema, de forma simplificada, de maneira tal que fiquem claras as relações de poder e o posicionamento hierárquico de cada um. Embora, esta configuração, descreva as hierarquias no SAAB na República Velha, veremos mais adiante, como a sua disposição “espacial” ainda se mantém igual.

Imaginemos uma pirâmide, no topo da mesma encontra-se o mercado de bens de consumo, de commodities e de alimentos, que eram requisitados principalmente pelas elites europeias. Dependentes e em função do funcionamento dos mercados mundiais encontra-se dispostos de forma coplanar – mesmo que entre eles exista uma *sub-hierarquia* (oligarquias rurais, grande capital e Estado, nessa ordem) – o que denominamos SAAB. O sistema local centralizado nas oligarquias rurais concentra o grande capital, pautado nas necessidades impostas pelo mercado mundial, o Estado neste caso, tem atuado como facilitador e secundarizado à população, que se encontra na parte mais baixa do sistema, recebendo de *cima para baixo*, os resultados e consequências das decisões que são tomadas nos níveis superiores. Essa população se encontra no vértice inferior de uma pirâmide invertida dividindo o mesmo plano com a anterior, estamos visualizando um octaedro.

Em seguida discorreremos e seguindo a cronologia das crises, como Menezes et al (2015) apresentam a evolução e as transformações do SAAB. A Primeira crise de Abastecimento data de 1870, “A causa principal foi atribuída à escassez de mão de obra para a pecuária e culturas de

consumo alimentar, em virtude da prioridade dada às lavouras de açúcar e café. (MENEZES et al, 2015. p. 24). Não houve intervenção do poder do Estado.

Entre os anos de 1917 e 1918, o panorama é bem similar, com um Estado praticamente ausente e exportações de alimentos dirigidas a abastecer a I Guerra Mundial. Além de ter havido um forte incentivo às plantações de café e elevação dos preços dos alimentos por uma inflação quase que provocada por políticas de emissão de moeda. Neste sentido, “[...] o estado de São Paulo, por exemplo, priorizou as exportações – tendo em vista sua especialização na produção de café –, ao mesmo tempo que incentivou a redução das importações dos demais gêneros alimentícios”. (Tosi e Faleiros, 2010 apud MENEZES et al, 2015. p. 26).

No ano de 1918 é criado “o **Comissariado de Alimentação Pública (CAP)**, o primeiro órgão com poderes para interferir e regular o abastecimento”. (MENEZES et al, 2015. p. 27 – grifo nosso). Regulava: preços, estoques, custos de produção, preços praticados pelos produtores, produtos que devem ser exportados. Evidentemente, teve resistência da oligarquia rural brasileira.

Para o ano de 1919 o CAP deixa de existir e no seu lugar é criada a **Superintendência de Abastecimento**, tal mudança teria sido pressionada politicamente pela agricultura e mercados ligados à produção de açúcar. Também regulava que alimentos deveriam ser exportados e suas quantidades. Entretanto, “Esses objetivos logo foram deixados de lado, e a superintendência passou a ser entendida como um órgão de fomento às classes produtoras”. (MENEZES et al, 2015. p. 28). Dessa maneira põe-se fim ao controle estatal nas exportações e sobre os preços praticados no mercado de alimentos.

A crise de 1929 consegue piorar mais o quadro histórico, já desfavorável em relação ao abastecimento alimentar, “Ao final do governo de Washington Luís, em 1930, a situação do abastecimento se tornou mais grave, com falta de **produtos de primeira necessidade** e sua conseqüente elevação de preços”. (MENEZES et al, 2015. p. 29 – grifos nossos). Diante da magnitude da crise, o governo de W. Luís toma medidas mais “duras” em relação à prática de preços e também a respeito dos fluxos de alimentos na importação e exportação. A novidade são as fiscalizações com multas. Ainda, assiste-se a uma produção de alimentos local sem estímulo, elevada dependência das importações, e, portanto, dos preços praticados fora do Brasil.

A era Vargas (1930-1964) se destaca pela centralização do Conselho Nacional do Café (CNC), entidade reguladora que restringia o plantio de café e regulava diretamente seu preço no mercado por meio de queimas do alimento. “As intervenções públicas no setor se tornaram

constantes, como forma de minimizar os problemas de excesso de oferta e baixos preços”. (MENEZES et al, 2015. p. 36).

Durante o *Estado novo*, a novidade trazida pelo novo governo de Vargas, pautava-se na diversificação das culturas e produtos, no entanto, a prioridade eram as exportações. Ao tempo que, “A população urbana, que estava em franco processo de crescimento com a expansão das cidades, continuava a enfrentar problemas da falta de alimentos, preços altos e baixos salários, o que não permitia consumir o equivalente a suas necessidades”. (MENEZES et al, 2015. p. 37).

Somente no ano de 1938 que o SAAB voltou brevemente sua atenção ao abastecimento de alimentos nacional. Nesse sentido, “o governo adotou medidas com vistas a promover a regulação e organização dos entrepostos de frutas e hortaliças (...), visava ampliar a disponibilidade de alimentos, reduzir os custos de transação e baixar o preço no varejo por meio da organização do mercado e do encurtamento da distância entre produtor e consumidor” (Idem).

Alguns avanços continuaram e em 1939 é criada a “**Comissão do Abastecimento**”, suas atribuições passavam por toda a gestão da produção, estoques, mercados internacionais e nacionais, assim como os preços que deveriam ser praticados, e duraria até 1940. Não obstante, a intervenção mais profunda do Estado, as crises de abastecimento alimentar persistiam e se acentuaram durante a II guerra mundial.⁶⁵

Nessa mesma linha no ano de 1945 é criada a Comissão Nacional de Alimentação, cujos objetivos eram, “realizar estudos sobre a população brasileira, assim como propor normas para a Política Nacional de Alimentação”. (Prado, 1993 apud MENEZES, 2015. p. 39). A comissão estava a cargo de Josué de Castro. Apesar dos avanços Menezes et al (2015) não deixam de ressaltar que inclusive diante da criação destas entidades, as crises alimentares mantêm-se constantes e por vezes intensificadas, por fatores de fora do país, como já mencionamos, especulação de preços e aumento da demanda.

Durante o governo de Dutra, as já habituais crises de abastecimento alimentar teriam sido incrementadas pelo crescente processo de industrialização e:

[...] foi marcado pela **continuidade da crise de abastecimento** e por problemas sociais e econômicos como baixos salários, inflação, importações crescentes, produção aquém das necessidades do consumo, processo acelerado de urbanização, êxodo rural acentuado e problemas logísticos (em especial de transporte e armazenagem). (MENEZES et al, 2015. p. 37 – grifos nossos).

65 Um acontecimento bem interessante teve lugar no Rio Grande do Sul a causa de uma crise climática que levou à perda de grande parte da safra de arroz, em 1941. Diante da situação o governo de Vargas, proibiu as exportações de arroz, até que fosse normalizada a situação (MENEZES et al, 2015).

Ainda neste período fora criada a “**Conjuntura Alimentar e Problemas de Nutrição no Brasil**” a cargo da Comissão Nacional de Alimentação. Seus objetivos focavam-se em brindar apoio à indústria de alimentos e na alimentação de crianças e adolescentes.

Já para o ano de 1953, 2º mandato de Getúlio Vargas, foi implementado um programa de governo que tinha por finalidade a compra de sementes de trigo aos produtores por preços mais altos que os do mercado, assim seriam redistribuídas a agricultores familiares⁶⁶. No marco das iniciativas desse governo no SAAB são criadas, também: A Comissão Nacional de Política Agrária (CNPA). A Comissão de Abastecimento do Nordeste (CAN) e a Comissão Federal de Abastecimento e Preços (Cofap). Numa ação conjunta de instituições públicas é criada a Comissão de Abastecimento, que se ocupava de todo o aparelho burocrático e técnico do sistema de Abastecimento Agroalimentar (produção, ferramentas, políticas, estoques, preços, câmbio, etc.).

Mais tarde, com o governo de Juscelino Kubitschek, toma grande destaque a parceria com a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, CEPAL e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), que promoveram vários investimentos dentre os que se destaca no âmbito do Abastecimento Agroalimentar, a construção de armazéns. “A Reforma Agrária, contudo, não era relevante para o projeto de desenvolvimento de Kubitschek. Dessa forma, não afrontava a oligarquia rural que integrava a sua base política”. (MENEZES et al, 2015. p. 44).

No período dos presidentes Goulart e Quadros, é criada a Superintendência Nacional de Abastecimento (Sunab), esta coordenava o Sistema de Abastecimento Agroalimentar nacional por meio do Plano Nacional de Abastecimento de produtos essenciais, pela Companhia Brasileira de Armazenamento (Cibrazem) (gestão de armazenagem), pela Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal) (varejo) e pelas Centrais de Abastecimento (Ceasas) (comercialização).

Todos esses órgãos foram lançados em uma tentativa de regular o setor de abastecimento, a partir do aumento da produção, da ampliação da capacidade de armazenagem pública e da diversificação das formas de distribuição e comercialização dos produtos alimentícios, incluindo a atuação direta no varejo sob a coordenação pública (Silva, J.; Belik; Takagi, 2003 apud MENEZES, 2015. p. 45).

Poderia se dizer que, a partir destas instituições e pela sua coordenação no nível nacional é que um Sistema de Abastecimento Agroalimentar Nacional mais consolidado começa a tomar forma

66 Mesmo que possa parecer uma iniciativa positiva por parte do governo Dutra, Menezes et al (2015), concordam em que se trata de uma prática que promove a perda de *biodiversidade*. Os autores, também, entendem que essas políticas fazem parte de iniciativas de “modernização conservadora”.

até porque perdurariam até o final da ditadura em 1985. As CEASAs funcionam até hoje como economias mistas.

O governo militar entre os anos de 1964 e 1985 foi principalmente marcado pela “modernização conservadora” da agricultura nacional – moderna quanto às técnicas de produção e conservadora na preservação da estrutura agrária concentrada e sem democratização do acesso à terra”. (MENEZES et al, 2015. p. 51 – aspas no original). Destaca-se que nesta época, também, houve crédito e subsídio, à implementação do modelo da Revolução Verde. Portanto, orientado aos grandes latifúndios e às monoculturas de exportação (soja e laranja, principalmente).

Em 1964 é instituída a **Comissão de Coordenação Executiva do Abastecimento**. A partir deste momento a merenda das escolas passou a ser fornecida pelo Estado [Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE)] e não mais por organizações internacionais vinculadas à ONU, em parte pela escassez de excedentes nos Estados Unidos.

Em 1972, cria-se o **Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento** (Sinac). “O decreto integrou as Centrais de Abastecimento (Ceasa) em cada estado da federação, ou mesmo no nível municipal, em um mesmo sistema”. (MENEZES et al, 2015. p. 54). Durante os anos 70 foram abertas 21 CEASAs em todo o país. Segundo os mesmos autores, os esforços do governo em gerir o abastecimento, não conseguiam moderar as crises nessa ordem.

No ano de 1973 cria-se a **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária** (Embrapa) – atuou principalmente na “modernização” dos modelos agrícolas, incluindo os Geneticamente Modificados. Essa estratégia (alinhada à Revolução Verde), foi montada triangulando a Embrapa, a Universidade e os Programas de extensão da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater).

Nasce em 1972, o Instituto Nacional de Previdência e Assistência Alimentação e Nutrição (Inan), com o I e II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (Pronan). Cabe destacar que se propunha ser, mais *estruturalista* e menos *assistencialista*. Menezes et al (2015), explicam que a intersetorialidade com *Ministérios da Saúde, Educação e Cultura, Previdência e Assistência Social, Trabalho e Agricultura* teriam facilitado essa articulação.

O Programa de Suplementação Alimentar, que como vimos, substituiria as doações de alimentos do estrangeiro, ficaria, contraditoriamente, vinculado às empresas multinacionais instaladas no país, neste caso a dependência continuaria. “Os alimentos eram adquiridos pela Cobal com recursos do Inan e distribuídos pelas secretarias de saúde dos estados”. (MENEZES et al, 2015.

p. 55). Um momento histórico muito importante para o Sistema de Abastecimento é o que Menezes et al (2015), descrevem:

Em 1974 o Ministério da Agricultura assumiu a gestão do abastecimento, ao mesmo tempo em que foi extinto o Grupo Executivo de Modernização do Sistema de Abastecimento (Gemab), órgão interministerial criado em 1969. Instituiu-se, também, o Conselho Nacional de Abastecimento (Conab) – homônima da Companhia Nacional de Abastecimento, que seria criada em março de 1990 –, presidido pelo ministro da Agricultura e composto por representantes dos ministérios da Fazenda, Transporte e Planejamento. (MENEZES et al, 2015. p. 55).

É criado em 1975 o Programa Nacional de Armazenamento (Pronazen), que serviu para a construção de armazéns em favor das crescentes plantações de soja. Os anos de gestão do governo Geisel, foram bastante profícuos, segundo Menezes et al (2015), nele foram criadas a Comissão Coordenadora de Política de Crédito Rural (Comcred), o Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento e a Comissão Estadual de Planejamento Agrícola (Cepa), como também “[...] vinte Mercados do Produtor para ligar as zonas produtoras aos grandes mercados consumidores”. (MENEZES et al, 2015. p. 55) e *hortomercados* no varejo.

Além de expandir as competências da *Embrapa*, da *Embrater* e da *Companhia Brasileira de Armazenamento*.

[...] foram criadas as Centrais de Abastecimento, os Mercados do Produtor, Hortomercados, Feiras Cobertas, Unidades Integradas e Centrais Regionais de Abastecimento, que constituíam o Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento e Mercados Satélites, cuja finalidade era a modernização do sistema de abastecimento de perecíveis no Brasil, beneficiando produtores, distribuidores e consumidores nos processos de manipulação e distribuição, com emprego de tecnologia moderna aliada a meios de informação de mercado e comunicação. (MENEZES et al, 2015. p. 55).

Ao longo da década de 1970, segundo Menezes et al (2015), se destacam outros Programas, como: o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), o Programa de Apoio à Produção e Comercialização de Produtos Hortigranjeiros (Prohort) e a Rede Somar de Abastecimento.

Já na década de 1980, ganham notoriedade as seguintes iniciativas, segundo Menezes et al (2015): o Programa de Nutrição em Saúde (PNS), o Projeto de Abastecimento de Alimentos Básicos em Área de Baixa Renda (Proab), o Programa de Nutrição Escolar (PNE), o Programa de Complementação Alimentar (PCA), o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), o Projeto de

Produção de Alimentos e Nutrição em Áreas Rurais de Baixa Renda do Nordeste e o Projeto de Aquisição de Alimentos Básicos em Áreas Rurais de Baixa Renda (Procab).

Na década de 1980, também, “[...] o governo federal retirou-se do cenário de abastecimento de hortigranjeiros. O Sinac foi desagregado, e o controle acionário das centrais de abastecimento foi transferido para os respectivos governos estaduais e municipais, com inúmeros prejuízos ao abastecimento alimentar no país”. (MENEZES et al, 2015. p. 58). A participação privada no SAAB começa a tomar conta, inclusive as CEASAs se tornam economias mistas, isso por não haver, segundo os autores, uma *prioridade política*.

Outro aspecto importante desse período, diz respeito à ampliação do comércio internacional e ao mesmo tempo da intensa urbanização, fatos estes que teriam contribuído com maior facilidade à “modernização” do setor agropecuário do país. Isto “[...] selou um novo pacto social da agricultura, que **desconsiderava questões de segurança alimentar e nutricional**”. (MENEZES et al, 2015. p. 61 – grifos nossos). Ainda, “Na ausência dos movimentos sociais ligados à luta da terra, criaram-se as condições propícias à expansão dos latifúndios e à imposição de um modelo que alijava fortemente a agricultura camponesa”. (Idem).

Cabe precisar que a relevância do Sistema de Abastecimento Agroalimentar já foi abordada por Maluf (1999), quando explica que o Abastecimento Agroalimentar não se trata simples e puramente da providência de alimentos ou do seu armazenamento de alimentos. Entende-se que o Abastecimento Agroalimentar é um sistema complexo de atividades, instituições e organizações, reguladas pelas regras do Mercado e em alguma medida pelos Estados. O SAAG sabe-se que se encontra ancorado às ideias e ferramentas da Revolução Verde, e centraliza-se no poder corporativo de empresas ligadas ao setor agrícola e de seus insumos e serviços, assim como, das grandes multinacionais do setor alimentício.

O modelo agroexportador, desde os alvares da Nação, têm representado a pauta dos interesses das oligarquias rurais, como afirma Menezes et al (2015) “[...] a gênese da concentração fundiária e a formação da oligarquia rural, marcas indeléveis da realidade brasileira que impactam diretamente a segurança alimentar do país (MENEZES et al, 2015. p. 22)”. Trata-se, evidentemente de um problema estrutural e histórico que desde que se estabeleceu segue o mesmo desenho:

É importante considerar que no período colonial, que vai de 1530 até 1808, sucederam-se diversos ciclos econômicos que priorizaram a produção de determinada mercadoria em larga escala para exportação – de acordo com as demandas do mercado internacional – em detrimento do desenvolvimento de atividades econômicas para o mercado local. (MENEZES et al, 2015. p. 22).

Estas estruturas históricas determinam as crises de abastecimento que vimos e certamente interferem em grande medida nas atuais crises socioambientais sobre a produção alimentos. Devemos ter presente que o modelo agroexportador histórico brasileiro, sempre fez parte de um sistema não local, que hoje denominamos global. “A economia se integrou cada vez mais ao capitalismo internacional, cumprindo seu papel na divisão internacional do trabalho, a partir do modelo agrário exportador adotado”. (MENEZES et al, 2015. p. 23), isso acontece ademais, “[...] por diferentes mecanismos, extraíram da agricultura a mão de obra e oferta alimentar necessárias, além de exportações para o equilíbrio da balança comercial”. (Castro, 1969; Federico, 2005 apud De Paula, 2017. p. 35).

Sobretudo devemos ter bem presente que quando nos referimos à atual crise alimentar global, que como já vimos, desprende-se, em grande medida, da própria Revolução Verde que afirma ter tentado combater a fome no mundo. Também é necessário lembrar que essa crise, hoje mundial, é presa de um passado colonial, que para nada dessemelha à atual situação do SAAG.

Em relação às contribuições do governo brasileiro sobre as políticas que atravessam o SAAB, em princípio, é importante destacar que dentre propósitos mais sobressalientes neste sentido, têm sido as políticas de combate à fome. Para entendermos as dinâmicas do local, é necessário explanar sobre as “regras” que envolvem às instituições e organizações que nele participam. A principal questão que procuramos responder é em que medida esse sistema local, se posiciona diante da aparente disjuntiva entre Segurança Alimentar e mercado, e isto implica saber o quanto se distancia do modelo hegemônico da rede global corporativa que, como vimos, procura centralizar o Sistema de Abastecimento Agroalimentar no Planeta. Por esta razão, devemos olhar para o entorno local e procurar entender em que medida responde ao sistema global e o quanto é autônoma em relação a este.

Entendemos que quanto mais autonomia exista no âmbito local em relação ao SAAG, maior será sua aproximação à construção de um modelo de Soberania Alimentar, o único capaz de garantir a Segurança Alimentar, no entanto, esse distanciamento implica, o quanto as entidades que fornecem alimento ou gerem políticas nesse sentido, trabalham ou estão dispostas a trabalhar olhando para um modelo que rompa com a história descrita por Menezes et al (2015).

Nos os anos 1990, Menezes et al (2015), diante da globalização das políticas neoliberais, do especial destaque a alguns movimentos sociais como, “Movimento pela ética na política, a Ação da Cidadania Contra a Fome pela Vida, a Conferencia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

e Gritos da Terra Brasil”. (MENEZES et al, 2015. p. 63). É importante destacar, ainda, que nesta década a SAN ganha espaço nas políticas nacionais de combate à fome, que segundo os autores se deve em grande medida à abertura de espaço público à sociedade nesses assuntos. Apesar da forte relação entre políticas de SAN e combate à fome que geralmente se atribui ao debate, em 1985, momento em que surge o termo Segurança Alimentar na agenda pública brasileira, os objetivos demarcados não eram exatamente os de combater à fome, explicam Menezes et al (2015) e sim “[...] atuar no controle dos preços e da oferta dos alimentos”. (Takagi, 2006; Belik, Graziano da Silva e Takagi, 2001 apud Menezes et al, 2015. p. 64).

No ano de 1991, merece notoriedade a criação da Política Nacional de Segurança Alimentar (PNSA), promovida por um “Governo Paralelo” com membros do “Partido dos Trabalhadores”, discorrem Menezes et al (2015). Política esta, que ulteriormente contribuirá à gênese do Programa Fome Zero. Nesse ano, no entanto, a aposta numa possível implementação da política foi contida pela postura e interesses neoliberais do governo itinerante (MENEZES et al 2015). De acordo com a mesma leitura, a proposta da lei teria sido resgatada logo após o impeachment, entre 1992 e 1994, pois foi acolhido de maneira mais positiva durante o restante desse governo.

Ainda nessa década, no ano de 1993 nasce o CONSEA, composto por representantes da sociedade civil e do governo, a duração do conselho será até o ano de 1995, para ser retomado mais tarde pelo primeiro governo de Luís Inácio Lula Da Silva (2003), e cujas ações mais destacadas nesta primeira etapa foram:

[...] a inserção do tema da fome na agenda pública, a ampliação da participação social na formulação das políticas públicas, a implementação de ações emergenciais, a influência em programas governamentais (como a descentralização da alimentação escolar) e a realização da I Conferência Nacional de Segurança Alimentar (CNSA) em 1994. (Burlandy, 2011; Menezes, 2010; Maluf, 2007 apud MENEZES et al, 2015. p. 68).

Ainda, segundo Menezes et al (2015) é bom lembrar que, apesar da diligência das propostas do CONSEA, não somente no Brasil sopravam ventos neoliberais, o que significa, que a conjuntura global tomava uma direção comum em favor da iniciativa privada e conseqüente redução do Estado. Também é mérito do CONSEA a descentralização dos alimentos destinados a Programas como o PNAE, que de acordo com Menezes et al (2015) esse fornecimento estava a cargo do setor da agroindústria alimentar. No seu papel de conselheiro da presidência da república, o CONSEA, além

de realizar propostas em benefício das políticas de Segurança Alimentar⁶⁷, também tem tecido críticas ao sistema hegemônico de produção de alimentos e evidentemente, ao agronegócio.

Sobre o “aumento da produção de alimentos” dos últimos 30 anos o CONSEA desconstrói a ideia de que o agronegócio teria sido capaz de solucionar as problemáticas ligadas à fome e à subnutrição⁶⁸. Assim, aponta diversos problemas, decorrentes da própria lógica hegemônica de produção e como isso tem agravado problemas ligados à fome e, sobretudo, à qualidade dos alimentos. “[...] a instabilidade dos preços agrícolas, a elevação dos preços internacionais do petróleo, as constantes mudanças climáticas, a escalada da especulação financeira com as commodities e a pobreza rural persistente”. (CONSEA, 2014. p. 29).

No que diz respeito às atividades do governo brasileiro sobre as políticas de SAN, como dado histórico e contemporâneo, o CONSEA afirma:

A política de crédito rural segue destinando parcela crescente dos recursos aos **produtores de maior porte**, financiando culturas **valorizadas no mercado internacional**. Apenas 2,13% dos contratos de crédito rural firmados em 2012 consumiram 50,55% de todo o valor destinado ao financiamento do agronegócio. (CONSEA, 2014. p. 29-30 – grifos nossos).

Enquanto o agronegócio continua crescendo por meio de políticas de incentivo, sejam diretas (subsídio), ou indiretas (“negociação de dívida”), o estímulo ao pequeno produtor tem diminuído, prova do desinteresse que ainda, há nesse setor.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, embora se destine aos pequenos produtores, vem reproduzindo a mesma lógica. Os valores totais concedidos pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) cresceram 62% entre 2002 e 2012, mas o número de contratos vem oscilando negativamente nos últimos anos. (CONSEA, 2014. p. 30-31).

Esse decréscimo dos investimentos em produção de alimentos é notado em todo o país e em contrapartida aparecem os reais beneficiários desses créditos e subsídios, o que não surpreende, depois de ter visto a trajetória do SAAB, já que, “Embora o Nordeste concentre a maior parte da agricultura familiar, o Pronaf segue destinando a maior parte dos recursos aos pequenos sojicultores

67 Neste momento ainda não se levava em consideração a dimensão nutricional.

68 Lembre-se que este discurso já era adotado pela Revolução Verde, por esta razão que é importante apresentar em paralelo as linhas que conduzem à formatação do SAAL.

da região Sul.” (CONSEA, 2014. p. 31). A título de exemplo ao que o PRONAF é destinado, o CONSEA afirma que: “O milho e a soja respondem, desde 2001, por mais de 50% de todo o custeio agrícola aplicado via Pronaf”. (*Ibidem*).

O CONSEA destaca também o papel do avanço da agricultura corporativa sobre os espaços ocupados pela agricultura tradicional e quais são suas repercussões. “O avanço da agricultura empresarial sobre novos biomas garantiu a incorporação de novas áreas tradicionalmente ocupadas aos circuitos produtivos globalizados. Essa integração vem provocando profundas mudanças nas estruturas sociais rurais preexistentes.” (CONSEA, 2014. p. 32-33). No entanto esse avanço, também, é possível, graças ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Ficam, assim, claras as preferências que em alguma medida continuam a representar interesses de uma agricultura de grande escala e os mercados globais.

Como já mencionamos, em 1992 acontece a fusão da COBAL com a Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM), assim, no ano de 1991 nasce dessa interseção a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), que até hoje é o órgão responsável pelas políticas de abastecimento nacionais⁶⁹, é importante neste ponto destacar o surgimento e papel das Centrais de Abastecimento. No que diz respeito às Centrais de Abastecimento (CEASAs), as mesmas já faziam parte dos programas da COBAL da década de 1970. Entretanto, durante a fusão da COBAL com a CIBRAZEM em 1990 as CEASAs saem do amparo direto da atual CONAB.

Reiteramos a devida atenção que o SAAB deve ter no marco político e pela sociedade, segundo Maluf (1999), o SAAB, é capaz de exercer pressão sobre a demanda dos mesmos e assim colocar seus próprios interesses no mercado, isto se alinha com a nossa explanação sobre a concentração corporativa e a determinação de Hábitos Alimentares, nas palavras de Maluf (199):

O abastecimento alimentar é, em geral, abordado em termos da estrutura que disponibiliza os produtos alimentares, isto é, as formas pelas quais os alimentos são produzidos e distribuídos para a população. Nessa perspectiva, descrevem-se os fluxos seguidos pelos bens através de encadeamentos que ‘se iniciam’ (sic) na etapa agrícola, passando pela intermediação mercantil e o processamento agroindustrial, até o comércio varejista. No entanto, as estruturas de abastecimento também fazem parte dos elementos que **determinam as condições em que a população acessa os alimentos**. (MALUF, 1999. p. 1 – grifo nosso).

69 A Lei 5.727 de 04/11/1971 inicia a Política Nacional de Abastecimento (PNA). Em seguida o Decreto 70.502 de 11/06/1972, regulamenta o Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento (SNA), o qual será gerido a partir do poder público pela Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL) e com participação acionária do Grupo Executivo de Modernização de Abastecimento (GEMAB).

Sobre as relações existentes entre produtores tradicionais e a grande indústria agroalimentar corporativa, o sistema de abastecimento de alimentos tem o poder e capacidade de marginalizar àqueles que não se “enquadram” nos padrões hegemônicos e assim, portanto, não são capazes de atender determinadas demandas de mercado – não são “eficientes”. Em outras palavras, Maluf (1999), explica como pode funcionar a exclusão, com base em princípios de mercado:

Eles **podem também fechar espaços existentes** em segmentos tradicionais como os das carnes e dos derivados lácteos, em virtude da maior demanda de qualidade, dos requisitos de logística comercial, da combinação produção em escala-diferenciação de produtos, etc. Nesse caso, tais processos podem ter resultados negativos ou serem **promotores de exclusão de pequenos e médios empreendimentos agrícolas, industriais e comerciais**, contribuindo assim para acentuar as iniquidades presentes em nosso padrão de desenvolvimento. (MALUF, 1999. p. 2 – grifos nossos).

O que Maluf (1999) propõe é que sem a intervenção do Estado nestas questões que envolvam o abastecimento dos alimentos – como defende também o CONSEA – os mencionados problemas seguirão aumentando, o que parece ser a tendência.

Que deve se esperar, então, de políticas de Estado através dos programas de abastecimento alimentar, de maneira tal que, a Segurança Alimentar possa ser alcançada, o que colocamos a seguir pula a etapa que hoje e este trabalho consideram essencial que é alcançar a Soberania Alimentar como requisito ao passo da Segurança Alimentar:

Em primeiro lugar, “[...] há que considerar como as ações de abastecimento **podem contribuir para promover a produção e a distribuição dos alimentos** sob formas sociais mais equitativas, dada a importância dessa iniciativa em si mesma e para a oferta de alimentos”. (MALUF, 1999. p. 2 – grifos nossos). Como exemplo do citado, o autor lembra a importância em apoiar pequenos produtores e pequenos empreendimentos, de forma que se possa garantir a variedade e a qualidade dos alimentos, além de diminuir as diferenças sociais ao aproximá-los frente a já assentada grande indústria agroalimentar. Em seguida o texto dá destaque à construção de mercados ancorados nesta lógica de apoio aos pequenos e médios produtores, com a finalidade de melhorar o acesso aos alimentos.

Em segundo lugar, “[...] é preciso considerar como as ações de abastecimento **podem contribuir para o acesso aos alimentos por todos os segmentos da população**, em condições apropriadas em termos da quantidade, preço e qualidade dos alimentos, e da composição da cesta de consumo”. (Idem – grifos nossos). Neste ponto a leitura chama a atenção para o que denomina de

“Mercado Institucional”, cujo objetivo é o de alcançar setores mais vulneráveis da sociedade, por meio de iniciativas do próprio Estado⁷⁰.

No que diz respeito às relações, produtores rurais e abastecimento, segundo Maluf (1999), existe uma razão de proporcionalidade direta na proximidade da relação e o tamanho do centro populacional, ou seja, as *conexões* (“proximidade entre produtores e consumidores”) aumentam quanto menores as populações. Entende-se como uma vantagem, se o sistema de abastecimento alimentar, suprisse, em primeiro lugar, as populações mais próximas.

Entretanto, “A gestão de equipamentos públicos que abrigam o comércio varejista⁷¹ de alimentos constitui-se na mais comum e significativa ação de abastecimento em nível local, em particular nos centros urbanos de médio e grande porte”. (MALUF, 1999. p. 5). Esse tipo de ação deixa transparecer o papel de responsabilidade que o Estado ainda mantém diante da questão alimentar e do SAAB, a pesar da perda (e consenso) de espaços para o setor privado.

Outro papel importante do SAAB, apontado por Maluf (1999), são iniciativas como os varejões, que seguiriam as mesmas políticas praticadas pelas CEASAs, pois, determinam preço e qualidade dos alimentos que serão distribuídos⁷². Para Maluf (1999) o “desenho” das CEASAs: “[...] foi proposta como um dos pilares em que se assentaria **a ação regulatória pública no atacado**, pois contribuiria para ordenar o fluxo de bens, conferir transparência à formação de preços, e exercer os controles fiscal e da qualidade dos produtos”. (MALUF, 1999. p. 8 – grifos nossos).

Os objetivos que deram início às CEASAs, em primeiro lugar previam a presença iniludível do Estado, como marco da regulação dos produtos agroalimentares em função das suas políticas de responsabilidade socioambiental. No entanto, explica Maluf (1999), até o final da década de 2000 o Estado já havia perdido espaço e funções – refere-se principalmente a uma descentralização –, que poderiam garantir a concretização das políticas enunciadas acima, sobre essas transformações o autor explica:

[...] mudanças fundamentais, resultantes das transformações na estrutura de produção e distribuição dos alimentos que lhe retiraram parte do seu antigo papel, e do recuo do Estado diante das funções reguladoras da atividade econômica em geral, e do abastecimento alimentar em particular, que tornou aquele sistema um conjunto de empresas descentralizadas (muitas privatizadas) que apenas prestam serviços de comercialização. (MALUF, 1999. p. 8).

70 Especificamente sobre Programas de compras públicas nos interessa o papel da Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento do Paraná (SEAB).

71 Varejões, sacolões, feiras livres, estes compõem os “equipamentos de varejo”.

72 Naquela época, o autor destaca que os preços praticados encontravam-se 20% abaixo das iniciativas privadas.

Discorreremos sobre fatos históricos das chamadas “crises alimentares” no Brasil (MENEZES et al, 2015), neste sentido, percebemos que, tanto as estruturas de poder, como seus representantes mantiveram o praticamente o mesmo lugar como donos da terra e dos meios de produção. Da colonização, passou-se diretamente para um sistema, primeiro escravista, mais tarde assalariado e mercantil pós-medieval, em que “coronéis” atuavam como se fossem os “senhores feudais”, proprietários do capital de trabalho e subsistência. Com a chegada da indústria e uma incipiente burguesia industrial à margem da centralidade do Estado, a dependência econômica do modelo agroexportador não teria representado uma mudança e sim um desafio.

Mantêm-se o mesmo modelo, não obstante as mudanças tecnológicas, mas as relações de dominação pela mesma classe, ainda ecoa seus interesses. O SAAB, não tão distinto de como era há 500 anos, é gerido dentro de uma instituição (Mercado), hoje, dominado por corporações que junto aos bancos e organizações internacionais, determinam as transformações sociais, seja para bem ou para mal. A própria Revolução Verde, que trouxe consigo várias mudanças, nada mais fizeram do que reforçar o modelo de produção e mercado que já vinha sendo pautado de maneira mais ampla.

Um sistema de abastecimento alimentar, levado a cabo, como ao longo da história deste país, reforça elementos de desigualdade social e marginalização, ademais de acentuar os já globais problemas ambientais. A Segurança Alimentar da Revolução Verde no Brasil, acredita-se que encontra terreno fértil, pois possui elementos históricos e de poder que a apoiam. As oligarquias rurais conseguiram levar adiante um modelo que tem desafiado uma sociedade brasileira a viver em condições de fome e miséria.

Não obstante se mantenha uma sólida estrutura histórica, que favoreça política e economicamente o agronegócio em detrimento de produzir alimentos saudáveis e com qualidade para um SAAB preocupado com a sociedade e com a Natureza, vários governos têm demonstrado preocupação em equilibrar a balança social da desigualdade e da fome.

Também nos preocupa que as políticas de combate à fome no Brasil, sigam o mesmo modelo global legado pela Revolução Verde, que o combate à fome se traduza em subsidiar mercados de soja, milho, trigo, etc. transgênicos e carregados de substâncias que em muitos países já são proibidas.

Na seguinte seção e seguindo uma lógica dedutiva discutiremos sobre algumas das entidades que consideramos mais pertinentes para este trabalho. Como havíamos adiantado, não por nossas

escolhas e abordagens deixamos de considerar outras entidades de grande importância, como explicamos que era necessário reduzir, o que não exclui, absolutamente, o fato que nossa análise não possa ser repetida em outro momento abrangendo um maior número de agentes ou entidades envolvidas numa área que cubra o estado do Paraná, o Brasil, ou mesmo em outro país. Lembremos ainda que não todos os agentes envolvidos no sistema de abastecimento agroalimentar seja ela global ou numa dimensão menor, possuem iguais atribuições e responsabilidades, todas jogam um papel diferente, embora, os objetivos parecem muitas vezes convergentes.

3.3 Estrutura do SAAL e entidades a serem indagadas

Diante da anunciada heterogeneidade de estruturas, agentes, entidades, organizações, etc. que atuam no âmbito local e, como adiantamos na metodologia deste trabalho, tivemos que escolher entidades que fossem representativas no sistema, no sentido de refletirem políticas, programas e interesses de Segurança Alimentar⁷³ para o sistema local, sempre entendendo que se trata de uma projeção em escala do grande sistema global.

Devemos ter presente que de acordo com a seção anterior, cabe distinguir a natureza no nível local numa perspectiva em que Morin & Pakman (2011) denominaram de *sistema fechado*, ou seja, nesta escala além de ser uma representação escalar de um sistema maior e global, em tese deveria seguir as mesmas orientações políticas e econômicas que seu norteador, ou seja, espera-se que a Segurança Alimentar tenha uma forte presença em, pelo menos, aquelas entidades com um perfil mais privado.

A Segurança Alimentar na escala local pode aparecer como política de combate à fome, ou como uma série de requisitos que são colocados aos agricultores para que “modernizem”, melhorem sua eficiência produtiva, sejam competitivos no mercado local e principalmente global. A Segurança Alimentar tem essas duas visões principais e, portanto, são orientadas por uma mesma racionalidade econômica, fechada, no sentido de não admitir a inclusão da complexidade dos sistemas Naturais, assim como da relação da existência humana indissociável ao mesmo.

Procuramos nas entidades de nosso nível local observar um recorte dos *princípios de organização comum* ao sistema, que nos levassem de encontro a uma Segurança Alimentar *organicista* própria de um sistema econômico global que se baseia, principalmente na concentração corporativa dos elementos de subsistência humanos e da Natureza. *Para* (MORIN & PAKMAN, 2011) “*Importa señalar, [...], la diferencia de nivel entre el organizacionismo, al que creemos necesario, y el organicismo tradicional*”. (MORIN & PAKMAN, 2011. p. 51).

Sobre as instituições (Estado, Mercado, Natureza e Ois) que fazem parte do sistema, discorreremos no primeiro item sobre a interdependência e complementaridade nas relações que as envolvem. Sobre as entidades que participam do modelo local, ou bem, de um nível mais amplo

⁷³ Lembrando que procuramos evidências de uma Segurança Alimentar do global, dos mercados, da Revolução Verde. A Segurança Alimentar e Nutricional – SAN como avançamos até o momento, neste ponto não nos interessa conhecer seu alcance, pois recai em particularidades, se bem de grande valia social e ambiental, requer um estudo a parte.

(SAAB), evidentemente, são muitas mais das que representamos neste organograma, que não pretende ser mais do que uma representação de como algumas entidades, públicas, privadas e da sociedade civil interagem nela. Sem a mais remota intenção em desmerecer outras entidades que possam ter um papel extremamente relevante neste sistema, procuramos colocar aquelas, que julgamos possuírem uma maior notoriedade midiática, entre outras que acreditamos serem essenciais para este momento da pesquisa.

No canto superior esquerdo do organograma (em cinza), agrupamos de forma cronológica, aquelas entidades que tiveram um maior destaque até a década de 1990, são aquelas mais ligadas ao abastecimento alimentar. Sua importância deriva do fato que desse quadro se desprendem a atual CONAB e as CEASAs. No caso da CEASA daremos mais atenção, pois é uma das entidades que estarão sob a lente da presente pesquisa, a CONAB por sua vez, chama nossa atenção pelo fato de ter coordenado o Programa de Aquisição de Alimentos.

Na cor laranja claro, procuramos desenhar as relações das entidades diretamente ligadas ao Governo Federal, neste caso reconhecemos a falta de algumas entidades muito importantes, como a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), entre outras.

Em verde demos destaque aos principais Programas promovidos pelo Governo Federal e suas entidades, no nível local, merece atenção o 1º Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Curitiba. Em vermelho, está representado o setor privado e as economias mistas como é o caso da CEASA. No caso de feiras, sacolões, etc. que tenham origem em Programas Públicos, em última instância se trata de programas que inserem famílias de agricultores no mercado convencional agroalimentar, um pouco distinto dos Programas de Compras Públicas.

Incluimos os produtores por representarem o palco de todas as discussões agrárias e por estarem na base das problemáticas da alimentação e dos modelos de produção. Por último representamos em azul a sociedade, as ONGs e o CONSEA por ser representante dos interesses da sociedade no marco das políticas de Segurança Alimentar e por centrarem o eixo daquilo que denominamos de nível local, essa sociedade em azul, mesmo com alcance relativo em função da abrangência das demais entidades que atuam nessa porção de sistema agroalimentar, supomos tomar a cidade de Curitiba e região. Frisamos, no entanto, que essa delimitação é relativa e sujeita as variações já explicitadas.

Organograma da Estrutura do Sistema de Abastecimento Agroalimentar Local – SAAL

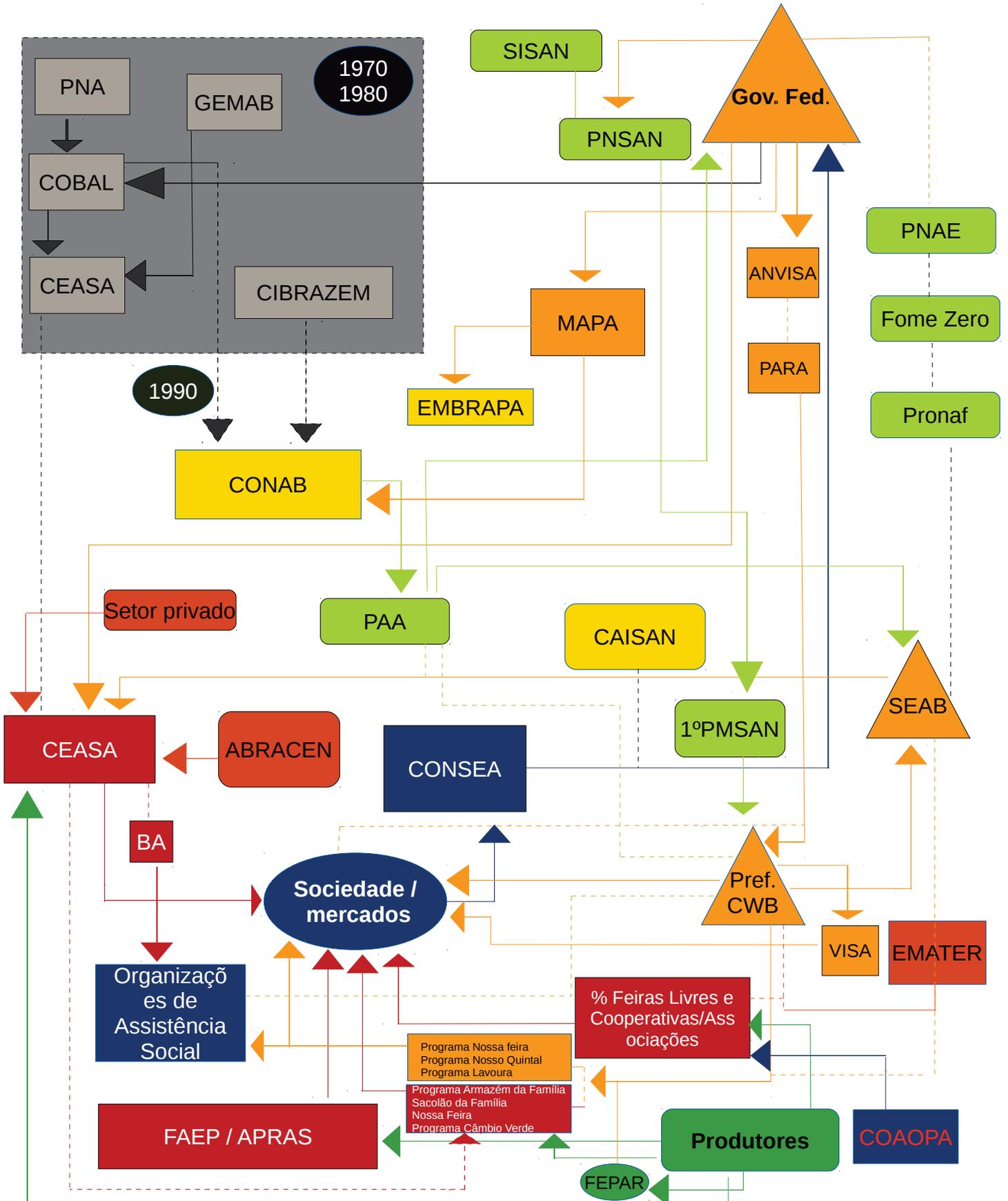


FIGURA 5: Organograma simplificado do sistema de abastecimento agroalimentar no nível local e algumas de suas entidades mais destacadas.

FONTE: Elaboração do autor, 2017

O modelo organicista⁷⁴ do SAAG na sua escala local e, portanto, dos seus elementos constituintes, pressupomos que incorporam *princípios* que orientam e determinam o caráter e as simplificações, que são adotadas em função dos paradigmas da Revolução Verde que tratamos anteriormente, e que pautam o modelo global de produção de alimentos, de Hábitos Alimentares, entre outras questões já apontadas. Isso porque, com exceção das entidades vinculadas diretamente à Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN, se espera que seja o Mercado o regulador das demais entidades ou em função dele, exemplo disso são todas as representadas que mantêm algum tipo de vínculo com o agronegócio.

Representar o SAAG em sua escala local é para este trabalho um grande desafio, na medida em que nos deparamos diante de um sistema que mantém idêntica complexidade em sua estrutura e funcionamento com aquele global. Entendemos que a representatividade do recorte local, por meio de quatro entidades pode parecer num primeiro momento insuficiente, a grande quantidade de entidades ali presentes e, sem dúvida, com grande relevância também.

Um recorte, no entanto, é necessário, à luz do tempo e espaço que dispomos nesta dissertação, Por esta razão como já descrito nos procedimentos metodológicos, propomos quatro entidades dentro desse sistema local, que expressem de maneira mais ampla, algumas das características conjunturais próprias do SAAG e na sua escala local. Quando nos referimos ao local estamos falando de uma região circunvizinha, podemos neste caso incluir a cidade de Curitiba e sua região metropolitana (CRM). Entretanto, surge a problemática de porque então, incluir em nosso recorte entidades de abrangência estadual e não focamos exclusivamente nas entidades da CRM.

Pois bem, de um lado, reconhecemos ser muito ampla para uma análise detalhada e em profundidade a inclusão exaustiva de entidades e atores que deem conta da representação de maneira minuciosa no marco das questões que foram levantadas neste trabalho, a “Adequação do Plano Diretor de Curitiba ao Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/01), para orientação e controle do desenvolvimento integrado do município” (CURITIBA, 2004), em seu Art. 7º,

⁷⁴ *Pero el organizacionismo no se esfuerza por revelar las analogías fenoménicas, sino por encontrar los principios de organización comunes, los principios de evolución de esos principios, los caracteres de su diversificación. De allí en más, y sólo a partir de allí, las analogías fenoménicas pueden, eventualmente, encontrar algún sentido.* (Morin & Pakman, 2011. p. 51-52).

parágrafo XI diz “promover a integração e a cooperação com os governos federal, estadual e com os municípios da Região Metropolitana de Curitiba, no processo de **planejamento e gestão das funções públicas de interesse comum**” (CURITIBA, 2004 – grifos nossos)⁷⁵, pode se apresentar como um bom marco fronteiro de maneira tal que se justifique o manuseio de entidades restritas a Curitiba e para além dela, veja que o Estatuto da Cidade se refere a funções de interesse comum.

Neste sentido, consideraremos as *funções públicas de interesse comum*, aquelas que em alguma medida se emparelham os interesses das entidades analisadas, que são, a Segurança Alimentar, o combate à fome, o desenvolvimento rural, a distribuição e armazenamento de alimentos, a constituição de mercados locais de alimentos, a inserção nos mercados globais de alimentos, o beneficiamento de nichos de mercado alimentares, etc. Devemos pensar, assim, na articulação dessas entidades que mesmo que detenham funções e demandas de abrangência estadual, não estão limitadas nesses processos, já que é possível abordá-las em sua escala municipal.

As entidades que escolhemos são: a Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento (SEAB), a Central de Abastecimento (CEASA), a Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP) e a Cooperativa de Agricultores Orgânicos e de Produção Agroecológica (COAOPA). Sobre cada uma delas discorreremos brevemente, não é nossa intenção aprofundar na estrutura organizacional e institucional das mesmas, somente apresentar para o leitor uma visão panorâmica das entidades em questão. O ponto de aprofundamento que mais nos interessa para este trabalho é a informação levantada através dos representantes dessas entidades, o resultado das interlocuções que apresentaremos subsequentemente suprirá essa falta.

A Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento (SEAB) é definida como um órgão da “*administração direta do Estado do Paraná responsável pela execução das políticas públicas voltadas ao setor agropecuário, pesqueiro e de abastecimento*”. (SEAB, 2017). Atua em pesquisas e avaliação de produção do setor agropecuário, fiscaliza a produção agrícola e vegetal. “Coordena e executa programas de melhoria da qualidade de vida das populações rurais e do manejo adequado dos recursos naturais”. (SEAB, 2017), este trabalho é levado a cabo através de 22 núcleos regionais.

Por meio das *Empresas Vinculadas*, presta serviço de assistência técnica e extensão rural. Promove, também, “pesquisas agropecuárias voltadas à melhoria da produtividade; atua no fomento da produção agropecuária; na classificação de produtos e executa as políticas de abastecimento e

75 Disponível em: <<http://multimidia.curitiba.pr.gov.br/2014/00146660.pdf>>. Acesso em: 01/18.

promove pesquisa e capacitação, voltados ao desenvolvimento de modelos agrícolas sustentáveis”. (SEAB, 2017).

Atua, ainda, nas áreas de: economia rural; desenvolvimento agropecuário; desenvolvimento rural e economia agrícola; Conselho Estadual de Sanidade Agropecuária; Agricultura Familiar; entre outros. “Na área de Economia Rural a SEAB atua na disponibilização de informações estratégicas para subsidiar a formulação de políticas agrícolas e para o agronegócio”. (SEAB, 2017). Este subsídio contempla: estudos que analisam os mercados locais e globais, para orientar aos agricultores como e quando colocar seus produtos no mercado.

Tomam destaque, também, “estudos sobre o consumo de alimentos, objetivando orientar a sua produção com a finalidade de garantir a segurança alimentar da população”. (SEAB, 2017). Através do Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional, fomenta-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Leite das Crianças (PLC) e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

As Centrais de Abastecimento do Paraná⁷⁶ – Ceasa Paraná, empresa de economia mista vinculada ao sistema SEAB, da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, administra cinco unidades atacadistas em Curitiba, Londrina, Maringá, Cascavel e Foz do Iguaçu. Operam nas cinco CEASAs do Paraná, 682 empresas permissionárias. Estão cadastrados junto aos Mercados de Produtores dessas unidades, 6.888 agricultores rurais – 1.769 ativos – que negociam diretamente suas produções em espaços próprios.

São comercializados em média por ano, através das CEASAs do Paraná, cerca de 1,2 milhões de toneladas de hortigranjeiros, sendo que a unidade de Curitiba responde por 65% do volume total – 670 mil toneladas, seguido por Londrina, com 13,5%, Maringá, 10,2%, Foz do Iguaçu, com 6,1%, e Cascavel, com 5,2%.

As frutas, verduras, hortaliças e ovos vendidos nas unidades atacadistas das CEASAs do Paraná têm sua origem na produção agrícola, vindo de 327 municípios paranaenses. A Divisão Técnica e Econômica – DITEC, tem ainda o registro da entrada de hortigranjeiros de outros 1.308 municípios – de 21 estados brasileiros, além de 10 países.

As CEASAs do Paraná também dispõe de espaços específicos para a comercialização de flores, plantas ornamentais, aromáticas, medicinais, condimentares, frutíferas e insumos para

76 Todas as informações da CEASA Curitiba foram proporcionadas pelo departamento de imprensa da organização.

jardins. Em Curitiba o Mercado de Flores tem novo espaço, agora com área de 1.725 metros quadrados. Com a licitação, através de pregão presencial, o número de permissionários passou de 16 para 21, que ocuparão espaços entre 30 a 90 metros quadrados. O local terá ainda câmara fria, além de espaços diferenciados para café e produção de fotos e filmagens.

A CEASA de Curitiba possui, também, espaço próprio para comercialização de orgânicos: implantação de área específica para o comércio de hortigranjeiros orgânicos no atacado destas entidades. Esse processo já teve início junto a unidade de Curitiba, com permissionários, que também participaram do processo de licitação para ocupação das áreas junto ao Pavilhão J. Segundo a Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento – ABRACEN, a Ceasa do Paraná ocupa a 4ª colocação nacional na comercialização de hortigranjeiros, superada somente pela CEASA de São Paulo; CEASA Minas, de Minas Gerais; e CEASA Rio de Janeiro, do Rio de Janeiro.

A Ceasa Paraná adotou também o Projeto Boas Práticas de Comercialização em suas cinco unidades. Essa ação busca orientar agricultores e permissionários atacadistas no cumprimento das normas sanitárias vigentes, seja no acondicionamento do produto através de embalagens apropriadas, como no destino dos resíduos sólidos gerados no processo de compra e venda de produtos.

Nas CEASAS do Paraná funciona ainda o Banco de Alimentos. O programa é uma iniciativa de abastecimento e segurança alimentar, realizado em parceria com produtores e permissionários através da coleta e repasse de hortigranjeiros sem padrão de comercialização, porém ainda em boas condições consumo. Em média, por ano, o programa Banco de Alimentos das cinco unidades no Estado faz o reaproveitamento de 5,01 toneladas (5 milhões 13 mil 200 quilos) de produtos, que seriam descartados junto aos respectivos aterros sanitários onde atuam as CEASAS do Estado. Estão cadastradas junto ao programa 531 entidades – orfanatos, creches, hospitais públicos, e entidades assistenciais, que atendem em média por mês cerca de 130 mil pessoas.

A Federação da Agricultura do Paraná (FAEP)⁷⁷ se define a si mesma como instituição privada, a mesma é mantida por produtores rurais e faz parte do Sistema Sindical Rural, também faz parte da Confederação Nacional da Agricultura. (SISTEMA FAEP, 2017). Dentre outras funções, também, orienta seus filiados (patronais rurais), através de eventos, seminários, capacitação, etc. Diz contribuir ao aperfeiçoamento da produtividade agropecuária do estado, por meio de melhoramento de técnicas tradicionais, pelo comércio de seus produtos, informações técnicas e de economia e meio ambiente. (SISTEMA FAEP, 2017).

⁷⁷ Parte da informação sobre a FAEP foi cedida pela própria entidade.

Tem como missão realizar ações de formação profissional rural e atividades de promoção social, voltadas às pessoas do meio rural, contribuindo com sua profissionalização e melhoria da qualidade de vida. Se propõe, ademais, estudar e expor soluções alternativas para as questões relativas às atividades agropecuárias, com vistas à melhoria da qualidade de vida e geração de emprego e renda para o setor. Promover a adoção de regras, normas e treinamentos que visem elevar os índices de produtividade da atividade agropecuária, mediante o aperfeiçoamento dos métodos de trabalho e dos processos de comercialização. (SISTEMA FAEP, 2017).

Dentre os Programas que tomam destaque na entidade são: o Programa Herdeiros do Campo; o Programa de Qualificação de Olericultores; o Programa *Agrinho* e o Casa em Ordem. O Programa Herdeiros do Campo tem como objetivo atuar de forma indireta sobre a sucessão familiar no meio rural com cursos de gestão, Programa Empreendedor Rural, Jovem Agricultor Aprendiz, Agrinho e Mulher Atual. (SISTEMA FAEP, 2017).

O Programa de Qualificação de Olericultores, busca a qualificação de olericultores com o objetivo de disseminar informações técnicas para que o produtor rural alcance os objetivos visados pela entidade. O *Programa Agrinho*, é o resultado da parceria entre o SENAR-PR, FAEP, o governo do Estado do Paraná, mediante as Secretarias de Estado da Educação, da Justiça e da Cidadania, do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, da Agricultura e do Abastecimento, os municípios paranaenses e diversas empresas e instituições públicas e privadas. Tem como objetivo levar informações sobre saúde e segurança pessoal e ambiental, principalmente às crianças do meio rural. (SISTEMA FAEP, 2017).

Segundo o representante da Cooperativa de Agricultores Orgânicos e de Produção Agroecológica (COAOPA), que tivemos a oportunidade de entrevistar, a cooperativa tem como princípio norteador a produção orgânica de alimentos. De acordo com seu delegado, o produtor que se apresentasse com uma cultura mista (orgânica e não-orgânica) ficaria automaticamente eliminado da cooperativa. A entidade tem trabalhado no sentido, também, de promover o tipo de cultura orgânica, com este objetivo procura estabelecer contratos e parcerias com prefeituras e escolas públicas e privadas do estado do Paraná. As vendas de orgânicos também são levadas a cabo em feiras e na própria sede da COAOPA.

De acordo com o representante desta entidade a produção e venda de orgânicos pretende ir além aproveitamento de um nicho de mercado trata-se de promover uma mudança no modelo hegemônico de produção. Com esta finalidade propiciam que os agricultores se aproximem dos consumidores finais para que haja um maior vínculo e os circuitos de produção e venda se encurtem

cada vez mais, desta maneira ademais, segundo o delegado, o trato direto produtor-consumidor evitaria a mediação de contratos com governos ou Programas que não ofereceriam as garantias necessárias de continuidade dos mercados.

Feitas as apresentações das entidades que pretendemos esquadrihar por meio dos colóquios que ainda exibiremos, passamos a uma importante etapa neste processo de construção de marcos de referência e conceitos para que nos seja útil indagar sobre o papel da Segurança Alimentar na escala local do SAAG.

No segundo capítulo deste trabalho tivemos a oportunidade de abordar o ponto de partida do conceito de Segurança Alimentar, em primeiro lugar, desde uma perspectiva institucional pela Lei 11.346/2006. Em seguida ficou claro que a Segurança Alimentar enquanto noção tem sido utilizada como uma ferramenta a mãos da Revolução Verde com o objetivo de expandir a “modernização rural” e aumentar os volumes de “alimentos” no Planeta, sob o lema de combate à fome.

A Segurança Alimentar, no entanto, encontra espaço na construção acadêmica de conceitos e noções que procuram lhe conceder uma série de atributos práticos com o propósito de pensar ideias de como deveria agir a Segurança Alimentar diante de questões ligadas à fome, à nutrição, ao Meio Ambiente, entre outros. Neste sentido não podemos prescindir de discutir sobre a noção de Alimentação Adequada, Alimentação Saudável, Hábitos Alimentares e Soberania Alimentar. Ou seja, o tratamento acadêmico destes termos tem procurado vincular a Segurança Alimentar ao bem-estar social, pensando naquilo que possa ser saudável e adequado, além de *ambientalmente correto*.

Assim, nossa finalidade pretende questionar sobre a Segurança Alimentar, mas, atrelada às concepções acima elencadas, pois entendemos – e discorreremos sobre isso – que esses elementos conceituais são indissociáveis de quando se trata a Segurança Alimentar na esfera do Mercado (*concentração corporativa*), como também, das necessidades reivindicadas na Lei 11.346/2006. Interpelaremos sobre todas estas noções às entidades anteriormente assinaladas, com o intuito de averiguar se estamos olhando para a Segurança Alimentar do segundo capítulo deste trabalho partindo, então, do marco de referência que construiremos a seguir sobre essas concepções.

4. Segurança Alimentar e Mercado agroalimentar

4.1 Noções e conceitos

No segundo capítulo deste trabalho nos aproximamos de um sistema que se estruturou a partir da concentração de capital que vivificam as relações de produção e mercado de alimentos, nesse marco a Revolução Verde detêm um singular protagonismo ao delimitar e constituir as regras desse sistema. Estados, corporações e organizações internacionais assumem pautadas em seus próprios interesses e na continuidade de um modelo econômico hegemônico o papel outorgado pela Revolução Verde e pela ideologia da modernidade e do crescimento infinito.

Cabe lembrar que esta revolução incumbiu-se a responsabilidade de acabar com a fome no Planeta, mas como já sabemos, paradoxalmente, junto ao aumento exponencial da produção de “alimentos”/commodities, o flagelo da fome e da desnutrição só tem aumentado nas últimas décadas em relação ao aumento da população mundial também⁷⁸. Os dados da FAO nos desvelaram uma continuidade dos números da fome (na casa dos oitocentos milhões) e podemos agregar o incremento da desnutrição nas sociedades ricas e pobres do Planeta como reconhece Esteve (2017).

Neste capítulo pretendemos trazer os conceitos, ou bem, noções de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, empregadas muitas vezes nas políticas e discursos de combate à fome e desenvolvimento econômico. Antecipamos a ideia de noção, pois como veremos se trata, em ambos os casos de termos em construção, no sentido em que constantemente são adequados e readequados de acordo a necessidades específicas ou da própria conjuntura que acaba “empurrando” a instrumentalização dos conceitos em favor de alguma compreensão determinada.

Este acercamento é necessário, na medida em que os conceitos nos permitem avaliar, seja pelo contraste, seja pela interpretação do próprio emprego dos termos – à luz das leituras que foram escolhidas para este trabalho pela sua postura crítica e condizente com o reconhecimento de que *sistemas abertos* são capazes de pensar epistemologias inclusivas e transdisciplinares – o

78 Uma questão interessante que tal vez mereça atenção é o fato de que alguns argumentos da Revolução Verde que convergem em afirmar que seu fracasso da sua primeira etapa, se deve à explosão demográfica de meados do século XX – ideologia malthusiana – parecem não se sustentarem diante do aumento de “alimentos” produzidos por essa mesma “revolução”. Temos consciência do fato que, estabelecer relações causais sem as evidências necessárias para gerarmos uma hipótese é um grande risco, no entanto, diante das afirmativas dessa “revolução”, argumentamos com o mesmo grau de incerteza que a explosão demográfica possa se dever em parte ao colossal aumento na produção desses “alimentos”, sem descartar, evidentemente, os avanços na tecnologia farmacêutica, embora acreditemos que também estejam vinculados em alguns vértices à mesma “revolução”. Tal vez um estudo aprofundado sobre essa questão revele dados interessantes que eventualmente correspondam à nossa ideia.

posicionamento das entidades que serão indagadas diante da suposta disjuntiva que possa existir entre interesses econômicos de Mercado e Segurança Alimentar e Nutricional pela histórica relação com discursos de combate à fome, como veremos em seguida. No que diz respeito ao conceito de Soberania Alimentar, assumiremos a postura e definição proposta pela Via Campesina como contraponto à perspectiva hegemônica na que discorreremos seguidamente.

Nessa mesma linha, trataremos do conceito de Alimentação Adequada, pois converge com algumas das questões que pretendemos responder à luz da relação deste conceito, principalmente, com a Segurança Alimentar. Alimentação Adequada, também é um termo chave ao tratarmos da Soberania Alimentar, pois vários autores associarão a ideia de alimentação adequada àquela produzida no âmbito de um sistema soberano, ou seja, capaz de garantir e proteger a identidade cultural e os espaços de produção alimentar dos grupos humanos.

Ainda, não é possível tratar dos conceitos precedentes sem mencionarmos e abordarmos a concepção de Hábitos Alimentares, que também será vista no presente capítulo. Os Hábitos Alimentares, em alguma medida, são o resultado de uma construção histórica e coletiva do convívio e da troca permanente de experiências entre humanos e Natureza, de tal maneira que essa interação produz identidades, muitas vezes próprias para cada grupo, De Paula (2017) reafirma a relevância do alimento nesse contexto:

Portanto, mais do que uma simples condição de vida e da simples relação comercial envolvida no abastecimento, o alimento contém uma complexa simbologia **abrangendo tanto o ambiente natural como os elementos que habitam a memória pessoal e coletiva**, que emergem no convívio social e no comportamento gregário do homem. (DE PAULA, 2017. p. 132 – grifos nossos).

Por último, é imprescindível tratar a evolução do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil, à margem, evidentemente, do entendimento de Soberania Alimentar, Alimentação Adequada e Hábitos Alimentares que anunciamos anteriormente. Este conhecimento nos permitirá dissertar com maior exatidão sobre as relações e a postura que as entidades representantes do SAAL detêm diante da aparente disjuntiva entre Segurança Alimentar e Mercado nessa porção em escala do grande sistema global.

O Conceito de Segurança Alimentar surge segundo Maluf et al (s/d), associado ao contexto da 1ª Guerra Mundial, embora não se atribua exatamente, onde e quando é cunhado esse termo, explica que o mesmo é o resultado de políticas de Segurança Nacional dos países europeus, que

teriam chegado ao entendimento que a falta de alimento, assim como a posse dele poderiam ser utilizados como armas na guerra. Assim, apesar do prolongado contexto que envolve a questão alimentar, segundo “O termo ‘Segurança Alimentar’ começou a ser utilizado após o fim da Primeira Guerra Mundial” (MALUF et al, s/d. p. 1 – aspas no original). Para Valente (2002), também, este conceito nasce na primeira guerra mundial, atrelado ao conceito de segurança nacional, isto porque, garantir a alimentação ocupava, segundo o autor, um lugar de destaque nas políticas de Estado, dadas às circunstâncias daquela época.

Podemos complementar que o termo Segurança Alimentar, surge associado a um contexto de extrema necessidade, resultado de conflitos bélicos que empurraram a sociedade europeia a um estado de calamidade e fome. Paralelamente a este panorama Jacques Chonchol (2005), explica que o problema e discussões sobre a fome se remontam já aos anos de 1930. Relata-nos que por uma parte havia excedentes de alimentos nos países industrializados, também presenciavam importantes avanços em matéria de produção de alimentos e biotecnologia, e começava a se formar uma consciência em torno das condições alimentares nos países não industrializados.

Chonchol (2005) explica ainda, que mesmo diante de uma enorme quantidade de alimentos – excedentes de produção – não era possível colocá-los a disposição nos mercados, evidentemente por uma questão de preço e eram recomendados, neste sentido, a diminuir a produção dos mesmos, enquanto isso, grande parte do planeta passava fome e desnutrição. Chonchol (2005) expõe que essas contradições foram delatadas no âmbito das Nações unidas na década de 1930, o que daria lugar à criação da “[...] comissão para estudar as relações entre a agricultura, a nutrição, a saúde e a economia”. (CHONCHOL, 2005. p. 33). No entanto, dita comissão teria acabado com suas atividades durante a Segunda Guerra Mundial, explica o autor.

Assim, durante as grandes guerras do século XX, as discussões teriam entrado em *standby*, para serem retomadas em 1945 pelo Presidente Roosevelt, em cuja instância de debates surgiria a FAO, explica Chonchol (2005). Nesse mesmo ano começa um contingente estratégico, com o objetivo de combater a Fome no Planeta, para tanto, são criados mecanismos de distribuição de terras, doações de alimentos, abertura de rotas de comércio, etc. afirma Chonchol (2005).

Como explicam Maluf et al (s/d), devemos tomar nota de que, não é difícil perceber que tanto as contradições demarcadas pelos excedentes de alimento, como a falta dos mesmos durante as guerras e por conseguinte, os problemas decorrentes das discussões sobre a alimentação estiveram desde os anos 1930 pautados na capacidade de produzir alimentos, para mais ou para menos, é um interessante paradoxo.

Para o marco da 1ª Conferência Mundial de Segurança Alimentar, auspiciada pela FAO no ano de 1974 – note-se que o termo já faz parte do nome do encontro – Maluf et al (s/d), relatam que a conjuntura daquele momento vinculava a ideia de Segurança Alimentar aos problemas de produção de alimentos e perdas nas colheitas, assim essa ideia passou a encerrar a atenção e prevalecer no contexto. Historicamente se trata de um conceito que surge a partir de um contexto de fome e escassez e previsivelmente associa-se imediatamente à produção de alimentos, e chega:

[...] inclusive, a fortalecer o argumento da indústria química na defesa da Revolução Verde. Procurava-se convencer a todos, de que o flagelo da **fome e da desnutrição no mundo desapareceria com o aumento significativo da produção agrícola**, o que estaria assegurado com o emprego maciço de insumos químicos (fertilizantes e agrotóxicos). A produção mundial, ainda na década de setenta, se recuperou – embora não da mesma forma como prometia a Revolução Verde – e nem por isto desapareceram os males da desnutrição e da fome, que continuaram atingindo tão gravemente parcela importante da população mundial. (MALUF et al, s/d. p.1 – grifo nosso).

A origem do termo Segurança Alimentar é indissociável de três grandes questões, por um lado, de uma fome e desnutrição sistêmicas, tal que é, convencionalmente, o argumento central deste conceito, por outro lado, essa relação paradoxal que, como vimos, se coloca entre produção de alimentos e mercado financeiro e por último, mas não menos importante, a suposta solução que se apresenta para esse grande problema, a Revolução Verde. Assim, de um ponto de vista histórico, poder-se-ia dizer que o problema da fome, tem sido construído e reforçado por argumentos, que pela sua gravidade, foram tratados com relativa naturalidade, a Segurança Alimentar é neste sentido o combate à fome e o combate à fome é a Revolução Verde.

Mas a expressão Segurança Alimentar, como foi adiantado na introdução, é inacabado, no sentido de se tratar de um termo em construção. Autores como Valente (2002), colocam este termo da seguinte maneira:

Segurança Alimentar trata exatamente de como uma sociedade organizada, por meio de políticas públicas, **de responsabilidade do estado e da sociedade como um todo, pode e deve garantir o direito à alimentação**. Assim, o direito à alimentação é um direito do cidadão e a segurança alimentar e nutricional, para todos, é um dever da sociedade e do estado. (VALENTE, 2002. p. 4 – grifo nosso).

Neste caso citado, a Segurança Alimentar é, sobretudo, um direito que deve ser garantido pelo Estado e exigido pela sociedade. Ao tempo que Valente (2002) critica, a omissão do Estado nas políticas e práticas que conduzem ao planejamento social deste conceito, e do caráter “pacato” da sociedade em não reivindicar para si esse direito, que o autor define, ademais, como *direito à vida*.

E por se tratar de um conceito em construção, isso quer dizer que também se trata de um conceito que se adapta às diferentes circunstâncias e conjunturas, no entanto, sem deixar de carregar as suas essências, o “combate à fome”, a especulação financeira e a Revolução Verde. O economista espanhol Cabeza (2010), tece um conceito bem interessante sobre a Segurança Alimentar, adaptado aos nossos dias, considerando os novos fluxos e comportamento do mercado global de alimentos e, portanto, do sistema de abastecimento agroalimentar global.

[...] *el concepto de seguridad alimentaria se adapta a los nuevos principios de organización, asociándose con la disponibilidad, -no acceso-, de alimentos, independientemente de su origen. La fuente de abastecimiento alimentario se desplaza así de la escena estatal, encomendándosele ahora al funcionamiento “fluido” del mercado mundial. La provisión debe alcanzarse a través del comercio, y no desde estrategias de autosuficiencia que se consideran ahora inconvenientes. De este modo, mientras las grandes corporaciones alimentarias gestionan el movimiento de alimentos para abastecer la demanda, en los países del Sur “seguridad alimentaria” pasa a ser sinónimo de una dependencia creciente de las importaciones de alimentos a la vez que implica un grado creciente de insatisfacción para las necesidades alimentarias de la población, -inseguridad alimentaria.* (CABEZA, 2010. p. 39 – grifos nossos).

Esta redefinição do conceito de Segurança Alimentar, parte principalmente da atual conjuntura econômica de mercado, o que foi forjado desde a década de 1930 não se perde, se reinventa em função, principalmente da expansão do modelo prescrito pela Revolução Verde e adotado, em seguida, pelos Estados. Quando Cabeza (2010) nos fala que a estrutura do modelo de abastecimento agroalimentar muda de local a global enfatiza que: não há mais acesso, agora é disponibilidade, do Estado se migra para o Mercado e não existe mais a autossuficiência e sim a provisão através do comércio.

A análise dos conceitos sobre esta expressão coloca de manifesto o que ela representa, a quem realmente atende e com o que realmente se preocupa. Ainda neste capítulo falaremos sobre a Soberania Alimentar e o que denominamos de “Indústria da Fome”, enfatizado sobre a trajetória da Revolução Verde e como estes conceitos se alinham plenamente aos seus interesses e quais os argumentos mais recentes que procuram legitimar a segunda parte da história da Revolução Verde.

A Soberania Alimentar surge a partir de uma visão distinta ao da Segurança Alimentar, ela aparece com base na luta dos movimentos sociais, segundo Valente (2002), o termo Soberania Alimentar teria surgido no ano de 1996 no México por conta do Fórum Nacional sobre a Soberania Alimentar, que teria sido realizado prévio à Cúpula Mundial de Alimentação de Roma e explica os motivos que conduziram à realização do fórum: “[...] a destruição da agricultura mexicana a partir do NAFTA (Acordo de Livre Comércio da América do Norte) foi denunciada pelos agricultores e movimentos sociais daquele país. Em poucos anos, 40% da produção de milho do país havia sido substituída por importações provindas dos EEUU, destruindo a produção local”. (VALENTE, 2002. p. 7).

Analogamente Esteve (2017) explica que, “[...] a Via Campesina lançou um novo conceito político, o de *soberania alimentar*. Até então, a fome só era abordada do ponto de vista da segurança alimentar – no qual defende o acesso e o direito à alimentação, mas sem questionar o que se come, como é produzido e de onde vem” (ESTEVE, 2017. p. 73).

Outras razões dadas por Valente (2002) de porquê aflora e o contexto em que se propaga a Soberania Alimentar, são similares às apontadas por Cabeza (2010) anteriormente, em relação a uma adaptação de termos e funções por conta da globalização de mercados, assim a Soberania Alimentar,

(...) surge como uma resposta dos movimentos sociais à perda da capacidade dos governos nacionais de elaborar e promover um conjunto de políticas públicas capazes de garantir a segurança alimentar e nutricional de suas populações, no **contexto da progressiva internacionalização da economia imposta pelo processo de globalização**. (VALENTE, 2002. p. 7 – grifos nossos).

Para Valente (2002), a Via Campesina entende a Soberania Alimentar como: “[...] o direito de cada nação manter o desenvolvimento de sua própria capacidade para produzir os alimentos básicos dos povos, respeitando a diversidade produtiva e cultural.” (Via Campesina *apud* Valente, 2002. p. 7). Sobre este argumento a Via Campesina escreve: “*La soberanía alimentaria es el DERECHO de los pueblos, de sus Países o Uniones de Estados a definir su política agraria y alimentaria, sin dumping frente a países terceros*” (VIA CAMPESINA, 2003). Para Esteve (2017) o argumento redimensiona o debate e

[...] dá um passo além da segurança alimentar, e não só afirma que é preciso que todos tenham acesso à comida, mas que também tenham acesso aos meios de produção, aos bens comuns (água, terra, sementes). É ecológica, sazonal – **em oposição à agricultura do agronegócio**, que empobrece os camponeses, produz

alimentos que percorrem quilômetros, que acabam com a diversidade alimentar e, além disso, nos adoecem. (ESTEVE, 2017. p. 73-74 – grifo nosso).

As ideias que se tecem sobre a Soberania Alimentar, são muito mais que um direito à alimentação, é o direito à terra e à capacidade de produzir o próprio alimento colocam seus defensores. Diante disso, a Via Campesina aponta as causas que impossibilitam um desenho de Soberania Alimentar que possa ser levado a cabo:

Las políticas neoliberales destruyen la soberanía alimentaria Las políticas neoliberales priorizan el comercio internacional, y no la alimentación de los pueblos. No han contribuido en absoluto en la erradicación del hambre en el mundo. Al contrario, han incrementado la dependencia de los pueblos de las importaciones agrícolas, y han reforzado la industrialización de la agricultura, peligrando así el patrimonio genético, cultural y medioambiental de la planeta, así como nuestra salud. Han empujado a centenas de millones de campesinos(as) a abandonar sus prácticas agrícolas tradicionales, al éxodo rural o a la emigración.

(VIA CAMPESINA, 2003. Disponível em <<https://viacampesina.org/es/index.php/temas-principales-mainmenu-27/soberanalimentary-comercio-mainmenu-38/314-que-es-la-soberania-alimentaria>>. Acessado em 17/01/2017 – grifos nossos).

Valente (2015) reforça admitindo, também, que a Soberania Alimentar é a chave do direito à autodeterminação e, portanto, no controle de recursos que são basilares à vida humana e do Meio Ambiente. Trata-se, em suma, da capacidade das populações, no espaço que ocupam, de obterem livremente seus alimentos, de maneira tal que, os meios de produção, os conhecimentos e a relação com a Natureza, sejam as mais aptas. A Soberania Alimentar vai muito além do conceitual, se posiciona, como um ponto de resistência, como um ato político, diante das hegemonias liberais e corporativistas.

Será no Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar, na Havana em 2001, que o termo Soberania Alimentar adquirirá uma dimensão mais ampla e definida em relação aos seus objetivos:

Entendemos por soberania alimentar o direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e de gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um espaço fundamental. (Forum Mundial sobre Soberania Alimentar, Havana *apud* Valente, 2002. p. 9 – grifos do autor).

QUADRO 5: Definição Soberania Alimentares

FONTE: Valente, 2002

Acreditamos que é interessante trazer alguns dos pontos de reivindicação da Via Campesina ao Sistema de Abastecimento Agroalimentar Global no marco da Soberania Alimentar. As seguintes questões são colocadas no debate internacional sobre o tema da alimentação:

1. As preferências políticas e econômicas globais, pelo comércio internacional em detrimento da produção de alimentos.
2. Não tem havido uma real preocupação pelo combate à Fome no mundo
3. O aumento da dependência das populações, pelas importações agrícolas e a industrialização da agricultura, além do *dumping*, que acaba com a produção local.
4. O favorecimento do FMI, do Banco Mundial, da OMC, às transnacionais. A Via Campesina argumenta, por exemplo, que a OMC é incapaz de tratar temas relacionados à agricultura.

Fonte: Via Campesina (2003). Disponível em < <https://viacampesina.org>>.

Vimos até aqui que os termos Segurança Alimentar e Soberania Alimentar, possuem origens bem diferentes, contextos que não se assemelham e objetivos distintos. A primeira foi desde suas origens, uma política, ou bem iniciativa de combate à fome mundial e acabou sendo administrada pela Revolução Verde, pela agroindústria e por um mercado global de commodities. Por outro lado a segunda, nasce em um contexto de luta de direitos, justamente pela expansão e avanço da agroindústria mencionada acima, perseguem objetivos de liberdade e autossuficiência na forma de obter o próprio alimento e longe da dependência dos mercados globais de sementes e insumos agroindustriais.

Apesar de que a Segurança Alimentar e a Soberania Alimentar sejam tão díspares em suas essências – histórica e instrumental – cabe perguntar, porque em tantas ocasiões aparecem juntas como se se tratasse da mesma questão, ou se, se referissem a um mesmo fenômeno. Para a Via Campesina, como vimos previamente, existe uma relação que condiciona a realização da Segurança Alimentar a partir de uma pré-condição de Soberania Alimentar, mas, este argumento não é dividido por todos os autores, como é o caso de Rigon et al (2010) que pensam em ambos os termos de maneira conjunta.

Para Rigon et al (2010) o conceito de *Soberania e Segurança Alimentar* é indissociável, na medida em que se apresenta como *resposta adequada*, a partir de práticas e saberes que produzem

elementos positivos aos indivíduos que as vivenciam⁷⁹. Para que seja mais claro, os autores sistematizaram o conceito (neste caso único) a partir do que a Segurança e Soberania Alimentar deveriam representar, para que existisse como tal, para as comunidades que eles pesquisaram, assim, divididas por dimensões, qualificaram em condições em que a Segurança e Soberania Alimentares poderiam ser mais ou menos presentes, elas são:

A quantidade	A necessidade de que cada uma das dimensões seja alcançada
A qualidade	
A regularidade	
A dignidade e autonomia	A alimentação deve ser assegurada dentro destas dimensões
	Respeito à cultura alimentar regional
	Acesso à água potável de uso humano e preparo dos alimentos
	Produção suficiente e com excedente para comercialização
	Gerar renda para a aquisição do alimento não produzido e para outras necessidades essenciais
	Garantir o acesso à água potável
Produzir as próprias sementes e garantir a diversificação	

QUADRO 6: Violações à Segurança Alimentar

FONTE: Elaborado a partir de Rigon et al, 2010. p. 75.

Veja-se que cada uma das dimensões tem como objetivo atender necessidades básicas da vida humana deveriam ser garantidas em sua plenitude com suficiência e abundância, longe, em primeiro lugar, da miséria, e em seguida, do desrespeito à *dignidade humana*, seja ela qual for. Segundo Rigon *et al*, a Segurança e Soberania Alimentar pode ser definida, então, a partir das experiências mesmas, já que estas podem evidenciar, àquelas necessidades que urgem atenção.

Mesmo em se tratando de uma experiência interessante, na que puderam constatar uma maior ou menor presença daquilo que os autores definiram por Segurança e Soberania Alimentar, acreditamos que a Via Campesina entende esta questão de uma maneira diferente. Para a Via Campesina existe um ordenamento lógico, que afirma, que prévio a alcançar a Segurança Alimentar, deve-se garantir a Soberania Alimentar. No entanto, a realidade do Sistema de Abastecimento Agroalimentar Global, define suas próprias estratégias, com os Estados e o Mercado, apropriando-se, não somente dos conceitos, como das ferramentas.

⁷⁹ Os autores derivam a definição de Segurança e Soberania Alimentar a partir de uma experiência citada com agricultores ecologistas, em que os resultados entendidos como **positivos** das práticas dessas pessoas, são utilizados para defini-las.

O que a Via Campesina quer dizer, é que não existe, ou bem, não pode ser alcançada uma condição de Segurança Alimentar, sem que antes não haja uma Soberania Alimentar. Fica claro para o movimento, que estes termos não estão acoplados e sim, um é o resultado do outro. Alcançar um estado de Segurança Alimentar seria nestes termos uma grande conquista, pois o estado anterior deveria já ser uma realidade.

Antecipar a Segurança Alimentar à Soberania Alimentar, pelo menos nos termos colocados pelo Sistema de Abastecimento Agroalimentar Global, parece insustentável, já que demanda um tipo de esforço, que os defensores da Segurança Alimentar e, portanto da Revolução Verde, não parecem ter levado adiante da maneira mais eficiente. Combater à fome, através da dependência aos mercados globais de alimentos e à utilização indiscriminada de recursos naturais (terras, águas, etc.), parece inclusive acentuar ainda mais os problemas da fome, para Chonchol (2005),

As preocupações que suscitam o estado do meio ambiente e a diminuição dos recursos em terra e em água por habitante, assim como sua degradação, obrigam a formular a seguinte pergunta: em que medida as limitações ligadas aos recursos e ao meio ambiente podem condicionar as perspectivas de aumento das disponibilidades alimentares e o acesso de todos aos alimentos, o que é a própria essência da segurança alimentar? (CHONCHOL, 2005. p. 39).

Assim, entendemos que os termos Segurança Alimentar e Soberania Alimentar, pela sua origem histórica, contexto de desenvolvimento e objetivos, não deveriam ser tratados conjuntamente ou, pelo menos, justapostos em nosso contexto local (SAAL). O primeiro conceito surge, então em meio a um debate de combate à fome global e é caracterizado, posteriormente, pela reafirmação de ideais e tecnologias da Revolução Verde.

De maneira análoga, identificamos no capítulo anterior que muitos elementos históricos do Brasil, conduziram à necessidade de elaborar uma Política de Segurança Alimentar, que ulteriormente permitirá a entrada dos mesmos elementos da Revolução Verde no contexto agropecuário e industrial nacional. O que se observa é que, tanto num contexto global, como em nosso regional, Segurança Alimentar, Revolução Verde e combate à fome, parecem fazer parte das mesmas categorias e estratégias, principalmente associadas a um quadro de permanente escassez de alimentos ou, pelo menos, esse é o principal discurso, seguido do de desenvolvimento e crescimento econômico.

Portanto, procurar extrair uma definição universal para cada um dos termos analisados, seria uma tarefa infecunda, já que estaríamos apresentando de maneira parcial o posicionamento

específico de um determinado interesse ou forma de pensamento. Neste sentido, cabe questionar, não somente os significados dos termos utilizados, como também, se a Segurança Alimentar, por exemplo, está preocupada com o combate à fome ou com a ampliação do SAAG, acreditamos que a resposta está sujeita, ainda, à avaliação. Esta ambiguidade, entretanto, não se observa no sentido conferido à Soberania Alimentar, apesar de que também não seja possível universalizar seu entendimento. Podemos, em todo caso, referir-nos a uma Soberania Alimentar da salvaguarda da capacidade de produzir o próprio alimento, de maneira tal que seja possível alcançar uma autossuficiência, que respeite, ademais especificidades culturais de cada grupo.

A Segurança Alimentar, enquanto definição ou instrumento de política de combate à fome está subordinada ao exame contextual que se insere, assim, tomar partido desta expressão isoladamente ou em conjunto com uma Soberania Alimentar entendemos que deve se prestar atenção ao tipo de construção de conhecimento, por este ser dependente da ontologia que carregue. Por outra parte, acreditamos mais viável pensar numa Soberania Alimentar desacompanhada da Segurança Alimentar, por apresentar objetivos mais claros de acordo ao contexto histórico que lhe dá origem.

Esta diferenciação, entre o que pode significar Soberania Alimentar e Segurança Alimentar é importante na medida em que nos permite qualificar com maior clareza como o SAAG funciona, e conseqüentemente, sermos em grau, de avaliar o SAAL, a partir da análise de determinadas questões que podem ser examinadas nas entidades que foram escolhidas neste trabalho, pelas razões já elucidadas. Espera-se que a relação das entidades com estas terminologias, sua aproximação, distanciamento ou postura joguem luz sobre a conduta das mesmas e à vista disso entender mais profundamente o SAAG em seu nível local.

Uma vez discutidas as concepções destes conceitos citados acima, discorreremos a respeito de dois valiosos conceitos para este trabalho, Alimentação Adequada e Hábitos Alimentares, acrescer sobre ambos, nos abre um panorama ampliado das questões que interferem diretamente na constituição basilar da relação dos termos Soberania Alimentar e Segurança Alimentar no contexto em que se inserem, seja o SAAG, como também o SAAL.

4.2 A Alimentação Adequada

A Alimentação Adequada é um marco de referência muito utilizado pela sociedade de forma inclusive coloquial, para referir-se, geralmente, a alimentos que não nos façam dano à saúde. Apesar da aparente simplicidade no conceito, muito mais temos para versar sobre o mesmo, uma vez que, também orienta políticas e parâmetros de mercado. A Alimentação Adequada, não necessariamente procura expressar que determinados alimentos não são danosos à saúde humana, já que essa expressão “Adequada” pode adquirir outras conotações como a de qualidade, e neste caso pode envolver outros atributos, muitas vezes de índole estética.

Procuraremos singularizar algumas aproximações a esse conceito, de maneira tal que nos permita entender sua utilização e alcance enquanto ferramenta política, ou de mercado, visto que na esfera do SAAG esse termo pode ser empregado de várias maneiras. Considere-se, ainda, que não intencionamos atingir um conceito universal – de forma similar a como trabalhamos as demais terminologias – nos basta apenas abeirar o leitor das diferentes feições que a expressão possa adquirir no contexto mencionado.

A ideia de Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), adquire seu espaço no Brasil, segundo (BRASIL, 2015), a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), do Pacto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PDESC)⁸⁰ e da Emenda Constitucional Nº 64/2010. Este documento discorre da seguinte maneira:

Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle. (ONU, 2009. Artigo 25/1. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>. Acessado em: 07/06/17).

A relevância deste documento está dada, principalmente, pelo fato de que os Direitos Humanos, o que inclui a alimentação dos indivíduos, é reconhecida universalmente, se trata em suma, de uma condição substancial para a realização da vida dos seres humanos em sociedade ou fora dela, pelo simples fato de existirem como espécie.

80 Pacto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PDESC), Terceira Parte, Art. nº 11. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/pacto_internacional.pdf>.

O PDESC também ratifica esse reconhecimento com a Alimentação Adequada como um direito para todos, permitindo, ainda, a ampliação sucessiva junto à participação dos Estados que legitimem as mesmas medidas e recomendações.

Os Estados Partes do presente Pacto **reconhecem o direito** de toda pessoa a um nível de vida adequando para si próprio e sua família, **inclusive à alimentação**, vestimenta e moradia **adequadas**, assim como a uma melhoria contínua de suas condições de vida. Os Estados Partes tomarão medidas apropriadas para assegurar a consecução desse direito, reconhecendo, nesse sentido, a importância essencial da cooperação internacional fundada no livre consentimento. (BRASIL, 1992. Decreto N° 591, Artigo 11/1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm>. Acessado em: 07/06/2017).

Por sua vez, na Emenda Constitucional N° 64, o DHAA⁸¹ adquire renovado protagonismo, o que reafirma seu compromisso com a sociedade na sua aspiração em garantir uma alimentação adequada, entre outros direitos sociais voltados, principalmente, à porção mais vulnerável da sociedade. “São **direitos sociais** a educação, a saúde, a **alimentação**, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. (BRASIL, 2010. EC n° 64. Art. 6° - grifos nossos).

Ainda, segundo o Alto Comissariado de Direitos Humanos das Nações Unidas (OHCHR pelas suas siglas em inglês), o direito à alimentação é definido da seguinte forma:

[...] el derecho a la alimentación es el derecho a tener acceso regular, permanente y sin restricciones a la alimentación, ya sea directamente o a través de la compra, a un nivel suficiente y adecuado, tanto en términos

81 Falamos de direitos humanos quando eles estão reconhecidos na dimensão global. Quando um determinado direito humano, por exemplo, à alimentação entra na constituição ele passa a ser chamado de direito fundamental. A classificação dos direitos humanos e fundamentais segue certa ordem histórica. Por primeiro surgiram os direitos humanos e fundamentais de 1ª geração (de índole individual), depois os de 2ª geração (sociais), o meio ambiente entra como terceira geração e assim por diante. Primeiramente, como fundamento histórico de tal estudo, vale a pena fazer referência à origem desta divisão, que se encontra relatada pelo professor George Marmelstein em sua obra de direito constitucional: “o jurista tcheco Karel Vasak formulou, em aula inaugural do Curso do Instituto Internacional dos Direitos do Homem, em Estraburgo, baseando-se na bandeira francesa que simboliza a liberdade, a igualdade e a fraternidade teorizou sobre “as gerações – evolução – dos direitos fundamentais”, da seguinte forma: a) primeira geração dos direitos seria a dos direitos civis e políticos, fundamentados na liberdade (liberté), que tiveram origem com as revoluções burguesas; b) a segunda geração, por sua vez, seria a dos direitos econômicos, sociais e culturais, baseados na igualdade (égalité), impulsionada pela Revolução Industrial e pelos problemas sociais por ela causados; c) por fim, a última geração seria a dos direitos de solidariedade, em especial o direito ao desenvolvimento, à paz e ao meio ambiente, coroando a tríade com a fraternidade (fraternité), que ganhou força após a Segunda Guerra Mundial, especialmente após a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948.” Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11750>.

cuantitativos como cuantitativos, que corresponda a las tradiciones culturales de la población a la que el consumidor pertenece, y que garantice una vida psíquica y física, individual y colectiva, satisfactoria, digna y libre de temor.

(Disponível em: <http://www.ohchr.org/SP/Issues/Food/Pages/FoodIndex.aspx>). Acessado em: 07/06/2017 – grifos nossos).

Esta plataforma de Direitos Humanos das Nações Unidas explicita seu engajamento com o Direito à alimentação, reforçando que devem existir em quantidade e qualidade. Ressalta-se, também, a importância em salientar aspectos culturais e a individualidade das pessoas. Esta mesma plataforma amplia seu conteúdo abordando dimensões de grande relevância social, como a econômica e o acesso aos alimentos, além de alertar para o risco em reduzir estas problemáticas. Entendemos que se trata de um passo muito significativo no reconhecimento de tais direitos, como vemos a alimentação adequada ela não se define individualmente, pois ela faz parte de um complexo *pluridimensional* em que vários outros direitos devem ser garantidos.

El Comité declaró que “el derecho a la alimentación adecuada se ejerce cuando todo hombre, mujer o niño, ya sea sólo o en común con otros, tiene acceso físico y económico, en todo momento, a la alimentación adecuada o a medios para obtenerla. El derecho a la alimentación adecuada no debe interpretarse, por consiguiente, en forma estrecha o restrictiva asimilándolo a un conjunto de calorías, proteínas y otros elementos nutritivos concretos. El derecho a la alimentación adecuada tendrá que alcanzarse progresivamente.

(Disponível em: <http://www.ohchr.org/SP/Issues/Food/Pages/FoodIndex.aspx>). Acessado em: 07/06/2017 – grifos nossos).

Bezerra e Isaguirre (2014) reconhecem na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), um Direito Humano à Alimentação Adequada imprescindível à capacidade das pessoas de participarem do exercício da democracia. Entende-se que se trata de um direito essencial, já que envolve o acesso à cidadania, encontra-se nos alicerces das faculdades humanas de existir em sociedade. “Assim, as normas internacionais reconhecem o direito de todos à alimentação adequada e o direito fundamental de toda pessoa a estar livre da fome como pré-requisitos para a materialização e/ou reivindicação de outros direitos humanos. (BEZERRA E ISAGUIRRE, 2014. p. 678).

Mais que um direito à alimentação, afirma Valente (2002), o alimento é essencial à vida e às sociedades humanas, e essa relevância é dada principalmente pelo seu caráter socializador, muito além do ato da nutrição. O Ser Humano “[...] se alimenta de comida socialmente produzida desde o momento de sua obtenção (coleta, produção, caça, pesca, etc.) até o momento do preparo e partilha, passando por todas as possíveis fases de transporte, armazenamento, conservação, etc.”. (VALENTE, 2002. p. 1-2).

Nesta reflexão de Valente (2002) não importa frisar se a alimentação é adequada ou não, de fato, esse “adequado” adquire um caráter mais ontológico, pois aquilo que faz parte da “essência” humana e se traduz na construção da cultura, das identidades coletivas, em especial deve ser algo adequado num sentido restrito ao sucesso das condições sociais que permitem a existência e produzem significado para isso.

O autor citado (2002) explica ainda que a ausência ou violação de um Direito Humano - “A falta de proteção ativa do estado contra ações de empresas ou outros atores sociais e econômicos que impeçam a realização do direito constitui uma violação”. (VALENTE, 2002. p. 4) – a violação pode facilmente ser identificada nas seguintes situações:

- × provoquem ou facilitem a expulsão de pequenos produtores familiares da terra onde produzem seu sustento (Ex. construção de barragens para hidrelétricas);
- × prejudiquem a produção nacional de alimentos mediante a importação de produtos a preços abaixo do custo de produção (ex. Dumping do leite argentino e da comunidade européia);
- × reduzam o apoio à produção agrícola nacional;
- × gerem desemprego; (ex. política de estabilização monetária provocando uma valorização artificial da moeda nacional e o barateamento das importações, destruindo a produção nacional);
- × eliminem a possibilidade de sobrevivência de milhares de pescadores artesanais e familiares; (ex. poluição nas águas utilizadas por esses pescadores);
- × extingam programas sociais e/ou alimentares dirigidos a populações e/ou grupos vulneráveis; (Extinção do Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos)

QUADRO 7: Identificação Violações ao DHAA

FONTE: Elaborado a partir de: VALENTE, 2002. p. 3.

Além deste quadro, é possível constatar, também, a importância do papel do Estado, agindo diretamente sobre a sociedade, munido de ferramentas de regulação, “capazes” de equilibrar as relações de poder existentes, entre corporações e população, para que assim, seja possível garantir o Direito à alimentação, se trata, sobretudo, de uma *obrigação* do Estado, mas também da sociedade, afirma Valente (2002).

Para este autor (2015), é possível identificar o contexto do DHAA a partir do momento em que são reconhecidas as suas violações, como por exemplo, a utilização de agrotóxicos e de

transgênicos, a exclusão ou êxodo de famílias das suas propriedades ou espaços comuns no campo, fatores que incrementam de forma negativa as mudanças climáticas, repercussões também negativas sobre a biodiversidade e a agrobiodiversidade, entre outras. É interessante esta colocação, pois muitas vezes, se é laborioso distinguir práticas de DHAA que estejam sendo levadas a cabo, as suas violações podem, no entanto, ser mais claras, especialmente na conjuntura do SAAG. Valente (2015) acresce em virtude da atual conjuntura e considera ademais as variáveis nutricionais e de soberania alimentar.

O atual modelo de produção, comercialização e consumo de alimentos baseado na monocultura, no agronegócio, no uso de agrotóxicos, na liberação de transgênicos, no êxodo rural, na mudança climática e na redução da diversidade e segurança dos alimentos gera inúmeras violações ao Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas e da soberania alimentar dos diferentes povos (Burity, 2010 *apud* VALENTE, 2015. p. 74).

Evidenciar esse modelo atual, esta conjuntura da concentração do capital pelas corporações⁸², facilita estabelecer relações entre o que Valente propõe sobre olharmos para as violações que deixam em realce as transgressões ao DHAA e as mudanças em nível global que são empurradas por esse modelo que de acordo com DE PAULA (2017) partem de um *desmonte do rural*, em favor da construção de um *complexo agro industrial*. "[...] o produto agrícola gradativamente perde sua identidade natural e ganha o *status* de um produto da indústria". (DE PAULA, 2017. p. 27).

Segundo Valente (2015), existem determinadas *obrigações* em relação ao DHAA, localizadas em *documentos internacionais* que muitas vezes são incorporados total ou parcialmente pelos Estados. “Existem três níveis de *obrigações* definidas em diferentes documentos internacionais de direitos humanos: respeitar, proteger e realizar”. (Burity *et al.*, 2010 *apud* VALENTE, 2015. p. 76). Cada um dos quais estabelecerá diferentes compromissos no cumprimento das atividades do Estado com a sociedade civil, mas também, obrigações e compromissos da sociedade⁸³.

82 Argumento que será tratado na próxima seção deste capítulo.

83 Em um mundo globalizado em que não só se internacionalizam os mercados, os fluxos financeiros e os bens, mas também a espoliação, a ganância, os danos ao ambiente e outros que impactam grupos empobrecidos, pensar que a garantia do DHAA e suas obrigações recaem unicamente sobre os Estados e não obrigam aos atores de direito privado (indivíduos ou empresas e similares), ou tão somente obriga aos Estados que habitamos e não aqueles com os quais interagimos de diferentes formas é, no mínimo, ingênuo, além de ser insuficiente para proteção efetiva de direitos. (Valente, 2015 em Bezerra e Perez-Cassarino, 2015. p. 78).

Respeitar, se refere ao ato de não interferir negativamente sobre o DHAA, isto quer dizer que o Estado, não deve agir negativamente sobre este Direito, e deve, sobretudo respeitar os particulares culturais, como os de povos tradicionais e nativos e seus modos de subsistência. Esta questão abrange, ademais, a não obstaculização deste Direito através da Lei.

Proteger significa amparar aqueles que se encontram em desvantagem competitiva ou que, por exemplo, seus espaços sejam tomados pela cobiça de atores com mais poder. O texto refere-se especificamente à relação entre a agricultura familiar e empresas e grileiros. O Estado neste caso deve proteger o DHAA da parte mais fraca, da ação de terceiros.

Promover, diz respeito às ações diretas do Estado junto à população, no sentido de trabalhar *proativamente* em favor de garantir por meio de políticas e programas a Segurança Alimentar e, portanto, o DHAA.

QUADRO 8: Obrigações e compromissos DHAA

FONTE: Elaborado a partir de Valente, 2015 em Bezerra e Perez-Cassarino, 2015.

O quadro acima é desafiador, na medida em que, determinados objetivos buscam alcançar uma conciliação, que em nosso entendimento se colocam um pouco em contraste com os interesses do modelo hegemônico e com uma ideia de Segurança Alimentar baseada no aprofundamento das demandas agroindustriais e não necessariamente do combate à fome. Nesse modelo global do SAAG, é difícil pensar na possibilidade de que se possa incorporar um DHAA, humano, abrangente, universal, em alguma medida os interesses de mercado e econômicos desse sistema nos sugerem que as violações elencadas por Valente (2015) são parte dos seus procedimentos.

Lembremos, ainda, que este modelo global tem proporcionado ferramentas para a expansão de um paradigma da monocultura incapaz, portanto, de incorporar num direito à alimentação à diversidade cultural, isso é o oposto do *Paradigma Fixista* de que nos falava Santilli (2009). A proteção de grupos sociais que se encontram nas margens do SAAG (indígenas, camponeses, pescadores, etc.), condicionaria uma retração do modelo hegemônico.

Por último a ideia de que Estado e sociedade civil trabalhem juntos na construção de políticas de Segurança Alimentar, é algo que já acontece, pois o modelo hegemônico também busca a aprovação da sociedade que muitas vezes pode ser imperceptível e acaba se transformando em hábitos como veremos na seguinte seção.

Sobre o papel dos Estados no contexto internacional, cabe salientar que os mencionados Direitos, não se limitam às fronteiras físicas, e sim a aplicação dos mesmos numa dimensão global. Ou seja, as mesmas atitudes de respeito, proteção e promoção deveriam mostrar-se num contexto de reciprocidade entre Estados e suas populações. “Os Estados Partes ao aplicar este compromisso devem adotar medidas para respeitar o exercício do direito à alimentação em outros países, proteger esse direito, facilitar o acesso à alimentação e prestar a necessária assistência quando solicitado”. (ONU, 1999 *apud* VALENTE, 2015. p. 79).

De acordo com Valente (2015), os *titulares* do DHAA, são também, aqueles que detêm a legitimidade para reclamar e reivindicar o cumprimento, ou bem, descumprimento dos mesmos, se trata segundo o autor do **Direito à exigibilidade**. E é o Estado, por meio das suas ferramentas, sejam judiciais ou não, quem deve criar mecanismos de aproximação, para que lhe seja possível à população pautar sua exigibilidade, ou seja, deveria haver uma reciprocidade que motivasse a aproximação e o diálogo.

Esses casos têm sido notórios, por exemplo, em países como Brasil, México, Equador e Bolívia, países em que as **organizações sociais e de direitos humanos foram as principais protagonistas** para que, em suas respectivas constituições, o DHAA fosse reconhecido de maneira explícita. (Fian Colômbia et al., 2013 *apud* VALENTE, 2015. p. 81 – grifos nossos).

Não alheios às dificuldades: “O grande desafio está em como atingir maiores êxitos com a exigibilidade política liderada pelas organizações sociais, quando o ambiente político ou institucional é desfavorável ou mesmo ostensivamente violador do DHAA”. (VALENTE, 2015. p. 82-83)⁸⁴. Algumas das violações ao DHAA a considerar em virtude das articulações entre as dimensões, Estado, Sociedade, Mercado e Natureza que se desenvolvem no marco do SAAG e, portanto do SAAL:

1. Concentração do Poder e controle em:
 - 1.1. Regimes antidemocráticos
 - 1.2. Homogeneidade na política, comunicação, economia, etc.
2. A falta de participação dos *titulares* de DHAA em:
 - 2.1. Concepção, desenvolvimento, gestão e monitoramento das políticas
3. Concentração do processo alimentar:
 - 3.1. Na produção – favorece à indústria em detrimento da agricultura familiar e tradicional
 - 3.2. No intercâmbio – através do mercado e suas regras
 - 3.3. Na transformação – favorece alimentos provenientes da indústria e seus processos
4. Corrupção e impunidade nas políticas
5. Ferramentas biotecnológicas e transgênicas – imposição de padrões de consumo
6. Falta de transparência e participação
7. Políticas públicas que não se alinham aos DHs
8. Distância entre quem faz as leis e a realidade, como das ferramentas de exigibilidade
9. Milícias, máfias e atores criminais – alteram as dinâmicas territoriais
10. Criminalização de práticas e atores sociais com posicionamento contra-hegemônico
11. Desrespeito a culturas tradicionais
12. Violação aos direitos das mulheres

QUADRO 9: Violações ao DHAA

84 Embora não haja um instrumento específico que faça menção expressa ao DHAA, a Comissão e a Corte vêm interpretando o direito à vida e à dignidade, dentre outros, incluindo o direito à propriedade, de maneira ampla e acabam reforçando a indivisibilidade e a exigibilidade dos direitos, sejam civis e políticos, sejam econômicos, sociais e culturais, o que pode fortalecer a exigibilidade do DHAA. (VALENTE, 2015. p. 85).

FONTE: Elaborado a partir de Valente, 2015. p. 86-87-88.

Em alguma medida este quadro reforça os comentários que fizemos em relação ao quadro anterior, já que deixa transparecer as realidades intrínsecas do SAAG, o Direito Humano à Alimentação, está presente no sistema, mas se se trata de uma alimentação adequada ou não, foge ao nosso julgamento. Inclusive no que diz respeito aos “slogans” de combate à fome propostos pela linha da Revolução Verde (paradigma hegemônico) não parece haver evidências de algum tipo de preocupação com alimentação de qualidade, parece ser que a quantidade se sobrepõe sobre a qualidade, seja ela qual for. No entanto, esse modelo ao qual no referimos e que constitui as bases do SAAG, com seus *paradigmas fixistas* e demais formas de obstaculização de Direitos Humanos e da Natureza, respondem firmemente a interesses de um assunto que ampliaremos na próxima seção do presente capítulo.

(...) todos esses problemas, com claras raízes estruturais, se somam, em décadas recentes, as **imposições do modelo neoliberal e de um sistema agroalimentar corporativo** que lhe é funcional; ou seja, **um modelo em que os interesses das corporações transnacionais configuram as decisões políticas sobre o setor rural**, concentram e verticalizam os recursos e a produção, removem o sentido original da agricultura para o agronegócio ou para a lógica de mega projetos e depreda ao ser humano e aos bens naturais. Nesse sentido, os fatores estruturais se agudizam ou se readaptam aos interesses desse modo e sistema de produção e consumo (Rodríguez; Bladimir, 2010 *apud* VALENTE, 2015. p. 88 – grifos nossos).

Ao tentarmos definir alimentação saudável, ao igual que provamos fazer com Alimentação Adequada, nos deparamos com algumas dificuldades, de um modo amplo, o tom saudável dado a um determinado alimento pode conter conotações culturais ou nutricionais. Chamamos a atenção para esta expressão, pois é possível incorrer em semelhanças ou ideias sinônimas associadas à noção de qualidade, dentre elas o saudável, ou como coloca De Paula (2017) o termo comestível.

[...] um produto se torna comestível após ser chancelado pelo crivo sociocultural das práticas cotidianas e das relações sociais. Um produto pode ser consumido numa região, mas não necessariamente em outra, assim como pode ser icônico numa sociedade, como tal um vetor de sua identidade, mas apenas um item de curiosidade em outra. (DE PAULA, 2017. p. 132).

A reflexão da alteridade oportuniza esse tipo de abordagem, neste caso o pesquisador é capaz de construir diferentes mosaicos culturais sobre a relação dos indivíduos e sua alimentação. É de inestimável valia este tipo de estudo, uma vez que podemos nos aproximar de especificidades no plano identitário dos grupos em questão e entender de que maneira cada grupo é em grau de produzir cultura em função da sua relação com os alimentos e com a Natureza, seja de forma mais ou menos direta ou espontânea.

Assim, Bezerra e Isaguirre (2014), desconectam a ideia de uniformidade no conceito de alimentação adequada e saudável e afirmam que: “Por mais paradoxal que possa parecer, busca-se compreender que uma dieta/alimentação adequada **não existe**. O que existe são variados modelos alimentares”. (Garcia, 2001 *apud* BEZERRA & ISAGUIRRE, 2014. p. 681 – grifos nossos). “[...] e o conceito de uma vida saudável não está vinculado estritamente à dieta/alimentação, mas a um modo de viver irremediavelmente ligado a hábitos culturais específicos”. (BEZERRA & ISAGUIRRE, 2014. p. 681-682).

Esta visão apresentada pelas autoras é capaz de situar a ideia de Alimentação Adequada ao alcance do que temos apresentado sobre Soberania Alimentar, se trata de uma maneira, inclusive, de desconstruir conceitos fixos e universais sobre uma questão profundamente díspar e complexa nas populações humanas. Os vários modelos que as autoras se referem aludem à vasta singularidade humana representada nas distintas formas de se relacionarem com o alimento, seja na forma de obtê-los, seja na maneira de compartilhá-los.

A pesar das diferenças e especificidades relativas de cada cultura em relação à constituição de suas identidades alimentares a partir das mais importantes variáveis que compõem as sociedades humanas, para De Paula (2017), estas não são imunes às determinações globais que visivelmente têm readquirindo hábitos alimentares e, portanto, as ideias de qualidade e saudável concebidas a esse respeito, como todos os demais componentes estruturais dessas sociedades. “[...] embora padrões culturais, hábitos alimentares, relações comerciais, urbanização populacional, estrutura industrial de processamento, e desenvolvimento tecnológico, deem os contornos dos sistemas alimentares no **âmbito local**, sua evolução está sujeita a tendências que se formam **internacionalmente**”. (DE PAULA, 2017. p. 30).

Para efeitos da sociedade brasileira, por exemplo, uma alimentação saudável deve responder determinados requisitos, condicionados e adaptados a uma série de normas, que procuram homogeneizar os alimentos que serão comercializados no mercado nacional⁸⁵. De igual maneira, os

85 “(...) convencionou-se o que se chama de “alimentação adequada”, cujas recomendações estão disponíveis no **Guia alimentar para a população brasileira**: promovendo uma alimentação saudável. (BEZERRA & ISAGUIRRE,

mercados de cada país, seguirão determinadas normas e padrões, que também atendem usanças e em alguns casos, políticas de proteção aos mercados locais (antidumping).

Embora as designações culturais fiquem claras e a universalização do “saudável” não seja possível – desde que exista a diversidade cultural – Valente (2002) aponta para uma questão bem interessante que gostaríamos de observar em relação a definições com teor reducionista, como o da citação a continuação. Se partirmos do princípio de que não é possível encaixotar, definições, argumentos e muito menos manifestações culturais como as que estamos apresentando neste capítulo e concordamos com estas alegações, em alguns momentos a redução conceitual pode e supondo que seja possível, contribuir ao entendimento de grupos sociais como os das grandes metrópoles em que a cultura em questão não se encontra bem definida ou delimitada, pelo contrário, existem agentes uniformizadores da cultura e dos hábitos alimentares⁸⁶.

Entendemos que Valente (2002) procurou com este elenco de propriedades bioquímicas reforçar que o “saudável” ou o “adequado”, passe muitas vezes pela carência alimentar e não precisamente pela fome, argumento também defendido por Esteve (2017) no que chama a atenção para o aumento exponencial da desnutrição, que se somam, evidentemente, aos famintos nesta arena de debate.

Uma alimentação saudável, balanceada, diversificada e equilibrada **deve, ao longo do tempo, e de forma sustentável fornecer todos os componentes necessários** ao desenvolvimento e a manutenção do organismo saudável, como água e líquidos em geral; alimentos frescos, naturais, integrais, variados, que garantam o aporte de todos os nutrientes (proteínas, açúcares complexos, gorduras essenciais, vitaminas, sais minerais, etc.) e fibras alimentares, de forma balanceada. E, ainda, privilegiar o consumo de pescado e carnes brancas magras e limitar o consumo de alimentos que se consumidos em excesso levam a agravos à saúde (carnes vermelhas, frituras, gorduras saturadas, bebidas alcoólicas e estimulantes, cereais não integrais e açúcar refinado). (VALENTE, 2002. p. 5 – grifos nossos).

Valente (2015) complementa afirmando que: “Os alimentos precisam ser produzidos de forma sustentável, saudável, e mediante de processos que ofereçam dietas nutricionalmente ricas, diversificadas e **culturalmente aceitas, a exemplo da produção agroecológica de alimentos**”. (VALENTE et al, 2015. p. 72 – grifos nossos). Esta complementação demonstra o quão complexo e laborioso é tratar de termos, que como vimos possuem familiaridade com delineamentos culturais, da nutrição, mas também com o mercado global e a agroindústria. Neste sentido, Valente (2002)

2014. p. 681 – aspas das autoras – grifos nossos).

86 Ampliaremos sobre este argumento na seguinte seção deste capítulo.

chama a atenção ao aspecto cultural e ao nutricional, entendendo que não podemos prescindir de nenhum deles quando discorremos sobre qualidade e alimentos saudáveis. Por este motivo, o mesmo autor faz uma alerta às reduções conceituais e conjuga essa compreensão:

[...] a definição do que é uma alimentação adequada não pode ser reduzida a de uma ração nutricionalmente balanceada. Uma alimentação adequada é aquela que colabora para a construção de seres humanos saudáveis, conscientes de seus direitos e deveres, enquanto cidadãos do Brasil e do mundo. Conscientes, inclusive, de sua responsabilidade para com o meio ambiente e com a qualidade de vida de seus descendentes. (VALENTE, 2002, p. 1).

De forma similar Santilli (2009) defende que a qualidade alimentar está associada em primeiro lugar ao modelo de produção de alimentos e dá destaque a argumentos similares aos de Valente (2015), com especial atenção à agrobiodiversidade e as causas que eliminam sua condição – entendendo que a mesma é fundamental para uma alimentação adequada – para tanto utiliza o conceito de *erosão genética*.

Este conceito revela justamente o que a Revolução Verde/Revolução Genética tem riscado do seu modelo. “A agrobiodiversidade está não só associada à produção sustentável de alimentos, como tem também papel fundamental na promoção da qualidade dos alimentos. [...] a erosão genética no campo afeta não só os agricultores como também os consumidores”. (SANTILLI, 2009, p. 102).

Assim, mesmo reconhecendo uma impossibilidade conceitual do “saudável” ou do “adequado”, por estar sujeito a um relativismo cultural (entre outras questões), é possível apontar a algumas generalizações, como as de Valente (2002), que dizem respeito à manutenção dos “ingredientes” necessários aos processos das cadeias metabólicas humanas, uma forma de entender a qualidade alimentar é justamente esta, desde que o alimento seja capaz, como descreve Valente (2002) de suprir ao organismo suas necessidades.

Entendemos importante considerar neste trabalho, as três dimensões como convergentes, a biológica, a cultural e a econômica, entendendo que as dimensões são complementares na construção identitária dos sujeitos e da relação deste com seu alimento. Neste sentido, Rigón & Bógus (2015), proporcionam uma visão mais ampla sobre o que pode determinar uma Alimentação Adequada, aludindo a diversos fatores físicos e transcendentais:

Quando a alimentação proporciona de fato o atendimento de todas as necessidades do organismo humano, entendendo-o como uma unidade complexa

na qual interagem as dimensões física, psicológica, ambiental, social e espiritual da existência humana, uma das principais chaves para a manutenção da saúde, a nutrição, passa a ser atingida. (RIGON E BOGUS, 2015. p. 32).

Por outra parte e assumindo que a fome é uma violação ao DHAA, Valente (2015) afirma que se deveria incorporar nesse Direito, a dimensão nutricional, assim como foi visto em Bezerra e Issaguirre-Torres (2014), o que motiva essa diferenciação para o autor é a de sair do reducionismo, ainda devem acrescentar-se, os direitos das mulheres e da Soberania Alimentar, acrescenta.

A introdução ao conceito “nutrição” é justificada, segundo Valente (2015) pela evidente adição de substâncias ao organismo humano, no sentido de ir além de suprir a fome. “A nutrição pode ser definida como a interface entre o consumo do alimento e sua utilização pelo corpo humano”. (VALENTE *et al*, 2015. p. 72).

Similar aos conceitos de Segurança e Soberania Alimentar, no conceito de DHAA, Valente (2015), ainda afirma que se trata de algo inacabado e que conforme mudanças acontecem no planeta e nas sociedades, adéqua-se também sua definição:

O conceito do DHAA é um conceito em construção, pois esse direito, assim como os demais direitos humanos, **foram conquistados a partir de lutas históricas** e, por essa razão, correspondem a valores que mudam com o tempo e que avançam à medida que avança a humanidade, os conhecimentos construídos e a organização da sociedade e dos Estados (Burity et al, 2010 *apud* VALENTE *et al*, 2015. p. 70).

Apesar de a importância que merece definir satisfatoriamente o que é uma Alimentação Adequada, no marco institucional circunscrevem a ideia de que o termo existirá se *determinadas condições socioeconômicas são alcançadas*, lembrando que esta é a visão hegemônica, da FAO. A visão hegemônica como veremos na seguinte seção, responde a interesses globalizantes e homogeneizantes, por claras motivações econômicas. Embora conscientes de que a questão não se resume a um maniqueísmo de forças universalizantes ou relativizantes, nos vemos “obrigados” a aligeirar as oposições versadas até aqui.

Reconhece-se, ademais, a riqueza argumentativa e de experiências que movimentos sociais têm aportado ao debate e a construção do conhecimento sobre a alimentação, de acordo com alguns dos autores revisados neste trabalho, tomam destaque o Movimento Sem-Terra (MST), a Via Campesina, a Rede Ecovida, entre outros, além é claro do contributo trazido pela academia e por

blogueiros que constantemente reafirmam seu compromisso com uma alimentação saudável e de qualidade como por exemplo a Bela Gil. De Paula (2017) nos lembra da relevância do alimento e, portanto, de tudo aquilo que circunscreve esse debate: “O alimento está, portanto, no centro das relações humanas por meio de identidades socioculturais e geográficas resgatadas e revalorizadas através das gerações num processo de várias dimensões, definidas por elementos fisiológicos, psicológicos, sensoriais, sociais e simbólicos”. (Bassière, 1998 apud DE PAULA, 2017. p. 133).

Por último no que tange à indústria de alimentos e como tínhamos adiantado no começo deste capítulo, o termo “adequada” pode assumir diferentes feições além das elencadas pelos autores acima, assim, existem padrões de produção alimentar cujo objetivo é o de padronizar o modelo de produção de um determinado produto, como é o caso do queijo citado por Cintrão (2014) em sua tese. A autora percebe que a indústria alimentar estabelece padrões de “qualidade alimentar” tais que para atingi-los as empresas devem realizar imensos esforços estruturais e econômicos.

Descreve, também, o quanto essa padronização resulta em problemas para o segmento artesanal e tradicional da pequena indústria alimentar, que acaba afetando e em muitos casos empurrando para fora do mercado, inclusive local, que na maioria dos casos é a principal fonte de renda. A autora explica que, As regulamentações sobre a higiene e as políticas de qualidade adotadas tendo em vista atender padrões de qualidade, higiene e conservação exigidos pela indústria global, passam a ser um elemento a mais na pressão para um processo de crescente padronização alimentar (Contreras e Gracia, 2011 apud CINTRÃO, 2014. p. 160-161).

Este conceito trazido por esta autora (2014) traduz a expressão de qualidade alimentar a partir das sinergias estabelecidas entre política, ciência e indústria, como afirma a autora. A qualidade alimentar pode ser entendida a partir das regulamentações e padronizações industriais, as quais procuram homogeneizar, não somente as regras como em alguma medida os padrões de consumo também. Neste caso os interesses industriais direcionam o sentido do que possui qualidade alimentar e do que não.

A presente seção teve por objetivo congrega noções de Alimentação Adequada, alimentação saudável, e reuniu, ademais, a perspectiva de diversos autores sobre o argumento, como salientamos no começo, não era nossa intenção apresentar sentenças definitivas sobre nenhuma das expressões. Entretanto, ficamos satisfeitos de momento, com a aproximação que fizemos, pois bastaria para o propósito deste trabalho de conhecer bem este assunto, mesmo que não numa profundidade maior.

As expressões trabalhadas nesta seção permitem sim, estabelecer relações com as noções com os termos de Soberania e Segurança Alimentar e em alguma medida nos obriga a continuar

nesta linha de raciocínio para tratar na seguinte seção as noções construídas em torno dos Hábitos Alimentares e aquilo que pressupomos tem orientado a causa dessa expressão, a concentração corporativa.

4.3 Hábitos alimentares e concentração corporativa

Gostaríamos de começar este item, com uma citação do economista espanhol, Manuel Delgado Cabeza (2010), na que são apontadas consequências sobre o que denominamos de *Hábitos Alimentares pela concentração corporativa*, fenômeno que pode ser visualizado nas sociedades atravessadas pelo capitalismo por meio do Sistema de Abastecimento Agroalimentar Global (SAAG). Este sistema tem recriado hábitos alimentares nas populações e ressignificado a relação humano/Natureza sob uma racionalidade econômica a serviço de um mercado global, cujo objetivo principal é indubitavelmente o lucro.

[...] hoy, del complejo sistema internacional de producción y distribución de alimentos, los consumidores sólo conocen los elementos terminales: los lugares de distribución y los productos. El resto es una verdadera caja negra que entraña un gran miedo, en tanto que la existencia se encuentra asociada con la alimentación. (J. Contreras y M. Gracia, 2005 apud CABEZA, 2010. p. 49).

Pretendemos dar especial atenção a dois pressupostos importantes, em função da implicação estrutural com o SAAG. Por um lado, apelar ao domínio da *concentração corporativa* (Perez-Cassarino, 2012) da inteira cadeia alimentar e por outro, aceitar que esse sistema é capaz de determinar a oferta, ou seja, o domínio sobre os hábitos de consumo alimentares.

Sobre o primeiro pressuposto, de que existe uma concentração corporativa global no SAAG e que esta controla a inteira cadeia alimentar, exercendo domínio sobre o capital Natural, financeiro, político e humano, ampliamos:

[...] patentar y mercantilizar la vida- , traducida en la apropiación por parte de las corporaciones que gobiernan el sistema de un patrimonio biológico y cultural localizado básicamente en los países del Sur (Rifkin, 1999). Un expolio conocido como biopiratería, saqueo de la naturaleza y del conocimiento (Shiva, 1997) que erosiona el derecho campesino al mantenimiento de las semillas autóctonas y la biodiversidad, y excluye prácticas sostenibles que procuran el abastecimiento

alimentario local, para profundizar en la expansión del Imperio alimentario corporativo. (CABEZA, 2010. p. 41).

Parte do que entendemos por concentração corporativa é o resultado justamente do fato em que o alimento é tomado como uma mercadoria, no sentido de que não interessa se ele destinado é a nutrir ou suprir a fome de alguém, deixou de ser um bem vital. “Os alimentos se converteram em mercadorias, e sua função principal, que é nos alimentar, ficou em segundo plano” (ESTEVE, 2017. p. 24). A concentração corporativa, além de controlar todas as etapas da cadeia alimentar, também determinará os Hábitos Alimentares das sociedades, ou seja, a partir do momento em que a oferta se encontra sob o domínio das corporações, as mesmas ditarão modas, dirão o que é bom e o que não é, evidentemente em função de seus interesses econômicos.

O controle do mercado financeiro é outro ponto muito importante, aqui se especula com os preços dos alimentos e se isso pode implicar na venda ou no desperdício dependendo o caso, entretanto, os preços internacionais serão colocados ali e dependerão dos estoques, mas também pode depender se se deseja “segurar” ou valorizar o preço de uma determinada mercadoria. Em suma, se trata de um espaço em que, seus agentes não estão em contato direto com as mercadorias e são fortemente alienados da realidade fora desse lugar, lidar somente com preços é o que fazem.

Entre outras questões, a apropriação corporativa das culturas e da Natureza, a biopirataria, a remoção de direitos dos camponeses, a exclusão de modelos “sustentáveis” e de circuitos curtos de alimentos, entre muitas outras situações, contribuem à expansão do império alimentar corporativo, afirma Cabeza (2010). Como dissemos trata-se de um sistema de abastecimento agroalimentar que demonstra descaso com a Natureza, com o ser humano, com a forma de obtenção dos alimentos, com a Soberania Alimentar e, portanto, sobre uma Segurança Alimentar que possa ser livre do mercado.

Por otra parte, las especificaciones y normas sobre productos y procesos agroalimentarios experimentan un proceso de privatización que supone el desplazamiento de su elaboración e implementación hacia las grandes organizaciones empresariales, que las han convertido en un mecanismo más para reestructurar, gestionar y controlar el sistema agroalimentario globalizado (Konefal y otros, 2005). La capacidad para decidir sobre atributos, prácticas y manejos requeridos en la producción y distribución de alimentos actúa así como un instrumento estratégico para la creación, el mantenimiento y la ampliación de mercados, (Bingen y Siyengo, 2002), facilitando la diferenciación de productos y mejorando la capacidad de coordinación del entramado empresarial utilizado (intra e interfirmas) (Readon y Farina, 2002;

Henson y Readon, 2005). Al mismo tiempo, excluye la entrada de otros. (CABEZA, 2010. p. 39 – grifos nossos).

Como estratégia do processo de concentração, o economista espanhol explica que o SAAG busca tirar dos espaços de soberania, os recursos, a terra, etc. e levá-los para espaços privados, alijando qualquer possibilidade de interferência, este processo retira das populações a capacidade de produzir e entender os processos ligados à produção de alimentos. Desta maneira, as corporações controlam, ademais, os modelos de produção, isto quer dizer que as estratégias definidas serão aquelas que do ponto de vista do mercado sejam as mais eficientes, e, portanto, serão modelos preocupados com a lucratividade das empresas.

As regulamentações e acordos internacionais sobre como as relações comerciais devem ser pautadas (OMC), implicam como descreve Cabeza (2010), na transferência (privatização) da produção alimentar ao mercado corporativo, o que resulta no controle de toda a cadeia de produção de alimentos e, por conseguinte, e de maneira bem direta, dos Hábitos Alimentares. Neste marco, de concentração corporativa do capital (terra, trabalho e meios de produção), é possível antever uma expansão bem orquestrada de interesses que, serão refletidos como enuncia nossa hipótese, no Sistema de Abastecimento Agroalimentar Local (SAAL).

A Via Campesina, por exemplo, chama a atenção para um dos resultados dessa concentração corporativa, lembrando que não se trata de uma concentração localizada ou restrita a um ou dois Estados, estamos falando de um mercado global, um espaço em que as corporações não possuem fronteiras nem nacionalidade. O fluxo de mercadorias, os volumes de alimentos a disposição, acrescentemos *processados* e *ultra-apressados* (indústria alimentar), interferem nas economias locais e, evidentemente na produção local de alimentos, que é o que a Via Campesina alerta.

*El acceso a los mercados internacionales no es una solución para los campesinos El problema de los campesinos es antes que nada **la falta de acceso a sus propios mercados locales por unos precios demasiado bajos para sus productos y el dumping a travez de importacion que deben enfrentar.** El acceso a los mercados internacionales afecta sólo el 10% de la producción mundial; está controlada por unas empresas transnacionales y por los mas grandes empresas agro-industriales. (VIA CAMPESINA, 2003 – grifo nosso).*

A distribuição e oferta de alimentos no Brasil, historicamente é o resultado de esforços do setor governamental – sempre que foi possível – em não deixar que faltasse alimentação “básica”, seja pela importação de alimentos, seja pelo incentivo aos produtores rurais de alimentos. Não

obstante, esses esforços, a privatização ou hibridação desse setor da economia – chamaria ele de segurança nacional – têm ampliado o interesse privado e a racionalidade neoliberal, num modelo de produção de alimentos, hoje insustentável e com impactos socioambiental.

O caso do Brasil, assim como de outros cuja base econômica, historicamente se pautou na agroexportação de commodities e alimentos, determinou que, pelo menos no Brasil, a falta de alimentos fosse compensada pelas importações. Isto sempre representou um grande problema, pois influencia diretamente nos preços, e, portanto, no poder de compra do consumidor. Uma boa parte da concentração corporativa do SAAG no Brasil se encontra no agronegócio. E é um setor que aumenta continuamente seu capital, concentrado cada vez mais poder político e econômico.

Sobre isto Perez-Cassarino (2012) acrescenta: "Notadamente, ganha relevância nos últimos anos o avanço no **controle corporativo dentro do setor de distribuição de alimentos**, bem como o vigoroso e contínuo crescimento do faturamento deste setor na última década (Flexor, 2008; Wilkinson, 2008 *apud* PEREZ-CASSARINO, 2012. p. 29 – grifos nossos).

A descentralização da rede de um dos maiores setores da economia local e global tem levado a redesenhar os modelos de produção alimentar e de consumo, os grandes atacadistas, assim como toda a rede privada de insumos e serviços, tem recebido, inclusive, grande apoio do Estado:

Somente no Brasil, a concentração de mercado das cinco maiores empresas do país no setor varejista aumentou de 40 para 46% em seis anos (2004 a 2010) e seu faturamento em mais cem por cento. Tal domínio significa que este setor, ao **controlar o processo de distribuição e, portanto, a relação direta com o consumidor**, tem cumprido importante papel na determinação de normas e procedimentos para as atividades a jusante do sistema agroalimentar, impondo padrões que atendam à sua lógica de funcionamento e, conseqüentemente, excluindo empreendimentos menos estruturados e de menor porte (Ploeg, 2008; Wilkinson, 2008 *apud* PEREZ-CASSARINO, 2012. p. 29-30 – grifos nossos).

Breilh (2015) discorre ainda, sobre o que ele de nomina de “Propostas funcionais ao sistema”, que seria o resultado de uma série de acomodações bem-sucedidas, por desfrutarem de certo apoio da sociedade, pois utilizam uma linguagem que demonstra haver preocupação com problemas de índole sistêmica, como por exemplo, a palavra Ecologia. A concentração corporativa se expande para além do mundo das formas e atinge o mundo das ideias e dos valores socialmente construídos ao redor de propostas inovadoras e novos nichos de mercado.

*(...) de las propuestas funcionales al sistema, tenemos una de factura más reciente, alimentada por el ecologismo empresarial, que es la teoría del capitalismo verde. Desde esta perspectiva se aboga, (...) en su Ley de Cambio Climático, por una economía rural ligada a la **acumulación de capital***

alrededor de productos y servicios ecológicos como instrumentos de mercado, de entre los cuales se destacan nuevas industrias, tecnologías bajas en carbono, y energías eólica, biomasa, marina, solar, etc. Aquí también destaca la propuesta de Al Gore, de una economía agrícola enfocada en biocombustibles de nueva generación (...). Y, finalmente, las tesis de las corporaciones alimentarias que se abanderan de demandas ambientales, de garantía de calidad, de protección a los animales, comercio justo y otras simulaciones (Harriet, 2009 apud BREILH, 2015. p. 57 – grifo nosso).

A busca pelo lucro é sem lugar a dúvidas aquele grande objetivo por trás do SAAG, o grande pano de fundo, que empurra o desenvolvimento dessa estrutura global. Breilh (2015), também acredita, que são essas motivações que alavancaram os discursos de Combate à Fome da Revolução Verde e que acabou concentrando na sua estrutura, o capital mas também, a confiança dos Estados e de boa parte da sociedade, lembremos que um dos traços da Segurança Alimentar tem sido essa associação com a Revolução Verde. Para Breilh (2015) se trata ademais, de um comportamento inescrupuloso diante da sociedade e da Natureza.

*La búsqueda frenética de mejores rendimientos que acrecienten el negocio ha sido el fuelle que avivo desde entonces la implementación de un conjunto de estrategias y recursos. En el principio de la Revolución Verde, el eje mayor fue la aplicación intensiva de paquetes químicos – que probaron luego ser devastadores –; **pero, con el advenimiento en los años ochenta del frenesí neoliberal y la desembozada desregulación, se soltaron las amarras que sustentaban los últimos restos de escrúpulo y decoro del agronegocio.** Encubierto por el discurso de “se puede alimentar a todos con nueva tecnología”, como aureola ética, la moderna agroempresa destapó su objetivo estratégico de **acelerar y expandir sin restricciones la explotación de la naturaleza y del trabajo humano para incrementar el plusvalor agrícola y la acumulación de capital.** (BREILH, 2015. p. 59 – grifos nossos).*

Segundo Breilh (2015): “(...) *somos testigos del impacto devastador de un mercado no regulado y del crecimiento rampante de la desigualdad*”. (Breilh, 2012 apud BREILH, 2015. p. 61). Trata-se de um avanço – histórico – do modelo instituído globalmente sobre produção e mercado de alimentos e commodities, que não somente colocam em desvantagem aos pequenos agricultores, como acabam empurrando eles para fora do sistema, pois as “regras do jogo” não incluem os pequenos, ou numa terminologia de mercado, os ineficientes.

*El pillaje de los grandes productores ha maniatado a los pequeños a una productividad limitada y desventajosa, y ha reproducido una espiral creciente de desigualdad; pero, lo más grave es que ha **instituido reglas del juego que***

no solo desnaturalizan el rol de la agricultura, sino que tornan prácticamente imposible la sobrevivencia de los campesinos e inviable la soberanía. (BREILH, 2015. p. 62 – grifos nossos).

Os processos de concentração corporativa do SAAG incluem a absorção, inclusive, das alternativas, explica Perez-Cassarino (2015), ou seja, por um lado, adverte que as práticas *contra-hegemônicas* muitas vezes devem se dobrar às já consolidadas práticas de mercado capitalista, e por outro, o capitalismo *é capaz de absorver*, determinadas singularidades exóticas às racionalidades hegemônicas, é o que ocorre muitas vezes, mas não deve ser tomado como regra. Este fato é particularmente observado e constatado na produção de orgânicos como um profícuo nicho de mercado para um público diferenciado.

[...] deve-se levar em conta a capacidade dos processos hegemônicos de **incorporarem algumas dessas ideias, deslocando seu sentido para atender à sua lógica, a partir de uma apropriação por vezes simbólica e por vezes material** – mediante aquisições e fusões – do acúmulo de saberes e práticas construídos por tais experiências. (PEREZ-CASSARINO, 2015. p. 37 – grifos nossos).

Essa cooptação seria visível, também, na situação em que o Estado é utilizado como instrumento para esse fim, através de Programas e políticas, que acatam as imposições do modelo hegemônico. Isto acontece em programas, por exemplo, que se focam no combate a fome, em que o objetivo é produzir em grandes quantidades os alimentos e de forma contínua, lógica prevista nas políticas de Segurança Alimentar e na Revolução Verde ou em políticas de incentivo à agricultura familiar em que o fim último é a colocação dos agricultores no mercado convencional de alimentos o que implica a incorporação de uma “modernização” e reestruturação do modelo tradicional⁸⁷.

A expressão do apoio à expansão do modelo hegemônico global é presente em dados históricos do agronegócio no Brasil, comparado com outros setores da economia no país:

87 Não queremos com esta afirmação, em absoluto, desprestigiar Programas sérios como o PNAE, o PAA, entre outros, que, sem dúvida, tem feito e ainda fazem diferença positiva nas famílias camponesas do Brasil. No entanto, e adiantando parcialmente o conteúdo das entrevistas que tivemos a oportunidade de realizar para enriquecer este trabalho, constatamos que a SEAB, por exemplo, fortemente ligada a Programas nacionais de combate à fome, se propunha alcançar, como grande objetivo em relação às famílias camponesas, a sua inserção nos mercados convencionais de alimentos, sejam eles locais, como também globais. O combate à fome no perfil dessa Secretaria é pautado nas escalas de produção (métodos convencionais) e mesmo que se brinde incentivo à produção orgânica, por exemplo, o propósito é que esses produtores adquiram sua independência nos mercados convencionais e não dependam mais dos Programas de compras públicas.

Em apenas 10 anos, o país viu aumentar em 70% o tamanho da safra anual de grãos e deve colher 200 milhões de toneladas nesta temporada, enquanto que a área cultivada cresceu em apenas 18%. Embora perdurem no país o desmatamento ocasionado pela abertura de terras para a agricultura, em especial para a pecuária bovina, a pressão sobre terras indígenas e reservas legais, e vários outros impactos sociais, os números mostram que agora, diferentemente do passado, o que explica o bom desempenho do agronegócio brasileiro são os ganhos de produtividade por hectare, ao invés da expansão da área cultivada. Entre o período de 2006-2013 a produtividade agrícola cresceu 5% ao ano. A título de comparação, na última década, a produtividade na indústria declinou 1% ao ano e a do setor de serviços cresceu apenas 1% ao ano. (MALUF & SPERANZA, 2014. p. 27).

Em suma, é um modelo que concentra poder e capital, as corporações apresentam objetivos bem definidos e muito bem orquestrados, com a colaboração dos Estados e com o apoio muitas vezes incondicional de parte da sociedade que acredita defender o combate à fome ou o desenvolvimento e saída da pobreza no setor rural. Uma das questões que esperamos responder com esta pesquisa é, em que medida o Estado se aproxima dessa concentração corporativa, ou será que prevalece a imparcialidade diante do poder do SAAG.

A amplitude do SAAG inclui indubitavelmente, os extremos do sistema, de um lado os agricultores – mas poderiam estar também os laboratórios de engenharia genética – e no outro extremo, o consumidor final – mas poderia estar também o mercado da farmacologia e da medicina – entretanto gostaríamos de discorrer sobre o consumidor final, pois acreditamos que esse ator poderia determinar ou não, a continuidade ao mercado farmacológico. E esta continuidade depende, em nossa opinião dos Hábitos Alimentares dessa importante fatia do sistema.

Embora pareça fácil julgar que é o consumidor que decide o que consome, acreditamos que esse argumento é questionável. Isso nos lembra o debate de quem determina os fluxos de mercadorias no mercado, se é a oferta ou se é a demanda. Para nós é muito claro que quem determina o consumo é a oferta.

Neste sentido Esteve (2017), explica o que acontece com a produção de alimentos – de um ponto de vista histórico – e como os Hábitos Alimentares tem se modelado ao longo dos tempos em função das determinações impostas pelas grandes corporações do alimento:

[...] os povos da pré-história se alimentavam com mais de 1.500 espécies de plantas. Há 150 anos a humanidade se alimentava com produtos de 3000 espécies vegetais, sendo 90% delas produzidas e consumidas em seus países de origem. Mas isso mudou radicalmente nos últimos anos. Entre 1970 e 2008 houve redução em 30% da biodiversidade no mundo. E, desde essa data, passamos a consumir 50% mais recursos naturais que nossa capacidade de produção. É o período da implementação da “revolução verde” [...] Em 2003,

apenas 15 espécies respondiam por 90% dos alimentos vegetais, e apenas quatro cultivos respondiam por 70% do consumo. Atualmente, são 58 empresas que controlam a produção de alimentos no mundo. (ESTEVE, 2017. p. 16).

O consumo de alimentos, ou bem, a capacidade de que a sociedade dispõe para acessá-los depende, em primeiro lugar, afirma Maluf (1999), do poder aquisitivo individual das pessoas, ou no caso não urbano, da capacidade de produzi-los, lembremos que Maluf está se referindo a um contexto estritamente urbano neste caso. Apesar das desigualdades sociais será a capacidade de compra, que de alguma maneira ajudará a determinar o tipo de consumo, sua qualidade e quantidades de alimentos a serem consumidos.

Por outra parte, Maluf (1999) identifica que as mudanças e a estratificação social são acompanhadas de forma similar, com modismos e subjetividades que se adequam de forma específica aos nichos de mercado com nomes como: “(...) artesanais, os orgânicos e os com denominação de origem”. (MALUF, 1999. p. 2). Para o economista Cabeza (2010) a origem dos hábitos alimentares coloca-se desde uma perspectiva global, com objetivos bem claros em relação aos seus interesses.

Sobre Hábitos Alimentares o porta-voz da Revolução Verde coloca um ponto de vista interessante, segundo Burlaug (2002), o mundo ocidental (entendemos que se refira aos países ricos), as pessoas teriam recursos suficientes pra adquirirem alimentos orgânicos porque são alimentos caros e afirma que somente os alimentos geneticamente modificados (AGM), são capazes de acabar com a fome nos países que não apresentam as mesmas condições, ou seja, garantir uma Segurança Alimentar.

*La mayor parte de la gente en el mundo “occidental” vive en áreas urbanas y no sabe lo que es necesario para poder alimentar al mundo. Esta gente tiene suficientes recursos para **comprar alimentos “orgánicos” caros y criticar** a los alimentos genéticamente modificados. Ellos ponen presión sobre los gobiernos para que se prohíban los alimentos genéticamente modificados, lo cual sería desastroso para las naciones en desarrollo. (BURLAUG, 2002 – grifo nosso).*

A primeira sentença da citação acima pode ser que não esteja totalmente errada, de fato a transformação dos hábitos alimentares, principalmente no marco da urbanização, tem configurado novas formas de entendimento e acesso aos alimentos, são essas mudanças centradas no capital corporativo da agroindústria alimentar, que acaba alijando os consumidores de realidades invisíveis, como a distinção entre alimentação orgânica e alimentos geneticamente modificados. Estes, “Novos

conhecimentos, hábitos e referências culturais moldaram o sistema alimentar emergente, assentados na transformação da comida em mercadoria, na centralidade do capital comercial e na própria expansão do mercado de trabalho”. (Friedmann, 1999 apud DE PAULA, 2017. p. 135).

Evidentemente, a argumentação de Burlaug (2002) de que seria desastroso retirar ou proibir transgênicos é errada, pelo “simples” atropelo ao Princípio da Precaução, o desconhecimento na opinião pública, a reprodução de hábitos globais e o choque de informações nos meios de comunicação, colocam às populações diante de um cenário, não somente complexo, como de difícil discernimento. Refere-se a, “Uma das manifestações da ordem alimentar contemporânea diz respeito a um conflito entre tendências globalizantes do padrão de consumo e a persistência de hábitos e dietas alimentares locais”. (DE PAULA, 2017. p. 135). Este autor reconhece que apesar de a força que possa desempenhar o sistema global, há de se manifestar o conflito por conta da resistência que os distintos grupos sociais sejam capazes de exercer⁸⁸.

Por outra parte, entendemos que o discurso da Revolução Verde não proporciona muita escolha em relação ao que deve ser feito para acabar com a fome. Isso acaba direcionando condições de dependência alimentar e destruição da capacidade produtiva se as políticas nesses locais se pensassem de maneira diferente, se pensássemos numa Soberania Alimentar.

Não é por acaso, que os protagonistas da Revolução Verde, entoeem seus interesses econômicos para a sociedade, na forma de apelos sensibilizantes, chamando a atenção daqueles, que inconscientes, não conhecem a fome, ou que não são capazes de enxergar a necessidade de levar adiante mudanças tecnológicas que sim se preocupam com as populações mais desfavorecidas.

A afirmativa de Burlaug, mesmo que de aparência altruísta, apresenta várias contradições, em primeiro lugar, sem importar se se trata de oriente ou ocidente – divisão bem questionável – certamente muitíssimas pessoas na Europa e Estados Unidos – o ocidente “rico” - sabem o que é necessário para alimentar o mundo. Em segundo lugar, afirmar que esses “ocidentais” possuem suficientes recursos para adquirirem alimentação orgânica é uma grandíssima falácia e demonstra um grande desconhecimento (intencional certamente), de qual tipo de “alimentos” sustenta a indústria de alimentos nos países ocidentais, ricos, modernos e urbanos. Em terceiro lugar, nas “nações em desenvolvimento”, como afirma Burlaug, muitos grupos também defendem o não uso da biotecnologia, a Via Campesina e o Movimento dos Sem-Terra, somente por mencionar os dois mais representativos, mas são centenas pelo mundo, “pobre e não pobre”.

88 Gostaríamos que se aprofundasse mais esta questão dos conflitos e resistências, em virtude dos fatores globalizantes sobre os hábitos e tendências alimentares globais. Nosso tempo e espaço de pesquisa não nos permite expandir nessa direção tão essencial, esperamos, no entanto, poder abundar nesse sentido.

O SAAG abrange diversas dimensões e a maior parte delas, voltadas para os interesses do mercado global de alimentos, insumos e serviços agrícolas de grande escala, além é claro, da indústria de alimentos, entre outros. A demanda, por alimentos e commodities, determina as condições em que serão solicitadas à agricultura, a escala e os preços. São estas práticas que desenham o grande modelo de produção de alimentos, sob uma lógica de eficiência, produtividade.

*La empresa contratante decidía los productos y las cuotas a las que se hacían acreedores ciertos campesinos, sea para abastecer el mercado nacional o de exportación; **siempre bajo estándares técnicos y calidades prefijadas por la empresa, según la demanda.** Esta forma de proletarización indirecta de obreros agricultores en su propia parcela, se esgrime como vía para resolver la pobreza rural y asegurar a los campesinos una cuota productiva e ingresos para su sostenimiento. (BREILH, 2015. p. 57 – grifos nossos).*

Acontece que esta demanda como explica Breihl (2015), condiciona além de Hábitos Alimentares, padrões de produção e, portanto, também, como já é sabido, os modelos de produção rural de alimentos, que devem responder a determinados padrões. Esses padrões também se vêm refletidos no consumo de alimentos no nível do varejo, como explica Silva (2007) ao afirmar que: “Uma das maneiras encontradas pelas redes de supermercados para superar os “baques” de faturamento foi investir na seção de hortifrútis devido à demanda mais ampla de alimentos “mais saudáveis”, e uma das alternativas para agregar valor” (SILVA, 2007. p.85 – aspas do autor).

Nesse sentido a mídia jogaria um papel muito importante ao transmitir para a sociedade de maneira mais ou menos evidente, os interesses das grandes corporações, assim, nos consumidores “o efeito da agenda nos atributos da questão alimentar [...] Dessa forma, podemos dizer que o modo como as questões são enquadradas impõe uma agenda de atributos que tanto pode afetar o que pensar quanto o como pensar” (SILVA, 2007. p. 118).

Essa demanda por alimentos “mais saudáveis”, também é apontada no 1º Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Curitiba. Segundo o documento, uma alimentação com qualidade passa pelo fato de se consumir frutas, hortaliças e feijão, são “[...] alimentos considerados **marcadores de padrões saudáveis** de alimentação”. (MUNARETTO et al, 2016. p. 38 – grifos nossos).

Através desse relatório a prefeitura de Curitiba, procura ademais, alertar sobre as consequências na saúde (principalmente obesidade e doenças cardiovasculares) decorrentes de uma alimentação considerada pouco saudável, segundo o relatório os maus Hábitos Alimentares da sociedade tem aumentado as cifras de pessoas com esses problemas.

[...] percebe-se que o padrão de consumo alimentar da população adolescente e adulta corrobora com os achados de perfil antropométrico, demonstrando que, cada vez mais, o estilo de vida moderno tem promovido alterações nos padrões de comportamento, com aumento no consumo de produtos industrializados, em substituição a alimentos regionais e hábitos culturalmente consolidados. (MUNARETTO et al, 2016. p. 39).

Para outros autores, a relação oferta/demanda pode estar condicionada a outros fatores, também midiáticos em que se debatem os modelos de produção adotados pela indústria e pelo setor agrícola, não seria suficiente, por exemplo, que se fale de frutas, verduras e legumes ou cereais, se esses alimentos contêm níveis de agroquímicos que podem causar doenças a quem os consome. Neste sentido a busca pelos orgânicos permite o surgimento de promissores nichos de mercado, com valores elevados em relação aos alimentos convencionais. Essa ampliação consente que, “Até mesmo valores originais embutidos em hábitos de consumo e produtos tradicionais foram apropriados e transmutados em mensagens dissimuladas de resgate da refeição caseira e familiar ou do produto natural ou local”. (DE PAULA, 2017. p. 137).

Atualmente os produtos orgânicos já são comercializados por algumas redes de supermercados, alguns produtores fazem o serviço de entrega domiciliar e, como desdobramento da feira do Largo da Ordem, a Secretaria Municipal da Agricultura e Abastecimento mantém o projeto “Feira Verde”, uma feira livre que acontece em dois pontos da cidade e se caracteriza pela venda exclusiva de alimentos orgânicos. (ARCHANJO et al, 2001. p. 2).

Outro fator importante para a determinação de Hábitos Alimentares diz respeito à inflação dos preços dos alimentos e suas implicações no âmbito local e global, Maluf e Speranza (2014) argumentam que, “[...] o cenário que se anuncia para este novo século é de alta dos preços dos alimentos no sistema alimentar global”. (MALUF & SPERANZA, 2014. p. 13). Dentre as razões que empurrariam a elevação dos preços dos alimentos os autores destacam: 1. “flutuações recentes nos preços internacionais das commodities alimentares”; 2. “recomposição dos preços relativos”; 3. “a elevação dos preços globais do petróleo e o impacto desestabilizador que pode causar a significativa queda nos estoques acumulados de arroz da Tailândia” (MALUF & SPERANZA, 2014. p. 13).

Segundo, Maluf & Speranza (2014), existe uma relação causal entre os dados que apontam para um aumento da produção mundial – e consequente diminuição dos preços – da soja, do milho e do trigo e o encarecimento das demais commodities, alega-se, então uma necessidade de ampliar a mesma lógica *agropecuária* hegemônica aos demais setores, o que justificaria sua expansão, já que, “Nessa tendência se fundamentam as propostas de aprofundamento do modelo agrícola para fazer diante da atual elevação dos preços, como se atravessássemos uma mera crise conjuntural ocasionada pelo desequilíbrio entre oferta e demanda.” (MALUF & SPERANZA, 2014. p. 14).

Ao tempo que isso transcorre, a inflação dos preços dos alimentos como os hortifrutigranjeiros atinge as sociedades de forma progressiva, assim como a diminuição das variedades desses alimentos, o que para Santilli (2009) representa um grave problema: “Os modelos de produção agrícola têm implicações diretas para a alimentação, a nutrição e a saúde humana. A agricultura “moderna” e o cultivo de poucas espécies agrícolas favorecem a **padronização dos hábitos alimentares e a desvalorização cultural das espécies nativas**”. (SANTILLI, 2009. p. 102 – grifos nossos).

Ainda, para Maluf & Speranza (2014) é importante lembrar que, as flutuações de preços no plano internacional, conseguem interferir na taxa que determina os preços no âmbito doméstico no Brasil, referem-se ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Os preços domésticos, sejam para mais ou para menos, são direta ou indiretamente influenciados por circunstâncias internacionais e isso acaba repercutindo nas escolhas dos alimentos.

Outra maneira que o SAAG utiliza para determinar Hábitos Alimentares ou bem mudá-los em função de práticas de *dumping*⁸⁹ ou mesmo pela falta de opções nos mercados, diz respeito a circulação global de alimentos que em muitos casos – tal vez a grande maioria – seria desnecessária. Um exemplo bem ilustrativo (caso na Inglaterra) trata do percurso de alguns produtos pelo mundo, e evidentemente, como isso comporta um inútil gasto energético e seus impactos negativos no Meio Ambiente: “[...] *las fresas que vienen de California recorren 9.000 kilómetros, lo mismo que el brócoli de Guatemala; los arándanos de Nueva Zelanda, 19.000; la ternera de Australia, 21.000 kilómetros. Y todo eso se podría producir en un radio de 48 kilómetros de Londres*” (CASTRO, 2017. p. 129).

89 Segundo o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT por suas siglas em inglês, o *dumping*: “permite la introducción de los productos de un país en el mercado de otro país a un precio inferior a su valor normal, es condenable cuando causa o amenaza causar un daño importante a una rama de producción existente de una parte contratante o si retrasa de manera importante la creación de una rama de producción nacional”. (GATT, 1994).

E o que nos pode parecer uma incoerência, como ironizado nas palavras do líder do movimento *Cinque Stelle* o comediante italiano Beppe Grillo, “A água produzida em Roma, é vendida em Milão, enquanto que a água produzida em Milão é vendida em Roma, então temos milhares de caminhões torrando combustível, somente pra levar água de cima e pra baixo, quando poderiam cada um beber sua própria água”. Isto que nos parece hilário, é evidentemente muito rentável para algumas empresas, principalmente como ressalta Castro (2017), àquelas ligadas à produção e venda de combustíveis fósseis.

O que percebemos é que o SAAG, possui diversas ferramentas que se somam nos mecanismos de produção de Hábitos Alimentares, poderia se dizer que em muitos casos, as escolhas, inclusive, são condicionadas pela falta de opção, pela dificuldade de acesso ou bem pela precariedade de recursos. Nestes casos, os indivíduos “reescrevem” seus hábitos por forças que estão fora do seu alcance.

Tecendo uma ponte com a seção anterior, é interessante observar como a “qualidade dos alimentos” também, é recriada a partir da disponibilidade e da oferta, ou dos preços ou ainda da propaganda que estes recebam. Em definitiva, a concentração corporativa no SAAG determina os Hábitos Alimentares de consumo de alimentos, por ser um modelo que se volta à concentração do capital econômico, humano e Natural.

Neste capítulo pudemos senão definir, adquirir uma noção bem ampla do que é uma qualidade alimentar e um alimento saudável, à margem das múltiplas definições e contextos em que se inserem. Entretanto, as instituições (Estado e Mercado) e as entidades que destes derivam que neles participam aparentemente procuram reduzir o termo de modo que se possa generalizar e incluir as diferenças e especificidades numa única definição. Diante disso é “compreensível” que a concentração corporativa no SAAG, como foi definida, procure objetivos que orientem suas práticas seguindo padrões de uniformidade e homogeneidade.

A noção de Qualidade Alimentar, que ajudamos a construir neste trabalho esforça-se em integrar o entendimento das várias disciplinas que permitam ampliar a visão sobre questões que incluam a dimensão biológica e cultural e não somente econômica. Não foi o caso da presente pesquisa, mas reconhecemos, ainda, a necessidade de acrescer sobre essas noções a partir de uma visão transdisciplinar, de maneira tal que nos seja possível articular epistemes dos povos e comunidades tradicionais e nativas desde suas vivências e narrativas.

Desta forma, as grandes corporações conseguem delimitar seus interesses e ajustar seus objetivos no SAAG, construindo uma oferta em função do acesso e da exploração que a indústria

alimentar propaga. Note-se ademais, que a padronização da “qualidade alimentar” se entrelaça e complementa com a criação de Hábitos Alimentares. Embora a construção desses hábitos possa depender de diversos fatores socioeconômicos, sabemos que na maioria deles as escolhas ficam limitadas entre, especulação financeira, inflação, poder aquisitivo, etc.

5. Evidências empíricas do SAAG em sua escala local

O Sistema de Abastecimento Agroalimentar Global – SAAG, como foi precisado neste trabalho, de um modo bem amplo, está constituído por quatro predominantes dimensões, a econômica, a social, a política e a ambiental. Por sua vez, estas dimensões incorporam instituições que representam e atendem a determinadas demandas e interesses específicos ou coordenados com as demais dimensões através de mecanismos de articulação, complementaridade ou em relações de poder muitas vezes assimétricas, como por exemplo, entre economia de mercados e Natureza. Essas instituições são o Mercado, o Estado, a Sociedade Civil e a Natureza respectivamente.

A natureza mesma do sistema, sua trajetória, objetivos – embora não muito claros aqueles em longo prazo – estrutura, comportamento, interesses, demandas, nos fala de um sistema pautado numa racionalidade econômica, capaz de centralizar os entrelaçamentos e os produtos dessas relações (capital social, econômico, político e ambiental)⁹⁰, e moldar e direcionar a continuidade dessas estruturas. Este sistema ao tempo que circunscreve e conduz para si os componentes estruturais deste arranjo, encaminha suas transformações no sentido dos mercados globais em detrimento dos mercados e bem-estar local (nacional), De Paula (2017) menciona um exemplo neste sentido, “[...] além de representarem mudanças no consumo, esses eventos repercutem diretamente sobre os sistemas produtivos nacionais onde é possível a produção de soja ou a criação animal, direcionada aos mercados globais”. (DE PAULA, 2017. p. 136).

Diante dessa conjuntura em que o capital privado parece amalgamar as direções e os contornos desse sistema De Paula (2017), identifica, ademais, uma constante fragmentação e afastamento entre produção e consumo, fato este, também, vislumbrado por Perez-Cassarino (2012)⁹¹, “O crescente distanciamento entre produção e consumo fez do **mercado a instância primordial** para a alimentação humana, o qual se propagou para além do espaço local através de uma diversidade de agentes e relações econômicas cada vez mais complexa”. (DE PAULA, 2017. p. 32 – grifo nosso).

Este mesmo autor, nos fala de uma *tendência estruturante*, é possível tecer um paralelo com as demandas corporativas anunciadas por Perez-Cassarino (2012), quando se refere à concentração

90 De Paula, 2017. p. 27.

91 Este movimento de inversão se dá a partir de várias pressões exercidas desde fora, a partir do modelo técnico-industrial de agricultura, pela maior dependência de insumos externos, pela especialização da produção, mas, principalmente, pela pressão exercida pelo mercado, que atua no sentido de aprofundar o distanciamento da produção para o autoconsumo. (PEREZ-CASSARINO, 2012. p. 379).

corporativa que vimos no capítulo anterior. Essa estruturação levada a cabo pelo capital privado, numa escala global, não somente tem desenhado novos modelos para a produção de alimentos, com também, desenvolvido novas práticas alimentares e de hábitos, influenciando fortemente as agriculturas locais nos espaços em que se insere.

Paralelamente à transferência entre países de hábitos e alimentos uma tendência estruturante do sistema agroalimentar contemporâneo se refere à propagação em escala mundial do padrão de consumo centrado no complexo proteico, em torno do qual agriculturas de muitos países foram reestruturadas. (DE PAULA, 2017. p. 136).

Estas mudanças no palco mundial possuem a capacidade de alterarem o sentido, como também, o tipo de demanda de alimentos, a preferência pela “alimentação” industrializada e o aumento do consumo de carne, por exemplo, é um fato constatado por Esteve (2017) e De Paula (2017), este último afirma:

“[...] os alimentos passaram a incorporar mais visivelmente uma identidade industrial. Na esteira da internacionalização do capital industrial e do sistema agroalimentar, empresas agroindustriais passaram a estar no centro do padrão de consumo, criando novos produtos e se apropriando daqueles originalmente providos pela natureza ou processados no âmbito das famílias. (DE PAULA, 2017. p. 137).

Na leitura de Perez-Cassarino tínhamos feito referência à apropriação por parte das corporações, dissemos ainda, que não se tratava de uma regra, mas que em muitos casos acontecia das empresas e os mercados, ressignificarem o sentido da alimentação, em busca de novos nichos de mercado, ou mesmo, a tentativa de utilizarem mercados da “moda”. Neste sentido, vale lembrar as advertências em De Paula (2017) sobre a apropriação e resultantes *resgates dissimulados*, em referência à qualidade dos alimentos, sua origem e modelos de produção, entre outros.

Por último estimaríamos precisar os repasses históricos que fizemos ao longo do trabalho, denominados eixos históricos, em que por um lado apresentávamos a constituição do modelo hegemônico global, protagonizado pela Revolução Verde, que por sua vez instrumentalizava a noção de Segurança Alimentar a seu favor. E por outra parte, o eixo referente à constituição da estrutura do sistema local de abastecimento agroalimentar, em que a recorrência de crises

alimentares acabaram empurrando o sistema local à elaboração de políticas de Segurança Alimentar e Nutricional.

Sem embargo, uma reputada característica que ambos os eixos dividem, é o fato de terem assimilado a ideia de “progresso” e “modernidade” e junto dessa uma progressiva e sistemática inclusão do “pacote” Revolução Verde/combate à fome, que é o maquinário agrícola acompanhado de agroquímicos, desta maneira, “A produção rural não depende mais apenas das condições naturais, como solo e clima, mas também e principalmente da **incorporação de progresso técnico embutido em novos insumos e equipamentos**”. (Wilkinson, 1989 apud DE PAULA, 2017. p. 28-29 – grifo nosso).

Dito isto, a nossa proposta é a de avaliar algumas interlocuções que tivemos a oportunidade de realizar aos representantes das entidades que representam uma porção do SAAG no âmbito local, mas que pelas suas características, descritas no terceiro capítulo, são de relevância para esta escala local e em alguma medida imprimem as peculiaridades deste sistema. Esta avaliação é feita em função da construção teórica que realizamos neste trabalho, intenciona-se contrastar o sentido das interlocuções com o SAAG histórico, o SAAG global e as reflexões apresentadas sobre as noções de Soberania Alimentar, Segurança Alimentar e Nutricional, Alimentação Adequada e Saudável e Hábitos Alimentares.

Algumas considerações ao tratarmos as interlocuções mantidas com os representantes das entidades que escolhemos foram consideramos importantes para a busca de sentido em seus discursos⁹², lembrando que não diz respeito a informações com a pretensão de que estas sejam a representação da escala local em sua totalidade, como já enunciamos na metodologia. Buscamos entender o posicionamento específico de algumas entidades que foram consideradas relevantes neste trabalho, para que de forma escalar possamos ter uma imagem aproximativa dessa escala e de como estão representadas a Segurança Alimentar e o Mercado.

O objetivo desta busca de sentido é de algum modo uma provocação ao aprofundamento prático da pesquisa. Reconhecem-se as limitações de tempo e espaço desta exploração. No entanto acreditamos que estes procedimentos possam ser reproduzidos numa escala maior, a busca por respostas no SAAL sobre sua postura em relação à oposição entre Mercado e Segurança Alimentar e Nutricional. Procuramos indícios que nos falam do alcance, da abrangência, da influência que

92 Discurso é: “o efeito de sentidos entre os locutores.” Considerando o Contexto Sócio-Histórico-Ideológico (condições sociais, a História Oficial e também a História particular de cada pessoa, por fim, a ideologia que permeia as relações humanas) no qual o discurso e o Sujeito estão inseridos, a saber; o discurso seria o resultado, a consequência do efeito de sentido sobre os locutores”. (ORLANDI, 2001 apud Souza Filho e Barba, 2014 – aspas no original).

exerce o SAAG no âmbito local, nessa base seria possível ponderar os obstáculos e possibilidades da nessa delimitação.

Algumas formulações que podem ser levadas em conta no momento de avaliar os colóquios levantados para este trabalho, dizem respeito a enunciados da análise do discurso, confiamos em que estas ferramentas nos proporcionem a necessária informação para contrastarmos esta importante porção do sistema global com o próprio SAAG no marco da Segurança Alimentar e do Mercado.

Em primeiro lugar discorreremos sobre a interlocução mantida com a SEAB, questionamos se a entidade observa políticas de Segurança Alimentar, num sentido amplo, ou seja, que de alguma maneira estas políticas sejam mencionadas como recomendação institucional, a resposta dada foi positiva. Segundo seu representante a SEAB, não só observa como ela abriga a política no Estado. A SEAB, ademais, fomenta a intersetorialidade com as demais Secretarias. Além do Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional, na SEAB se encontram representadas a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), no total estão representadas dez secretarias, cujo objetivo é a *instalação* do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

Não são mencionadas quais são as demais Secretarias, mas se destacam o trabalho coordenado em relação a novas ações, programas e projetos. Reconhecemos que se trata, de um ponto de vista histórico um passo positivo no tocante às articulações que são levadas a cabo pela Secretaria com os representantes da sociedade civil, no confronto dos interesses da sociedade sobre o que a SEAB, a CAISAN e o CONSEA, dividem sobre a SAN.

Interpelamos também, como a SEAB entende a Segurança Alimentar⁹³ e a resposta teve dois posicionamentos, a primeira se referiu à definição que está em Lei - “Garantia do direito humano a uma alimentação adequada, que priorize a cultura, etc. - já a segunda, o representante expressou que na *realidade se trata, mesmo, do combate à fome*. Seu representante precisou, ainda, que existe uma visão popularizada e equivocada em relação à Segurança Alimentar, que tem a tendência de associá-la a práticas de higiene alimentar doméstica ou profissional⁹⁴. É interessante, já que no marco

93 Na primeira questão utilizamos a sigla SAN, pois fazemos referência à política, na segunda questão reduzimos a Segurança Alimentar, pois é questionado somente o conceito.

94 Remete à ideia de Alimento Seguro ou *Food Safety*. Cabe acrescentar que esta ideia é amplamente utilizada pelos mercados internacionais de produtos alimentares sejam de origem industrial ou não. Baseia-se em sete princípios básicos segundo BMEL (2016): 1. Responsabilidade corporativa; 2. Rastreabilidade; 3. Controles oficiais do alimento; 4. Princípio da precaução; 5. Avaliação independente científica de risco; 6. Divisão da avaliação de riscos e gestão de riscos e 7. Transparência na comunicação dos riscos. Estes controles seriam levados a cabo ao longo da cadeia alimentar segundo o relatório *Understanding food safety Facts and background* publicado em Berlim em 2016. A cadeia em questão inclui um processo que vai desde o controle do denominado alimento até a chamada

teórico que apresentamos esta visão de Segurança Alimentar, não foi mencionada por nenhuma literatura consultada. Não obstante nas múltiplas visões relatadas pelo entrevistado, enfatizamos a relação que ele fez entre Segurança Alimentar e combate à fome.

De um ponto de vista comparativo com o conteúdo teórico que foi construído especificamente nos capítulos II e III, de um lado, uma Segurança Alimentar ancorada aos ideais da Revolução Verde que pretende acabar com a fome no Mundo, do outro, uma história de crises de abastecimento alimentar que empurraram a criação de políticas de Segurança Alimentar, que mais tarde adotaram, também, a legenda de combate à fome. De acordo com a lógica histórica da constituição das políticas de Segurança Alimentar (capítulo II) e os Programas federais de combate à fome, poderia intuir-se que o principal escopo destes princípios – da SEAB – estes seguem a agenda do capítulo III, ou seja, remediar problemas sociais ancorados à fome, à produção e abastecimento de alimentos. Questionamos, ademais, sobre o que deveria priorizar uma política de Segurança Alimentar. A prioridade, respondeu, deveria estar dirigida a comunidades e povos tradicionais, como ribeirinhos, faxinalenses, pecadores artesanais, mulheres e jovens, indígenas, quilombolas e assentados da reforma agrária, de um modo geral, segundo a entrevistada, a todos aqueles que estivessem em situação de vulnerabilidade social ou nutricional, complementou. O que de fato corrobora o sentido histórico que foi delineado no capítulo III.

Solicitamos que fosse citado algum exemplo que explicasse a relação da entidade com os produtores rurais diante das iniciativas de Segurança Alimentar. A título de exemplo, então, citou o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), esclarecendo que para a SEAB este é um programa *complementar à alimentação*. Neste exemplo, haveria dois beneficiários, por um lado o agricultor e por outro o público. *Se trata de um programa estruturante, para desenvolver, para diversificar, para ter qualidade nos produtos, para galgar desenvolvimento, conhecimento e renda, para agregar no mercado, para ganhar independência*. Ainda sobre esta questão, a representante nos explica que a SEAB atende público em geral e esse público (agricultores) fornecem para o SENAI, para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, para o Programa Leite das Crianças, ou seja, atendem Mercados Institucionais. Não obstante, a diversidade e abrangência nos programas, a SEAB acredita que esses programas devem ser somente um meio, *para que esses beneficiários possam galgar para o mercado convencional (da concorrência), que possam fazer renda de verdade*, isso

comida da etapa de venda no atacado e no varejo. Os processos intermediários dizem respeito à agricultura, ao abate de animais e o processamento antes da etapa final. Ou seja, se trata de um processo agroindustrial de grandes dimensões e que envolve diversos atores, além das entidades de controle que tomam parte no processo.

porque os programas, apesar de serem bons, se desconhece sobre a sua continuidade ao longo do tempo, afirma a representante.

Ainda sobre as relações que a entidade mantêm com os agricultores, a representante faz referência a necessária assistência, em muitos casos, que devem prestar aos agricultores. Neste sentido destaca que *os agricultores têm muitas dificuldades na gestão, que não sabem colocar preços, as contas de quanto devem produzir para satisfazer as demandas do mercado*, entre outras deficiências. De acordo com sua representante, se trata de um conhecimento necessário, *não é só plantar, tem que ter conhecimento de mercado, e o produtor ele não sabe vender*, afirma. Não obstante, a base estruturante dos Programas direcionados a melhorar a renda e a qualidade de vida dos produtores rurais, inseridos nos pacotes de combate à fome, o tom de não conformidade com as práticas tradicionais dos camponeses e a “necessária” inserção nos mercados convencionais de alimentos, nos levantam outras questões, sobre quais, por exemplo, são os métodos utilizados para que estes objetivos enunciados.

Ainda dentro da mesma questão e sobre os objetivos que a SEAB se coloca diante da inserção no mercado convencional dos beneficiários, frisa alguns pontos interessantes sobre o planejamento estratégico de mercado, dentre eles a representante salienta a necessidade do marketing, do controle, da rastreabilidade, da embalagem, etc., isso por que, existe um mercado lá fora que não é somente o local⁹⁵, estratégias similares são apontadas pelo representante da CEASA em relação às vendas e perfis dos produtos que devem ser ofertados naquele mercado.

Também, questionamos à SEAB sobre Qualidade Alimentar, o que a entidade entende a esse respeito. Em princípio para a SEAB a qualidade passa por um alimento que seja *bonito*, ou seja, que não seja *ruim*, explica⁹⁶. A qualidade também estaria atrelada à capacidade do agricultor em diversificar suas culturas e à assistência técnica que a SEAB possa brindar, pois segundo sua representante, o corpo técnico da SEAB auxilia o agricultor, desde a utilização dos agrotóxicos⁹⁷. Veremos que se trata de uma visão de qualidade comum às demais entidades, a responsabilidade em oferecer produtos *bonitos*, para um mercado extremamente competitivo, faz parte inclusive, das orientações e na seleção dos FVL que são levados aos mercados, no caso da SEAB, também, as compras públicas demandam, segundo seu delegado, o mesmo padrão de qualidade.

95 É citado um exemplo de uma feira de hortifrutigranjeiros na Alemanha em que participam agricultores familiares do Paraná, certamente isso ajudará a reforçar Segurança Alimentar na Alemanha.

96 Novamente uma alusão ao *Safety Food* preocupado por demarcar determinados padrões para verter os alimentos no Mercado.

97 Nos foi dito sobre a utilização de agrotóxicos, pois a SEAB trabalha com os maiores produtores de trigo, soja e milho do Paraná, prática condizente com a Segurança Alimentar que definimos no capítulo II.

Indagamos também, sobre o posicionamento da entidade em relação à utilização de agrotóxicos, segundo a representante, esse seria um dos principais temas de Segurança Alimentar, entretanto, não compete diretamente à SEAB e sim à Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR) e à Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). Acreditamos que se trata de uma *regra de formação*, no sentido discursivo, pois deixam entrever o assunto, ao tempo que se procura evitá-lo, especialmente quando nos referimos à qualidade dos alimentos.

A seguinte questão colocada é a respeito das escolhas que possam direcionar o tipo de alimento escolhido para as compras institucionais. Segundo a representante as compras públicas “priorizariam” o alimento orgânico, isto por que essa compra é realizada com um 30% a mais do valor normal, mas evidentemente, compram alimentos convencionais também. As compras destinadas ao PNAE, por exemplo, caem na prioridade dos orgânicos, entretanto, segundo a representante da SEAB, os alimentos acabam se misturando (orgânicos e convencionais) pelas grandes quantidades. Apesar disso, a representante nos informa que é uma pretensão da SEAB para 2030 alcançar 100% de orgânicos para o fornecimento das escolas públicas do estado.

De acordo com a SEAB, as exigências de compras públicas aos beneficiários centrariam sua demanda na variedade e na qualidade dos alimentos. Por último indagamos sobre, em que medida, a ação paralela do setor privado poderia influenciar nas políticas de abastecimento alimentar da SEAB ou mesmo na decisão de compras de alimentos. A resposta foi que não existe *nenhuma articulação e nenhuma conversa* com o setor privado em virtude da lei do livre mercado.

Em seguida apresentamos o colóquio que mantivemos com o representante da CEASA de Curitiba a quem dirigimos questões similares às da entidade exposta anteriormente. Indagamos à CEASA sobre se a entidade observa políticas de Segurança Alimentar, seu representante respondeu afirmativamente. Neste mesmo raciocínio perguntamos o que a CEASA entende por Segurança Alimentar, e a resposta foi que se trata de um diferencial de mercado o qual se apoia no *rastreamento de origem por meio do programa de rotulagem*⁹⁸. Claramente distinta a resposta desta entidade em relação à anterior, manifesta seu foco exclusivamente no mercado.

Deve-se levar em consideração que, não obstante, existam iniciativas ligadas à ideia institucional de Segurança Alimentar, como o Banco de Alimentos e o Programa de Aquisição de Alimentos no espaço da CEASA, existe uma clara convergência aos interesses mercadológicos.

98 Rastreamento de origem (ou simplesmente rastreabilidade) é diferente de rastreamento do produto, o primeiro se refere à origem física do produto (país, localidade, chácara, etc.), já a segunda situação se refere ao “conteúdo” bioquímico do produto, ou seja, desde a origem da semente e se ela foi modificada ou não, até tipo e quantidade de insumos agrícolas que foram utilizados durante o plantio. Esta explicação foi fornecida por técnico da FAEP.

Como resposta ao que deveria, então, priorizar uma política de Segurança Alimentar, o representante da CEASA, liga a resposta com a anterior e afirma que tal política, deveria priorizar pela rotulagem e pela rastreabilidade, de maneira tal que os alimentos já saiam embalados e, assim se evitaria muito desperdício. Transparece neste caso a *superfície discursiva* do entrevistado, mantendo sempre uma linha de pensamento em relação ao papel da CEASA no sistema de abastecimento agroalimentar.

Das políticas de Segurança Alimentar que se levam a cabo na CEASA, seu representante responde que é o Programa de Aquisição de Alimentos, por meio do Banco de Alimentos, atenderiam, segundo o gestor, 160 entidades e 43 famílias, a presença do Programa de Aquisição de Alimentos na CEASA é por resolução federal, afirma o entrevistado e é abastecido pelos excedentes que não são comercializados pelos boxistas.

Sobre as ações que a entidade desenvolve em favor de uma Segurança Alimentar, o gestor informa que são criadas reuniões e manuais, dirigidos aos boxistas produtores e comerciantes. Perguntamos também sobre a Qualidade Alimentar, e seu significado para a CEASA, seu representante responde, que se trata de alimentos bem condicionados e com rastreamento e sem agrotóxico. Permanece, assim, a *superfície discursiva* em relação às preferências da entidade e revela uma *formação discursiva* que é o que *pode e deve ser dito* sobre as práticas da mesma.

Indagamos em seguida, sobre como a entidade se posiciona diante da utilização de agrotóxicos e/ou transgênicos nos alimentos comercializados e segundo seu gestor, esse é um assunto que a CEASA não interfere, acredita que teria que ser feito um mercado a parte para separar alimentos com e sem agrotóxicos e/ou transgênicos e isso não seria possível no espaço atual da CEASA, mas deixa claro, que é feito um controle sanitário periódico sobre os produtos comercializados. No entanto, afirma que a CEASA procura não interferir (livre mercado, comenta), as compras são realizadas diretamente pelos boxistas. E de um modo geral, as exigências de compras contemplam critérios de preço, prazo e qualidade, segundo o gestor.

Quanto à tomada de decisão da entidade e suas regulamentações internas, atuam ali, duas forças, por um lado o Sindicato dos boxistas e o conselho fiscal da CEASA e por outro lado, a Prefeitura de Curitiba e a SEAB. Por último indagamos sobre a interferência que poderiam exercer outros setores similares, sejam públicos ou privados, e segundo o gestor, não há nenhum tipo de preocupação a esse respeito.

A Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP) começou respondendo sobre o que entende por Segurança Alimentar. A resposta foi no sentido de procurar encerrar vários elementos

que possam estar relacionados com o tema da pergunta. Segundo sua representante a Segurança Alimentar mantêm relação com a quantidade e a qualidade dos alimentos a disposição. Também haveria uma relação, a partir de que seja possível proporcionar capacitação aos produtores rurais. Nesses termos uma *produção segura*, seria aquela capaz de proporcionar um ambiente seguro para o Meio Ambiente e para o trabalhador rural, explica sua representante.

Embora a questão mercadológica tenha vindo à tona na resposta da representante, não parece haver muitas semelhanças com a resposta de seus homólogos nas entidades anteriormente examinadas. Uma busca pela quantidade e pela qualidade, parece se aproximar da resposta da primeira entidade, uma vez que o combate à fome prezaria pelo aumento dos alimentos a disposição, enquanto que a qualidade se apresenta como uma busca constante e em distintas direções, sejam estéticas ou nutricionais, por exemplo.

Indagamos também, a respeito de quais políticas de Segurança Alimentar estavam presentes na FAEP, a representante disse que *política não havia nenhuma específica*. A FAEP trabalha com ferramentas que *permitam produzir com segurança, ou seja, gerar um produto seguro*, explica. A segurança do alimento se refere especificamente à segurança química, física e biológica, segundo a representante.

Esta resposta nos coloca diante de um quadro bem distinto das anteriores entidades, o fato de não haver nenhuma aproximação (ou mesmo como referencial) a políticas de Segurança Alimentar, pressupõe um desvínculo com as políticas de combate à fome e com quaisquer Programas nessa linha. No entanto, a preocupação com a escala de produção descreve uma aproximação com o caráter mercadológico identificado na CEASA e em alguma medida com as concepções de combate à fome na SEAB.

A FAEP é questionada também a respeito da Qualidade Alimentar e do que isso representa para a entidade. A questão da qualidade como coloca sua delegada têm vários aspectos: *deve ser seguro do ponto de vista sanitário, o alimento deve ter sabor, o alimento deve ser colhido no momento certo, do ponto de vista físico, o alimento deve ter um bom aspecto para sua apresentação*⁹⁹. Reforça, ainda, o apreço pela qualidade vinculada à boa aparência, à estética do alimento. Neste ponto encontramos uma clara *interdiscursividade* no que diz respeito especificamente a vincular a ideia de qualidade alimentar à estética do alimento, demanda exigida tanto pela CEASA, pela SEAB e pelos mercados.

99 A ideia de *Safety Food* é muito mais evidente na FAEP, embora as demais entidades apresentem, também, em seu discurso e/ou em suas cartilhas de recomendação algum aspecto das regras globais de Mercado.

Perguntamos à FAEP como se posiciona diante dos agrotóxicos e dos transgênicos. Em primeiro lugar a FAEP, *apoia todos os sistemas de produção, desde que se atenha à legislação, desde que eles atendam as boas práticas agrícolas*. Em segundo lugar, o “Mercado é livre” e, portanto, os produtores têm poder de escolha sobre o que utilizam. Em terceiro lugar, existe uma lei e um decreto que legaliza isso no país. Ainda, segundo a representante da FAEP, o problema não se encontra no agrotóxico em si, e sim como ele é utilizado. A resposta da representante é coerente com sua *formação discursiva*, deixando bem inequívoca a postura da entidade e os interesses que esta retrata.

Por último, questionamos sobre quais são as exigências prevaletentes nos contratos entre os produtores rurais que a FAEP trabalha e os contratos de fornecimento com atacadistas e varejistas e segundo sua representante, esta informação não diz respeito à FAEP. A resposta foi idêntica quando perguntamos sobre uma possível influência em relação a programas e iniciativas paralelas às da FAEP, mas no âmbito público. Segundo a entrevistada, a FAEP se limita a proporcionar os meios para que os produtores rurais (pequenos, médios e grandes) possam crescer, melhorar sua renda, qualidade de vida e para isso, são assistidos por meio de técnicos e que possam assim modernizar seus sistemas produtivos.

Na interlocução mantida com a COAOPA, perguntamos como a entidade entende a Segurança Alimentar e seu representante respondeu que se trata de *princípios que orientam a qualidade dos alimentos*. Sobre o que deveria priorizar uma política de Segurança Alimentar, contestou que envolve a *disponibilidade de alimentos de qualidade e a disponibilidade de alimentos nutritivos*. Nenhuma das respostas avizinhou-se à ideia de combate à fome pressuposta na noção de Segurança Alimentar institucional. Porém não podemos fazer a menos que *formação discursiva* do representante em relação à entidade é bem distinta das demais entidades apontadas. Esta entidade manifestou sua preocupação em relação ao modelo hegemônico de produção de alimentos e que é necessária uma mudança de hábitos que deve começar na matriz.

Indagamos sobre quais políticas de Segurança Alimentar estavam presentes na entidade e o entrevistado replicou que a COAOPA trabalha com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e com a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), a decisão de trabalhar com essas políticas teria sido iniciativa da própria entidade. A COAOPA desenvolve também o que eles denominam de Formação com as Merendeiras, que consiste, por um lado providenciar alimentos orgânicos para essas entidades e por outro fomentar modelos e práticas agrícolas distintas das convencionais. A entidade, também, desenvolve ações junto com os

agricultores, voltadas para incentivar o autoconsumo. Estas iniciativas segundo seu delegado estão alinhadas com os objetivos da entidade, de promover mudanças estruturais no modelo de produção de alimentos.

Perguntamos para a COAOPA se buscava fomentar práticas de Segurança Alimentar com seus beneficiários e a resposta apontou ao trabalho com as Merendeiras (entendimento e preparo dos alimentos) e parcerias com a Prefeitura de Pinhais – PR. Conhecer os agricultores aproximá-los dos consumidores finais. Fomentar o consumo de orgânicos (massificar a produção, isto é, organizar-se como mercado varejista). Seu representante argumenta que a inserção no mercado convencional é importante como forma de fomento do consumo de alimentos orgânicos, a ideia também é a de aproximar os produtores dos seus consumidores finais e aumentar o fluxo de circuitos curtos de abastecimento alimentar.

Questionamos à COAOPA sobre Qualidade Alimentar e nos explicaram que apontavam a algo que denominaram *Padrão*, esse padrão, consiste no visual, se é bonito o alimento. É palpável a demanda por alimentos “bonitos” nos mercados convencionais, percebe-se a recorrência na ideia de qualidade alimentar que é exigida pelo comércio de alimentos e que as entidades devem responder. Essa padronização identificada nas quatro entidades nos oferece indícios da forte influência que o Mercado exerce sobre os hábitos e os modelos de produção de alimentos, sejam orgânicos ou não.

Perguntamos, também, como são realizadas as compras, quais critérios predominavam, e nos contestaram que a COAOPA funciona como uma prestação de serviço, no sentido que oferece um repasse para o agricultor, desde que a produção seja totalmente orgânica. Já aqueles produtores com cultivos mistos são automaticamente vetados. Os preços são tabelados, os valores são discutidos em assembleias, de acordo com as chamadas públicas. Ainda, a COAOPA exige do produtor qualidade em seus produtos (*padrão*). Ao igual que as demais entidades a COAOPA manifestou não ser influenciada de maneira alguma pela atuação de outros mercados com produtos similares, inclusive.

5.1 Considerações finais

Lembremos mais uma vez que estamos, em primeiro lugar, olhando para o sistema de abastecimento agroalimentar global – SAAG, que, como vimos esse sistema global segue uma

direção no sentido de favorecer os interesses corporativos de grandes empresas ligadas ao agronegócio e à agroindústria alimentar. Historicamente tem propagado e amalgamado suas ideias, modelo e gestão através de uma revolução cujo eufemismo do “verde” e slogan de combate à fome foi acolhido com muita conveniência pelos países do Planeta.

Refere-se ainda a um modelo que não somente tem mudado a conjuntura socioeconômica, como causado profundos impactos negativos aos ecossistemas do Planeta, tudo em virtude da necessidade em “melhorar” os modelos tradicionais de produção de alimentos, já que estes não dariam conta de acabar com a fome no Planeta. Antevemos na literatura um sistema capaz de fazer orbitar em seu proveito, Estados, sociedade civil, organizações internacionais e Natureza. Seu modo de agir determina ainda, a constituição, não somente dos modelos de produção de alimento, como também interfere nos hábitos alimentares, nas culturas, nas maneiras de existir e subsistir da terra. A expansão deste modelo, deste sistema, tem provocado inúmeros conflitos com povos e comunidades tradicionais e nativas em todos os rincões da Terra.

A necessidade de recursos, para a elaboração dos seus insumos e maquinarias tem-se somado e intensificado ao longo das décadas, tirando proveito e usufruindo dos espaços naturais. Acresce-se a este quadro a especulação financeira em torno dos volumes de alimentos a disposição nos mercados locais e internacionais, o tratamento dado aos alimentos, em alguns casos denominados de commodities coloca muitas vezes em xeque o bem-estar social de muitas populações.

Tivemos a oportunidade de discorrer sobre um fragmento da história do abastecimento agroalimentar do Brasil, ao qual denominamos de Sistema de Abastecimento Agroalimentar Brasileiro – SAAB. Neste vislumbramos a repetida maneira em que as crises alimentares dependiam principalmente da concentração de capital (ferramentas, terra, etc.) por uma oligarquia rural capaz de direcionar o Estado na via do modelo agroexportador, pressionando, assim a que as populações dependessem em grande medida das importações de alimentos e dos remanescentes que não eram exportados.

Esta conjuntura paralela à realidade global, em nosso entendimento, facilitou o acesso do “pacote” Revolução Verde ao SAAB o que permitiu ampliar, “modernizar” e aprofundar a já consolidada matriz agroexportadora nacional. Em virtude destes acontecimentos, principalmente, as pressões de grupos sociais organizados permitiram a elaboração da primeira política de Segurança Alimentar brasileira, seus principais objetivos eram o combate à fome, entre outros vinculados a diversos problemas sociais transversais às estruturas de produção e abastecimento agroalimentar.

Em seguida propusemos entrever as manifestações desse SAAG numa escala local, ou seja, mais restrita que o próprio SAAB, nesse marco procuramos identificar algumas das mais sobressalientes entidades que atuam e sugerimos que este recorte, poderia ser uma projeção em escala do grande sistema global. Neste caso, se assim fosse, a Segurança Alimentar nacional estaria engrenada principalmente a um sistema internacional de mercado e, portanto, a interesses globais e corporativos da histórica e bem presente Revolução Verde – lembrando que está vigente a apelidada Revolução Genética –, à especulação dos mercados financeiros, ao paradigma fixista dos modelos de produção alimentar, a iminente “modernização” das formas de existir da vida camponesa, dos “padrões” de qualidade alimentares internacionais, entre outras questões.

A partir da delimitação no âmbito local, foi possível entender algumas das dinâmicas ligadas ao abastecimento local de alimentos, assim como, dos fluxos que levam outros volumes para os mercados globais, nesse sentido, é exequível a procura de indícios sobre uma aproximação nessa escala do sistema aos interesses do grande sistema global, ou seja, se trata de procurar evidências de como a Segurança Alimentar se coloca diante das pressões hegemônicas do SAAG e a grande instituição que coordena tudo isso, o Mercado.

As respostas obtidas nas interlocuções mantidas com as entidades colocam alguns pontos que merecem a nosso ver uma especial atenção. Em primeiro lugar aparece a questão da *não interferência* entre as entidades que participam ou que mantêm algum tipo de relação com o nível local. Indagamos às quatro entidades se no trabalho que elas levavam a cabo, havia algum tipo de intercessão com entidades homólogas e a resposta foi sempre negativa. Em particular, nos chama a atenção a aparente independência que declararam possuir. Segundo as mesmas, a esfera pública não teria algum tipo de interferência na organização, a não ser que se trate de leis ou regulamentações comuns aos setores em questão. De igual maneira o setor público declara não sofrer interferência do setor privado.

Apesar dessa pressuposta *não interferência*, algumas questões parecem partilhar de um mesmo sentido e comportadas por um mesmo desígnio, pelo menos no nível discursivo. As entidades se referiram à qualidade alimentar de maneira bem similar e em todas elas a característica sobressaliente diz respeito às demandas colocadas por um mercado muito exigente. Sabemos pela tese de Cintrão (2014), que existem padrões de qualidade alimentar e determinações sobre o que é saudável para o Mercado. Aparentemente esta exigência transborda o setor privado, uma vez que a SEAB preza pelos mesmos padrões, isto poderia sugerir um grau relevante de envolvimento com o mercado convencional.

Outro elemento que versa indícios sobre a hegemonia do Mercado no nível local extrai-se a partir das respostas que foram dadas em relação ao envolvimento que as entidades mantêm com os agricultores e como estes acabam sendo direcionados aos mercados locais e/ou internacionais. A SEAB afirma que programas estruturantes como o Programa de Aquisição de Alimentos ajudam a que os agricultores adquiram experiência, estabilidade e o alicerce necessário para que obtenham a “desejada” independência nos mercados convencionais, seja de alimentação orgânica ou não. A FAEP por sua vez, direciona seus programas de forma similar à SEAB, objetivando a plena inserção dos agricultores nos mercados convencionais, a partir da sua capacitação e modernização. Neste mesmo sentido, a COAOPA malgrado sua formação discursiva distinta das demais instituições e a preferência dada a parcerias com Prefeituras para a venda de seus produtos, também leva adiante sua participação no mercado convencional como uma necessidade para a geração de renda dos produtores que dela participam.

Sobre a Segurança Alimentar, destacamos a posição da SEAB pela relação estabelecida entre esta noção e o combate à fome, não fica claro, entretanto, como é conduzido o plano de combate à fome através de Programas cuja meta é estruturar os agricultores para os mercados convencionais. Não pretendemos absolutamente desprestigiar o trabalho desta entidade, até porque, como sua representante declarou, *é difícil apostar na continuidade do que você não sabe se continuará*, somente nos colocamos a incógnita de como o combate à fome e a Segurança Alimentar traduzem esta situação. Somos otimistas em acreditar que estes programas joguem os alicerces para estruturar uma Soberania Alimentar, já que em nossa opinião se retirássemos a variável mercados internacionais, obstáculo para o desenvolvimento da soberania local. Sobre este tema, as demais entidades utilizam em seus discursos, a noção de Segurança Alimentar como um acréscimo que qualifica e facilita a inserção dos produtos nos mercados.

Temos a consciência que pelo recorte que fizemos não podemos falar em nome do recorte local em sua totalidade ao apontarmos a essa aparente disjuntiva entre Mercado e Segurança Alimentar. Entretanto as entidades que escolhemos para nos brindar respostas sobre essa questão, de acordo com os retornos obtidos nos colóquios mantidos com as mesmas, apontam na direção de uma aproximação, ou bem uma afinidade prática com as exigências do Mercado.

Não temos dúvidas quanto à relevância que o mercado, seja ele nacional ou internacional possui e exerce sobre os sistemas locais, especialmente diante de uma conjuntura que permite ampliar seus interesses. Nossas incertezas pairam sobre o alcance que a Segurança Alimentar e

possa ter perante este cenário. Esta fatia do SAAG deixou transparecer que o Mercado desempenha um importante papel.

Sobre onde e por que existe uma maior presença da Segurança Alimentar e do DHAA, indubitavelmente na secretaria que a representa, o II Plano Estadual de SAN publicado pela SEAB e pela CAISAN é prova dessa vontade, entretanto sobre o alcance que estes planejamentos possam ter para a constituição de um modelo de Soberania Alimentar, é uma resposta que não está ao nosso alcance. Sabemos que ao tempo que atende os agricultores, afirmam ser uma vontade colocá-los nos mercados convencionais. Pensamos em dois cenários possíveis, um que os agricultores acabem sendo absorvidos pelas vantagens e interesses do mercado convencional, dois, que os agricultores aproveitassem seu crescimento para reafirmar a Soberania Alimentar local.

Inferir conclusões sobre os vínculos e aproximações entre o nível local e o Mercado, diante de uma Segurança Alimentar que oriente o sentido do que se constrói nesta localidade, ou se, uma maior condescendência com o sistema hegemônico ou um caminho que conduza a uma Soberania Alimentar, seria precipitado. No entanto, podemos alertar sobre os tipos ou classes de Segurança Alimentar que acreditamos estão presentes nas escalas do SAAG, em virtude da avaliação que fizemos. Uma *Segurança Alimentar do combate à fome*, representada pelo Estado, mas também pela participação da sociedade através do CONSEA, lembrando que cabe questionar qual o modelo de produção predominante utilizado com essa finalidade. Uma *Segurança Alimentar do Mercado*, da Revolução Genética, da padronização da alimentação, dos modelos de produção e dos hábitos alimentares.

E finalmente uma *Segurança Alimentar da Soberania Alimentar*, tal vez latente, ou a caminho de brigar por seu espaço, do combate à fome, do combate à globalização corporativa, do alimento saudável e biodiverso, que proporcione os elementos necessários à constituição de um modelo agroalimentar distinto. Pudemos, assim, constatar que os fenômenos no nível local representam na medida e escala explorada, o SAAG, o que corrobora nossa colocação inicial de que se trata de uma projeção em escala daquela porção que é entendida como global.

Quanto ao papel desempenhado pelo SAAG a partir da fração que abordamos, entendemos que procura, ou bem, entende necessária a participação no plano hegemônico de mercado. Neste ponto, entende-se que deve haver um aprofundamento da pesquisa, no sentido de revelar uma maior ou menor afinidade da porção local do sistema, o que nos permitiria avaliar com mais certeza, as suas potencialidades diante das imposições e demandas do sistema global. Visualizar os obstáculos para uma Segurança Alimentar desenhada a partir de uma ideia e práticas de Soberania Alimentar,

puseram-se de manifesto nas preferências que foram observadas pelos seus representantes, não obstante, a imensa estrutura histórica por trás dessas escolhas. Entender e distinguir estas propensões desafiam nosso posicionamento no interior desta conjuntura, na que muitas vezes somos incapazes de alcançar realizações para além de nossos ideais.

Por último, podemos afirmar que o SAAG está muito presente nas entidades locais (aquelas avaliadas), nosso ensaio apresenta uma convergência de evidências que apontam na direção dos mercados globais de alimentos e nos interesses corporativos que como já discorremos possuem seus próprios valores e sua própria lógica. O que representa produzir o alimento e o ato mesmo da alimentação se perdem, o sentido simbólico e material dos alimentos e das pessoas que os produzem é banalizado pelas empresas e pelos mercados e repassado aos Estados através de suas instituições como o modelo a ser seguido e aspirado.

A Soberania Alimentar continua a ser ignorada, a capacidade de produção de alimentos, o acesso, a agrobiodiversidade, a alimentação natural e sem agroquímicos, não constitui uma preferência dentro de uma racionalidade cujas exigências, replicadas nas instituições e entidades no Brasil e no Mundo, prezam pelos volumes, pela estética e, pela participação nos grandes mercados. O futuro da alimentação e a nossa relação cultural com este parecem incertos, as certezas no entanto, parecem favorecer a fome e o domínio do SAAG.

REFERÊNCIAS

_____ANGIONI, Lucas. Sobre a definição de natureza. **Kriterion**, Belo Horizonte, v. 51, n. 122, p. 521-542, Dec. 2010. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-512X2010000200012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 Mar. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-512X2010000200012>.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar**. Revista NERA. Presidente Prudente. Ano 13, nº 16. pp. 22-32. jan.-jun./2010.

ALY JUNIOR, O. Água e agronegócio: uma relação a ser mais bem examinada. **Le Monde Diplomatique**, 2. jun. 2017. Disponível em: <<http://diplomatique.org.br/agua-e-agronegocio-uma-relacao-a-ser-mais-bem-examinada/>>.

ARCHANJO, L. R.; BRITO, K. F. W. DE; SAUERBECK, S. Alimentos Orgânicos em Curitiba: consumo e significado. **Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação da UNICAMP**, Revista Cadernos de Debate., v. VIII, p. 1–6, 2001.

BALLESTRIN, Luciana. **Colonialidade e Democracia**. Revista Estudos Políticos, vol. 5 / Nº 1. Rio de Janeiro, S/A.

_____ BARTA, P. Feeding Billions, A Grain at a Time. **The Wall Street Journal**, 2007. Disponível em: <http://www.jonesreport.com/articles/280707_feeding_billions_grain.html>. Acessado em: 24/06/2017.

BEZERRA, Islândia Costa & ISAGUIRRE, Katya Regina. **Direito humano à alimentação adequada (DHAA): à sua proteção jurídica no Brasil**. Pensar, v. 19, n. 3, p. 675 – 692, set./dez. Fortaleza, 2014.

BEZERRA, I.; PEREZ-CASSARINO, J. **Soberania Alimentar (SOBAL) e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na América Latina e Caribe**. Curitiba: UFPR, 2015.

BMEL, M. – A. FÜR K. G. **Understanding food safety Facts and background**. Berlin: Federal Ministry of Food and Agriculture (BMEL), 2016.

BREILH, Jaime. *Hacia una redefinición de la soberanía agraria: ¿Es posible la soberanía alimentaria sin cambio civilizatorio y bioseguridad?* em BEZERRA, I.; PEREZ-CASSARINO, J. **Soberania Alimentar (SOBAL) e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na América Latina e Caribe**. Curitiba: UFPR, 2015.

BORLAUG, N. Biotecnología y la Revolución Verde. **American Institute of Biological Sciences**, nov. 2002. Disponível em: <<http://www.actionbioscience.org/esp/biotecnologia/borlaug.html>>. Acessado em: 24/06/2017.

BORLAUG, N. E.; DOWSWELL, C. La Inacabada Revolución Verde – El Futuro Rol de la Ciencia y la Tecnología en la Alimentación del Mundo en Desarrollo. **AgBioView Archives**, 4. out. 2001. Disponível em: <<http://www.agbioworld.org/biotech-info/articles/spanish/desarrollo.html>>.

BOURDIEU, P.; CATANI, D. B. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico: Pierre Bordieu ; tradução Denice Barbara Catani**. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2004.

BRASIL (ORG.). **Política nacional de alimentação e nutrição**. 2a. ed. rev ed. Brasília, DF: Editora MS, 2007.

BROWN, M. E.; ANTLE, J. M.; BACKLUND, P.; et al. Climate Change, Global Food Security, and the U.S. Food System. , 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.7930/J0862DC7>>. Acesso em: 29/11/2016.

CABEZA, M. D. EL SISTEMA AGROALIMENTARIO GLOBALIZADO: IMPERIOS ALIMENTARIOS Y DEGRADACION SOCIAL Y ECOLOGICA. **Revista de Economia Crítica**, v. 10, 2010.

_____. CARVALHO, S. M. D. **SORAIA MARTINS DE CARVALH O A FEIRA ORGÂNICA: UM OLHAR SOBRE O ACESSO NA PERSPECTIVA DA PROMOÇÃO DA SAÚDE E DA SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**, 2017. Dissertação, Curitiba: Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/51525/R%20-%20D%20-%20SORAIA%20MARTINS%20DE%20CARVALHO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 17/1/2018.

CASTRO, N. **La dictadura de los supermercados. Cómo los grandes distribuidores deciden lo que consumimos**. Akal, 2017.

CEASA, www.ceasa.pr.gov.br

CINTRÃO, R. P. COMIDA, VIGILÂNCIA SANITÁRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL: CONFLITOS ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS. **RURIS**, v. 8, n. 2, p. 147–173, 2014.

CHONCHOL, J. **A Soberania Alimentar**. , Estudos Avançados., v. 19, n. 55, p. 33–48, 2005.

CONSEA, Conselho Nacional de Segurança Alimentar. Secretaria Executiva Nacional da Ação da Cidadania. **I Conferência de Segurança Alimentar/Conselho Nacional de Segurança Alimentar**. Secretaria Executiva Nacional da Ação da Cidadania. Ação da Cidadania contra a fome, a miséria e pela vida. Rev. de James A. Segurado Paranyba. – Brasília, 1995.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília: CONSEA, 2004.

CONSEA. Análise dos Indicadores de SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. p.100, 2014. Brasília, DF.

DAVIS, M. **Los Holocaustos de la era victoriana tardía: el niño, las hambrunas y la formación del Tercer Mundo**. València: Universitat de València. Servei de Publicacions, 2006.

DE PAULA, N. M. **Evolução do Sistem Agroalimentar Mundial: contradições e desafios**. Curitiba: CRV, 2017.

ESCOBAR, A. **La invención del Tercer Mundo. Construcción y desconstrucción del desarrollo**. 1ª edición ed. Caracas, Venezuela: Fundación Editorial el perro y la rana, 2007.

EUROPEAN COMMISSION; DIRECTORATE-GENERAL COMMUNICATION. **Segurança alimentar: do campo para a mesa : alimentos seguros e saudáveis para todos**. Luxembourg: Publications Office, 2014.

ESTEVE, E. V. **O Negócio da Comida: Quem controla nossa alimentação?** 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

FRIEDMANN, Harriet. Uma economia mundial de alimentos sustentável. In: BELIK, W; MALUF, R. S (org). **Abastecimento e segurança alimentar: os limites da liberalização**. Campinas: IE/UNICAMP: 2000.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. 2. ed ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

GARCIA, G. S.; RECINE, E. PERSPECTIVAS DO FORNECIMENTO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA OS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO DISTRITO FEDERAL. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, v. 9, n. 2, 2014. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/view/7973>>. Acesso em: 1/3/2017.

Guia alimentar para a população brasileira. 2º ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, 2014.

GOMES, Maria Elasir Seabra; ANTONIALLI, Luis Marcelo; COSTA, Cinthia Cabral da. **Caraterização dos produtores rurais de Minas Gerais ofertantes da CEASA – BH**.

GORDILLO, Gustavo; MÉNDEZ, Obed Jerónimo. **Seguridad y Soberania Alimentaria** (Documento base para discusión). Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura, 2013.

GRISA, C.; SCMITT, C. J.; MATTEI, L. F.; MALUF, R. S.; LEITE, S. P. **O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) EM PERSPECTIVA: APONTAMENTOS E QUESTÕES PARA O DEBATE**. , RETRATOS DE ASSENTAMENTOS., v. 13, 2010.

GROSGOUEL, R. **Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global**. Revista Crítica de Ciências Sociais., v. 80, p. 115–147, 2008.

GUDYNAS, E. **Debates sobre el desarrollo y sus alternativas en América Latina: Una breve guía heterodoxa**. In: Más Allá del Desarrollo. Quito: Ediciones Abya Yala, Fundación Rosa Luxemburg, 2011.

GUIVANT, Julia S. Os supermercados na oferta de alimentos orgânicos: apelando ao estilo de vida ego-trip. In: Revista Ambiente & Sociedade, vol. VI, no 2 jul/dez 2003.

GUTIÉRREZ, J. Revolución Verde. **Universidad del País Vasco**, s/d. País Vasco. Disponível em: <<http://www.dicc.hegoa.ehu.es/listar/mostrar/192>>. Acessado em: 24/06/2017.

HOBSBAWM, E. J. **A era das revoluções 1789-1848**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

HOBSBAWM, E. J.; SANTARRITA, M. **Era dos extremos: o breve século XX ; 1914 – 1991**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IBGE; MDS. **Pesquisa Suplementar de Segurança Alimentar PNAD 2013. A percepção das famílias em relação ao acesso aos alimentos**. Rio de Janeiro, 2014.

IPCC. **Cambio climático 2014 Informe de síntesis Resumen para responsables de políticas** https://www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar5/syr/AR5_SYR_FINAL_SPM_es.pdf

ISSAGUIRRE-TORRES, K.; DARCI, F. **Desenvolvimento Rural, Meio Ambiente e Direito dos Agricultores, Agricultoras, Povos e Comunidades Tradicionais**. , cadernos da agrobiodiversidade: desenvolvimento rural, meio ambiente e direitos dos agricultores, agricultoras, povos e comunidade tradicionais., v. 2, 2013.

LARREA, Ana Maria. **La disputa de sentidos por el buen vivir como proceso contrahegemónico**. In SENPLADES. Los nuevos retos de América Latina: Socialismo y Sumak Kawsay. Senplades - 1ª ed. pgs. (15 - 28) - Quito, 2010.

LEÃO, M. **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional**. Brasília, DF: Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (ABRANDH), 2013.

LEÃO, Marília; MALUF, Renato S. **A construção social de um sistema público de segurança alimentar e nutricional: a experiência brasileira**. Brasília: ABRANDH, 2012.

LEITE, Paula Cristina; PIFTSCHER, Elisete Dahmer; NUNES, João Paulo de Oliveira. **Análise de Sustentabilidade sócio-ambiental da CEASA/SC**. Enfoque, v. 30, n. 1, p. 49 – 62. UEM – Paraná, janeiro / abril, 2011.

_____. MALUF, Renato S. **Ações Públicas locais de abastecimento alimentar**. Pólis, Assessoria, Formação e estudos em Políticas Sociais, nº 5. 1999. Disponível em: <<http://polis.org.br/publicacoes/acoes-publicas-locais-de-abastecimento-alimentar/>> Acessado em: 14/01/2017.

MALTHUS, T. **An Essay on the Principle of Population**. Electronic Scholarly Publishing Project 1998 ed. London: J. Johnson, in St. Paul's Church-Yard, 1798.

MALUF, R. S. Segurança Alimentar e desenvolvimento econômico na América Latina: o caso do Brasil. **Revista de Economia Política**, 1., v. 15, n. 57, p. 7, 1995.

MALUF, R. Sergio; MENEZES, Francisco; MARQUES, Susana B. Caderno '**Segurança Alimentar**'. Disponível em: <https://ideiasnamesa.unb.br/upload/bibliotecaIdeias/1391606568Caderno_Seguranca_Alimentar.pdf>. Acessado em 11/2017.

MALUF, R. S.; SPERANZA, J. S. **Preços dos alimentos, modelos de agricultura e abastecimento alimentar no Brasil: os casos da soja e do feijão**. Rio de Janeiro, 2014.

MAFRA., Francisco. **Entidades políticas e administrativas**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, VIII, n. 20, fev 2005. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=838>. Acessado em nov 2017.

MARX, C. H.; ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. Ridendo Castigat Mores ed. 1999.

MENEZES, F.; PORTO, S.; GRISA, C. **ABASTECIMENTO ALIMENTAR E COMPRAS PÚBLICAS NO BRASIL: UM RESGATE HISTÓRICO**. Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos, 2015.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre (RS): Sulina, 2007.

MORIN, E.; PAKMAN, M. **Introducción al pensamiento complejo**. Barcelona (Espanha): Gedisa, 2011.

MUNARETTO, M. F.; OLIVEIRA, E. F. A. DE; TEIXEIRA, L. A. B.; ROCHA, S. M. B. DA. **1º Plano Municipal de Segurança Alimentar de Curitiba PLAMSAN 2016/2019**. Curitiba: Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional de Curitiba – CAISAN – Curitiba, 2016.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. , Agosto 2009. UNIC. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>.

OLIVEIRA, A. U. DE. **A MUNDIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA**. Do autor ed. São Paulo: Iandé Editorial, 2016.

OLIVEIRA, Naziel de. **Conceitos de natureza, meio ambiente e ambiente em livros didáticos de biologia aprovados no PNLD de 2012**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e em Matemática. Curitiba, 2015.

ORTEGA Y GASSET, J. **Meditaciones del Quijote**. Madrid: Publicaciones de la Residencia de Estudiantes, 1914.

PEREZ-CASSARINO, J. **A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE MECANISMOS ALTERNATIVOS DE MERCADOS NO ÂMBITO DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA**, 2012. Tese, Curitiba: Universidade Federal do Paraná.

_____. PORTARIA nº 710, de 10 de junho de 1999. <http://portal.anvisa.gov.br/documents/33916/388704/PORTARIA_710_1999.pdf/b28dc77e-6a8d-48b2-adad-ae7bdc457fc3>. Acessado em: 10/08/2017.

PORTO, L.; SALLES, J. DE O.; MARQUES, S. M. DOS S. **Memórias dos povos do campo no Paraná – centro-sul**. Curitiba: Instituto de Terras, Cartografia e Geociência – ITCG, 2013.

QUEIROZ, J. M. DE. Desenvolvimento econômico, inovação e meio ambiente: a busca por uma convergência no debate. **Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento**, Cadernos do Desenvolvimento., v. 6, n. 9, p. 143–170, 2011.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder e classificação social**. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (orgs). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez. 2010. p. 84-130.

RIGON, Silvia et al. Soberania e Segurança Alimentar na Construção da Agroecologia: sistematização de experiências. Rio de Janeiro: Grupo de Trabalho em Soberania e Segurança Alimentar da ANA/FASE, 2010.

RIGON, Silvia do Amaral; BÓGUS, Cláudia Maria. **A segurança alimentar e nutricional no Brasil: das concepções norteadoras ao início dos processos de consolidação**. Em TOLEDO, Victor M. em BEZERRA, I.; PEREZ-CASSARINO, J. **Soberania Alimentar (SOBAL) e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na América Latina e Caribe**. Curitiba: UFPR, 2015.

SANTILLI, J. **Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores**. 1a ed ed. São Paulo, SP: Editora Peirópolis, 2009.

SILVA, Cesar A. da. & ANDREOLI, Cleverson V. **Compostagem como alternativa a disposição final dos resíduos sólidos gerados na CEASA de Curitiba/Pr**. Engenharia Ambiental – Espírito Santo do Pinhal, v. 7, n. 2, p. 027 – 040, abr./jun., 2010.

SHIVA, V.; AZEVEDO, D. DE A. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Gaia, 2003.

SOUBBOTINA, T. P. **Beyond Economic Growth An Introduction to Sustainable Development**. Washington: The International Bank for Reconstruction and Development/THE WORLD BANK, 2004.

_____. THE HERBERT HOOVER PRESIDENTIAL LIBRARY-MUSEUM. Iowans Who Fed The World - Norman Borlaug: Geneticist. **AgBioView Archives**, 26. out. 2002. Disponível em: <<http://www.agbioworld.org/biotech-info/topics/borlaug/iowans.html>>. Acessado em: 24/06/2017.

THE LANCET COUNTDOWN ON HEALTH AND CLIMATE CHANGE. **El cambio climático ya perjudica la salud de todos los países del mundo**. in Servicio de Información y Noticias Científicas, 2017 (SINC). Disponível em: <<http://www.agenciasinc.es/>>.

THÉRET, Bruno. **As instituições entre as estruturas e as ações**. *Lua Nova*, 2003, no.58, p.225-254. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n58/a11n58.pdf>>. Acesso em: 03/18.

TIERNEY, J. Greens and Hunger. **The New York Times**, 19. maio 2008. New York. Disponível em: <<https://tierneylab.blogs.nytimes.com/2008/05/19/greens-and-hunger/?pagemode=print>>. Acessado em: 24/06/2017.

TOLEDO, Victor M. em BEZERRA, I.; PEREZ-CASSARINO, J. **Soberania Alimentar (SOBAL) e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na América Latina e Caribe**. Curitiba: UFPR, 2015.

VALENTE, Flavio Luis. Segurança Alimentar e Nutricional: transformando natureza em gente. In: VALENTE, F. L. S. (org). *Direito Humano a Alimentação: desafios e conquistas*. São Paulo: Cortez, 2002.

VALENTE, Flávio *et al.* **Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas**. em BEZERRA, I.; PEREZ-CASSARINO, J. **Soberania Alimentar (SOBAL) e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na América Latina e Caribe**. Curitiba: UFPR, 2015.

RIGON, Silvia et al. *Soberania e Segurança Alimentar na Construção da Agroecologia: sistematização de experiências*. Rio de Janeiro: Grupo de Trabalho em Soberania e Segurança Alimentar da ANA/FASE, 2010.

SILVA, Pedro Junior da. **Um passeio pelas gôndolas: escolhas e influências dos consumidores de alimentos em supermercados**. Imprensa Oficial. Curitiba, 2007.

SOUZA FILHO, Marinho Celestino de; BARBA Clarides Henrich de. **ANÁLISE DO DISCURSO: O QUE É? COMO SE FAZ? E PARA QUÊ SERVE?** Gestão Universitária, 2014. Disponível em: <<http://www.gestaouniversitaria.com.br/artigos/analise-do-discurso-o-que-e-como-se-faz-e-para-que-serve>>. Acesso em: 01/18.

VALENTE, Flavio Luis. Segurança Alimentar e Nutricional: transformando natureza em gente. In: VALENTE, F. L. S. (org). *Direito Humano a Alimentação: desafios e conquistas*. São Paulo: Cortez, 2002.

W.W. Rostow, **The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto** (Cambridge University Press, 1960). CHAPTER 2: THE FIVE STAGES OF GROWTH, A SUMMARY (pp. 4 – 16). Disponível em: <<http://www.ou.edu/uschina/gries/articles/IntPol/Rostow.1960.Ch2.pdf>>. Acessado em 09/2016.

ZUNINO E., Hugo Marcelo. Formación institucional y poder: investigando la construcción social de la ciudad. **EURE (Santiago)**, Santiago, v. 28, n. 84, p. 103-116, sept. 2002. Disponible en <https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612002008400006&lng=es&nrm=iso>. accedido en 31 enero 2018. <http://dx.doi.org/10.4067/S0250-71612002008400006>.

Endereços eletrônicos consultados

_____ Boletín del Centro de Documentación Hegoa – Universidad del País Vasco. <<http://boletin.hegoa.ehu.es/mail/28>>. Acessado em: 20/06/2017.

_____ Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), <<http://www.agricultura.gov.br/aceso-a-informacao/institucional>>. Acessado em: 10/08/2017.

_____ Combined Compendium of Food Additive Specifications
_____ FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura. /<<http://www.fao.org/brasil/pt/>>.
_____ Parlamento Europeu ao seu Serviço. O Acordo Agrícola no Âmbito da OMC. <http://www.europarl.europa.eu/atyourservice/pt/displayFtu.html?ftuId=FTU_5.2.7.html>. Acessado em: 22/06/2017.

_____ <<http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/artigos/2014-1/direito-humano-a-alimentacao-adequada-e-soberania-alimentar>>. Acessado em: 07/06/2017.

_____ <<http://www.ceasa.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=2>>. Acessado em: 14/04/2015.

_____ <<http://www.ceasa.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=13>>, Acessado em: 13/04/17.

_____ <<http://www.ceasa.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=356>>. Acessado em: 14/04/2017.

_____ <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc64.htm>. Acessado em: 07/06/2017.

_____ <http://www.ceasa.pr.gov.br/arquivos/File/Banco_de_Alimentos/CEASAdoadores.pdf>, Acessado em: 13/04/2017.

<http://celepar7.pr.gov.br/ceasa/cotprod_procedencias.asp>. Acessado em: 14/04/2017.

<<http://www.ceasa.gov.br/index.php?pag=12>>. Acessado em: 14/04/2017.

<<http://www.fao.org/food/food-safety-quality/scientific-advice/jecfa/jecfa-additives/en/>>. Acessado em: 10/08/2017.

<http://www.fao.org/wfs/index_es.htm>. Acessado em: 19/06/2017.

<<http://www.ohchr.org/SP/Issues/Food/Pages/FoodIndex.aspx>>. Acessado em: 07/06/2017).

<<https://viacampesina.org/es/index.php/temas-principales-mainmenu-27/soberanalimentary-comercio-mainmenu-38/314-que-es-la-soberania-alimentaria>>. Acessado em 17/01/2017).

ACUERDO GENERAL SOBRE ARANCELES ADUANEROS Y COMERCIO – GATT, 1994. Disponível em: <https://www.wto.org/spanish/docs_s/legal_s/gatt47.pdf>.

Agência Nacional de Vigilância Sanitária, <<http://portal.anvisa.gov.br/institucional>>. Acessado em: 10/08/2017.

Codex Alimentarius, Normas internacionales de los alimentos. FAO. <<http://www.fao.org/fao-who-codexalimentarius/about-codex/es/>>. Acessado em: 10/08/2017.

Federação da Agricultura do Estado do Paraná – FAEP. <<http://www.sistefafaep.org.br>>.

Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento – SEAB. <<http://www.agricultura.pr.gov.br>>.

The Center for Health and Wellness (FDA). <<http://fda.org/>>. Acessado em: 10/08/2017.

VIA CAMPESINA. Disponível em: <www.viacampesina.org>.

Anexo

Modelo de entrevista:

Questionário – Sistema de Abastecimento Agroalimentar	
Nome do entrevistado:	
Instituição:	
Data:	Cargo que ocupa:
Gênero:	Idade:
<p>➤ A instituição observa as políticas de SA? Sim () Não ()</p> <p>➤ Como a instituição entende a Segurança Alimentar?</p> <ul style="list-style-type: none"> → Uma Lei que deve ser cumprida → Princípios que orientam a qualidade dos alimentos → Diferencial de mercado → Outro <p>➤ Na sua opinião o que deveria priorizar uma política de SA?</p> <ul style="list-style-type: none"> → Abastecimento contínuo de alimentos () → Disponibilidade de alimentos, a preços acessíveis para todos () → Disponibilidade de alimentos de qualidade () → Disponibilidade de alimentos nutritivos () → Outro → Esclarecer um ou mais deles <p>➤ Quais políticas de SA a sua instituição atende? (Diretamente vinculados)</p> <ul style="list-style-type: none"> → () Lei Losan → () PAA/PNAE → () PNAPO – Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica → () outros → () Nenhuma, se puder especificar os motivos → Como se deu essa decisão de atender essa política? <ul style="list-style-type: none"> ◆ () programa de governo ◆ () decisão interna da instituição ◆ Complementar (como se deu isso?) <p>➤ A instituição desenvolve internamente ações voltadas para SA. Quais?</p> <p>➤ A instituição busca estimular práticas de SA com os produtores / beneficiários / associados? Como isso acontece. Descrever ao menos um exemplo</p> <p>➤ Sobre a qualidade dos alimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> → Como a instituição entende a qualidade alimentar? <p>➤ A instituição tem conhecimento da campanha contra agrotóxicos pela vida? Sim () Não ()</p> <p>➤ O que a instituição poderia fazer (ou faz) em relação ao uso de agrotóxicos / transgênicos?</p> <p>➤ Em relação às compras (decisão – orgânico/convencional), quais os critérios para justificar as quantidades? Existem máximos, mínimos?</p>	

- Preço
- Capacidade de produção
- Outro
- **Quais as exigências para que o produtor, em geral, possa ser fornecedor de alimentos?**
 - Quantidade
 - Variedade
 - Preço
 - Prazo
 - Qualidade
 - Outro
- **Existe participação social na tomada de decisão da instituição? Se sim, como é a participação da sociedade civil e dos produtores/associados/supermercados na tomada de decisão da instituição referente às políticas de abastecimento?**
- **Existem ações das grandes redes de (supermercados / Programas de Governo), que afetem nas decisões de compras de alimentos pela instituição? Se sim, como isso norteia a política de abastecimento da instituição?**
- **A instituição discute políticas sociais de acesso a alimentos?**
 - Se sim, como essa política é realizada pela instituição?
- **Você entende que o papel da sua instituição é importante para a SA? Como sua instituição poderia contribuir de modo mais efetivo (aqui entra nos Limites e potenciais da instituição para promover uma alimentação diferente etc.).**